

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DIOGO SÁ DA SILVA POMPEU



**O DESENVOLVIMENTO URBANO DE TRÊS CORAÇÕES - MG E O SEU PLANO
DIRETOR 2006**



UBERLÂNDIA/MG

2017

DIOGO SÁ DA SILVA POMPEU

**O DESENVOLVIMENTO URBANO DE TRÊS CORAÇÕES - MG E O SEU PLANO
DIRETOR 2006**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Ribeiro Soares.

UBERLÂNDIA/MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P788d Pompeu, Diogo Sá da Silva, 1988-
2017 O desenvolvimento urbano de Três Corações - MG e seu plano
diretor 2006 / Diogo Sá da Silva Pompeu. - 2017.
198 f. : il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia urbana - Teses. 3. Planejamento
urbano - Três Corações (MG) - Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro, 1952-.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DIOGO SÁ DA SILVA POMPEU

O DESENVOLVIMENTO URBANO DE TRÊS CORAÇÕES - MG E O SEU PLANO
DIRETOR 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Beatriz Ribeiro Soares (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Denise Labrea Ferreira

Prof.^a Dr.^a Anete Marília Pereira

Data: 09/05/2017

Resultado: Aprovado com distinção.



AGRADECIMENTOS

Construir uma dissertação de mestrado, sem hesitar, é uma árdua missão. Por vezes nos sentimos desmotivados, principalmente quando nos deparamos com uma quantidade quase que infinita de tarefas e de barreiras às quais imaginamos serem intransponíveis, e que na verdade não são. Elas são passíveis de serem vencidas, especialmente quando contamos com apoio e carinho de quem está a nossa volta.

É a essas pessoas que gostaria de agradecer! Primeiramente a Deus, a minha família, Luiz, Rosângela e Daniel pela educação, pelos ensinamentos de vida, pelo alento, por todo apoio que me deram, por sempre acreditarem em mim e por serem à base de tudo. Também aos familiares, que mesmo um pouco distantes, sempre torceram por mim.

A Anaísa por sempre me incentivar e por me ajudar em cada etapa que inclui desde o processo de seleção à entrega do relatório final, em cada capítulo desta dissertação há uma contribuição sua. A Alessiane, Carlos, Fander e Gilson pela amizade, conselhos, revisões textuais e debates teóricos. A Patrícia pela ajuda na confecção dos mapas, ao Gabriel pelo companheirismo, apoio nas fotografias e na aplicação dos questionários, a Gisele pelo auxílio na tradução do resumo e ao Armando Oliveira pela revisão da pesquisa.

Aos amigos de Três Corações - MG agradeço pela ajuda na divulgação e pelas respostas dos questionários, o tempo dedicado de cada um de vocês foi fundamental para o engrandecimento da pesquisa. Aos demais amigos de Uberlândia, colegas de pós-graduação e LAPUR (Laboratório de Planejamento Urbano e Regional) obrigado pela companhia durante todo esse período, pelos aprendizados, pelas discussões e pelo crescimento acadêmico.

A professora Beatriz pelo conhecimento adquirido e ensinamentos de vida, por me acalmar em momentos de angústia e claro, pela sublime orientação. As professoras Denise Ferreira, Nágela Melo e Anete Pereira pelas contribuições apresentadas durante o projeto, qualificação e defesa. Sinto-me agradecido por sugerirem novas ideias e a iluminar o caminho a ser percorrido.

Obrigado aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelas dúvidas solucionadas, problemas resolvidos, pela aprendizagem e pela experiência acadêmica adquirida.

Agradeço a Casa da Cultura Godofredo Rangel, a Biblioteca e a Prefeitura de Três Corações pela disponibilização e acesso a informações referentes ao município. E ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo auxílio financeiro.

Hino de Três Corações

De Goiás eram três boiadeiros
E do rio as três voltas no chão
Três violas traziam os tropeiros
Fundadores do nosso torrão.
Ao deixarem esta serra morena
Três Marias deixaram a chorar
É Jacira, é Jussara, é Moema
De olhos verdes, das cores do mar.

Vinde ver, brasileiros do leste
E do sul, ou de outros rincões,
A beleza que doura e que veste
A cidade de Três Corações

Rezam as lendas que velhas missões
Paladinas de Deus e da Fé
Consagraram estes três corações
A Jesus, a Maria e a José
Nestas serras de doces colinas
Sob um céu sem igual, sempre azul
Foi crescendo a Princesa de Minas,
O recanto mais belo do sul.

Vinde ver, brasileiros do leste
E do sul, ou de outros rincões,
A beleza que doura e que veste
A cidade de Três Corações.

Letra: Darcy Brasil
Música: Djalma C. Doudement.
Composição: 1961.



RESUMO

A forma e o processo como se deu a urbanização no Brasil ajudaram a perpetuar e a agravar o cenário de desordem e de exclusão presentes nas cidades brasileiras desde o início do século XX. O movimento da reforma urbana surgiu em meados desse último século, afrontando a desigualdade social e a segregação espacial, tendo como um de seus desdobramentos os capítulos 182 e 183 (da política urbana) presentes na Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, é embrionário da constituinte; suas inovações permearam por diversos campos e áreas de atuação envolvendo desde o planejamento à gestão popular. O que aproxima as diretrizes do Estatuto da Cidade aos municípios brasileiros é o plano diretor, o qual passou a ampliar seu sentido e a vincular-se à definição da função social da cidade. A partir dessa contextualização é possível traçar o objetivo da pesquisa que remete à compreensão de como ocorreu o desenvolvimento urbano de Três Corações-MG, tendo como referência o plano diretor 2006 e a elaboração do plano diretor 2016, verificando, também, a percepção da população local e a importância das legislações e suas diretrizes no planejamento e gestão urbana no cenário nacional. Quanto à metodologia, ela foi caracterizada como qualitativa/descritiva, baseada no procedimento de coleta de dados e informações em fontes primárias (pesquisa empírica) e secundárias (pesquisa bibliográfica e documental). Os resultados foram tabulados e sistematizados por meio de tabelas, quadros, gráficos, mapas e matriz SWOT/FOFA. O início da história de Três Corações está intimamente relacionado às bandeiras ocorridas no século XVIII e à presença do Rio Verde; ou seja, o município está inserido em toda a transformação do território brasileiro o que, de certa forma, também inclui o desenvolvimento do Sul de Minas; portanto, a produção do espaço urbano local advém das condições de reprodução do capital inserta em um contexto regional e nacional. De uma maneira geral os resultados revelaram o não cumprimento de diversas diretrizes durante os dez anos de vigência do plano diretor 2006, tendo como agravante alguns aspectos negativos elencados pela população, como: segurança/violência, a rede de esgoto, o conhecimento das audiências públicas, a proteção do patrimônio histórico, o lazer, o esporte, a cultura, o turismo e o emprego. Como aspectos positivos destacaram-se o abastecimento de água e energia elétrica, à presença de rico patrimônio histórico, à localização estratégica e à presença de centros de formação.

Palavras-chaves: Reforma Urbana. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Três Corações - MG.



ABSTRACT

The way and process how the urbanization happened in Brazil helped to perpetuate and aggravate the scenario of disorder and exclusion present in Brazilian cities since the beginning of the 20th century. The movement of urban reform emerged in the middle of this century confronting the social inequality and space segregation, having as one of its unfoldings the chapters 182 and 183 (from urban policy) present in the Constitution of the Federative Republic of Brazil 1988. The City Statute, promulgated in 2001, is originated from the constituent, its innovations permeated through many fields and areas of activity, from the urban planning to popular management. What makes the City Statute's guidelines close to Brazilian cities is the Master Plan, which started to expand its meaning and linking itself to the definition of the social function of the city. From this contextualization, it's possible to define the goal of the research that refers to the understanding of how the urban development of Três Corações-MG occurred, having as reference the 2006 Master Plan and the elaboration of the 2016 Master Plan, verifying as well the population's perception and the importance of the legislations and its guidelines in the urban management and planning in the national scenario. About the methodology, it was qualified as qualitative/descriptive based on the process of data and information collected from primary (empiric research) and secondary (bibliographic and documental research) sources. The results were tabulated and systematized in tables, frames, graphics, maps and matrix SWOT. The beginning of the city of Três Corações is closely related to the expeditions (bandeiras) that happened in the 18th century and to the presence of Rio Verde, that is, the county is inserted in all the transformation of the Brazilian urban space what, in a certain way, also includes the development of Sul de Minas (South of the state), therefore the production of local urban space comes from the conditions of capital reproduction inserted in a national and regional context. In a general way, the results revealed the non-implementation of several guidelines during the ten years of duration of the 2006 Master Plan, having as aggravating several negative aspects listed by the population like: security/violence, sewerage system, the knowing of public hearings, protection of the historical heritage, leisure, sport, culture, turism and employment. The positive aspects were the supply of water and electricity, the presence of rich historical heritage, the strategic location and the presence of training centers.

Keywords: Urban Reform. City Statute. Master Plan. Três Corações-MG.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Equação 01: Fórmula e variáveis componentes do cálculo amostral.....	062
Figura 01: Número total de questionários respondidos, Google Formulários, 2017.....	064
Figura 02: Ocupação do território brasileiro nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.....	069
Figura 03: Rede ferroviária brasileira em 1954.....	072
Figura 04: Divisão Territorial das Comarcas da Capitania de Minas Gerais em 1714.....	088
Figura 05: Três Corações - MG, Largo das Dores com a capela e seu povoado.....	089
Figura 06: Três Corações - MG à margem leste do “caminho velho” da Estrada Real.....	090
Figura 07: Três Corações - MG, Grupo Escolar Bueno Brandão à esquerda, inaugurado em 1909, na Avenida Getúlio Vargas, 1910.....	092
Figura 08: Três Corações - MG, Grupo Escolar Bueno Brandão, inaugurado em 1930, na Rua Barão do Rio Branco, 2017.....	093
Figura 09: Três Corações - MG, 14º Regimento de Cavalaria, 1918.....	093
Figura 10: Três Corações - MG, Rio Verde à Frente e 4º RCD ao Fundo, 1919.....	094
Figura 11: Três Corações - MG, Portão Principal da ESA, 2017.....	094
Figura 12: Três Corações - MG, Universidade Vale do Rio Verde.....	096
Figura 13: Três Corações - MG, Portão principal da Universidade Vale do Rio Verde, 2017.....	096
Figura 14: Três Corações - MG, Universidade Vale do Rio Verde, 2017.....	096
Figura 15: Três Corações - MG, vista parcial, por imagem de satélite, do centro, com destaque para Igreja Matriz e para o Parque Infantil, 2017.....	097
Figura 16: Três Corações - MG, primeira Igreja Matriz demolida, em 1925.....	097
Figura 17: Três Corações - MG, construção da nova Igreja Matriz por volta de 1928.....	098
Figura 18: Três Corações - MG, Igreja Matriz já construída, 1959.....	098
Figura 19: Três Corações - MG, vista aérea da Igreja Matriz, 1959.....	098
Figura 20: Três Corações - MG, Primeira Igreja do Rosário, já com uma torre, demolida em 1940.....	099
Figura 21: Três Corações - MG, vista parcial da cidade e da primeira Igreja do Rosário na parte superior da imagem.....	099
Figura 22: Três Corações - MG, primeira Igreja do Rosário, tendo como referência a Av. Julião Arbex, 1940.....	100
Figura 23: Três Corações - MG, segunda Igreja do Rosário, tendo como referência a Av. Julião Arbex, 2011.....	100

Figura 24: Três Corações - MG, Construção da nova Igreja do Rosário, 1959.....	100
Figura 25: Três Corações - MG, Instalação do Cristo Redentor na Igreja do Rosário, 1961.....	100
Figura 26: Três Corações - MG, Igreja Nossa Senhora do Rosário ou Igreja do Cristo, 2017.....	101
Figura 27: Três Corações - MG, Família Imperial na Inauguração da Estrada de Ferro, 1984.....	102
Figura 28: Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro/Goiás, Mapa da Rede Mineira de Viação, 1954.....	103
Figura 29: Três Corações - MG, Área de Embarque e Desembarque da RMV, 1959.....	104
Figura 30: Três Corações - MG, Oficina da RMV, 1959.....	104
Figura 31: Estação da RMV em Três Corações - MG, 1959.....	104
Figura 32: Três Corações - MG, Área de Embarque e Desembarque, 2017.....	105
Figura 33: Três Corações - MG, Galpão da Oficina, 2017.....	105
Figura 34: Estação Ferroviária de Três Corações - MG, 2017.....	105
Figura 35 e 36: Três Corações - MG, cobertura asfáltica nos trilhos da área central, Avenida 7 de Setembro, 2017.....	106
Figura 37: Três Corações - MG, Maria Fumaça.....	107
Figura 38: Três Corações - MG, Balança da Feira de Gado.....	108
Figura 39: Três Corações - MG, Pensão das Palmeiras, 1908.....	109
Figura 40: Três Corações - MG, Pensão das Palmeiras, 2011.....	109
Figura 41: Três Corações - MG, Pensão do Comércio, 19--.....	109
Figura 42: Três Corações - MG, Hotel Alvorada, 2011.....	109
Figura 43: Três Corações - MG, Agência do Banco do Brasil, inaugurada em 1929.....	112
Figura 44: Três Corações - MG, atual agência do Banco do Brasil, inaugurada em 1979.....	112
Figura 45: Enchentes do Rio Verde, na cidade de Três Corações - MG, 1906.....	112
Figura 46: Enchentes do Rio Verde, na cidade de Três Corações - MG, 1946.....	112
Figura 47: Três Corações - MG, enchente que inundou parte dos pavilhões do 4º RCD, 1946.....	113
Figura 48: Três Corações - MG, enchente de 2000, vista da ESA e do centro da cidade, 2000.....	113
Figura 49: Três Corações - MG, áreas susceptíveis a inundações/deslizamentos, 2006...	114
Figura 50, 51, 52 e 53: Três Corações - MG, Av. Getúlio Vargas com contraste de cores, 1914.....	116

Figura 54: Vista aérea da área central da cidade de Três Corações - MG, 2012.....	118
Figura 55: Três Corações - MG, Ponte dos Boiadeiros.....	119
Figura 56: Três Corações - MG, Ponte dos Boiadeiros, 2017.....	119
Figura 57: Três Corações - MG, Edifício do Fórum, inaugurado em 1931.....	120
Figura 58: Três Corações - MG, antigo Fórum, atualmente Museu Terra do Rei, 2011...	120
Figura 59: Três Corações - MG, primeira cadeia, demolida em 1934.....	120
Figura 60: Três Corações - MG, antiga cadeia, atualmente Hospital São Sebastião, 2011.....	120
Figura 61: Três Corações - MG, Praça Tenente Palestina, 1959.....	120
Figura 62: Três Corações - MG, Praça Tenente Palestina, Três Corações - MG, 2011....	120
Figura 63: Três Corações - MG, Fórum inaugurado em 1998, 2017.....	121
Figura 64: Três Corações - MG, presença de infraestrutura básica, Av. Getúlio Vargas, 1938.....	121
Figura 65: Três Corações - MG, Hospital São Sebastião, inaugurado em 1928, 1958.....	121
Figura 66: Três Corações - MG, Praça Odilon Rezende de Andrade, 1952.....	121
Figura 67: Três Corações - MG, Cine São Miguel.....	122
Figura 68: Três Corações - MG, Cine Rio Verde.....	122
Figura 69: Três Corações - MG, CineArt, 2011.....	122
Figura 70: Três Corações - MG, Ponte de cimento sobre o Rio Verde, Cotia, 1958.....	123
Figura 71: Três Corações - MG, Agência dos Correios e Telégrafos, 1958.....	123
Figura 72: Três Corações - MG, Ponte de cimento sobre o Rio Verde, Santa Tereza.....	123
Figura 73: Três Corações - MG, Parque Infantil.....	123
Figura 74: Três Corações - MG, Parque de Exposições.....	124
Figura 75: Três Corações - MG, Estádio Municipal Elias Arbex.....	124
Figura 76: Três Corações - MG, Portão do Parque Infantil, 2016.....	125
Figura 77: Três Corações - MG, Av. Getúlio Vargas, vista do Parque Infantil, 2016.....	125
Figura 78 e 79: Três Corações - MG, Interior do Parque Infantil, 2016.....	125
Figura 80 e 81: Três Corações - MG, Distrito Industrial.....	126
Figura 82: Três Corações - MG, Praça Pelé, antes da construção do monumento.....	126
Figura 83: Três Corações - MG, Praça Pelé, 2017.....	126
Figura 84: Três Corações - MG, Estação rodoviária na extremidade direita após a ponte sobre o Rio Verde; acima deste ponto encontra-se a estação ferroviária vagões, 1997.....	126

Figura 85: Três Corações - MG, Ginásio Poliesportivo Municipal - Pelezão, 2016.....	128
Figura 86: Três Corações - MG, Parque Dondinho e Pelezão, 2016.....	128
Figura 87: Três Corações - MG, estátuas pedestres de Dondinho e Pelé, 2016.....	128
Figura 88: Três Corações - MG, Parque Dondinho, 2016.....	128
Figura 89: Chamada de divulgação para participação da população no processo de revisão do plano diretor em Três Corações - MG, 2016.....	132
Figura 90: Formulário para sugestões inserido no processo de revisão do plano diretor em Três Corações - MG, 2016.....	133
Figura 91: Três Corações - MG, cronograma de reuniões do plano diretor, 2016.....	140
Figura 92: Três Corações - MG, estacionamento, R. Joaquim Bento de Carvalho, esquina com a Av. Getúlio Vargas, 2011.....	160
Figura 93: Três Corações - MG, estabelecimento comercial, R. Joaquim Bento de Carvalho, esquina com a Av. Getúlio Vargas 2017.....	160
Figura 94: Três Corações - MG, casarão antigo na R. Nelsom Rezende Fonseca, esquina com a R. Isidro M. Nelsom, 2011.....	160
Figura 95: Três Corações - MG, instalação de novo empreendimento na R. Nelsom Rezende Fonseca, esquina com R. Isidro M. Nelsom, 2017.....	160
Figura 96: Três Corações - MG, imóvel onde funcionava a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na R. Joaquim Bento de Carvalho, 2011.....	160
Figura 97: Três Corações - MG, substituição do imóvel por estacionamento na R. Joaquim Bento de Carvalho, 2017.....	160
Figura 98: Três Corações - MG, Cooperativa Agropecuária demolida em 1985, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Isidro M. Nelsom.....	161
Figura 99: Três Corações - MG, posto de combustível, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Isidro M. Nelsom.....	161
Figura 100: Três Corações - MG, casarão antigo já com alguns empreendimentos comerciais, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Casemiro Avelar Filho, 2011.....	161
Figura 101: Três Corações - MG, Figura 100: Três Corações - MG, instalação de novo empreendimento, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Casemiro Avelar Filho, 2011..	161
Figura 102: Três Corações - MG, casarão antigo já com alguns empreendimentos comerciais, R. Sagrado Coração de Jesus, 2011.....	161
Figura 103: Três Corações - MG, substituição do casarão antigo por estacionamento e açai, R. Sagrado Coração de Jesus, 2017.....	161
Figura 104: Três Corações - MG, zoneamento da cidade.....	168
Figura 105: Três Corações - MG, zonas rural e urbana.....	169
Figura 106: Aspectos negativos destacados pela população no município de Três Corações - MG, 2017.....	173

Figura 107: Aspectos positivos destacados pela população no município de Três Corações - MG, 2017.....	173
Gráfico 01: Número de municípios brasileiros nas faixas populacionais estabelecidas pelo IBGE nos anos 2000 e 2010.....	050
Gráfico 02: Concentração populacional total nos municípios brasileiros conforme as faixas populacionais estabelecidas pelo IBGE nos anos 2000 e 2010.....	051
Gráfico 03: Percentual de municípios, total, com até 20.000 e com mais de 20.000 habitantes, por situação do Plano Diretor - Brasil - 2005/2015.....	052
Gráfico 04: Três Corações - MG, idade dos questionados, 2017.....	064
Gráfico 05: Três Corações - MG, nível de escolaridade dos questionados, 2017.....	065
Gráfico 06: Porcentagem de população urbana e rural no município de Três Corações - MG, conforme os Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	085
Gráfico 07: Três Corações - MG, movimentação na Feira de Gado, 1903/1917.....	110
Gráfico 08: Três Corações - MG, participação da população nas audiências públicas, 2017.....	140
Gráfico 09: Três Corações - MG, avaliação da população acerca do plano diretor 2006, 2017.....	143
Gráfico 10: Três Corações - MG, percepção da população sobre os planos diretores de uma forma geral, 2017.....	144
Gráfico 11: Três Corações - MG, expectativa da população quanto à elaboração do plano diretor 2016, 2017.....	144
Gráfico 12: Três Corações - MG, avaliação do serviço de abastecimento de água, 2017.....	145
Gráfico 13: Três Corações - MG, avaliação da rede de esgoto, 2017.....	146
Gráfico 14: Três Corações - MG, avaliação do serviço coleta de lixo, 2017.....	147
Gráfico 15: Três Corações - MG, avaliação do serviço de coleta seletiva, 2017.....	147
Gráfico 16: Três Corações - MG, avaliação do serviço de energia elétrica, 2017.....	149
Gráfico 17: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao transporte público, 2017.....	150
Gráfico 18: Três Corações - MG, os fatores que mais prejudicam a mobilidade no trânsito, 2017.....	151
Gráfico 19: Três Corações - MG, avaliação das calçadas da cidade, 2017.....	152
Gráfico 20: Três Corações - MG, principais motivos do deslocamento para outras cidades, 2017.....	153
Gráfico 21: Três Corações - MG, avaliação sobre a quantidade de áreas verdes, 2017....	154
Gráfico 22: Três Corações - MG, avaliação sobre a arborização do bairro do questionado, 2017.....	154

Gráfico 23: Três Corações - MG, nível de avaliação da saúde no município, 2017.....	155
Gráfico 24: Três Corações - MG, nível de avaliação da educação no município, 2017....	156
Gráfico 25: Três Corações - MG, sentimento de segurança da população no município, 2017.....	157
Gráfico 26: Três Corações - MG, nível de proteção ao patrimônio histórico da cidade, 2017.....	158
Gráfico 27: Três Corações - MG, avaliação da população em relação às festas culturais no município, 2017.....	159
Gráfico 28: Três Corações - MG, avaliação da população em relação às exposições artísticas no município, 2017.....	162
Gráfico 29: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao lazer no município, 2017.....	163
Gráfico 30: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao esporte no município, 2017.....	163
Gráfico 31: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao turismo no município, 2017.....	165
Gráfico 32: Três Corações - MG, como a população classifica a disponibilidade e a oferta de empregos no município, 2017.....	166
Mapa 01: A rede urbana no Brasil em 1966, com destaque para o Sul de Minas.....	074
Mapa 02: A rede urbana no Brasil em 2007, com destaque para o Sul de Minas.....	078
Mapa 03: Mesorregiões Geográficas de Minas Gerais definidas pelo IBGE em 1990.....	081
Mapa 04: Localização do Município de Três Corações - Brasil - Minas Gerais - Sul/Sudoeste de Minas, 2016.....	083
Mapa 05: Delimitação e área de abrangência da Bacia do Rio Verde, 2010.....	084
Organograma 01: Principais conquistas sociais do movimento nacional pela reforma urbana.....	031
Organograma 02: Principais Aspectos da Metodologia Utilizada, 2016.....	060
Organograma 03: Estrutura da matriz FOFA.....	067



LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01: Princípios fundamentais que orientam as ações do FNMRU, 2016.....	029
Quadro 02: As inovações do Estatuto da Cidade no Brasil, 2002.....	035
Quadro 03: Instrumentos do Estatuto da Cidade, Brasil, 2002.....	036
Quadro 04: Composição estrutural do Estatuto da Cidade no Brasil.....	037
Quadro 05: Municípios que devem implantar o plano diretor, segundo o Estatuto da Cidade, 2001.....	049
Quadro 06: Ações (por parte do governo federal) e seus desdobramentos nos municípios brasileiros e em seus respectivos planos diretores.....	053
Quadro 07: Resolução do cálculo amostral aplicado ao município de Três Corações-MG.....	063
Quadro 08: Siglas e conceitos da matriz SWOT/FOFA.....	066
Quadro 09: Estruturação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Três Corações, Três Corações - MG, 2006.....	142
Quadro 10: Três Corações - MG, agenda básica da audiência pública, 2016.....	134
Quadro 11: Três Corações - MG, segunda agenda básica da audiência pública, 2016.....	135
Quadro 12: Três Corações - MG, confecção da Matriz FOFA/SWOT, 2017.....	171
Tabela 01: Os dez maiores municípios em população pertencentes à mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, 2010.....	081
Tabela 02: Os dez maiores PIB's dentre os municípios pertencentes à mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, 2010 (em mil reais).....	082
Tabela 03: População Residente por Situação de Domicílio Conforme os Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, no Município de Três Corações-MG.....	085
Tabela 04: Dados não oficiais referentes à quantidade de habitantes, edificações e veículos no município de Três Corações - MG, 1870/1970.....	129



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAMTC - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Três Corações

APP - Áreas de Preservação Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAIC - Centro de Assistência e Integração da Criança e do Adolescente

CFVV - Circuito Ferroviário Vale Verde

ConCidades - Conselho Nacional das Cidades

CONDUR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CR - Circunscrição de Recrutamento

CSA - Comitê Setorial de Acompanhamento

CSM - Circunscrição de Serviço Militar

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EC - Estatuto da Cidade

ESA - Escola Sargento das Armas

ETM - Equipe Técnica Municipal

FCA - Ferrovia Centro Atlântica

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FJP - Fundação João Pinheiro

FNRU - Fórum Nacional pela Reforma Urbana

FOFA/FFOA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

GEMG - Governo do Estado de Minas Gerais

GT - Grupos de Trabalho

HIC - Coalizão Internacional do Habitat

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML - Instituto Médico Legal

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

INSEA - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

ISA - Instituto Socioambiental

MG - Minas Gerais

MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NEDRU - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PMTC - Prefeitura Municipal de Três Corações
PNCC ou Capacidades - Programa Nacional de Capacitação das Cidades
PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
PSF - Programa Saúde da Família
RCD - Regimento de Cavalaria Divisória
RFFS/A - Rede Ferroviária Federal
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
RMV - Rede Mineira de Viação
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SELVIP - Secretaria Latino-americana de Vivienda Popular
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento
SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESI - Serviço Social da Indústria
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação Social de Interesse Social
SOS - Serviços de Obras Sociais
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
UNINCOR - Universidade Vale do Rio Verde
UTI - Unidade de Terapia Intensiva



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I - Os Planos Diretores Brasileiros: seus antecedentes e repercussões.	25
1.1. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana.....	26
1.2. O Estatuto da Cidade: uma inovação na política urbana brasileira.....	33
1.2.1. Os resultados do Estatuto da Cidade e sua repercussão nacional.....	39
1.3. O Plano Diretor como Instrumento de Planejamento e Gestão Municipal.....	43
1.4. METODOLOGIA.....	58
1.4.1. Caracterização da Pesquisa.....	58
1.4.2. Procedimentos Metodológicos.....	59
CAPÍTULO II - O Desenvolvimento e as Transformações do Espaço Urbano em Três Corações - MG	68
2.1. Brasil e Sul de Minas: uma breve contextualização sobre a formação do território e a estruturação do espaço urbano.....	69
2.2. Uma breve contextualização da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas e da terra do Rio Verde: Três Corações - MG.....	80
2.3. O desenvolvimento urbano de Três Corações - MG, na visão de memorialistas.....	86
2.3.1. As Bandeiras e o Início do Povoamento Tricordiano - 1764.....	88
2.3.2. A Igreja Matriz Sagrada Família (1860) e a Igreja do Rosário/Cristo (1884/1893)	96
2.3.3. O Impulso Ferroviário Tricordiano - 1884.....	101
2.3.4. A Feira de Gado e a Fundação da Agência Banco do Brasil em Três Corações.....	108
2.3.5. Entraves Políticos e Problemas Urbanos.....	112
2.3.6. Equipamentos e Serviços Urbanos na Cidade de Três Corações - MG.....	117
2.3.7. Parque Infantil Rodrigo de Moraes Abdala - 1961.....	124
CAPÍTULO III - Análise do Plano Diretor Ano 2006 e Acompanhamento do Seu Processo de Revisão em 2016: desdobramentos e perspectivas da população	131
3.1. O Processo de Elaboração do Plano Diretor 2016.....	132
3.2. Análise dos Questionários e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Três Corações 2006.....	141
3.3. Elaboração da Matriz FOFA/SWOT.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	179
APÊNDICE 01.....	190
APÊNDICE 02.....	191
APÊNDICE 03.....	195
APÊNDICE 04.....	196
ANEXO 01.....	198



INTRODUÇÃO

Imagem de satélite da mancha urbana de Três Corações - MG, 2016.



Fonte: GOOGLE, 2017.



É notório reconhecer que o desenvolvimento técnico-científico assistido pela humanidade pós-revolução industrial alterou o modo de produção e a forma de ocupação do espaço pela sociedade. Somados a isso enfrentam-se, simultaneamente, a expansão populacional e aumento nos níveis de desigualdade social e de concentração de riqueza. O descompasso entre os investimentos públicos em infraestrutura e a ausência de um planejamento capaz de suprir as necessidades da população, trouxe graves danos às cidades.

No caso brasileiro, em específico, a urbanização acompanhou - e ainda acompanha - as transformações econômicas vivenciadas pelo país. Após a industrialização ocorreram alterações significativas nas relações de trabalho, auxiliadas pelo êxodo rural e, conseqüentemente, a intensificação da urbanização. Na década de 1970, a população urbana torna-se maior do que a população rural, e a partir de então as desigualdades sociais e as diferenças regionais se acentuaram; esse cenário exigiu a elaboração de uma política de desenvolvimento urbano que se desenvolve concomitantemente com as mudanças da sociedade.

O processo de transição campo/cidade ocorreu de forma desequilibrada, em um curto espaço de tempo, de forma acelerada e concentrada, surpreendendo os agentes públicos. A forma rápida como se deu o processo de urbanização provocou déficit habitacional, ocupações irregulares e falta de infraestrutura básica (saneamento, transporte e etc.). A partir da identificação do conjunto dessas problemáticas, o planejamento urbano foi empregado como alternativa para minimizá-las; contudo, a ausência de um planejamento eficiente, somado a uma gestão ineficaz, não foram capazes de proporcionar à população melhorias significativas na sua qualidade de vida.

Anteriormente à Constituição de 1988 (considerada como marco da política urbana) há inúmeros registros sobre um conjunto de legislações e instrumentos que tentavam garantir o crescimento urbano de forma ordenada para que seu desenvolvimento fosse equilibrado e sustentável. Transpondo-se para a atualidade, percebe-se que não foi por falta de leis que os municípios não conseguiram ordenar o seu território.

No entanto, mesmo com esse conjunto de legislações e frente às problemáticas relatadas anteriormente, foram criadas a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade e os novos planos diretores. Essa tríade fortaleceu a gestão democrática, objetivando a inclusão territorial e a diminuição das desigualdades, expressas na maioria das cidades brasileiras por meio das irregularidades fundiárias, da segregação socioespacial e da degradação ambiental (SANTOS JR.; SILVA; SANT'ANA, 2011).

A Constituição de 1988 veio a calhar, posto que reforça o conjunto dessas legislações por meio da criação de um capítulo específico sobre a política urbana (artigos 182 e 183).

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 1988).

Antecedendo a esse momento histórico houve uma participação incisiva do Movimento Nacional pela Reforma Urbana que, desde a segunda metade do século XX, lutava e ainda luta pelo combate à segregação e às desigualdades sociais nas cidades brasileiras.

A Constituição Federal de 1988 trouxe para a sociedade brasileira, recém-empossada de seus direitos democráticos, um princípio básico para a equidade urbana: o princípio da função social da cidade e da propriedade, frutos de mobilizações sociais. Além desses princípios, o texto constitucional afirmou o papel protagonista dos municípios como principais atores da política de desenvolvimento e gestão urbanos (SANTOS JR.; SILVA E SANT'ANA, 2011). Passa a emergir uma nova configuração institucional, em que os municípios se fortalecem, adquirindo maior autonomia. Isso exige uma nova postura frente ao espaço local, que deve assegurar a pluralidade de interesses e demandas. É com base nessa concepção que a instância municipal tem que promover o planejamento urbano (TAVARES, 1997).

O texto constitucional requeria e necessitava de uma legislação complementar - de abrangência nacional - que regulamentasse os instrumentos e obrigasse os planos diretores municipais a incorporá-los (BRASIL, 2002). Durante 13 anos, houve um moroso e intenso debate acerca do conteúdo integrante dessa lei, motivado, principalmente, pelo conflito entre interesses sociais e privados.

A partir de sua publicação em 2001, o Estatuto da Cidade foi aclamado e considerado como um instrumento inovador que visa corrigir e/ou solucionar os problemas advindos do processo de urbanização. Mesmo transcorridos mais de quinze anos após sua promulgação, o cenário de desordem, segregação e exclusão ainda regem as cidades brasileiras, reforçando a hipótese mencionada anteriormente de que não é por falta de leis que os municípios não conseguem colocar em prática a ordenação do seu território.

Já a elaboração de planos diretores como instrumentos de planejamento do uso do solo urbano aparece na história do urbanismo brasileiro desde a década de 1930, quando foi elaborado o Plano Agache no Rio de Janeiro. No entanto, primeiramente com a promulgação da Constituição de 1988, e posteriormente com a instituição do Estatuto da Cidade, em 2001, agora estão vinculados à definição da função social da cidade e ao plano de desenvolvimento urbano municipal. Nessa transição, ele passa de um documento técnico para ser um espaço de debate dos cidadãos e de definição por uma estratégia de intervenção no território.

Portanto, o plano diretor é considerado como um instrumento básico para a política de desenvolvimento e expansão urbana devendo ser regulamentado por lei municipal (CYMBALISTA; SANTORO, 2009, p.5). Assim, os municípios elegeram o plano diretor como instrumento básico da política urbana local, incluindo, o objeto de estudo dessa pesquisa, o município de Três Corações-MG.

Para auxiliar na compreensão sobre a área de estudo, serão demonstradas algumas características da região, mais especificamente da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, à qual o município pertence. Acredita-se que a dinâmica territorial e regional, ocorrida no passado e nas últimas décadas, influenciou diretamente no espaço intra-urbano da cidade. Conforme Saes et al. (2010), o Sul/Sudoeste de Minas tem sua história atrelada à exploração do ouro, à criação de ferrovias e ao cultivo do café. Posteriormente, a região foi beneficiada pelas políticas de desconcentração industrial que promoveu o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional e aumentaram os níveis de circulação; assim, o conjunto desses fatores colocou-a em destaque no cenário político/histórico brasileiro. Ao mesmo tempo em que sua localização estratégica, situada entre os grandes centros de desenvolvimento do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e posteriormente Belo Horizonte) ajudou a região a se desenvolver no passado, hoje isso se traduz em maior concorrência e perda da sua área de influência.

No atual cenário de produção do espaço urbano brasileiro, o plano diretor é visto como uma das principais ferramentas de planejamento das administrações municipais. Em 2016 e 2017, o plano diretor de Três Corações-MG passa pela sua primeira revisão. Acompanhar o andamento de sua elaboração, juntamente com o plano antecessor (2006), motivou o desenvolvimento da pesquisa.

Diante do exposto, surgem os seguintes questionamentos: como ocorreu o processo histórico de estruturação urbana da cidade de Três Corações? As políticas urbanas criadas a partir da Constituição Federal de 1988 possibilitaram uma melhor gestão da organização territorial municipal? As diretrizes contidas no Plano Diretor de 2006 foram eficazes? Qual é a percepção da população frente ao tema, e o que se identifica como aspectos positivos e

negativos? Essas indagações orientarão o desenvolvimento da pesquisa, conduzindo o referencial teórico, a metodologia e os resultados.

A partir destes questionamentos é possível traçar os objetivos da pesquisa que remetam à compreensão de como ocorreu o desenvolvimento urbano de Três Corações-MG e sua gestão e planejamento, tendo como referência o Plano Diretor 2006, verificando a importância das legislações e suas diretrizes (Estatuto da Cidade e Planos Diretores) no planejamento e gestão urbana no cenário nacional. Assim como analisar o Plano Diretor/2006 e acompanhar a elaboração do Plano Diretor/2016, considerando a percepção da população frente ao desenvolvimento da cidade.

A justificativa pela escolha de Três Corações deve-se à dinâmica territorial em transformação do município que se destaca no crescimento urbano e populacional. Nos últimos quarenta anos, sua população total dobrou, a urbana quase triplicou e a rural diminuiu em três mil habitantes (IBGE, 2010). Portanto, o município de Três Corações acompanha, com coerência, as características da urbanização brasileira, como pode ser observado pela redução da população rural e aumento da população urbana. Apesar de não ser elevado, o moderado crescimento econômico e populacional trouxe alguns impactos significativos na malha urbana da cidade; assistimos a um cenário mediado por altos custos de moradia, especulação imobiliária, déficit habitacional, serviços precários na educação, saúde, transporte, dentre outros. Nesse contexto de violação dos direitos humanos, os movimentos sociais ainda buscam alternativas no modo de gerir e planejar as cidades com intuito de melhor desenvolvê-las, e uma das soluções/respostas encontradas são os planos diretores.

Analisar o planejamento urbano por meio do plano diretor é fundamental para o fomento de estratégias que visem contribuir para o desenvolvimento municipal; dentre elas podemos destacar: gestão territorial e tributária, regularização fundiária, o direito à moradia e a aos serviços urbanos, a participação popular, proteção de áreas de risco e áreas ambientais, dentre outros. Portanto, estudá-los deve-se à atualidade da temática e das discussões que vêm adquirindo importância na sociedade contemporânea, principalmente porque elas têm o intuito de minimizar os problemas urbanos existentes e de proporcionar à população melhor qualidade de vida.

Em relação à atualidade da temática, um aspecto importante a ser destacado é que o Estatuto da Cidade, além de estabelecer qual município deve ser obrigado a elaborar o plano diretor, também determinou como prazo limite o ano de 2006 para sua efetivação. Tendo decorrido dez anos desse processo, tem-se a hipótese de que uma considerável parcela de municípios esteja passando pelo processo de revisão, caso exemplificado por Três Corações.

Por meio de sucessivos levantamentos bibliográficos, identificou-se que o município de Três Corações carece de pesquisas acadêmicas principalmente voltadas à temática urbana; portanto, um dos fatores consolidadores é a necessidade de trabalhos científicos que tratem localmente sobre o tema em questão. Dessa forma, a presente pesquisa seria preconizadora de outras que poderão surgir com o advento dela.

Para cumprir os objetivos, estruturou-se a dissertação da seguinte maneira: Introdução, Capítulo I, II, III e Considerações Finais.

Na introdução ocorre uma explicitação e uma contextualização geral das ideias, contendo o objeto de estudo, a justificativa, a relevância, a problemática, os objetivos e apresentação da estruturação dos capítulos da pesquisa.

No capítulo I propõe-se fazer um apanhado teórico e metodológico. Uma revisão de literatura bem elaborada é capaz de nortear a direção teórica que se pretende tomar e auxiliar todo o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, ela foi pensada com intuito de oferecer ao autor conhecimento prévio, e de proporcionar ao leitor maior compreensão acerca das temáticas envolvidas, além de disponibilizar informações gerais. No primeiro subitem são expostos os aspectos teóricos abordados para a compreensão da origem e do contexto de surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, seus princípios, objetivos e principais conquistas. No subitem seguinte é abordado o Estatuto da Cidade, sendo feita uma descrição de todas as suas etapas até a promulgação, análise dos instrumentos presentes, seus resultados e sua repercussão nacional. No subitem que contém o método, são expostos os aspectos metodológicos adotados, a natureza e caracterização da pesquisa.

Essa subdivisão do capítulo I facilitará a compreensão do leitor perante cada uma dessas temáticas. Isso não quer dizer que os processos ocorreram separadamente ou na ordem descrita; pelo contrário, muitos ocorreram simultaneamente e estão intrinsecamente vinculados entre si.

No capítulo II há uma mescla de conteúdos entre a formação territorial brasileira em concomitância com o desenvolvimento e caracterização da região Sul de Minas. A partir desse arcabouço teórico será possível compreender as transformações do espaço urbano na cidade de Três Corações - MG, descrevendo todo o seu processo histórico, iniciando nas bandeiras, passando pela instalação da rede ferroviária, da feira de gado e de diversos equipamentos e serviços urbanos até alcançar os dias atuais. Alguns conceitos de paisagem, produção do espaço urbano e centralidade foram inseridos durante a descrição do desenvolvimento urbano de Três Corações. Optou-se por inserir essa discussão no capítulo II para aproximar e intercalar a discussão teórica e a discussão empírica na área de estudo.

No último capítulo (III), são apresentados os resultados dos questionários referentes à percepção da população juntamente com a análise do plano diretor 2006, ainda constando as etapas e o processo de elaboração do plano diretor 2016.

Nas considerações finais foram apresentadas sínteses dos elementos constantes durante o desenvolvimento da pesquisa, atrelando com as ideias que foram apresentadas na introdução. Foram expostas as considerações sobre a problemática proposta, limitações encontradas, sugestões e recomendações para próximos e futuros estudos.

No próximo capítulo iniciar-se-ão os estudos com apresentação da revisão de literatura seguida da metodologia.



CAPÍTULO I

OS PLANOS DIRETORES BRASILEIROS: SEUS ANTECEDENTES E REPERCUSSÕES

Vista aérea parcial de Três Corações - MG, 2012.



Fonte: SILVA, 2012.



Antes de adentrar-se nas discussões acerca do tema geral da pesquisa, os planos diretores, percebeu-se que a temática é recortada e permeada por vários outros assuntos, como o Estatuto da Cidade e o movimento da reforma urbana. Este último surgiu como uma reação às desigualdades sociais e ao direito à cidade que paulatinamente foi sendo cerceado principalmente a partir da segunda metade do século XX. O primeiro surge como uma resposta às demandas levantadas nesse período pelas camadas populares insatisfeitas com o modelo caótico e de segregação vigente nas cidades brasileiras. As problemáticas não foram solucionadas; no entanto, somente o fato de essas discussões terem sido colocadas em pauta e de terem sido criados alguns instrumentos capazes de propiciar à função social da cidade e à democratização da gestão, já são identificados alguns avanços.

1.1. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana

Ao buscar compreender o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), não foi possível estimar sua data precisa de criação, principalmente porque a ideia do movimento se fundiu à ideologia da reforma urbana. Nesse contexto percebe-se que a luta pela reforma urbana já havia por volta da década de 1960; entretanto isso não quer dizer que o MNRU encontrava-se organizado, fazendo com que haja muitas variações quanto à data de seu surgimento, principalmente porque a ideia e a luta pela reforma urbana se misturam com a data de criação do movimento.

Conforme Maricato (2010, p. 17) “a primeira proposta de reforma urbana no Brasil, definida em um congresso de arquitetos, em 1963, incorporou o conceito da propriedade ociosa como ilegítima, a partir da cultura herdada da Reforma Agrária”. Percebe-se que nesse momento de surgimento, os princípios da reforma urbana eram muito vinculados aos princípios da reforma agrária quando “a questão da terra era vista como central para a transformação que o país demandava” (MARICATO, 2010, p. 17).

A trajetória da luta pela reforma urbana inicia-se nos anos 1960, época que os segmentos progressistas da sociedade brasileira demandavam reformas estruturais na questão fundiária. A principal bandeira era a realização da Reforma Agrária no campo, que já integrava o plano das Reformas de Base no governo do presidente João Goulart (SAULE JR.; UZZO, 2009, p.1).

A reforma urbana passou a ganhar força nesse contexto das reformas de base promovidas pelo governo João Goulart. Estas representavam propostas de base popular “elaboradas por intelectuais, profissionais, acadêmicos, líderes sociais e sindicais e tratavam

de temas como educação, saúde, administração pública, cultura, além das reformas agrária e urbana” (MARICATO, 2010, p. 17). Do ponto de vista técnico, o movimento empunhava bandeiras que em parte já haviam sido levantadas em momentos anteriores, como a separação entre o direito de propriedade e o direito de construir, o combate à especulação de imóveis urbanos e a função social da propriedade urbana (CYMBALISTA, 2007).

No entanto, como apontam Saule Jr.; Uzzo (2009), a implementação do regime militar em 1964 inviabilizou a realização dessas reformas. A repressão ditatorial, paulatinamente, se abateu sobre os setores populares, estudantes, jornalistas, professores, políticos entre outros e teve como intuito minar todas as propostas de reforma. O regime militar construiu um aparato institucional tecnocrático, fortemente centralizado, voltado à política habitacional, ao transporte e ao saneamento, ignorando a questão fundiária e privilegiando a classe média em detrimento da maioria da população (MARICATO, 2010).

Após anos de repressão, o tema foi ressurgindo e ganhando força nas décadas de 1970 e 1980, quando os movimentos sociais gradualmente ganhavam mais visibilidade e relevância política. As reivindicações tinham como objetivo reverter as desigualdades sociais, trazendo como dimensão importante a politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira.

Adentrando nas discussões acerca da criação do movimento, Maricato (1994) afirma que o MNRU surgiu a partir de iniciativas de setores da igreja católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a intenção de unificar as numerosas lutas pontuais que emergiam em todo o país, inclusive a reforma agrária, a partir de meados dos anos de 1970. “Nesse período, a Igreja Católica deu uma grande contribuição ao lançar o documento Ação Pastoral e o Solo Urbano, no qual defendia a função social da propriedade urbana” (SAULE JR.; UZZO, 2009, pp.1).

Ainda nessa década, Tavares (1997) relata que alguns movimentos políticos urbanos surgiram porque, na prática, o direito à cidade foi sendo cerceado e limitado com o aumento das desigualdades sociais e da segregação espacial. Para essa autora, é nesse período que emergem os primeiros movimentos pelo direito ao espaço urbano e que aspiravam pela sua reforma; assim, houve um intenso processo de mobilização em torno da infraestrutura de saneamento, de melhores condições de saúde, educação, emprego, transportes e a busca pelo direito à participação política e gestão nos planos da cidade.

Para Cymbalista (2007), a luta em torno da política urbana ganha força na década de 1980, momento da redemocratização e das intensas mobilizações na qual o território nacional passa por um período de significativos movimentos para a prática do planejamento e seus

instrumentos em prol das transformações sociais. Esses movimentos nascentes pressionaram várias áreas do Estado por reformas, e foram fundamentais no processo de redemocratização e para a negociação e aprovação de uma série de conquistas posteriores.

Esse quadro também é relatado por Tavares (1997); segundo a autora, o Estado é chamado a intervir e a responder às pressões sociais e a pensar em uma reforma urbana fundada no princípio da cidadania, principalmente porque o impacto do processo de crise econômica nas décadas de 1970 e 1980 provocou uma grande tensão habitacional, expressa por significativos *déficits* de moradia, e é nesse contexto que passa a ocorrer uma expressiva articulação dos movimentos populares urbanos.

Segundo Saule Jr.; Uzzo (2009) é nessa última década que o MNRU é criado, mais precisamente em 1985. O movimento nasce como resultado e denúncia da segregação que divide os espaços destinados aos ricos e aos pobres em nossas cidades.

A reforma urbana, tal como aparece em um de seus primeiros documentos é entendida enquanto uma nova ética social que assume, como valor básico, a politização da questão urbana através da crítica e denúncia do quadro de desigualdade social que marca o espaço urbano das cidades do país (SILVA, 1991, p.7).

Essa lógica de segregação espacial e de exclusão social, em relação aos equipamentos públicos e serviços urbanos, determina um espaço equipado, conservado e privilegiado para minorias com maior renda, em oposição a um espaço deteriorado, irregular e ilegal, restrito à maioria da população (SILVA, 1991).

Além da reivindicação da politização do urbano, da cidadania, da igualdade e do combate à exclusão, à segregação, à desigualdade e à injustiça, a criação do MNRU representou a unificação de diversos movimentos (SILVA, 1991). Sua criação explica-se pela aproximação entre a universidade e os movimentos sociais (CARDOSO, 1997).

O Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) foi criado com a finalidade de unificar todas as iniciativas desses movimentos urbanos que faziam reivindicações específicas e fragmentadas naquele momento (MARICATO, 2010). O FNRU trabalha ativamente com a sociedade civil para a que a reforma urbana se concretize no Brasil, concentrando-se em formas de reivindicação para que o conjunto de direitos conquistados seja aplicado.

Os objetivos do MNRU foram, em grande parte, acoplados pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade. Atualmente, o que orienta o movimento são princípios instituídos pelos FNMRU; eles são apresentados no quadro 01 a seguir:

Quadro 01: Princípios fundamentais que orientam as ações do FNMRU, 2016:

PRINCÍPIOS	FUNDAMENTOS
Direito à cidade e à cidadania	Participação dos habitantes das cidades na condução de seus destinos (direito à terra, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação). Inclui também o respeito às minorias, à pluralidade étnica, sexual e cultural.
Gestão democrática da cidade	Planejar, produzir, operar e governar as cidades, submetida ao controle social e à participação da sociedade civil.
Função social da cidade e da propriedade	Uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro de parâmetros de justiça social e da criação de condições ambientalmente sustentáveis.

Fonte: FNMRU, 2016.

Comparando os objetivos e os princípios, são mínimas as diferenças em seus conteúdos. Talvez a diferenciação a ser destacada seja o fato dos objetivos terem sido, de certa forma, alcançados junto a Constituição de 1988 e ao Estatuto da Cidade, já os princípios seriam uma forma constante de cobrança visando à manutenção da identidade e a não perda de sua essência do movimento.

Todos os objetivos estavam insertos na emenda popular da reforma urbana. Como no caso brasileiro o processo constituinte se deu por meio de emendas, foi massiva a participação popular. Segundo Avritzer (2010, p.6) “a emenda popular da reforma urbana foi apresentada à Assembleia Nacional Constituinte com 31 mil assinaturas e desencadeou uma forte disputa com os setores conservadores e os interesses imobiliários”. Conforme Saule Jr.; Uzzo (2009), as forças conservadoras argumentavam que os princípios da reforma urbana eram pretextos para impedir o desenvolvimento do país e que um caráter intervencionista na política urbana seria estatizante, trazendo desordem social e incentivo às ocupações ilegais.

Ao contrário dos setores mais conservadores, Fernandes (2010) esclarece que essa emenda popular propunha o reconhecimento constitucional dos seguintes princípios gerais: autonomia do governo municipal; gestão democrática das cidades; direito social de moradia; direito à regularização de assentamentos informais consolidados; função social da propriedade urbana, e combate à especulação imobiliária nas áreas urbanas.

Posteriormente aos debates a emenda resultou em um capítulo, contendo dois artigos (182 e 183), presente na Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez na história brasileira deu-se uma regulação federal para a política urbana (ROLNIK, 2001). Em linhas gerais, para

o MNRU esse avanço representou, “apesar de não atender a todos os anseios, um avanço significativo ao estabelecer, pela primeira vez, uma política pública que tratasse a questão urbana voltada a atender os objetivos da reforma urbana” (SAULE JR.; UZZO, 2009, p.1).

No entanto, o texto constitucional requeria uma lei específica, de abrangência nacional; assim, foi necessário criar uma legislação complementar - o Estatuto da Cidade - aprovada em 2001, treze anos após a constituição. Essa lei foi capaz de municiar e reforçar a reforma urbana em muitos de seus propósitos.

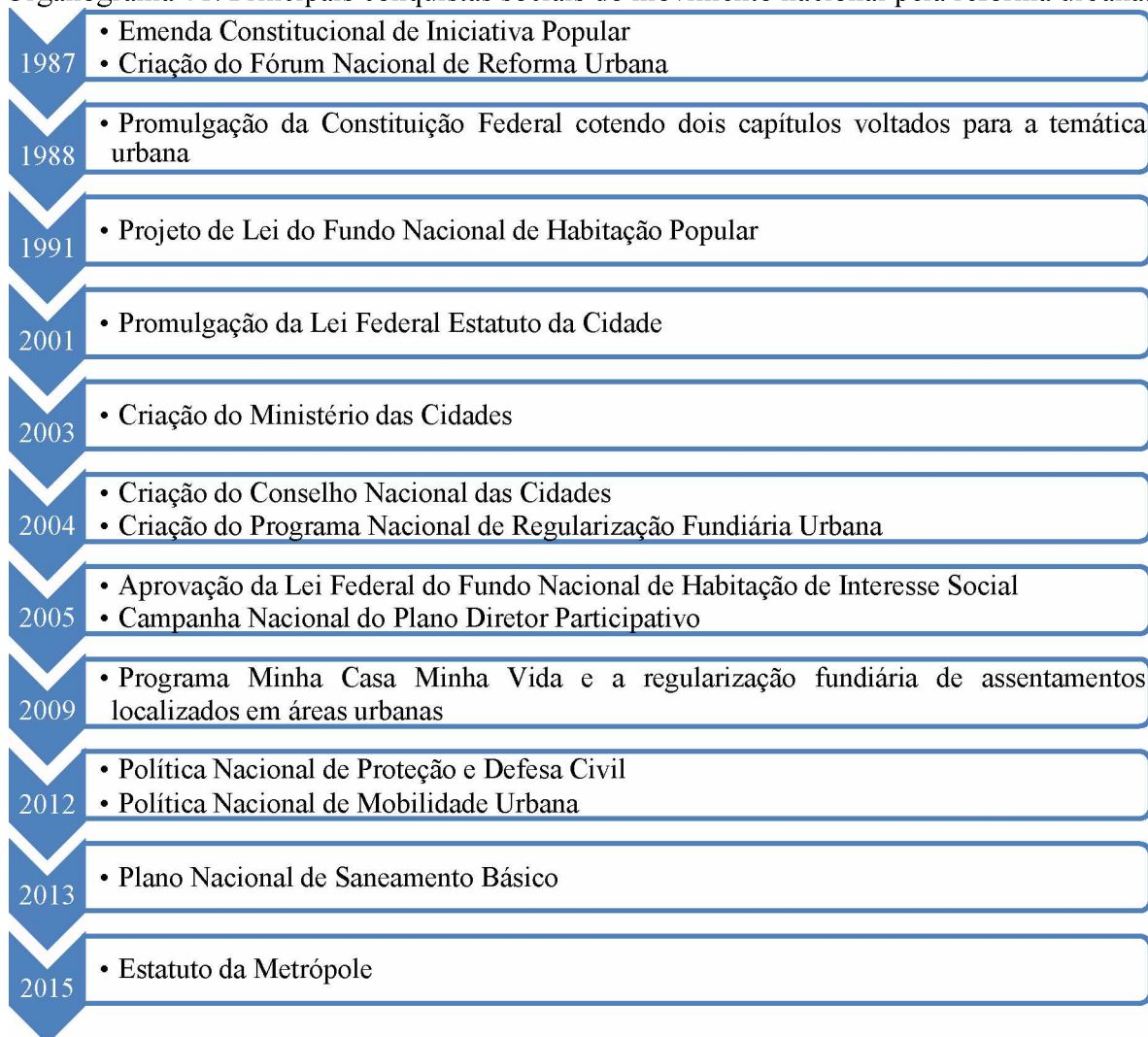
Como mencionam Cymbalista; Santoro (2009), em conjunto essas ações conseguiram pressionar o governo promovendo a instituição dos “novos” planos diretores e estes passaram a adquirir função estratégica, constituindo a base para a política de desenvolvimento e expansão urbana. Portanto, no âmbito local, esses instrumentos superaram a ideia da legislação como objeto técnico, minando as desigualdades da sociedade e propondo a elaboração de ferramentas urbanísticas que colocassem o Estado e a regulação a favor, e não contra, a democratização do espaço da cidade (CYMBALISTA, 2007).

Resumidamente, Cardoso (1997) traça um panorama do que buscou, do que foi e as conquistas do MNRU.

A proposta do Movimento Nacional da Reforma Urbana centrou-se principalmente [...] nos direitos urbanos diretamente ligados ao papel do Estado na garantia da reprodução social e na defesa de uma nova concepção de democracia, pautada na participação popular na gestão da cidade. Esses princípios envolviam ainda, necessariamente, uma maior regulação da ação dos capitais privados no urbano, o que se expressa principalmente através da ideia de limitação ao direito de propriedade [...]. É estabelecida a limitação ao exercício do direito de propriedade a partir de sua função social, a qual tem como campo de definição o Plano Diretor Municipal. A função social da cidade passa a ser entendida como direito à moradia, ao transporte, ao saneamento, à saúde, à educação e etc. (CARDOSO, 1997, p. 92-93).

A seguir, no organograma 01, são listadas algumas das conquistas do MNRU, iniciando pela emenda em 1987 e encerrando em 2005 com os planos diretores. As conquistas nos anos de 1987 a 2001 foram apresentadas neste subitem. Cabe ressaltar que por meio do FNRU a luta permanece constante na busca de seus princípios.

Organograma 01: Principais conquistas sociais do movimento nacional pela reforma urbana.



Fonte: MARICATO, 2010. Org.: Autoria própria, 2016.

O Ministério das Cidades foi criado em 2003, a partir de uma medida provisória. Tem como missão “melhorar as cidades, tornando-as mais humanas [...], por meio de gestão democrática e integração das políticas públicas de planejamento urbano, habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito de forma articulada com os entes federados e a sociedade” (BRASIL, 2016).

Inserido na estruturação do ministério encontra-se o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades). Este configura-se como amplo espaço de debate, que tem como principal atribuição a definição de orientações sobre a política de desenvolvimento urbano. Compõem o ConCidades representantes de segmentos da sociedade civil e dos poderes públicos federal, estadual e municipal (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2010, p. 17).

Ainda vinculado ao Ministério das Cidades, o Programa Nacional de Regularização Fundiária Urbana foi elaborado juntamente com a Secretaria Nacional de Habitação e a

Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos. Ele “abre um novo e promissor momento para a regularização fundiária urbana no Brasil. Pela primeira vez [...] é definida numa lei federal, que estabelece, ainda, procedimentos, competências e cria importantes instrumentos para a sua efetivação”. (BRASIL, 2013, p.10).

Segundo Cardoso (2008), em 2005 é aprovada a Lei Federal 11.124 que tem origem do primeiro projeto de lei de iniciativa popular no movimento pela reforma urbana apresentado após a Constituição. O Sistema Nacional de Habitação Social de Interesse Social (SNHIS) é descentralizado, democrático e unifica as políticas de habitação social e fomenta a produção de habitação de qualidade para população de baixa renda, através da ação conjunta dos seus diversos agentes promotores em busca da construção de cidades justas, humanas, democráticas e sustentáveis.

A partir do Ministério das Cidades com a coordenação do Conselho das Cidades, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, conforme Brasil (2005), foi montada em duas frentes: uma campanha de massa voltada para o conjunto dos cidadãos e uma campanha dirigida aos gestores e técnicos municipais. Para alcançar a cidade, a campanha definiu três eixos estruturadores: inclusão territorial, justiça social e gestão democrática. O objetivo era investir mais de R\$ 60 milhões de reais para apoiar 1.684 municípios, com mais de 20 mil habitantes, na elaboração de seus planos diretores.

Apesar de todas as conquistas, em um tom de alerta, Maricato (1994) questiona que as propostas da reforma urbana não se fixaram na cena política brasileira com um conjunto de direitos reconhecidos como legítimos pela maior parte da sociedade ou pelas minorias sociais, porque há uma diversidade de interpretações sobre seu conceito e seus objetivos. Sua trajetória é rica, mas exige uma avaliação crítica para que se retome a proposta inicial de construção de uma articulação nacional de entidade de massas, que busque direitos no cenário político nacional, almejando a ideia de uma reforma estrutural que alcance as relações sociais de produção e consumo urbano.

Antes de adentrar nas discussões que permeiam a temática dos planos diretores, é necessário compreender um importante marco da política brasileira - a Lei Federal 10.257 (Estatuto da Cidade) - que institui e regulamenta suas diretrizes. O subitem a seguir buscará abranger o processo de fomento dessa lei até sua promulgação final, estabelecendo suas problemáticas, suas oportunidades e seus conceitos.

1.2. O Estatuto da Cidade: uma inovação na política urbana brasileira

Como afirma Brasil (2002), durante a consolidação da Constituição de 1988, houve um longo processo para inserir, no texto constitucional, instrumentos que auxiliassem a construção das cidades. Como resultado dessa demanda, foi incluído um capítulo destinado à política urbana, que previa uma série de instrumentos para assegurar, no âmbito de cada município, o direito à cidade, a função social e a democratização da gestão urbana. No entanto, o texto constitucional requeria uma lei específica, de abrangência nacional; assim, foi necessário criar uma legislação complementar de regulamentação dos instrumentos para obrigar a construção de planos diretores que incorporassem seus princípios (BRASIL, 2002).

Uma das origens da Lei Federal 10.257 remetia aos objetivos oriundos da reforma urbana, iniciada na década de 1960. O projeto lei que se transformou em Estatuto da Cidade foi elaborado pelo senador Pompeu de Sousa, jornalista e professor, que nasceu em 1916 e faleceu em 1991 (BASSUL, 2010). Um grande embate estava por vir: os setores conservadores não estavam felizes com o fato de o projeto reinserir parte da agenda do movimento da reforma urbana já tratada durante a Assembleia Nacional Constituinte, e o FNUR não estava satisfeito, pois o documento não incorporava completamente seus princípios (AVRITZER, 2010).

Durante mais de uma década, especificamente, 13 anos, houve um moroso e intenso debate acerca do conteúdo previsto e integrante da Lei. Em seu texto, Bassul (2002) descreve o longo processo de tramitação legislativa do Estatuto, motivado principalmente pelo conflito de interesses entre o MNRU e entre as entidades representativas do empresariado urbano, incorporadas por instituições de defesa da propriedade privada. A partir de sua promulgação, diversas obras foram publicadas destacando o valor e a importância dessa legislação para o país. Algumas serão elucidadas no decorrer do subitem.

O Estatuto da Cidade passa a ser definido como uma lei que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2002, p.1).

Segundo Rolnik (2001), o Estatuto da Cidade é uma lei que regulamenta o capítulo da primeira política urbana federal da Constituição de 1988, possibilitando uma nova concepção de planejamento, oferecendo aos cidadãos o direito de participar e o dever de exigir que seus governantes encarem o desafio de intervir, sobre o território, na perspectiva de construir cidades mais justas.

Em conformidade com a ideia, Saule Jr. (2001) manifesta que o Estatuto da Cidade é inovador, pois abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados para promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras. Já para Rodrigues (2004), trata-se de uma lei elaborada com a ativa participação dos movimentos da sociedade civil, questionando a apropriação da propriedade do solo para garantir o acesso a todos os moradores à cidade.

Conforme Cymbalista (2007), o Estatuto da Cidade teve um caráter marcadamente progressista, instituindo as diretrizes e instrumentos de cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, do direito à cidade e da gestão democrática, que trouxeram novos rumos para o desenvolvimento local.

Em uma breve explanação, Brasil (2002) afirma que o Estatuto funciona como uma ferramenta para a política urbana local. São os planos diretores que determinarão a mobilização dos instrumentos e sua forma de aplicação. É, portanto, no processo político e no engajamento amplo da sociedade civil que repousarão a natureza e a direção de intervenção e uso dos instrumentos propostos no Estatuto.

Para esses autores, que lançaram suas obras próximas à efetivação, o Estatuto da Cidade é visto com muita expectativa. Saule Jr. (2001) acredita que a lei passa a ser o novo marco legal, pois a sua implementação como instrumento de reforma urbana pelos municípios pode contribuir para mudar o quadro de desigualdade social e de exclusão da maioria da nossa população, bem como para o direcionamento de cidades mais justas, humanas e democráticas.

Rodrigues (2004) mostra seu caráter revelador, pois o Estatuto não resolve nem elimina os conflitos, mas os retira da sombra, mostrando que a sociedade é desigualmente constituída. Reconhece, também, o predomínio da população urbana e a falta de acesso da maioria aos padrões de urbanidade vigentes, desvendando conflitos relacionados ao planejamento, à apropriação, à propriedade, à gestão e ao uso do solo nas áreas urbanas.

Se realmente essa Lei é capaz de trazer à tona os problemas da sociedade urbana, por hora isso pode ser considerado um sinal de esperança. Maricato (2010), em sua obra, também é otimista ao afirmar que:

O Estatuto da Cidade tem méritos que justificam seu prestígio em boa parte dos países do mundo. Suas virtudes não se esgotam na qualidade técnica ou jurídica de seu texto. A lei é uma conquista social cujo desenrolar se estendeu durante décadas. Sua história é, portanto, exemplo de como setores de diversos extratos sociais (movimentos populares, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, pesquisadores, ONGs, parlamentares e prefeitos progressistas) podem persistir muitos anos na defesa de uma ideia e alcançá-

la, mesmo num contexto adverso. Ela trata de reunir, por meio de um enfoque holístico, em um mesmo texto, diversos aspectos relativos ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental. Ela traz à tona a questão urbana e a insere na agenda política nacional num país, até pouco tempo, marcado pela cultura rural (MARICATO, 2010, p.5).

Para Rolnik (2001), o Estatuto da Cidade oferece um conjunto inovador de instrumentos de intervenção sobre os territórios urbanos. Conforme Brasil (2002), essas inovações estão distribuídas em três campos, conforme o quadro 02, sendo: 1) a indução as formas de uso e ocupação do solo; 2) a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal; 3) e também uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão nos processos decisórios sobre o destino da cidade.

Quadro 02: As inovações do Estatuto da Cidade no Brasil, 2002.

INOVAÇÕES DO ESTATUTO	SIGNIFICAÇÃO
1. CONJUNTO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Coibir a retenção especulativa de terrenos e de instrumentos que consagram a separação entre o direito de propriedade e potencial construtivo dos terrenos atribuído pela legislação urbana.
2. CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Regularizar assentamentos irregulares, ilegais ou clandestinos nos municípios.
3. CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADANIA	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais na implementação e gestão das decisões.

Fonte: BRASIL, 2002.

Essas inovações são exemplificadas por meio dos diversos instrumentos criados, segundo Marguti; Costa; Galindo (2010), o amplo arcabouço de ferramentas agrupadas no Estatuto da Cidade traz três instrumentos exemplificados pelo quadro 03 e descritos a seguir: I - instrumentos de indução do desenvolvimento urbano; II - instrumentos de regularização fundiária; III - instrumentos de democratização da gestão urbana.

Em conjunto ambos incorporam a avaliação dos efeitos da regulação sobre o mercado de terras, oferece ao poder público maior capacidade de intervenção, e proporciona a população uma gestão democrática, concretizando a função social da cidade e da propriedade.

Quadro 03: Instrumentos do Estatuto da Cidade, Brasil, 2002.

CONJUNTOS	INSTRUMENTOS
<p style="text-align: center;">INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO</p>	<p>Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (Arts. 5 e 6) IPTU Progressivo no Tempo (Art. 7) Desapropriação com Pagamento Em Títulos (Art. 8) Consórcio Imobiliário (Art. 46) Outorga Onerosa do Direito de Construir (Arts. 28 a 31) Direito de Superfície (Arts. 21 a 24) Transferência do Direito de Construir (Art. 35) Operações Urbanas Consorciadas (Arts. 32 a 34) Direito de Preempção (Arts. 25 a 27)</p>
<p style="text-align: center;">INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</p>	<p>Zonas Especiais de Interesse Social Direito à Moradia e Direito a Cidades Sustentáveis Regularização Fundiária nas Favelas e Cortiços Usucapião Especial de Imóvel Urbano A Concessão de Uso Especial Para Fins de Moradia A Concessão de Direito Real de Uso</p>
<p style="text-align: center;">INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO URBANA</p>	<p>Órgãos Colegiados de Política Urbana Debates, Audiências e Consultas Públicas Conferências Sobre Assuntos de Interesse Urbano (Arts. 43 a 45) Estudo de Impacto de Vizinhança (Arts. 36 a 38)</p>

Fonte: BRASIL, 2002.

Os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano têm como objetivo induzir a ocupação de áreas já dotadas de infraestrutura e equipamentos, ou seja, mais aptas para urbanizar, evitando a pressão de expansão horizontal na direção de áreas periféricas ou áreas de risco não dotadas de infraestrutura. Os terrenos vazios inseridos na da malha urbana devem atender à população, e não serem usados com o objetivo de especulação imobiliária (BRASIL, 2002).

O objetivo do segundo conjunto, regularização fundiária, é legalizar a permanência de populações de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei, o que significa a integração destas ao espaço urbano, aumentando sua qualidade de vida e resgatando sua cidadania (BRASIL, 2002).

Já os instrumentos de democratização da gestão urbana podem romper com o histórico de relações perversas e clientelistas entre o Legislativo e os segmentos populares. A participação popular pode pressionar o poder público para que não beneficie determinadas áreas em detrimento de outras. Dessa forma, os conselhos, as conferências, as audiências, consultas e debates são espaços públicos de diálogo entre os diversos interesses provenientes

da sociedade civil, partindo de proposições dos diversos setores e da avaliação e fiscalização de decisões referentes aos investimentos públicos e privados nas cidades (BRASIL, 2002).

Em relação à sua composição de uma forma geral, como Saule Jr. (2001) aponta, o Estatuto introduz instrumentos da política urbana, no que diz respeito ao planejamento municipal, a gestão orçamentária participativa, bem como apresenta um capítulo específico sobre a gestão democrática da cidade e sobre o plano diretor. O documento possui cento e duas páginas distribuídas em cinco capítulos (quadro 04) e vetos presidenciais.

Quadro 04: Composição estrutural do Estatuto da Cidade no Brasil.

CAPÍTULOS	SEÇÕES
Capítulo I - Diretrizes Gerais	-
Capítulo II Dos Instrumentos da Política Urbana	I - Dos instrumentos em geral II - Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios III - Do IPTU progressivo no tempo IV - Da desapropriação com pagamento em títulos V - Da usucapião especial de imóvel urbano VII - Do direito de superfície VIII - Do direito de preempção IX - Da outorga onerosa do direito de construir X - Das operações urbanas consorciadas XI - Da transferência do direito de construir XII - Do estudo de impacto de vizinhança
Capítulo III - Do Plano Diretor	-
Capítulo IV Da Gestão Democrática da Cidade	
Capítulo V - Disposições Gerais	

Fonte: BRASIL, 2002.

As diretrizes gerais são, em especial para os municípios, as normas balizadoras e indutoras da aplicação dos instrumentos de política urbana regulamentados na lei. São estabelecidos os parâmetros que devem orientar a construção desta política em todas as instâncias do poder público (BRASIL, 2002).

No capítulo II, o Estatuto estabelece que a política urbana deve envolver a integração dos planos de ordenamento do território, nas escalas nacional, estadual, regional, metropolitana, municipal e intermunicipal. Especificamente no âmbito municipal, detalha que o planejamento deve envolver o urbano, o ambiental, o tributário, o setorial e o planejamento

do desenvolvimento econômico e social, sendo feito de forma participativa aberta a todos os cidadãos (BARROS; CARVALHO; MONTADON, 2010).

No capítulo III, ressalta-se que o plano diretor é o principal instrumento do Estatuto, reunindo os demais instrumentos e estabelecendo como cada porção do território municipal cumpre sua função social. Sua concepção pressupõe o enfrentamento dos problemas urbanos, principalmente a desigualdade social das cidades brasileiras, além de requerer um processo dinâmico e permanente de planejamento no município. Para isso, ele não deve ser concebido somente como uma peça técnica, mas como um processo político de tomada de decisões sobre a gestão do território municipal, que envolva toda a sociedade (BARROS; CARVALHO; MONTADON, 2010).

No capítulo IV, são abordados itens vinculados à promoção da participação da sociedade na gestão urbana. As decisões sobre o futuro das cidades não podem se limitar somente à administração pública, mas sim, devem envolver toda a população. Não se trata apenas de consultar sua opinião sobre as proposições no processo de planejamento urbano e na destinação dos recursos públicos. Trata-se, também, de propiciar à população de baixa renda, sempre excluída do planejamento das cidades, sua participação nas decisões sobre a regulação do uso e ocupação do território e sobre a destinação dos investimentos públicos (BARROS; CARVALHO; MONTADON, 2010).

No último capítulo, V, são apresentadas algumas disposições gerais, elas refletem os prazos para a expedição de diretrizes de empreendimentos urbanísticos, os prazos para aprovação do plano diretor; aborda conteúdos envolvendo a improbidade administrativa, dentre outros.

O seu conteúdo poderia ser abordado de forma mais ampla envolvendo artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, mas, devido à extensão do documento, a análise poderia ficar demasiadamente longa; assim, com o intuito de tornar o texto menos exaustivo, preferiu-se partir para origem, conceituação e estrutura (visto anteriormente) e para a problematização das repercussões do Estatuto nacionalmente, bem como as perspectivas e os resultados após sua promulgação.

Em 2016, o Estatuto da cidade completou quinze anos. Durante essa uma década e meia de vigência, foram muitas as obras publicadas sobre a temática, envolvendo abordagens de diversas áreas do conhecimento como a do direito, arquitetura, geografia, dentre outras, que destacam o caráter inovador dessa legislação quanto à política urbana brasileira. A seguir são apresentados alguns resultados, e a repercussão do Estatuto nesse período.

1.2.1. - Os resultados do Estatuto da Cidade e sua repercussão nacional

Nesses quinze anos são elencados alguns aspectos positivos, contudo as críticas referentes ao seu processo de implantação são mais contundentes.

O primeiro aspecto positivo refere-se à ampla participação dos municípios brasileiros na construção de seus planos diretores. Segundo o IBGE (2016), no ano de 2015, 89,2% dos municípios com mais de vinte mil habitantes, continham o documento. “É também positiva a constatação de que neles houve a inclusão dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, sobretudo daquilo que trata sobre a gestão do uso do solo, do zoneamento, da habitação e do sistema viário” (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2010, p. 17).

Os números quantitativos revelam resultados satisfatórios; todavia, a análise qualitativa “demonstra que a incorporação das diretrizes nos planos diretores quase nunca veio acompanhada da real aplicação dos seus instrumentos” (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2010, p. 17) evidenciando “o descolamento de seus propósitos com o território municipal e a fragilidade de estratégias de desenvolvimento urbano pretendidas nesses planos diretores” (SANTOS JR.; MONTANDON, 2011, p. 36) e por fim corroborando para “a subutilização do Estatuto, para o acirramento das desigualdades no espaço urbano brasileiro e para a consolidação de um quadro contra o qual se pretendia opor” (RODRIGUES, 2016).

Conforme Marguti; Costa; Galindo (2010), um aspecto negativo diz respeito à efetividade e aplicação dos instrumentos da política urbana inclusos nos planos diretores. Em alguns casos, são exigidos detalhamentos e regulamentações posteriores à lei; no entanto, a descontinuidade das gestões municipais leva à perda de força e abandono, comprometendo a efetiva operacionalização dos instrumentos. Além da descontinuidade, há tensões entre os grupos políticos, entre os poderes executivo e legislativo e entre os movimentos sociais e empresariado; esta instabilidade política local gera desconfianças capazes de paralisar e, até mesmo, reverter a aplicação de diretrizes previstas nas legislações urbanísticas municipais (RODRIGUES, 2016).

Soma-se a isso um cenário estrutural de insuficiente capacidade técnica e institucional nas secretarias de governo dos municípios, muitas vezes incapazes de levarem a cabo estudos e diagnósticos consistentes para compreender a demanda de sua população de maneira a orientar o planejamento. Por essa razão, muitos planos diretores acabam trazendo uma réplica do portfólio de instrumentos sugeridos pelo Estatuto da Cidade, sem aderência à realidade dos municípios. O descolamento do conteúdo dos planos diretores é, em grande medida, fruto da fragilidade da participação democrática e, mesmo nos municípios em que está presente, esta nem

sempre tem a força e a mobilização necessárias para se contrapor aos interesses dos setores produtivos, que possuem a primazia sobre as decisões locacionais de seus empreendimentos e ações (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2010, p. 18)

Outra crítica diz respeito à legislação urbanística de um município se restringir apenas ao seu território, desconsiderando os impactos involuntários, regionais e metropolitanos sobre a infraestrutura urbana e sobre os serviços locais. Também é constatado que as legislações urbanísticas aplicadas nos municípios, além de complexas, são modificadas e emendadas após sua aprovação; isso cria uma sobreposição de informações de difícil interpretação, que acaba por incentivar as irregularidades no parcelamento, uso e ocupação do solo local (RODRIGUES, 2016).

Outro gargalo é a falta de articulação entre os dispositivos do plano diretor e o planejamento orçamentário necessário à sua execução. Apesar dos recursos direcionados aos municípios, isso não necessariamente reverteu-se em benefícios para a população. Descolados dos próprios planos diretores e da realidade local, os investimentos em infraestrutura buscam atender aos interesses privados, em um claro movimento que leva à conformação de um urbano que se faz na contramão da consolidação do direito à cidade (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2010, p. 17). Nesse sentido, Fernandes (2010) afirma que:

Nos últimos anos tem crescido entre diversos setores no Brasil o sentimento de descrença nessa lei-marco – que na melhor das hipóteses não “teria pegado”, ou que na pior das hipóteses teria contribuído para agravar ainda mais o processo histórico de segregação socioespacial das cidades brasileiras (FERNANDES, 2010, p. 214).

Esse cenário também é constatado por Marguti; Costa; Galindo (2010, p. 21), os quais relatam que “ainda se convive com déficit habitacional, gentrificação, falta de cobertura de esgotamento sanitário, poluição e contaminação, bem como agravamento dos tempos de deslocamento, mesmo nos centros urbanos mais desenvolvidos do país”.

A exclusão social, tanto condenada pelo Estatuto, ainda persiste. A luta deve-se renovar para garantir a permanência dos espaços de participação e para torná-los efetivamente representativos da diversidade, dos grupos minoritários e, conseqüentemente, dos grupos mais vulneráveis presentes no território nacional. Os desafios enfrentados acabam retardando as possibilidades de acesso ao direito à cidade, facilitando a reprodução da exclusão e das injustiças sociais e econômicas no processo de crescimento urbano (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2010).

Mesmo com todos esses problemas, a legislação é glorificada e reconhecida internacionalmente. Segundo Fernandes (2010), a aclamação internacional é generalizada, com reconhecimento da ONU e do Banco Mundial, além de ministros de outros países que gostariam de ter um Estatuto como o brasileiro para redução das diferenças sociais nas cidades.

Abertamente invejado por formuladores de políticas públicas e gestores urbanos de diversos países, o Estatuto da Cidade tem sido repetidamente promovido pela importante iniciativa internacional - Aliança das Cidades - como sendo o marco regulatório mais adequado para oferecer bases jurídicas sólidas para as estratégias governamentais e sociopolíticas comprometidas com a promoção da reforma urbana (FERNANDES, 2010, p. 214).

Sua influência abrange, principalmente, países da América Latina.

É inegável a influência do processo de luta e de implementação do Estatuto da Cidade na construção do conceito e ampliação da luta pelo direito à cidade, tanto em nível nacional quanto internacional. [...] A difusão do Estatuto serviu como mote de discussão e, especialmente na América Latina, partes de seu conteúdo foram incluídas ou inspiraram leis nacionais em diversos países. Essa difusão se deu em inúmeros espaços de governo e também da sociedade, por meio das redes de organizações sociais, como Coalizão Internacional do Habitat (HIC), Secretaria Latino-americana de Vivienda Popular (SELVIP), Aliança Internacional de Habitantes, entre outras (RODRIGUES; BARBOSA, 2010, p.34).

Não é um desdobramento do Estatuto da Cidade, mas muitos de seus princípios se vinculam, principalmente, em relação ao direito à cidade - a Habitat - pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU), está encarregada de facilitar o intercâmbio global de informação sobre moradia e desenvolvimento sustentável, além de colaborar com países em políticas e assessoria técnica para enfrentar o número crescente de desafios enfrentados por cidades de todos os tamanhos (ONU, 2016).

A primeira conferência (Habitat I) foi realizada em Vancouver (Canadá) em 1976. Nesse período, os governos começaram a reconhecer a necessidade de assentamentos humanos sustentáveis e as consequências da rápida urbanização, especialmente nos países em desenvolvimento. Vinte anos depois, os compromissos de 1976 foram confirmados na conferência Habitat II em Istambul (Turquia). Líderes mundiais adotaram a Agenda Habitat II como um plano de ação global para abrigos adequados para todos.

Na Habitat II houve uma marcante participação brasileira. Alguns representantes de governos locais mostraram ao mundo experiências que estavam sendo desenvolvidas em

cidades brasileiras, como o projeto de transporte público de Curitiba e o orçamento participativo em Porto Alegre (COSTA; FAVARÃO, 2016).

As discussões da Habitat II entraram em sinergia com o período de efervescência que vivia a sociedade brasileira, principalmente em conformidade aos temas urbanos. Assim, houve:

Um movimento de retroalimentação entre a participação brasileira e a Habitat II, que de certa forma, contribuiu para fortalecer politicamente a agenda urbana brasileira, seja ao dar visibilidade para experiências locais que estavam sendo repercutidas no mundo, seja no sentido de criar um ambiente político favorável à regulamentação do capítulo da política urbana. Em meio a este ambiente de novas ideias e experimentações, pode-se afirmar que os anos 1990 assistiram a um resgate e a uma valorização da agenda e da reforma urbana (COSTA; FAVARÃO, 2016, p. 112).

Quarenta anos depois, há consenso de que as estruturas das cidades, formas e funcionalidades precisam ser transformadas na mesma medida em que a sociedade se transforma (ONU, 2016). Assim, segundo Galindo; Monteiro (2016, p.1), a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), “objetiva renovar os compromissos políticos dos Estados sobre o tema do desenvolvimento urbano sustentável, avaliando os últimos vinte anos, considerando o combate à pobreza e detectando os desafios emergentes”. A referida conferência propõe:

[...] um novo pacto global: a chamada Nova Agenda Urbana, revelando uma construção política intensa, marcada por disputas semânticas e conceituais que revelam conflitos com importantes repercussões e implicações nas agendas políticas de cada país signatário do documento final resultante do processo de organização e realização da conferência (COSTA; FAVARÃO, 2016, p.109).

A nova agenda urbana tem como tarefa a promoção e extensão do alcance dos direitos humanos por meio de sua efetivação nas cidades. O direito à cidade é colocado como aspecto central para a estruturação de uma nova maneira de pensar a urbanização; sua implementação exige um vinculação entre os principais atores urbanos e o envolvimento de todos os cidadãos no exercício de seu direito de ocupar e produzir cidades justas, inclusivas e sustentáveis (ONU, 2016; MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016).

Como observado nas passagens anteriores, é relevante destacar que as diretrizes do Estatuto da Cidade se aproximam dos propósitos da nova agenda urbana proposta pela Habitat III. “Diante do cenário de baixa efetivação dos instrumentos contidos no Estatuto da Cidade

[...] as movimentações em torno da Habitat III trazem à tona a oportunidade de repensar e ajustar as práticas brasileiras à luz das discussões que emergem desse diálogo entre os países (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016, p. 12).

Em ambos os documentos é necessário reconhecer que o atual padrão de “desenvolvimento urbano, baseado nas premissas de cidades competitivas para atração de negócios, [...] não serão capazes de criar um modelo sustentável de inclusão social, cidadania, democracia, diversidade cultural e de qualidade de vida em nossas cidades” (SAULE JR., 2016, p. 1). “Nessa direção, a construção de cidades mais justas e democráticas não pode ignorar a necessidade de abertura e intensificação de espaços e canais de participação. Esse é o atalho para compreender, em profundidade, as necessidades das cidades e das pessoas” (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016, p. 23).

Em suma, o principal é necessário ter a consciência de que a lei não é uma ferramenta que age por si só; portanto, somente com a mobilização e organização pode-se aliar a ferramenta institucional com a pressão política para exigir as mudanças necessárias. A construção de cidades equilibradas e solidárias faz parte de um processo de transformação integral (RODRIGUES; BARBOSA, 2010). Assim, como afirma Rolnik (2001, p.9) “os cidadãos têm direito e o dever de exigir que seus governantes encarem o desafio de intervir, concretamente, sobre o território, na perspectiva de construir cidades mais justas e belas”.

O que aproximam as diretrizes do Estatuto das Cidades dos municípios brasileiros é o plano diretor, instrumento capaz de promover a articulação, integração e aproximação entre ambos. Assim, o primeiro reafirma a diretriz proposta pela Constituição de 1988 que define como obrigatórios os planos diretores para cidades com população acima de 20.000 habitantes, estabelecendo-os como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2002).

Neste momento, faz-se necessário inserir os planos diretores na discussão. Os temas, Estatuto da Cidade e planos diretores, estão intrinsecamente atrelados; porém, com o intuito de auxiliar a interpretação do autor e do leitor, eles foram analisados separadamente.

1.3. O Plano Diretor como Instrumento de Planejamento e Gestão Municipal

Apesar de parecerem recentes, as discussões referentes à ideia de planos diretores advêm de um longo processo histórico. Santos Jr.; Montandon (2011) afirmam que a sua elaboração como instrumentos de planejamento do uso do solo urbano aparece na história do urbanismo brasileiro desde a década de 1930, quando foi elaborado o Plano Agache no Rio de

Janeiro. No contexto latino-americano, o Plano Agache pode ser entendido como a modernização das cidades brasileiras influenciada pelo modelo europeu, que não pretendia apenas apresentar uma proposta de reordenação urbana mas, também, a reorganização urbanística das grandes cidades (SOSA; SEGRE, 2013).

De um modo geral, o Plano Agache foi caracterizado por uma atitude funcionalista que se evidenciou na justaposição de duas ferramentas urbanísticas centrais: 1) a racionalização e reordenação das circulações e 2) o esquema de zoneamento funcional. O higienismo foi também um fundamento reitor e orientou outros dois aspectos do enfoque global da cidade: o sistema de espaços verdes e a reordenação das redes de saneamento (SOSA; SAGRE, 2013, p. 97).

Outro aspecto importante a ser destacado, e que influenciou diretamente na constituição dos planos diretores brasileiros foi a Carta dos Andes. Conforme Birkholz (1983), ela foi elaborada a partir do Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano ocorrido, em Bogotá em 1958. Nela são destacados alguns aspectos do chamado planejamento territorial contemporâneo e da urbanização nos países latino-americanos.

Em busca de melhores condições de vida para a população desses países, segundo o documento, “deve ser dada precedência a um plano nacional, que deverá se basear no estudo de regiões de planejamento. Por conseguinte os planos regionais devem respeitar as diretrizes do plano nacional, e os planos urbanos as dos regionais” (BIRKHOLZ, 1983, p. 15).

Além destes, muitos outros aspectos são abordados na Carta dos Andes; no entanto, destacam-se mais dois que contribuem para a discussão da temática prescrita neste item: há menções ao zoneamento como instrumento básico da organização territorial, sendo visto como imprescindível para o conteúdo dos planos; e há menções à participação popular como colaboração perante as discussões públicas.

Neste sentido, pode-se condescender com a ideia de Birkholz (1983, p. 22), dentro das escalas de planejamento, afirma que “a realidade brasileira tem ensejado, não obstante, a elaboração de planos segundo as delimitações administrativas para os casos dos estaduais e municipais”. Ou seja, é notória a influência da Carta dos Andes na constituição e na contemplação desses aspectos no Estatuto da Cidade e, conseqüentemente, nos planos diretores.

Avançando alguns anos, Santoro; Cymbalista (2009) asseguram que nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil assistiu a uma “onda” de construção de planos diretores nas grandes e médias cidades. Esse cenário foi motivado, como afirma Rezende (2011), principalmente a

partir de 1964, quando ocorre a centralização do planejamento na esfera federal com a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Segundo Feldman (2010), o SERFHAU foi criado no contexto do regime militar por meio da lei 4.380, de 1964, e representava uma autarquia federal vinculada ao Banco Nacional de Habitação (BNH). “Sua criação constitui um momento particular na organização do setor de urbanismo no Brasil no ciclo de institucionalização que se gesta na década de 1930 e se completa nos anos 1970” (FELDMAN, 2005, p.1).

As atribuições podem ser resumidas à realização de assistência técnica aos municípios. Já em relação à sua regulamentação, Feldman (2005) aponta que é resultante de três movimentos vinculados à urbanização e à industrialização.

[...] um primeiro, em que o território urbano em sua totalidade passa a ser reconhecido como objeto de atuação de urbanistas; um segundo, que coloca o urbanismo e planejamento como um processo que envolve a abordagem abrangente a todos os problemas urbanos; e um terceiro, vinculado ao desenvolvimento da atividade de engenharia consultiva no gerenciamento e execução de grandes obras de desenvolvimento urbano (FELDMAN, 2005, p. 2).

No início da fundação, as funções do SERFHAU estavam associadas a pesquisas e estudos relativos ao problema habitacional; posteriormente assumiu funções vinculadas à elaboração e coordenação da política nacional de planejamento local, oferecendo aporte (estabelecimento e assistência técnica conforme as particularidades regionais e locais) e recursos financeiros aos municípios para elaboração dos planos diretores (FELDMAN, 2010).

Portanto, caberia à autarquia “o papel de promover, difundir e uniformizar a prática de elaboração de planos diretores de desenvolvimento, segundo uma postura de integração multidisciplinar, numa perspectiva de racionalidade técnica.” (FERREIRA, 2007, p. 44). Durante seu auge “diversos planos e estudos de abrangência municipal, metropolitana, assim como regional, foram elaborados por todo o território nacional, envolvendo profissionais de vários campos disciplinares” (FELDMAN, 2010, pp.4).

Apesar de todo o apoio técnico e financeiro ofertado pela SERFHAU, há uma confluência e um conjunto de críticas quanto ao possível fracasso do órgão e da real efetividade dos planos diretores da época (FERREIRA, 2007). Segundo Feldman (2010, p.5), “a discussão sobre os planos diretores e as instituições criadas no período do SERFHAU é marcada pela dualidade efetividade/não efetividade, quanto à sua atuação, é recorrente a ênfase em seu caráter centralizador e autoritário, como produto do período militar”.

São reconhecidos alguns esforços quanto à capacitação técnica de gestores públicos e de profissionais da área e também é valorado “o primeiro contato” das prefeituras com um instrumento mais técnico de planejamento. Assim, o SERFHAU pode ser visto “como parte de um longo processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento no Brasil, onde a efetividade não se dá de forma imediata, mas fragmentada, incompleta, e numa perspectiva temporal mais longa” (FELDMAN, 2010, p. 7).

O SERFHAU foi o órgão responsável pela política urbana nacional e foi um estímulo à elaboração dos planos durante onze anos até ser extinto em 1974 (REZENDE, 2011). Posteriormente a esse período, primeiramente com a promulgação da Constituição de 1988 e com a instituição do Estatuto da Cidade, em 2001, a abrangência dos planos diretores foi ampliada e seu sentido alterado; estes estão agora vinculados à definição da função social da cidade e da propriedade, e ao plano de desenvolvimento urbano municipal.

Infere-se que é recorrente afirmar que o plano diretor é algo discutido há muito tempo no país, seja em câmaras municipais, em salas de aula de universidades, em congressos e conferências, em inúmeros órgãos municipais, estaduais e federais (VILLAÇA, 1998). A ideia de plano diretor propagou-se com grande intensidade e rapidez, passando a ser adotada, defendida e prestigiada pela elite da sociedade brasileira, por arquitetos e engenheiros, políticos, cursos universitários diversos, empresários do setor imobiliário e pela imprensa (VILLAÇA, 2005). Já nas últimas décadas, o planejamento urbano desenvolvido no Brasil permeou por dois vieses: o zoneamento (mais antigo e difundido) e, posteriormente, os planos diretores.

O primeiro é definido como uma “divisão das zonas urbana e de expansão urbana, delimitadas por lei, em zonas ou espaços especializados de uso e ocupação do solo, de forma predominante” (FERRARI, 2004, p. 395).

Villaça (1995) traz uma definição conceitual um pouco mais complexa.

Entende-se por zoneamento a legislação urbanística que varia no espaço urbano. Em sua forma mais “completa”, toda a área urbana e de expansão urbana é dividida em zona, sendo que para cada uma a lei define: o coeficiente máximo de aproveitamento dos terrenos, a taxa máxima de ocupação dos terrenos e, finalmente, os usos permitidos e proibidos na zona. (VILLAÇA, 1995, p. 45).

Segundo Souza (2010), a ideia de zoneamento foi objeto de discussão desde o final do século XIX; entretanto, sua consolidação ocorreu nas primeiras décadas do século XX, tanto nos países europeus, como Alemanha e Inglaterra, como nos Estados Unidos. A origem de

seus princípios era suscitar qualidade de vida e evitar o adensamento populacional; porém não combatia a exclusão social. Pelo contrário, por vezes concorria para a manutenção da segregação. Como nesse período a insalubridade assolava muitas cidades, a defesa da separação de usos, sempre em nome da higiene, prevaleceu.

Tanto no cenário europeu como no norte-americano, com o advento das pesquisas científicas e das discussões acerca da urbanização, foram os movimentos sociais que pressionaram os atores políticos “respaldados pela técnica e pela ciência de ordenação do espaço urbano dentro de um panorama de reformas sociais, das relações de trabalho fomentadas pelo Estado e das mudanças na produção imobiliária” (BORGES, 2007, p. 42).

Ainda conforme Borges (2007), no Brasil o zoneamento surgiu no início do século XIX em consonância com o Código de Posturas; este estabelecia limite para a instalação de atividades específicas em determinadas áreas da cidade. A partir da década de 1930, com a consolidação e expansão do urbanismo, a prática do zoneamento pelas administrações municipais foi difundida, mas seguia o modelo segregacionista desenvolvido nos Estados Unidos. Com o passar dos anos esse padrão foi cedendo espaço a um zoneamento que tentava impor limitações ao uso da propriedade particular, com o intuito de obter uma cidade mais justa e organizada. “Na maioria das cidades brasileiras, o padrão adotado, conhecido também como zoneamento funcional, e que se mantém até hoje, é aquele que divide o território urbano em zonas nas quais se articulam diferentes parâmetros urbanísticos” (BORGES, 2007, p.16).

De uma forma geral, o zoneamento “transformou-se no principal instrumento do planejamento urbano [...], sendo capaz de promover o equilíbrio dos diversos interesses envolvendo o solo urbano, regulando e acomodando as contradições geradas” (BORGES, 2007, p. 14). Para Souza (2010), ele deveria ser um simples instrumento de planejamento; no entanto, passou a desempenhar um papel central na atividade de planejar, como se esta resumisse o ato de estabelecer uma divisão espacial para fins de separação e controle de usos da terra.

Atualmente, o zoneamento urbano decorre do entendimento de que ele é considerado parte integrante do plano diretor. Quanto à definição deste último, mesmo antecipando a criação do Estatuto da Cidade, Villaça (1998) traz uma visão mais tradicional.

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para

a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1998, p.2).

Entre os autores Santos Jr.; Silva; Sant'Ana (2011), a definição de planos diretores pós-Estatuto diz respeito a uma nova concepção pois, embora este instrumento seja anterior ao Estatuto da Cidade, o conceito e, principalmente, suas formas de elaboração foram adaptadas de um formato anterior, mais burocrático e tecnocrático, para uma prática com ampla participação popular. Nessa transição, Rolnik (2001) alega que o plano passa de um documento técnico para ser um espaço de debate dos cidadãos e de definição de opções, conscientes e negociadas, por uma estratégia de intervenção no território.

Visão também confirmada por Silva (1991), afirmando que os planos diretores - autoritários e tecnocráticos - desse período, se julgavam competentes para resolver os problemas das cidades; entretanto, respondiam aos interesses dominantes e pouco reconhecia os direitos básicos e a representação política popular, acentuando as desigualdades sociais no decorrer dos anos.

Isto também é constatado por Santoro; Cymbalista (2009); estes autores relatam que até a década de 1980 o plano diretor era tratado como temática eminentemente técnica, operado por seus especialistas (arquitetos, urbanistas, engenheiros, em interfaces diversificadas com o poder político e o mercado imobiliário); já os novos planos diretores refletem a atuação de um conjunto maior de atores.

No lugar de uma peça técnica que circula apenas entre especialistas, o plano diretor emerge como uma peça política, que deve ser democraticamente construída com a participação dos segmentos sociais que efetivamente constroem as cidades, incluindo, sobretudo os setores populares [...]. No caso de não promoverem planos a partir de processos participativos, os gestores públicos e até o poder Legislativo são passíveis de responder por improbidade administrativa (SANTORO; CYMBALISTA, 2009, p.6).

Em uma conceituação pós-Estatuto, Brasil (2002) define o plano diretor como um conjunto de princípios e regras orientadoras das ações que constroem e utilizam o espaço urbano. O plano diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização.

Uma definição mais didática, também pós-Estatuto, feita por Santoro; Cymbalista (2005) afirma que o plano diretor é uma lei municipal que deve ser elaborada com a participação de toda a sociedade. Ele organiza e planeja o crescimento, o funcionamento do

município, projeta a cidade desejada por todos os cidadãos e ainda deve induzir qual é o destino de cada parte do município, sem se esquecer de que essas partes formam um todo.

A partir das conceituações trazidas anteriormente, serão disponibilizadas informações referentes à sua elaboração. As diretrizes do Estatuto da Cidade obrigaram os municípios que se incluem em qualquer uma das categorias descritas no quadro 05 a elaborarem seus planos diretores até 2006.

Quadro 05: Municípios que devem implantar o plano diretor, segundo o Estatuto da Cidade, 2001.

CRITÉRIOS PARA OS MUNICÍPIOS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES
<ul style="list-style-type: none">• Com mais de vinte mil habitantes.
<ul style="list-style-type: none">• Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
<ul style="list-style-type: none">• Integrantes de áreas de especial interesse turístico.
<ul style="list-style-type: none">• Inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
<ul style="list-style-type: none">• Que pretendam utilizar os instrumentos relativos ao parcelamento e edificação compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação paga com títulos da dívida pública.

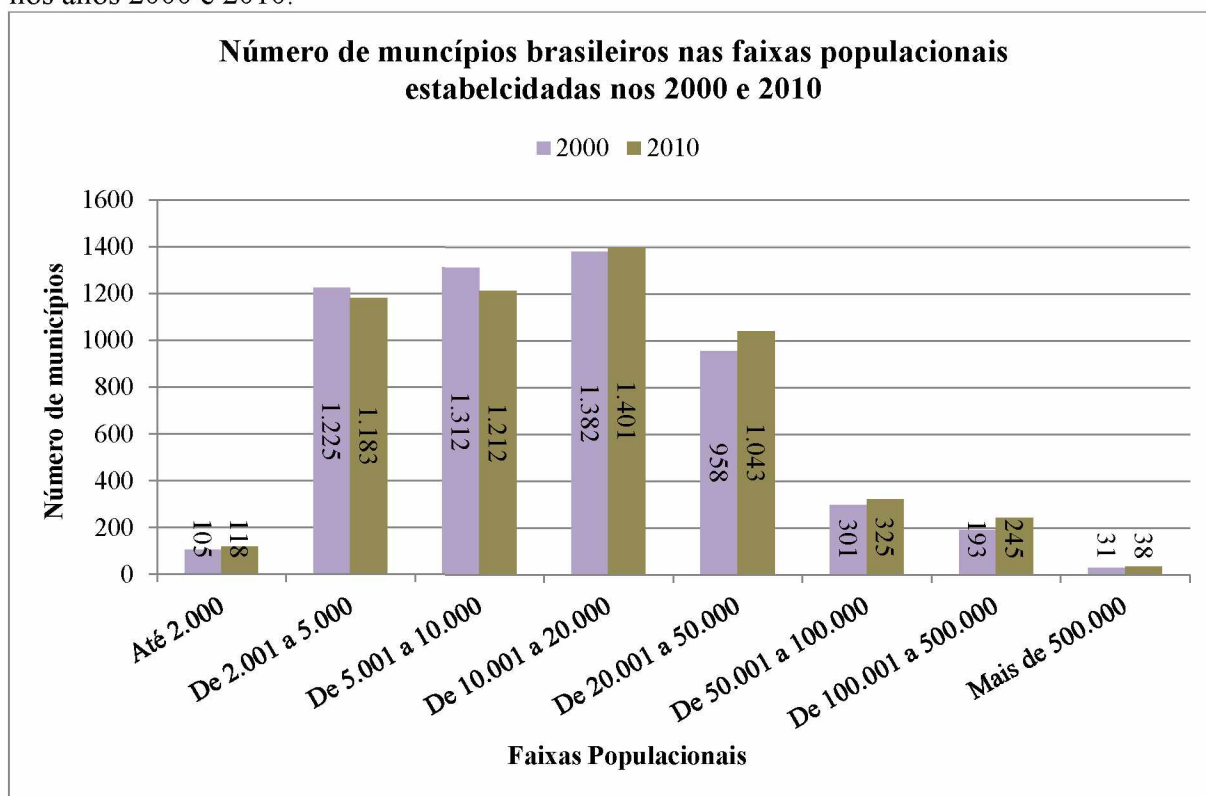
Fonte: Estatuto da Cidade (EC), 2002.

O plano diretor municipal deve ser revisto, no máximo, a cada dez anos, a contar da data de sua aprovação; contar com participação popular durante a elaboração e implementação; garantir acesso dos interessados aos documentos; englobar o município como um todo (áreas rurais e urbanas); além de seguir todas as diretrizes do Estatuto da Cidade, dentre outras (BRASIL, 2002).

Rodrigues (2004), utilizando os dados do ano 2000, constatou que mais de 4.000 municípios brasileiros possuíam menos de 20 mil habitantes, ou seja, a população encontra-se concentrada em um pouco mais de mil municípios. A obrigatoriedade do plano diretor para municípios com população acima de 20 mil habitantes mostra que o Estatuto optou por um indicador que, do ponto de vista espacial, exclui a maior parte dos municípios da obrigação de fazer cumprir a função social da cidade.

Utilizando os dados dos censos (2000 e 2010), a seguir são apresentados dois gráficos (01 e 02) contendo a distribuição dos municípios brasileiros conforme suas faixas populacionais; eles mostrarão o quão excludente é esse cenário relatado por Rodrigues.

Gráfico 01: Número de municípios brasileiros nas faixas populacionais estabelecidas pelo IBGE nos anos 2000 e 2010.



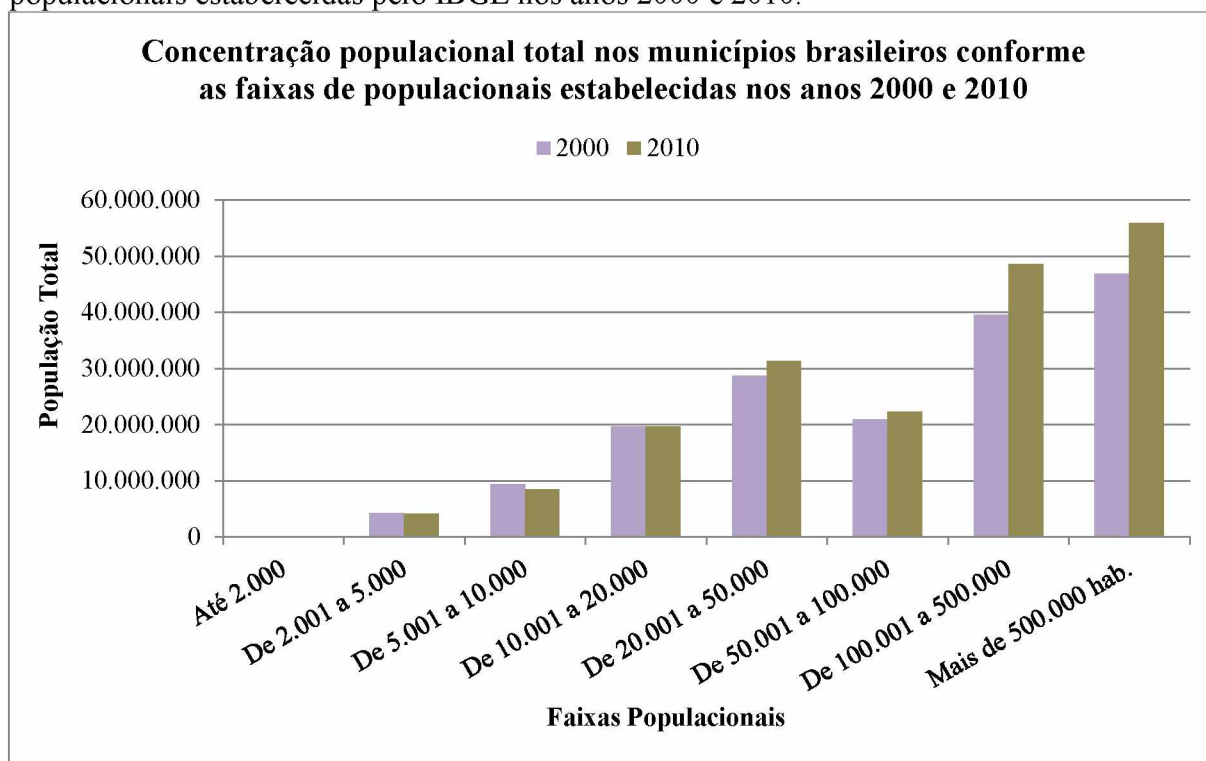
Fonte: IBGE, 2010. Org.: Autoria própria, 2016.

Observando o gráfico 01, especificamente os dados do ano 2000, dentre os 5.507 municípios, 4.024 não se enquadravam no critério populacional. Avançando para o ano 2010, dentre os 5.565 municípios existentes, esse número fica um pouco menor, 3.914. Independentemente dessa queda quantitativa de 110 municípios, em 2010, 70,33% deles ainda não faziam parte do principal critério para elaboração dos planos diretores.

Também é interessante destacar que tanto em 2000, como em 2010, houve poucas mudanças estruturais na concentração populacional municipal brasileira. Em 2000, 4.877 municípios se encontravam na faixa populacional de 2.001 a 50.000 habitantes; em 2010 esse número foi ligeiramente menor, 4.839. No entanto, aconteceram pequenas inversões, ou transferências populacionais na comparação entre os anos 2000/2010, enquanto o primeiro supera o segundo nas faixas de 2.001 a 10.000 habitantes, o segundo supera nas faixas populacionais entre 10.001 a 50.000 e nas outras faixas seguintes.

O gráfico 02 é similar e complementar ao gráfico 01. Contudo, os dados são apresentados de forma diferenciada, mostrando a população total (somatório de todos os municípios) na faixa populacional especificada.

Gráfico 02: Concentração populacional total nos municípios brasileiros conforme as faixas populacionais estabelecidas pelo IBGE nos anos 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Org.: Autoria própria, 2016.

O crescimento populacional ocorrido no período descrito - 174 milhões em 2000 para 195 milhões em 2010, saldo de 21 milhões - é um fator determinante que justificaria a maior concentração populacional em praticamente todas as faixas no ano de 2010.

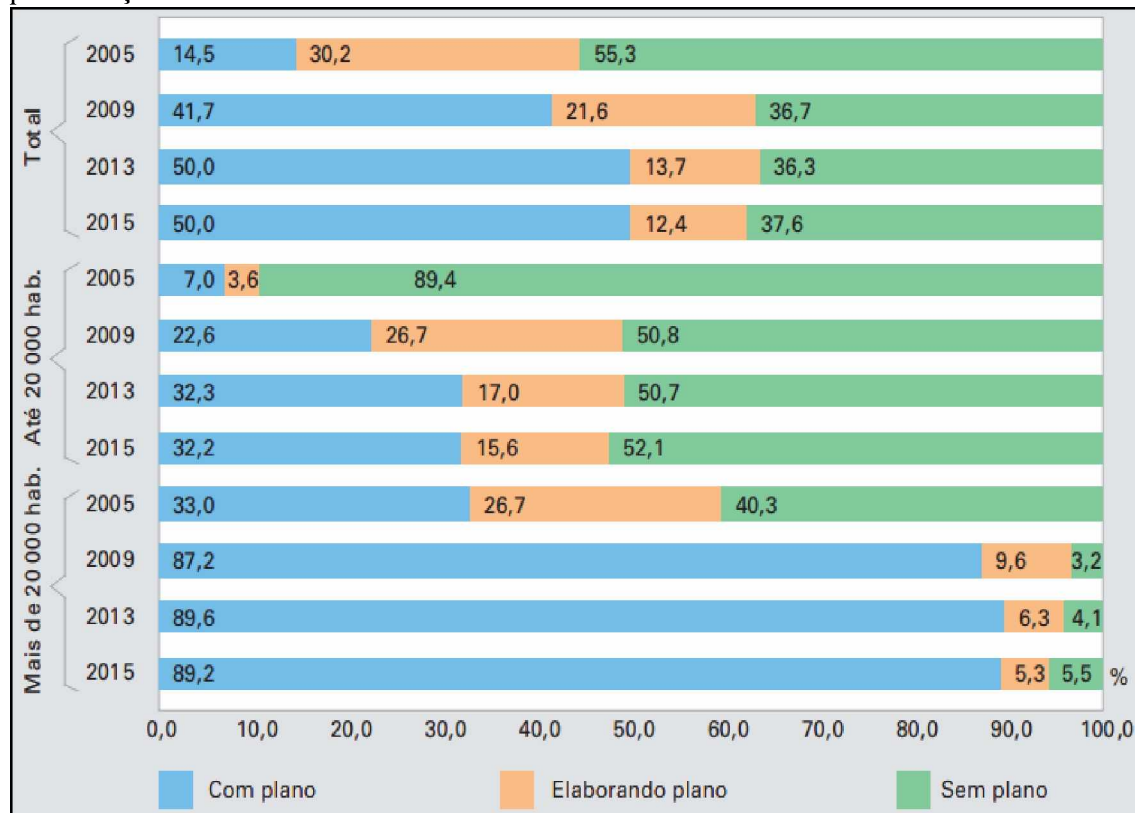
Entretanto, a análise não se esgota por esse viés. Também é notória a concentração populacional, em ambos os anos, nos maiores municípios brasileiros. Fazendo uma analogia ao gráfico anterior, apesar de se apresentarem em menor quantidade, praticamente $\frac{3}{4}$ da população vive em municípios com mais de 20.001 habitantes. Talvez tenha sido esse o aspecto que o Estatuto da Cidade valorou ao criar os critérios para elaboração dos planos diretores. Se por um lado (pela quantidade de municípios), o Estatuto excluiu a maioria, por outro (populacionalmente), incorpora a maioria da população brasileira.

Como visto anteriormente, ter mais de vinte mil habitantes é o principal, mas não é o único critério que obriga os municípios a elaborarem seus planos diretores, há outros, não menos importantes, que provavelmente enquadrem uma quantidade menor de municípios. Os que não se inserem em nenhum dos critérios, não estão impedidos de promulgarem. Todavia a carência de recursos financeiros pode-se configurar como um empecilho ao processo de elaboração.

Segundo Santoro; Cymbalista (2009), a partir da promulgação do Estatuto da Cidade (2001) e da criação do Ministério das Cidades (2003), diversos municípios iniciaram a elaboração de planos diretores. Em 2007, dos 1.683 municípios obrigados a elaborar seus planos, 86% estavam elaborando ou já os havia aprovados. Com dados mais recentes, o IBGE (2016), por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) investiga “a existência de alguns instrumentos da política urbana discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o plano diretor, têm por meta regular o uso e a ocupação do solo urbano produzindo um panorama sobre a implementação desses instrumentos de política urbana” (IBGE, 2016, p.18).

Ao interpretar os dados do documento presentes no gráfico 03, é possível traçar um cenário semelhante ao descrito por Rodrigues (2004). Em relação ao total de municípios brasileiros, no ano de 2015 apenas 50% tinham plano diretor; 12,4% estavam elaborando e 37,6% os tinham. Esse cenário é mais “catastrófico” quando retornamos ao ano de 2005, quando apenas 14,5% tinham e 55,3% não tinham plano diretor.

Gráfico 03: Percentual de municípios, total, com até 20.000 e com mais de 20.000 habitantes, por situação do Plano Diretor - Brasil - 2005/2015.



Fonte: IBGE, 2016.

Nos municípios com menos de 20 mil habitantes (não obrigados a elaborar), os números, como era de ser esperado, são insatisfatórios. Houve um pequeno salto nos números de municípios com plano de 2005 para 2009 e para 2013/2015 (respectivamente de 7% para 22% e por último para 32%) crescimento provavelmente justificado por se enquadrarem em alguns dos outros critérios descritos no quadro 05 citado anteriormente.

Analisando o conjunto de municípios com mais de 20 mil habitantes, temos dois cenários distintos, antes e pós 2005. Nesse ano em específico, apenas 33% dos municípios continham plano diretor e, nos anos seguintes (2009, 2013 e 2015), a porcentagem se aproxima dos 90%. Esse aumento quantitativo pode ser explicado por uma questão: o Estatuto da Cidade determinou que até 2006 (ano limite) todos os municípios com mais de 20 mil habitantes deveriam efetivar seus planos diretores (aspecto que também corrobora a análise dos outros dois conjuntos anteriores).

Para Santos Jr.; Montandon (2011), outro fator que pode ter contribuído para o alcance dos números expressivos nesse último quadro de municípios foi o auxílio e um conjunto de ações, nos anos de 2005 a 2006, concedido pelo Ministério das Cidades como demonstra o quadro 06.

Quadro 06: Ações (por parte do governo federal) e seus desdobramentos nos municípios brasileiros e em seus respectivos planos diretores.

AÇÕES	DESDOBRAMENTO DAS AÇÕES
1. Apoio Técnico e Financeiro aos Municípios	Cerca de R\$ 60 milhões para apoio de 550 municípios, aproximadamente 30% do total dos municípios obrigatórios.
2. Programa de Capacitação e Sensibilização	Foi aplicado em todo o país, com gestores e técnicos, lideranças de movimentos sociais e com todos os segmentos sociais.
3. Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos	Lançamento de material didático sobre plano diretor e bolsas para equipes de universidades para projetos de assistência técnica aos municípios.
4. Criação da Página da Campanha	Em seu conteúdo são disponibilizados: histórico, fontes de recursos, dados e informações, kit campanha, boletins e etc.
5. Formação do Cadastro de Profissionais	Em cada região do país foi realizada a formação de profissionais com experiência na capacitação ou na elaboração de plano diretor.
6. Rede do Plano Diretor	Espaço de informação, reflexão e crítica, se tornou um dinâmico canal de discussão e troca de experiências.
7. Banco de Experiências do Plano Diretor Participativo	Registro de soluções, ações e estratégias utilizadas em cada etapa de elaboração do plano. Soluções que traduzam como os municípios estão implementando os instrumentos do EC.

Fonte: BRASIL, 2005.

Em relação à primeira ação, em 2011 foi aprovado um projeto de lei que acrescenta o inciso VI ao art. 3º ao Estatuto da Cidade “para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para a elaboração do plano diretor [...] (BRASIL, 2001, p.1)”.

A segunda e quinta ações são, atualmente, incorporadas pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC ou Capacidades) instituído no ano de 2007, que “promove, coordena e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica que tenham como objetivo atender a eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, além de colaborar na construção de cidades democráticas e com justiça social” (BRASIL, 2015, p. 1).

A “Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos” foi encerrada com a alta adesão dos municípios representada pelos números expostos anteriormente no texto. Já os itens seis e sete foram incorporados pelo ConCidades.

Em conjunto, essas ações resumem a campanha promovida pelo Ministério das Cidades visando à mobilização e à sensibilização de gestores públicos e da sociedade para a elaboração dos planos diretores; foi constatado o nítido esforço em incorporá-los. Porém, quanto à regulamentação dos instrumentos para sua aplicação, percebe-se que ainda apresentam debilidades e deficiências explicitadas pelas obras de Villaça, a seguir.

Em um tom mais crítico, Villaça, em duas de suas obras (1998 e 2005) traz uma série de questionamentos quanto à construção e aplicabilidade dos planos diretores. A seguir são destacados cinco dos considerados mais pertinentes pelo autor da pesquisa:

- O primeiro refere-se ao fato de frequentemente o plano diretor ser apresentado como um instrumento que vai apontar o futuro e os rumos da cidade, sendo considerado um solucionador os problemas urbanos. Caso os problemas persistam é porque nossas cidades não tem conseguido aplicá-lo da forma correta. No entanto, o plano diretor é uma construção descolada da realidade social, se limitando a princípios, objetivos e diretrizes gerais, não avançando além dessa perspectiva teórica.
- A inoperância e o descrédito dos planos diretores remetendo ao fato de incorporar aspectos do alcance do governo federal ou estadual. Com isso, o plano diretor passa a correr o risco de se transformar numa listagem de propostas que não obrigam nenhum órgão a cumpri-las, nem criam qualquer responsabilidade, já que o plano municipal não tem qualquer efeito sobre as ações das outras esferas de governo. O plano diretor é uma peça vinculada aos poderes e atribuições de um governo municipal, seu poder

político perante outras esferas de governo é pequeno e será nulo se o próprio governo municipal não o der credibilidade.

- Os planos diretores estão apenas listando os problemas enfrentados pelas cidades, contudo a população de uma forma geral está cansada de saber quais são esses problemas. Cabe questionar o caráter tecnicista, segundo o autor das obras, os problemas a serem atacados, bem como suas prioridades, é uma questão política e não técnica. O diagnóstico técnico servirá, para dimensionar, escalonar, fundamentar ou viabilizar as propostas, que são políticas, e não para revelar os problemas.
- No Brasil nenhum grupo tem realmente se interessado por planos diretores. Os políticos, geralmente representados pela figura do prefeito, não se interessam e não o incorporam em suas campanhas e planos políticos. A elite econômica imobiliária brasileira não quer saber de plano diretor, pois ele representa uma oportunidade para debater os problemas urbanos que ela prefere ignorar.

Todos esses aspectos foram realizados no período temporal que antecedia a obrigação dos planos diretores induzida pelo Estatuto da Cidade. Mesmo com mais de uma década de existência, as críticas elencadas por Villaça mostram-se atuais.

Tavares (1997) também apresenta uma posição crítica quanto à instituição dos planos diretores promovida pelo Estatuto da Cidade. Apesar de ser considerado um marco na política urbana por avançar em relação à maior descentralização administrativa dada aos municípios, por introduzir a função social da cidade e os direitos urbanísticos da propriedade urbana, o plano diretor surge como uma proposta alternativa dos setores conservadores, para não se aprovarem instrumentos mais avançados da emenda, principalmente aqueles idealizados pelo movimento da Reforma Urbana, que se referiam à função social da propriedade relacionada aos direitos urbanos.

A ideia de Villaça (1998) articula-se com a de Tavares (1997), pois afirma que o início da politização dos planos caracteriza-se pelo início dos debates e processos de negociação de natureza política entre interesses que claramente aparecem como conflitantes. Em que pese a pequena participação das organizações populares, a elaboração dos planos vem sendo crescentemente politizada e se transformando, no mínimo, em momentos desagradáveis para os interesses dominantes.

Tendo em vista toda essa trajetória do plano diretor no Brasil, sua conceituação, aspectos críticos, dentre outros, torna-se, de certa forma, mais compreensível seu

entendimento como um instrumento de planejamento e gestão municipal exemplificado no título do presente subitem.

Segundo Souza (2010), inicialmente, em termos gerais, o planejamento urbano remetia à ideia de se criarem condições, em longo prazo, para sobrevivência e manutenção do sistema capitalista. Já o termo gestão esteve, por muito tempo, atrelado à área administrativa para posteriormente avançar em outras áreas do conhecimento. De certa forma, pelos simbolismos que carregam, intuitivamente remetem ao Estado como principal mecanismo de ação. Contudo, ambos não precisam e nem devem ser praticados apenas por ele; precisam se instrumentar e intervir mais incisivamente e, sempre que necessário, implementar suas ideias sem, e até contra o Estado, que inercialmente, atua em velada oposição.

Conceitualmente, segundo Souza (2010), os termos “planejamento” e “gestão” não são equivalentes, pois possuem escalas temporais distintas e se referem a atividades diferenciadas; contudo, eles podem ser considerados termos complementares.

Planejar remete ao futuro e significa tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas, ou de melhor tirar partido de prováveis benefícios. Gestão remete ao presente e significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte, [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir (SOUZA, 2010, p.46).

Partindo para a aplicação destes, na organização espacial, Corrêa (1995) indica que o homem estabelece um conjunto de práticas, nas quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. Elas se originam da consciência, das possibilidades técnicas disponíveis e objetivam a gestão de determinado território.

Não obstante, a cidade, vista como produto dos processos socioespaciais, não deve ser entendida como uma massa passivamente modelável ou como uma máquina perfeitamente controlável, mas como um fenômeno conflituoso gerado pela interação complexa que envolve agentes, interesses, significações e fatores estruturais; assim, ela não pode ser considerada plenamente previsível ou manipulável (SOUZA, 2010). Nesse contexto de organização espacial das cidades, conforme menciona Nunes (2005, p. 202), “o grande desafio é construir uma cultura política com ética nas cidades, viabilizando que os conflitos de interesse sejam mediados e negociados [...], tendo como princípio básico a discussão dos rumos da cidade com os vários setores da sociedade”.

A visão tradicional centralizadora e tecnocrática do planejamento urbano acaba por distanciar e isolar o processo de gestão, provocando uma desconexão no discurso das administrações municipais, em que os interesses individuais e econômicos prevalecem sobre os interesses coletivos (NUNES, 2005). Assim, é necessário criar um novo paradigma, como menciona esta mesma autora:

Diferentemente da concepção tradicional, perpetuada durante décadas, que separa o planejamento da gestão, o novo paradigma pressupõe uma cidade produzida por uma diversidade de agentes atuando coordenadamente a partir de um único foco que corresponda ao interesse público da cidade. Sendo assim, o plano diretor tem como objetivo não simplesmente resolver os problemas da cidade, mas ser um instrumento para definir uma estratégia de intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para todos os agentes envolvidos no processo de construção da cidade, bem como mostrar a gestão da cidade (NUNES, 2005, p.203).

Contudo, os planos diretores brasileiros têm tropeçado em muito mais obstáculos do que se previam, destacando-se: a crise dos movimentos sociais urbanos, a fragilidade técnica das prefeituras, a cultura política não participativa da sociedade e da força de inércia do tecnocratismo enraizado nos quadros técnicos das administrações municipais (SOUZA, 2000). “Em contrapartida, a importância dos planos e dos instrumentos de planejamento alternativos tem sido grandemente exagerada, especialmente em virtude da escassez de análises mais exigentes” (SOUZA, 2000, p. 72).

Curiosamente, esse planejamento alternativo, caracterizado por uma objeção ao vício racionalista de se trabalhar com uma cidade ideal em detrimento da confecção de instrumentos adequados ao enfrentamento dos problemas da cidade real, com suas situações de informalidade e mesmo ilegalidade, tem apresentado uma certa carência de realismo no que tange à sua leitura da viabilidade de se conquistar uma Reforma Urbana com base em planos diretores. De que adianta, por exemplo, elencar os municípios onde as leis orgânicas ou planos diretores preconizam a aplicação de instrumentos progressistas [...], sem que se proceda a uma avaliação em profundidade da forma como os instrumentos estão previstos e estão sendo efetivamente implementados nos municípios considerados (SOUZA, 2000, p. 72).

Em seus estudos, Santos (2011) também relata essa problemática, afirmando que são poucas as prefeituras municipais que apresentam a formulação do relatório anual de gestão do plano diretor. Os relatórios poderiam funcionar como instrumento de monitoramento e avaliação do cumprimento dos objetivos e metas, além de sugerir ao poder executivo adequações nas ações estratégicas.

Em relação ao sistema de gestão e planejamento urbano, o perfil dos planos diretores nos diferentes estados é muito parecido. Mesmo nos estados onde se verificou um número significativo de planos que criaram ou instituíram um sistema de gestão e planejamento urbano, a definição dos órgãos integrantes, suas atribuições e forma de articulação das ações foram realizadas por uma minoria deles (SANTOS, 2011). Portanto, além do planejamento é necessário uma gestão democrática e participativa para garantir a equidade na distribuição territorial da riqueza e na garantia do direito à cidade (EGLER, 2000).

1.4. METODOLOGIA

Neste item, apresentam-se a natureza e a caracterização da pesquisa, assim como os principais procedimentos metodológicos que orientarão o seu desenvolvimento.

1.4.1. Caracterização da Pesquisa

De acordo com os estudos de Gil (2002), é necessário compreender a natureza de uma pesquisa, a qual pode ser quantitativa e/ou qualitativa. O estudo quantitativo é aquele que quantifica os resultados, produzindo indicadores verificáveis através de equações matemáticas, ou seja, empregam-se cálculos estatísticos para garantir a precisão dos resultados (SILVA; MENEZES, 2000). Já na pesquisa qualitativa, os dados coletados são predominantemente descritivos, na qual se utiliza de técnicas interpretativas que buscam descrever, compreender, explicar e dar significado aos termos de certos fenômenos, ocorrendo naturalmente no mundo social (MINAYO, 1994; RICHARDSON, 1999).

Nas ciências sociais e humanas a utilização de técnicas estatísticas e levantamentos para mensurar e interpretar os fenômenos sociais têm sido criticados como de validade apenas para certo período de tempo, sem avaliar, verdadeiramente, opiniões e tendências sociais (THIOLLENT, 1985). Portanto, o presente estudo é de natureza qualitativa e se caracteriza como descritivo, conforme Gil (2002); as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno, e uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Assim, elas têm como foco central o aprofundamento da compreensão da temática, ou seja, centram-se na produção de informações e também ilustrações (GIL, 2002). Neste caso em específico, o foco é conduzido sob um estudo de caso do município de Três Corações/MG, descrevendo o seu

crescimento e desenvolvimento urbanos, contemplando o resgate histórico, o processo de gestão municipal e, por fim, o seu planejamento.

De acordo com Marconi; Lakatos (2003), o estudo de caso visa o detalhamento de um ambiente dentro de um contexto; consiste em reunir informações detalhadas e delimitadas, apropriando-se de diferentes técnicas de pesquisa e visando, sobretudo, aprender situações e descrever a complexidade de um fato de determinado local, ou seja, o objeto de estudo.

Após identificar a natureza e o caráter da pesquisa, foram definidos os procedimentos metodológicos para ordenar as etapas necessárias para o desenvolvimento do trabalho, portanto, a seguir serão descritos os principais procedimentos adotados.

1.4.2. Procedimentos Metodológicos

O elemento importante para o delineamento da pesquisa é o procedimento adotado para as técnicas de coleta de dados e informações. Segundo Gil (1996), essas técnicas podem ser organizadas em dois grupos, compreendendo fontes primárias e fontes secundárias.

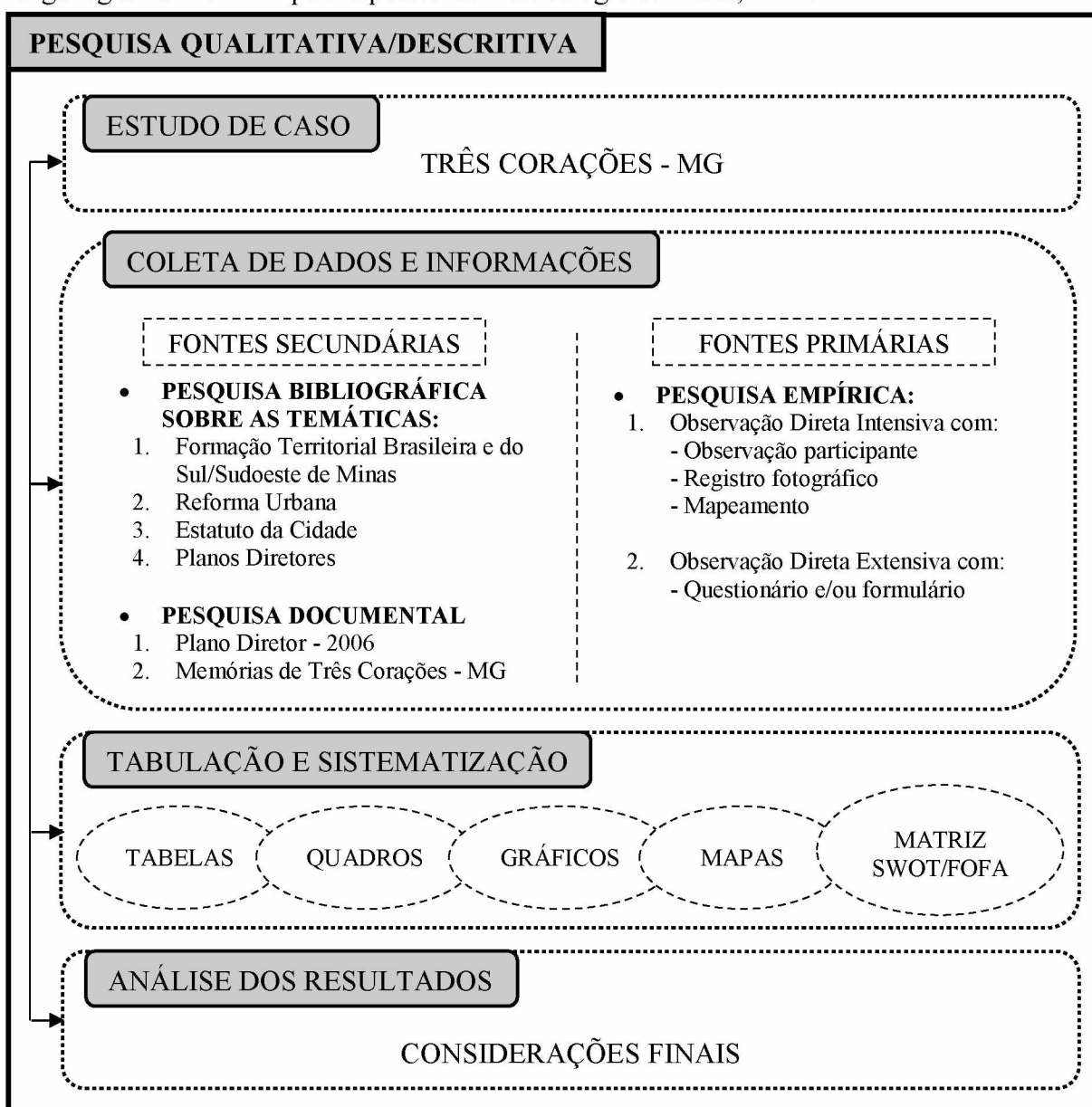
As fontes primárias baseiam-se em documentos originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, ou seja, foram coletados pela primeira vez pelo pesquisador, podendo ser coletados mediante entrevistas, questionários e observação (ANDRADE, 2010), ou seja, são aquelas informações coletadas pelo pesquisador diretamente da realidade

Já os dados e as informações secundários são aqueles que foram obtidos por outros pesquisadores e instituições e se encontram disponíveis em documentos, livros, artigos, endereços eletrônicos e outros. Segundo Gil (2002), as fontes secundárias possibilitam a resolução de problemas já conhecidos.

Na presente pesquisa utilizaram-se informações e dados de fontes secundárias e primárias, conforme demonstra o organograma 02 na página a seguir.

Primeiramente, definiu-se o município de Três Corações-MG como objeto de estudo. Para o desenvolvimento da dissertação optou-se pela utilização de uma pesquisa bibliográfica e documental. Foi realizado um levantamento bibliográfico acerca das temáticas relacionadas para a construção de um marco teórico. Para sua efetivação, partiu-se de pesquisas em materiais já elaborados, ou seja, de dados e informações secundários, disponíveis em livros técnicos e científicos, monografias, dissertações e teses, bem como em publicações periódicas em revistas, jornais científicos e publicações em formato eletrônico, pelos quais se aprofundou o conhecimento sobre Formação Territorial Brasileira e do Sul de Minas, Reforma Urbana, Estatuto da Cidade, Planos Diretores, Espaço Urbano e outros.

Organograma 02: Principais aspectos da metodologia utilizada, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2016.

Posteriormente, concretizou-se a pesquisa documental com o levantamento de dados e informações necessários referentes ao município em estudo; especificamente, esta etapa foi realizada pela análise de obras locais que remetem à história da cidade. Essa etapa consistiu na busca de dados e informações sobre o desenvolvimento urbano e sobre o Plano Diretor de 2006, tendo sido realizadas visitas técnicas nos órgãos administrativos e instituições municipais, tais como: a Prefeitura Municipal, Casa da Cultura Godofredo Rangel, Biblioteca Municipal Darcy Brasil e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento; também acompanhou-se a única audiência pública para a elaboração do novo plano diretor (2016).

Como próxima etapa, buscaram-se dados e informações primárias, por meio da pesquisa empírica. Segundo Yin (2001), as pesquisas de campo geram ricas oportunidades para observações diretas sobre o objeto de estudo. Essas observações diretas podem ser divididas em duas etapas: a observação direta intensiva e a observação direta extensiva (YIN, 2001).

Para Yin (2001), a observação direta intensiva é realizada por meio de duas técnicas: observação e entrevista, sendo que a observação é o exame sistemático dos fatos ou fenômenos que se desejam estudar, e a entrevista, o encontro de duas pessoas, visando obter informações de um assunto estudado. Já a observação direta extensiva é realizada por meio de questionário ou formulário, instrumentos estes que permitem a coleta de dados por meio de perguntas a serem respondidas sem a presença do entrevistador.

Assim, a pesquisa de campo proporcionou o uso das técnicas de observação direta intensiva, como: observação nas reuniões sobre a implantação do plano diretor/2016 de Três Corações - MG, observação em locais de encontro na Prefeitura Municipal e registro fotográfico com o intuito de demonstrar as paisagens urbanas consideradas relevantes para análise dos resultados.

Já a observação direta extensiva foi efetivada por meio da aplicação de questionários junto à população de Três Corações. O questionário tem como intuito constatar a percepção dos tricordianos acerca do espaço urbano local, auxiliando e complementando as informações levantadas pelo referencial teórico e por parte dos resultados. Será importante considerar a participação dos atores sociais, uma vez que se permitirá um diagnóstico mais próximo das demandas e das questões que envolvem as reais particularidades do lugar.

Para Rheingantz *et al.* (2009), um questionário é um dos instrumentos mais utilizados para obter informações. É uma técnica que apresenta vantagens, já que as questões serão as mesmas para todas as pessoas, rapidez e custo relativamente baixo, garante o anonimato e possibilita o respondente escolher o momento e o local mais conveniente para responder.

O questionário encontra-se estruturado em 24 questões (APÊNDICE 01), sendo 21 de múltipla escolha, nas quais os respondentes optaram, dentro de um conjunto de alternativas pré-estabelecidas as respostas que consideravam adequadas e 04 perguntas abertas. Eles foram aplicados no formato *online*, por meio do aplicativo Google - Formulário.

Como o próprio aplicativo disponibiliza uma ferramenta para tabulação dos dados, visa-se utilizar a amostragem probabilística, já que as técnicas estatísticas pressupõem a utilização dessa amostra que, por seguir as leis estatísticas, permitem a expressão da probabilidade matemática e a possibilidade de se encontrar resultados da população em geral (MERRIL; FOX, 1977). Diversos autores descrevem algumas terminologias comuns à estatística, as

quais serão utilizadas nesta pesquisa, tais como, segundo Manzato; Santos (2012, p. 4), “Universo: refere-se a um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo” e “Amostra” como descreve Ferreira (2014):

Trata de um conjunto de elementos selecionados ou extraídos da população total. As amostras são utilizadas quando a população é infinita ou muito grande, situação que torna quase impossível se trabalhar com todos os elementos que formam a população total. Neste caso, a população total é inferida a partir de informações obtidas de amostras que compõem a população amostral (FERREIRA, 2014, p.67).

Continuando os conceitos estatísticos, o autor, Santos (2016, p. 1), define:

Erro Amostral: é a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor. Na calculadora você deve indicar qual o erro amostral máximo admitido pela pesquisa. Em geral esse valor é definido pelo próprio pesquisador. Frequentemente o valor definido é 5%.

Nível de Confiança: é a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa. Frequentemente o nível de confiança utilizado nas pesquisas é de 95% (SANTOS, 2016, p.1).

Considerando a calculadora desenvolvida e disponível eletronicamente por Santos (2016) em concordância com a equação 01 disponibilizada por Ochoa (2013), foi possível realizar o cálculo amostral a ser utilizado na pesquisa.

Equação 01: Fórmula e variáveis componentes do cálculo amostral.

$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$	
n = Amostra a ser calculada	p = Verdadeira probabilidade do evento
N = Universo ou população	e = Margem de erro
Z = Variável normal padronizada associada ao nível de confiança	

Fonte: OCHOA, 2013; SANTOS, 2016.

Para o cálculo da amostra (n) no município de Três Corações, utilizaram-se: tamanho do universo (N) de 72.765 habitantes, margem de erro (e) de 5% e nível de confiança (90%).

Talvez uma das variáveis mais emblemáticas da equação seja a (Z), nela não se deve utilizar a porcentagem associada ao nível de confiança mas, sim, um número correspondente à porcentagem. Como explica Ochoa (2013), esse número é determinado pela forma da

distribuição da curva de Gauss, os valores mais frequentes são: para um “Nível de Confiança” de 90%, o Z deve ser igual a 1,645; para um “Nível de Confiança” de 95%, o Z deve ser igual a 1,96; e para um “Nível de Confiança” de 99%, o Z deve ser igual a 2,575. Por último, tem-se a verdadeira probabilidade do evento (p); caso não seja possível obter alguma informação sobre esta, como regra geral, o valor utilizado deve ser 50%¹.

A seguir, é apresentada, no quadro 07, a resolução da equação pertencente ao cálculo amostral, lembrando que 5% é igual a 0,05 e 50% é igual a 0,5.

Quadro 07: Resolução do cálculo amostral aplicado ao município de Três Corações-MG.

$$n = \frac{(72765). (1,645)^2. (0,5). (1 - 0,5)}{(72765 - 1). (0,05)^2 + (1,645)^2. (0,5). (1 - 0,5)}$$

$$n = \frac{(72765). (2,706025). (0,5). (0,5)}{(72764). (0,0025) + (2,706025). (0,5). (0,5)}$$

$$n = \frac{49225,9773}{181,91 + 0,6765} \rightarrow n = \frac{49225,9773}{182,5865} \rightarrow n = 269,6036$$

Fonte: Autoria própria, 2016.

Durante os cálculos foram utilizados até quatro casas decimais depois da vírgula, arredondando para cima os números maiores ou iguais a seis (6) e, para baixo, os números menores ou iguais a cinco (5). O resultado amostral foi de 269,6036; assim, o objetivo principal era alcançar o número de 270 questionários.

Inicialmente, a divulgação aconteceu nas redes sociais para aplicação somente no formato digital; dessa forma conseguiu-se algo em torno de 200 questionários. Como os prazos estavam curtos e o alcance da divulgação nas redes sociais já estava restrito, partiu-se para o campo. Para sua efetivação adquiriu-se um *tablet* conectado à rede mundial de computadores, e outros questionários foram impressos; sua aplicação desenvolvia-se a partir da abordagem de transeuntes em locais centrais da cidade como praças, igrejas, pontos de ônibus, rodoviária, dentre outros. Os impressos, posteriormente, foram registrados no formato digital. Dessa maneira alcançou-se um número superior ao previsto; foram registradas 320 respostas (figura 01).

¹ Para obter mais informações sobre as variáveis “Z” e “p” consultar: Ochoa (2013) e o sítio <http://www.cienciasecognicao.org/portal/wp-content/uploads/2011/09/Tamanho-da-Amostra-1-1.pdf>.

Figura 01: Número total de questionários respondidos, Google Formulários, 2017.

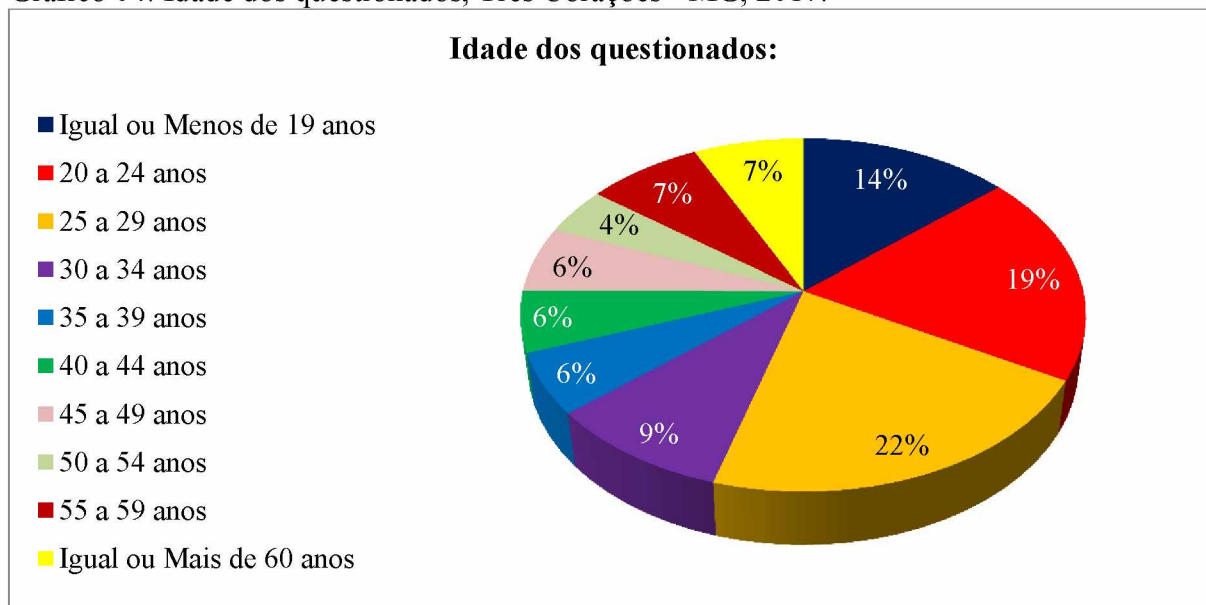


Fonte: Autoria própria, 2017.

Para responder a todas as perguntas do questionário não era necessário se identificar. Foram solicitadas apenas duas informações pessoais: a idade e o nível de escolaridade que serão apresentadas a seguir.

A junção dos grupos etários foi feita conforme a pirâmide etária proposta pelo IBGE; foram agregadas somente as idades menores ou iguais a 19 e as idades iguais ou superiores a 60 anos (gráfico 04).

Gráfico 04: Idade dos questionados, Três Corações - MG, 2017.

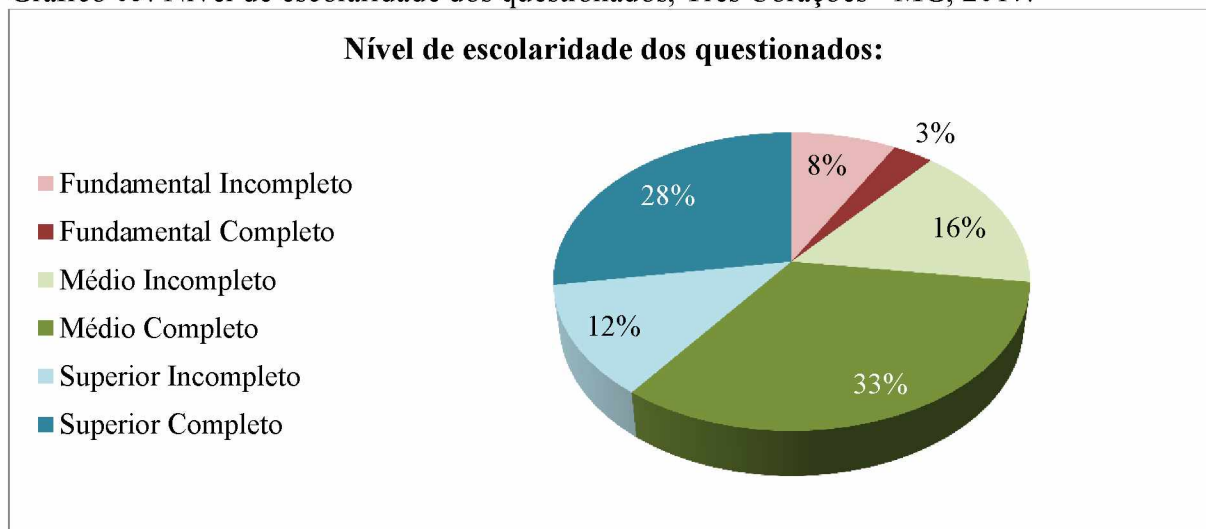


Fonte: Autoria própria, 2017.

Apesar de o quantitativo apresentar uma considerável distribuição entre as faixas etárias, houve a prevalência de três grupos assim especificados. Igual ou menos de 19 anos com 14%, de 20 a 24 anos com 22% e de 25 a 29 anos com 22%; juntos, esses três níveis correspondem a um pouco mais da metade das respostas (55%). Fenômeno que pode ser explicado, talvez, pela forma de divulgação (digital e *online*) e pela maior proximidade e contato desses grupos etários com as redes sociais.

Em relação aos níveis de escolaridade, 11% apresentavam nível fundamental completo e/ou incompleto, 49% apresentavam médio completo e/ou incompleto, e 40% ensino superior completo e/ou incompleto (gráfico 05).

Gráfico 05: Nível de escolaridade dos questionados, Três Corações - MG, 2017.





Fonte: Autoria própria, 2017.

Por fim, o restante dos dados e as informações obtidas foram tabulados e sistematizados, resultando em apresentações nas formas de gráficos, tabelas, quadros, mapas. Também foi elaborada uma matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) ou FOFA/FFOA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Esta última, juntamente com os resultados dos questionários, funcionou como mecanismo de análise do plano diretor.

Há algumas divergências quanto à origem da matriz: algumas obras indicam sua existência na China a cerca de três milênios; outras por pesquisadores de Harvard na década de 1960; e algumas atribuem sua criação aos professores Kenneth Andrews e Roland Christensen da Harvard Business School na década de 1970. Entretanto, independentemente dessas divergências históricas de datas quanto à fundação do termo, é do consenso comum que a matriz vem sendo usada crescentemente como uma ferramenta de planejamento estratégico, tanto por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento quanto por profissionais e empreendedores (MORAES, 2010; SOUZA, SILVA, OLIVEIRA, 2013).

Suscintamente são apresentadas no quadro 08 a siglas da matriz nas línguas inglesa e portuguesa, e o conceito de cada uma das letras que compõe a sigla.

Quadro 08: Siglas e conceitos da matriz SWOT/FOFA.

SIGLA		CONCEITO
 Inglês	 Português	
S Strengths	F Forças	Representam todas as forças e as vantagens internas do objeto de estudo.
W Weaknesses	F Fraquezas	É uma limitação ou uma desvantagem que prejudica o ambiente interno.
O Opportunities	O Oportunidades	Influenciam positivamente, ou seja, são aspectos externos com potencial de aumentar as vantagens. É importante conhecer cada um deles para aproveitá-los de forma adequada.
T Threats	A Ameaças	Representam os aspectos desfavoráveis externos e com potencial comprometedor. São consideradas um impedimento para a posição atual ou para a posição desejada no futuro.

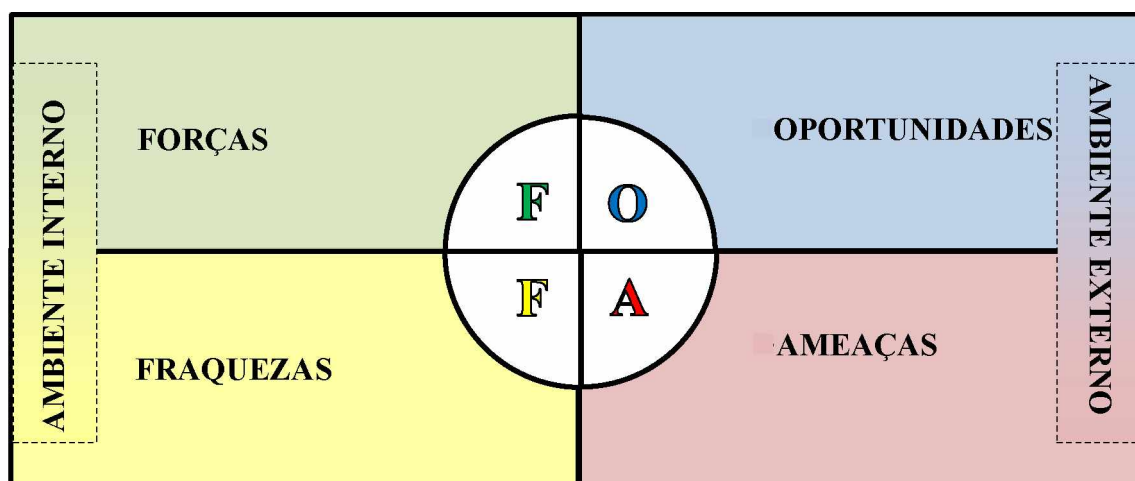
Fonte: CALCAGNOTTO, 1995; JUSTINO, 2016; LOPES, 2016. Org.: Autoria própria (2016).

A compreensão das principais oportunidades e ameaças que se apresentam auxilia na identificação das opções realísticas entre as quais pode-se escolher uma estratégia apropriada, dependendo do estudo de caso um mesmo fator pode ser visto potencialmente tanto como uma oportunidade quanto uma ameaça. Já a compreensão dos principais pontos fortes e fraquezas auxiliam no estreitamento das alternativas de escolha e na seleção da estratégia a ser adotada. (CALCAGNOTTO, 1995).

Em relação à interinidade e externalidade, ambas estão diretamente relacionadas com o grau de controle que os fatores econômicos, sociais, culturais e tecnológicos exercem, no caso da pesquisa referencial, no município de Três Corações.

Com o intuito de uma melhor organização dos dados e informações, os resultados encontrados na análise estão inseridos e são apresentados em conformidade com o organograma 03.

Organograma 03: Estrutura da matriz FOFA.



Fonte: CALCAGNOTTO, 1995. Org.: Autoria própria, 2016.

A matriz é importante, pois é por meio dela que as administrações municipais podem conseguir ter uma visão clara e objetiva sobre quais são seus pontos positivos e negativos, e como estes podem ser neutralizados. Assim, as análises procedentes dessa matriz possibilitam que os gestores elaborem estratégias que proporcionem à população melhor qualidade de vida (JUSTINO, 2016; LOPES, 2016).

Essa ferramenta é muito utilizada para fazer análise de cenário ou análise de um ambiente, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma instituição ou empresa, mas podendo, devido à sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise, desde a criação de um endereço eletrônico à gestão de uma multinacional (COELHO, 2014).

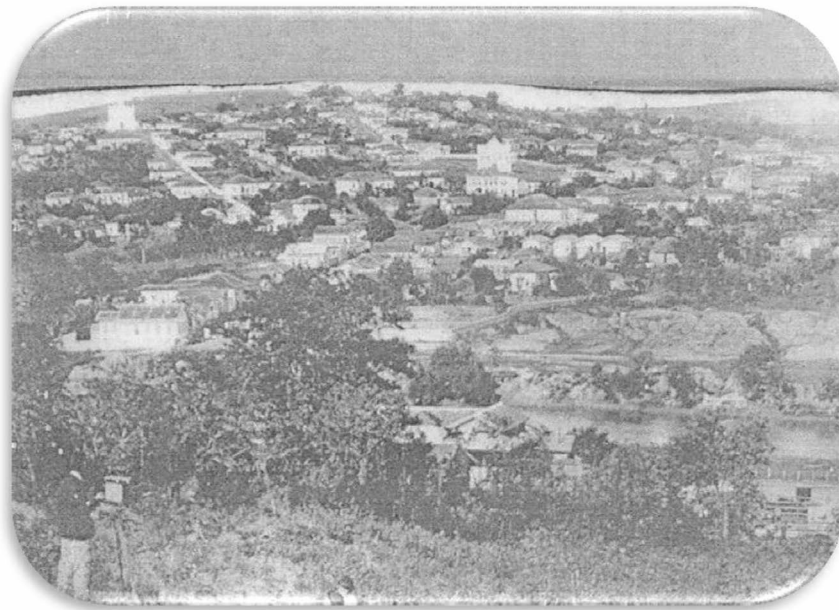
A partir dessa estruturação metodológica, são apresentados, no próximo capítulo (II), alguns aspectos referentes à formação do território e do espaço urbano brasileiros, caracterização da região Sul de Minas e de Três Corações - MG. Também é possível realizar uma viagem histórica referente às transformações do espaço urbano nas terras tricordianas, um dos focos do capítulo.



CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO EM TRÊS CORAÇÕES - MG

Vista parcial de Três Corações, com destaque para as capelas, 1924.



Fonte: CUNHA, 1999.

Vista parcial de Três Corações - MG, destaque para as igrejas e a verticalização, 2016.



Fonte: Aatoria própria, 2016.

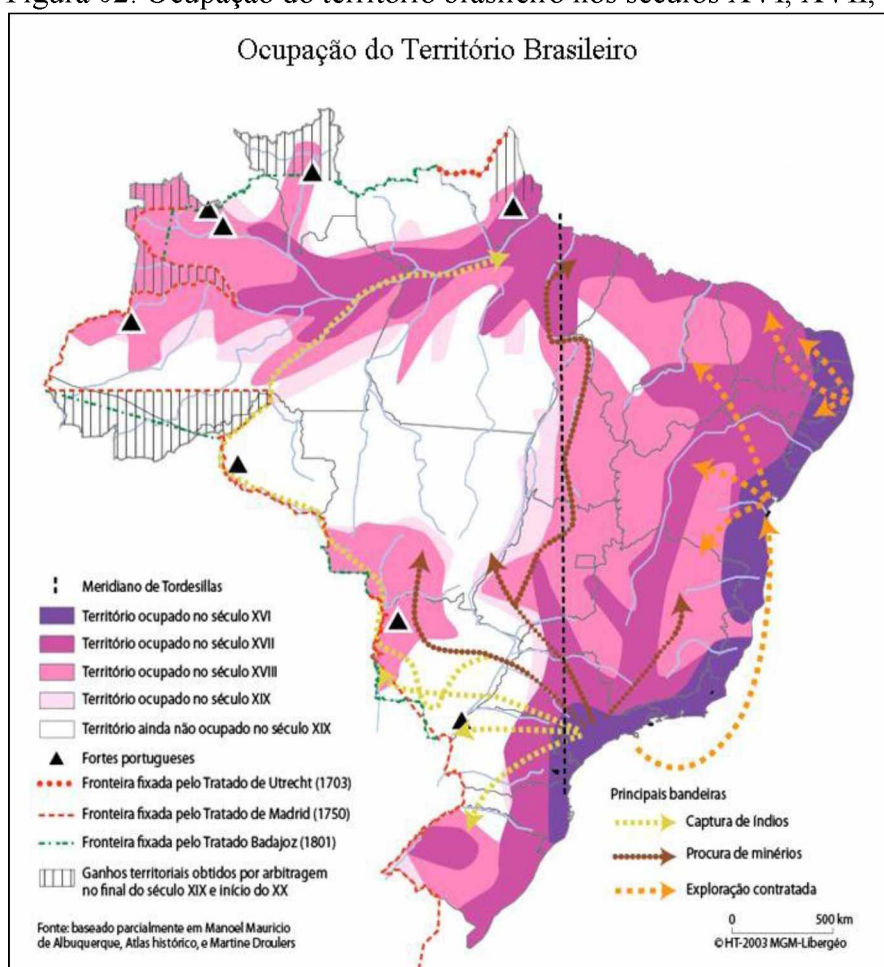


No presente capítulo será feita uma contextualização da formação do território e do espaço urbano brasileiro em concomitância com o desenvolvimento e caracterização da região Sul de Minas. A partir desse arcabouço teórico será possível compreender as transformações do espaço urbano na cidade de Três Corações - MG iniciando em 1764 e encerrando em 2010.

2.1. Brasil e Sul de Minas: uma breve contextualização sobre a formação do território e a estruturação do espaço urbano

No início do período colonial, a ocupação do território brasileiro e a atividade econômica (extrativismo e cultivo da cana-de-açúcar) se restringiam apenas às áreas litorâneas. A partir do século XVII e século XVIII (figura 02), o processo de interiorização do território ocorreu principalmente devido a duas atividades econômicas: a mineração e a pecuária. Ainda nesse período, a organização urbana brasileira era herança direta da colonização e, até então, o país não contava com uma rede urbana nacional.

Figura 02: Ocupação do território brasileiro nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.



Fonte: Neli; Mello, 2005 *apud* Instituto Socioambiental (ISA), 2009.

Segundo Santos (1993 p. 26), “o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior”.

Foi nesse período, início do século XVIII, que a região do Sul de Minas começou a ser formada como um espaço econômico e social. A sua ocupação inicial, que corresponde a uma grande área delimitada fisicamente pelo Rio Grande e pela Serra da Mantiqueira, e territorialmente pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, remete à descoberta das primeiras reservas minerais de ouro. A mineração possibilitou o surgimento dos primeiros povoamentos, exemplificado pela fundação da Vila da Campanha em 1798, destaque político e econômico na região. Esta atividade econômica foi um fenômeno determinante que ajudou a interiorizar o processo de ocupação de Minas Gerais fazendo com que diversos pontos do território funcionassem como pontos de passagem e abastecimento das caravanas que realizavam o trânsito entre o litoral e o Centro-Oeste (NEDRU, 2013; SEPLAG, 2014).

Passagem de inúmeros caminhos que interligavam as principais áreas escravistas no Centro-Sul do Brasil, o Sul de Minas se desenvolveu sustentado por uma infinidade de atividades econômicas, que por sua vez proporcionaram um acelerado crescimento populacional e urbano, numa região com potencial aurífero muito inferior à região Central do Estado (GEMG, 2014, p. 23).

Em relação ao desenvolvimento da atividade agrícola, que mesmo sendo voltada para a subsistência, vários produtos como milho, feijão e trigo eram comercializados, principalmente, com o Rio de Janeiro, desde o início do século XIX. O crescimento da produção de café, durante o século XIX, constituiu um pilar do desenvolvimento econômico da região do Sul de Minas (GRAÇA FILHO, 2000; FERREIRA, 1996; MARTINS; BERTOLUCCI JR; OLIVEIRA, 2007).

Com o declínio das atividades auríferas, a produção de café torna-se a principal atividade econômica da região. Nesse intervalo, entre a decadência de uma e ascensão de outra, situa a gestação da economia cafeeira, que marcaria o reencontro do país com o progresso, por meio da sua reinserção no mercado internacional (exportações). A emergência da cafeicultura é explicada por um conjunto de fatores, entre os quais destacam-se a acumulação de capital e a experiência adquirida na lida com a produção de subsistência (FURTADO, 1984, *apud* PASCOAL, 2007).

Em um primeiro momento, as plantações de café se expandiam pela Zona da Mata, para, posteriormente, se consolidar no Sul de Minas. A cafeicultura desenvolvida em ambas

as regiões era baseada no uso da mão-de-obra escrava e em técnicas rudimentares e predatórias de produção (FREDERICO, 2009).

A partir da abolição da escravatura em 1888, a dinâmica da rede urbana sul mineira passou a ser orientada pelas pequenas propriedades; a explicação pode ser dada pela queda de produção no setor cafeeiro.

[...] a cafeicultura mineira não conseguiu atrair a mão-de-obra imigrante da Europa, como fez a similar paulista. A alternativa adotada, para evitar a falência da cafeicultura, foi a retaliação dos latifúndios em pequenas propriedades, com a adoção do regime de parceria e o uso de homens livres, que viviam à margem do regime escravocrata. Este evento, somado à retaliação dos latifúndios por hereditariedade, ao longo de várias gerações, transformaram o Sul de Minas e a Zona da Mata em regiões com os menores índices de concentração fundiária do país (FREDERICO, 2009, p.5).

Essa característica existente, relacionada às pequenas propriedades, influenciou a constituição da rede urbana, que historicamente foi marcada pela existência de vários centros urbanos dispersos pela região.

Já a partir da segunda metade do século XIX, surgem os primeiros indícios de industrialização, mediante a implementação da navegação a vapor e do desenvolvimento das estradas de ferro. Segundo Egler (2000), a industrialização no Brasil emerge quando a divisão social do trabalho se desenvolve no interior do sistema produtivo; assim, ela desdobra-se do circuito mercantil pela lógica de acumulação e da valorização de capitais. Conforme Santos (1993 p.38), “num espaço de tempo relativamente curto, o Brasil acelera a mecanização do território e enfrenta uma nova tarefa, isto é, a constituição, sobre áreas cada vez mais vastas, do meio técnico-científico-informacional”.

Dias (2000) assinala que as inovações técnicas observadas a partir do século XIX dinamizaram o transporte e a comunicação, e acabaram por influenciar a organização espacial, favorecendo a integração territorial, quebrando barreiras físicas e obstáculos, favorecendo a circulação de mercadorias e capitais. À medida que o capital privado não estrutura o espaço de forma eficiente, o Estado assume o papel de produtor do território, provendo-o de infraestrutura (BERNARDES, 2000).

As ferrovias, então, desempenharam um papel dinamizador nesse processo e no desenvolvimento econômico do país. Conforme explica Melo (2008), “um dos meios passíveis de promover as mudanças necessárias à expansão do capitalismo, no país, era a mecanização do território, por isso ganhava importância a expansão da ferrovia”.

Segundo Melo (2008), a agricultura cafeeira, principal atividade econômica brasileira na época, possibilitava a aquisição de mercadorias industrializadas, participação na economia internacional e exigia uma eficiente rede de transportes ligada ao sistema produção/exportação. A atividade cafeeira, elo com o mercado internacional, implicava uma estrutura eficiente capaz de ligar o maior número de portos com o menor custo possível.

Desse contexto histórico, resultou o desenvolvimento de estudos e ações efetivas para a implantação de estradas de ferro e telégrafos, bem como modernização de alguns portos, elaboração de mapeamentos do território, demarcação de fronteiras, entre outros. A ferrovia passou a ser o elemento mais almejado nos planos políticos dos líderes que se vinculavam aos ideais da “modernização”, nas diferentes regiões brasileiras (MELO, 2008, p.75).

A posição geográfica estratégica da região Sul de Minas, situada entre os maiores mercados produtores e consumidores da época, Rio de Janeiro e São Paulo, favoreceu um intenso comércio entre as regiões auríferas e posteriormente motivou a construção de extensa e densa malha ferroviária que começou a se instalar para atender a esses mercados (figura 03).

Figura 03: Rede ferroviária brasileira em 1954.



Fonte: IBGE, 1954.

Contudo, apesar desse contexto favorável, a falta de um centro local irradiador para o transporte fez com que, a princípio, na região, houvesse uma integração de suas ferrovias apenas com mercados exteriores, e não entre as próprias cidades. Ou seja, a modernização do território, que poderia surgir como condição para fortalecer o mercado interno, ensejou o estreitamento das relações, inclusive de dependência, com outras regiões (SAES et al., 2010; FERREIRA, 2014).

Com o passar dos anos, o Sul de Minas fortalece a produção e a exportação de café, o que explicaria a intensificação da penetração de diversas linhas férreas (SAES et al., 2010). Na citação a seguir são descritas algumas características da região durante sua expansão ferroviária.

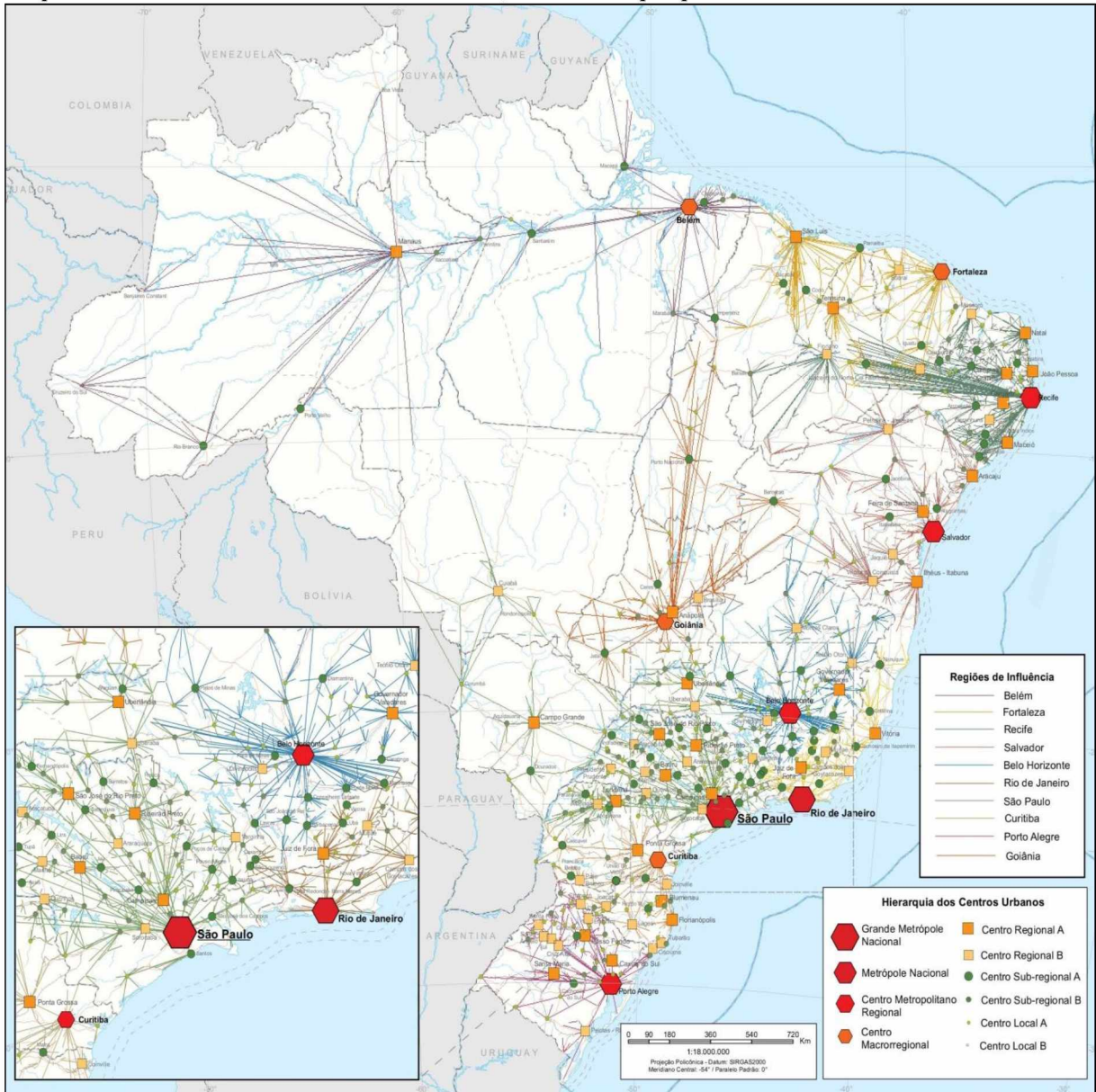
A região [...] é das mais ricas em lavouras de café e cereais, encontrando-se [...] muitas indústrias em plena atividade. É também, na linha que parte de Cruzeiro - SP, que se encontram as mais antigas estâncias hidrominerais de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira [...]. O perfil desta linha é bem pesado, mas devido à sua situação geográfica, foi por ai que se realizaram dois importantes avançamentos: Goiás e Angra dos Reis [...]. Com isso formou-se um sistema de tráfego mútuo de alto interesse geral (IBGE, 1954, p. 132).

Esse binômio, cafeicultura e ferrovias, foi marcante no desenvolvimento econômico brasileiro, de acordo com Santos; Silveira (2001), a produção cafeeira, em São Paulo, propiciou a fundação de uma rede de cidades. Esse período é marcado pelo início da integração nacional e pela hegemonia da cidade de São Paulo, que se consolida como metrópole industrial. Consequentemente, a cidade passa a concentrar um grande contingente populacional que, direta e indiretamente, pressiona o mercado interno pela necessidade de matéria-prima e alimentos.

A rede urbana no Sul de Minas Gerais (mapa 01) caracteriza-se, então, por ser descentralizada, por possuir elevada densidade rural e demográfica de pequenos centros, e pequena mobilidade da população. A pouca articulação entre os centros regionais foi motivada pela instalação da rede ferroviária ligando os centros urbanos do sul do estado diretamente com os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, restringindo a consolidação de uma cidade polo. A instalação da barragem de Furnas, em 1960, contribuiu, diretamente, para a desarticulação da rede de transporte ferroviário na região, sendo substituída pelo transporte rodoviário, que rearticulou a rede urbana (CORRÊA, 2006; BRANQUINHO, 2016).¹

¹ Mapa 01: A rede urbana no Brasil em 1966, com destaque para o Sul de Minas. Fonte: IBGE, 2007.

Mapa 01: A rede urbana no Brasil em 1966, com destaque para o Sul de Minas.



Fonte: IBGE, 2007

No decorrer dos anos, paulatinamente, o transporte ferroviário e aquaviário perdem sua importância devido aos seus elevados custos operacionais e pouca mobilidade técnica no território. Incentivadas pela construção de Brasília e pela implantação da indústria automobilística, as rodovias surgem como alternativa no setor de transporte criando condições estruturais que contribuíram diretamente para a fluidez, da produção, que está dando lugar ao neologismo commodities. Além desta última determinante, a circulação de produtos possibilitou a produção em escala comercial, viabilizando a criação e a continuidade das áreas de produção.

Mesmo com todo esse conjunto de inovações, conforme Santos; Silveira (2001), o mercado interno, com seu baixo poder de consumo, não conseguia absorver toda a produção de bens. Portanto, houve a necessidade de direcionar a produção para o mercado externo, favorecendo a modernização dos equipamentos industriais e apoio a grandes empresas. Os investimentos em infraestrutura ofereceram condições materiais necessárias ao processo de transformação do território nacional em um espaço da economia global. No entanto, os indícios de crescimento econômico não foram capazes de trazer desenvolvimento; pelo contrário, trouxe o aumento das disparidades regionais e o empobrecimento das classes menos favorecidas.

Como afirma Sousa (2000), o crescimento econômico não se traduz automaticamente em justiça social; é necessário redistribuir a renda, participação popular, acesso à cultura e aos serviços públicos, dentre outros. Para isso acontecer, é imprescindível uma política intervencionista do Estado para que o crescimento econômico não acentue as disparidades na distribuição territorial da renda. Dias (2000) faz um apontamento interessante ao destacar que a exclusão social e a modernização econômica são aspectos que caminham juntos e combinam com o modelo econômico adotado pelo Brasil.

A partir do início do século XX, as transformações estruturais vivenciadas pelo Brasil passaram a ditar a urbanização do território nacional. Com o acúmulo e aplicação de capital em infraestrutura, advindos da produção agrícola cafeeira, ocorre uma intensificação da industrialização. As regiões passam a estender laços nas relações políticas, sociais e econômicas, ampliando sua comunicação e a articulação entre si, e pouco a pouco a atividade agrícola cede espaço às atividades industriais². É também nesse início de século XX, que se

² O setor agropecuário também foi beneficiado por essa dinâmica, principalmente a partir da década de 1970, com a sua modernização objetivando aumentar a produtividade; assim, o setor desempenhou, desempenha e ainda ocupa posição de destaque no cenário econômico.

desenvolve uma atividade industrial no Sul de Minas, centrada, principalmente, nos setores tradicionais (têxtil e alimentício).

De acordo com Silva (2014), essa transição econômica gerou um amplo movimento com pretensões científicas que sugeria a criação de modelos alternativos de cidades que visavam, além de equalizar os problemas urbanos, alterar a própria organização da sociedade. Alteração vinculada, principalmente, às transformações nas relações de trabalho, que tiveram como consequências a intensificação do êxodo rural e o crescimento das cidades, sendo motivadas principalmente por dois importantes aspectos: crescimento populacional - resultante de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização - e migração rural/urbana (SANTOS, 1993; SILVA, 2014). No entanto, o fenômeno não se dá de maneira homogênea, uma vez que são diferentes os graus de desenvolvimento e de ocupação das regiões brasileiras.

Outro viés citado por Brito *et al.* (2001), e que reforça a ideia anterior, é que a urbanização passa a ser um determinante estrutural da moderna sociedade brasileira, pois não é só o território que acelera o seu processo de urbanização, mas é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbanizada. As transformações que passaram a sociedade e a economia a partir da década de 1930 só se consolidaram com o acelerado processo de crescimento da economia urbano-industrial, e com a expansão dos sistemas de transporte e comunicações, que têm início na década de 1950, em especial, na sua segunda metade, com o Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A partir da década de 1960, conforme Cano (1997), as políticas de desenvolvimento regional iniciaram o processo de desconcentração produtiva nacional que visava à integração do mercado brasileiro, até então conduzido pela economia paulista. Essa desconcentração foi apoiada pela modernização agrícola e expansão de sua fronteira; construção de rodovias no Norte e Centro-Oeste; criação de Brasília; políticas de incentivo à exportação; dinamização da infraestrutura (transporte, energia e comunicações), entre outros. Esse processo, primeiramente, direcionou-se ao interior do estado e, posteriormente, passou a abranger regiões próximas, mas de outras unidades federativas. A integração triangular entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte tornou a região Sudeste o centro econômico do país.

A região do Sul de Minas foi acometida por esse processo de modernização e desconcentração. Os sistemas de transporte foram construídos com o intuito de viabilizar a instalação de multinacionais e a exportação de produtos primários para integração às dinâmicas e exigências do capitalismo monopolista internacional. Como exemplo pode-se

citar a Rodovia Fernão Dias (BR-381), que liga a capital mineira - Belo Horizonte, à capital paulista - São Paulo, que, por seus 562 km, perpassa por vários municípios integrantes da região sul do estado (FREDERICO, 2009).

Prosseguindo para a década de 1970, Santos; Silveira (2001) afirmam que o progresso da ciência e da técnica, e a circulação acelerada de informações, geraram condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho referente a uma nova divisão territorial fundada na ocupação e remodelação de áreas periféricas.

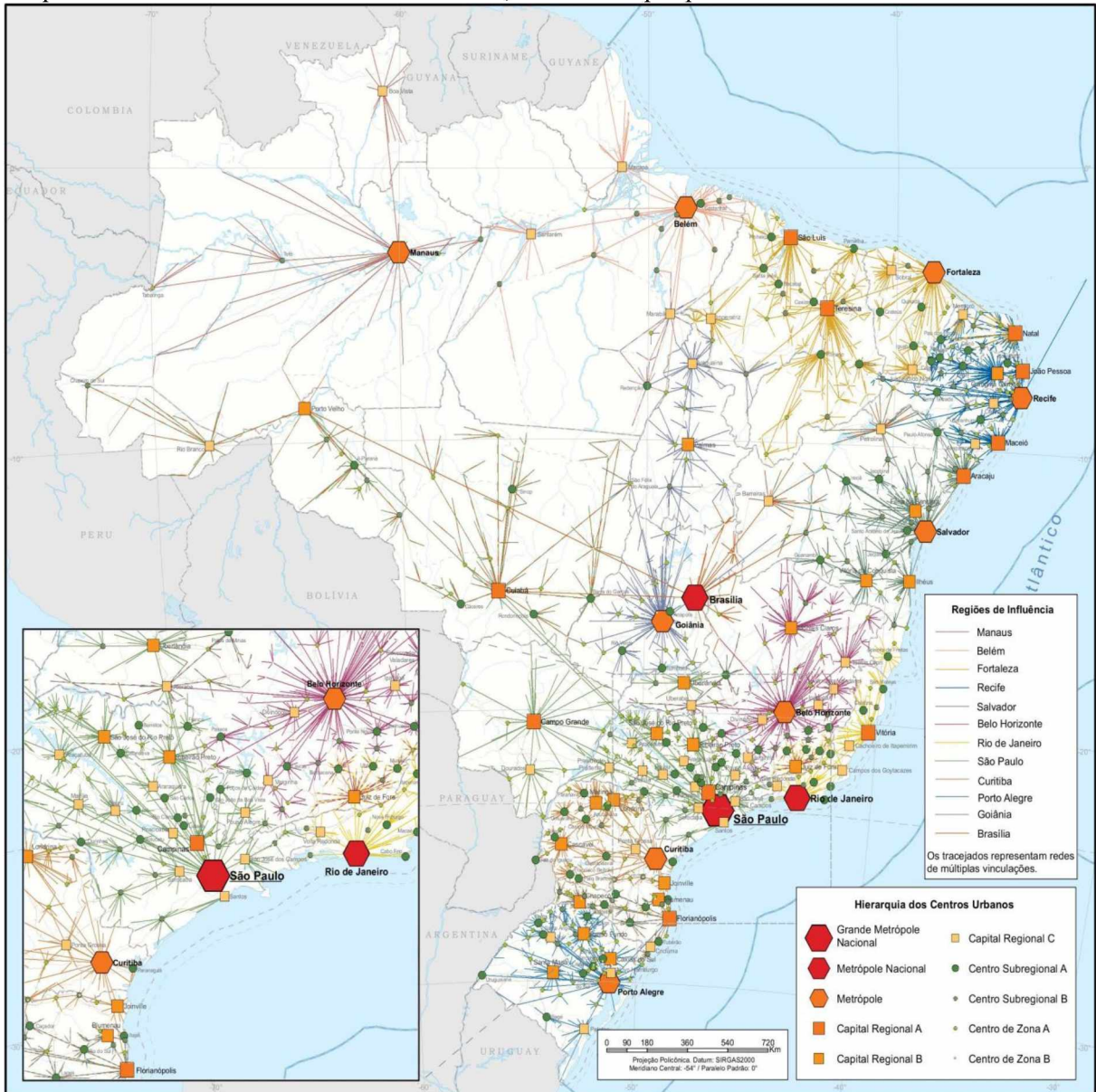
Segundo Egler (2000), a integração territorial do mercado nacional passa a ser organizada em uma rede urbana hierarquizada configurada conforme o padrão de industrialização (mapa 02)³. Essa rede hierarquizada, como apontam Santos e Silveira (2001) cria um processo de urbanização baseado em um complexo de sistemas: áreas metropolitanas - cidades médias - cidades pequenas.

Nesse contexto, a urbanização ocorreu de forma mais intensa nas metrópoles, pois foram elas que mais absorveram os contingentes populacionais. Porém, nas últimas décadas, duas tendências têm marcado o processo de desenvolvimento regional e urbano brasileiros. A primeira refere-se aos movimentos de concentração e reconcentração espacial da produção no Brasil, que marcaram a região Sudeste e trouxeram impactos significativos. Já a segunda, às mudanças no padrão de urbanização brasileira, depois de 1980, arrefeceu-se o padrão concentrador metropolitano que historicamente a caracterizava, e o crescimento das cidades de médio porte superou o das regiões metropolitanas, principalmente na região Sudeste (ANDRADE; SERRA, 1999).

O Sul/Sudoeste de Minas é, diretamente, beneficiário do movimento de reconcentração inter-regional e desconcentração intra-regional que vêm caracterizando o Brasil nas últimas décadas. A desconcentração atingiu principalmente as cidades ao longo do eixo da rodovia Fernão Dias e cidades limítrofes, como Poços de Caldas (FREDERICO, 2009). No entanto, a região encontra dificuldades, devido à maior proximidade (que se traduz em maior concorrência) da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); assim, conta com empecilhos para ampliar a área de influência (MARTINS et al., 2007; FERREIRA, 1996; FREDERICO, 2009).

³ Mapa 02: A rede urbana no Brasil em 2007, com destaque para o Sul de Minas. Fonte: IBGE, 2007.

Mapa 02: A rede urbana no Brasil em 2007, com destaque para o Sul de Minas.



Fonte: IBGE, 2007

Dessa maneira, para Santos; Silveira (2001), todas as áreas do país conheceram um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças ao impacto da modernização sobre o território. As fronteiras econômicas se ampliaram e mais áreas foram ocupadas; as densidades populacionais, até então desiguais entre os estados e as regiões brasileiras começam, a ser superadas pelo processo de incentivo à interiorização do povoamento. A natureza recuou - em grande parte foi destruída - cedendo espaço às ocupações humanas, cada vez presentes, ainda que seja de forma desigual.

Nas três última década do século XX, é possível reconhecer que o progresso do setor industrial, agrícola e de telecomunicações gerou uma revolução nas formas de circulação, com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional quase a totalidade do território brasileiro torna-se produtivo para o capital (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Conforme Dias (2000), ao mesmo tempo em que a intensificação da circulação com as novas formas de organização da produção causam ordem nacional e internacional, também causam desordem local. Portanto, comumente a vida da população nas cidades brasileiras é associada a uma aparente desordem urbana que, de certa forma, contribui para sua degradação.

Em sua exposição, Topalov (1991) aborda a questão urbana e as cidades como uma ciência que deve instaurar uma ordem espacial, que se desdobra em uma ordem produtiva e, conseqüentemente, em uma nova ordem política. O desenvolvimento planejado da expansão urbana trata de colocar ou recolocar as coisas em seus lugares, objetivando instaurar uma nova ordem espacial. A presente desordem instaurada nas cidades acarreta uma ordem em potencial que deve ser colocada em prática por meio do planejamento urbano.

Ocorre que o descompasso entre os investimentos públicos em infraestrutura, o rápido processo de urbanização e a ausência de um planejamento capaz de suprir às necessidades de uma população recém-chegada, provocaram danos ao sistema urbano das cidades, como: *déficit* habitacional, ocupações irregulares e falta de infraestrutura básica (saneamento, transporte e etc.). O aumento da população e o crescimento das cidades deveriam acompanhar a estruturação de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida, fato que não aconteceu (MOTA, 1999).

O que se assistiu no processo histórico da urbanização brasileira foi um conjunto de políticas públicas, na configuração de planejamento, voltadas a sanar esses problemas estruturais crônicos vivenciados pela população. A partir da identificação do conjunto dessas problemáticas, o planejamento urbano foi empregado como alternativa para minimizá-las; no

entanto, a ausência de um planejamento, somada a uma gestão ineficaz, não foram capazes de proporcionar à sociedade melhorias significativas na sua qualidade de vida.

Essa desordem instaurada, provocada pela ausência de planejamento, citada por Topalov (1991) é reflexo, segundo Rolnik (2001), de dois aspectos que dominam a produção do espaço urbano no Brasil: o primeiro refere-se à apropriação privada de lotes e terrenos; já o segundo à valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos e coletivos, pagos pelos impostos de todos. Este mecanismo perverso e excludente é alimentado pela desigualdade de condições urbanas que caracteriza as nossas cidades.

Corrêa (2005) indica que o espaço urbano é como um conjunto fragmentado e articulado de diferentes usos da terra justapostos entre si, definindo áreas centrais, áreas industriais, áreas residências, áreas de lazer, entre outras. Esses conjuntos de usos revelam sua organização. Assim, por ser reflexo da sociedade e de sua mutabilidade, o espaço urbano da cidade capitalista é desigual.

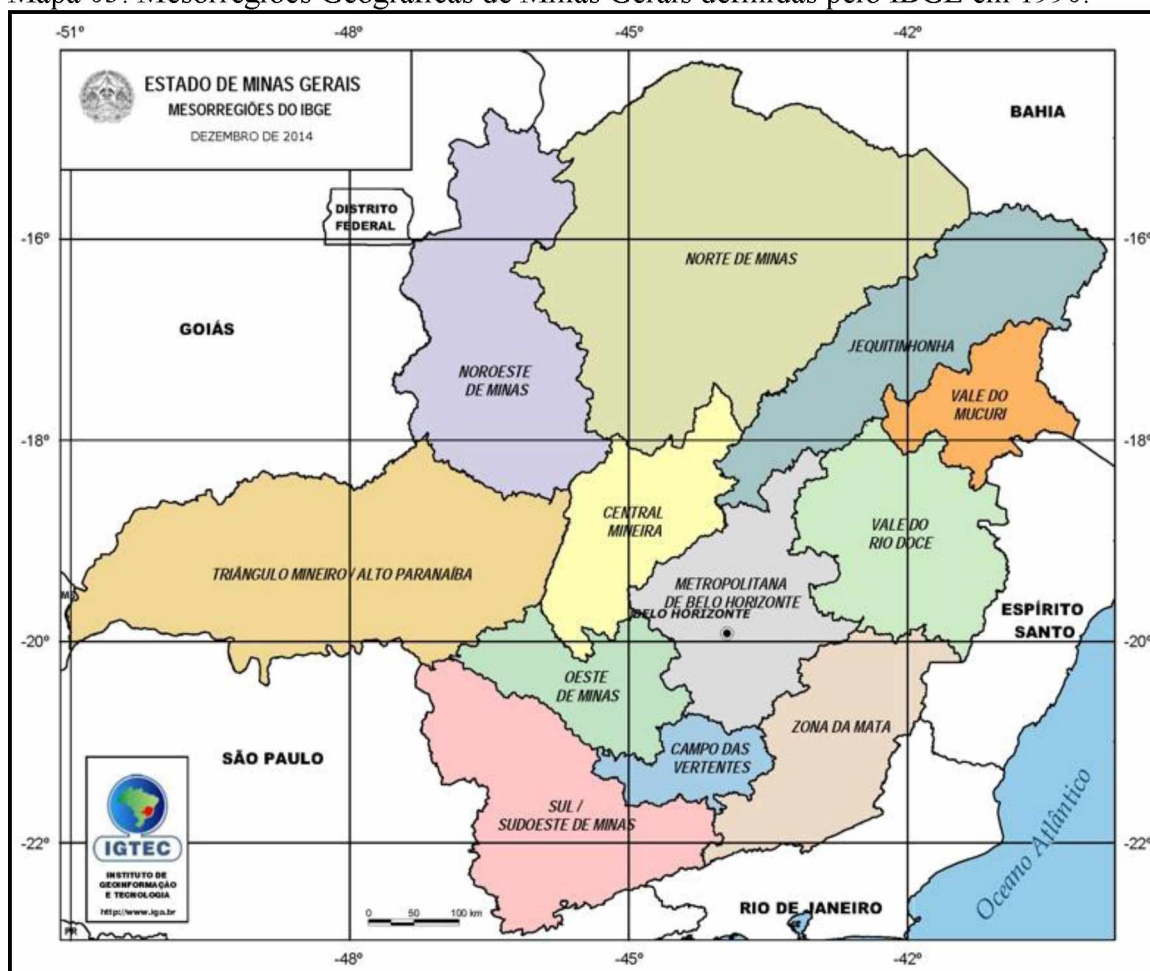
O espaço urbano, então, deve ser compreendido como produto coletivo e não apenas decorrente dos agentes tipicamente capitalistas (RODRIGUES, 2004). Portanto, fica explícito que a população urbana não é a causa dos problemas, e sim a solução; ela tem que participar do processo de tomada de decisões e criticar o caráter especulativo que molda e transforma as cidades na contemporaneidade (ROLNIK, 2001).

A partir desse suporte teórico e aporte histórico foi possível realizar uma análise referente aos aspectos espaciais, físicos, demográficos e econômicos da área de estudo.

2.2. Uma breve contextualização da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas e da terra do Rio Verde: Três Corações - MG

O Sul/Sudoeste de Minas pertence ao estado de Minas Gerais e faz parte de uma das 12 mesorregiões propostas pelo IBGE, em 1990 (mapa 03). A mesorregião é composta por 10 microrregiões, correspondentes a 146 municípios e população de 2.438.611 (IBGE, 2010).

Mapa 03: Mesorregiões Geográficas de Minas Gerais definidas pelo IBGE em 1990.



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2014.

Em relação à população, os dez maiores municípios concentram cerca de 900 mil habitantes, algo em torno de 37% da população total da mesorregião (tabela 01). Logo, percebe-se que no Sul/Sudoeste de Minas a população está dispersa, de forma mais homogênea, por todos os municípios, embora alguns tenham apresentado maior desenvolvimento que outros, não há o predomínio de um polo concentrador, mantendo, assim, a dispersão econômica e populacional que é característica da região.

Tabela 01: Os dez maiores municípios em população pertencentes à mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, 2010.

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DE MINAS					
01	POÇOS DE CALDAS	152.435	06	ALFENAS	73.774
02	POUSO ALEGRE	130.615	07	TRÊS CORAÇÕES	72.765
03	VARGINHA	123.081	08	SÃO SEBAST. DO PARAÍSO	64.980
04	PASSOS	106.290	09	TRÊS PONTAS	53.860
05	ITAJUBÁ	90.658	10	GUAXUPÉ	49.430

Fonte: IBGE, 2010.

No setor econômico, praticamente os dez municípios que apresentam maior população são os que apresentam maior Produto Interno Bruto (PIB). Há algumas trocas de posições internas, e o município de Extrema “substitui” o município de Três Pontas-MG. Segundo o IBGE (2010), o PIB total da mesorregião é de 41.223.832 (em mil reais); os dez municípios com maior PIB somam 21.115.873 (em mil reais), ou seja, mais de 50% do PIB mesorregional (tabela 02). Se por um lado a distribuição populacional é caracterizada pela dispersão, a produção econômica (PIB) é caracterizada pela concentração.

Tabela 02: Os dez maiores PIB's dentre os municípios pertencentes à mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, 2010 (em mil reais).

PIB DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DE MINAS (em mil reais)					
01	VARGINHA	3.957.625	06	ITAJUBÁ	1.688.662
02	POÇOS DE CALDAS	3.671.975	07	PASSOS	1.444.418
03	POUSO ALEGRE	3.043.015	08	ALFENAS	1.282.670
04	EXTREMA	1.972.729	09	GUAXUPÉ	1.189.880
05	TRÊS CORAÇÕES	1.758.842	10	SÃO SEBAST. DO PARAÍSO	1.106.057

Fonte: IBGE, 2010.

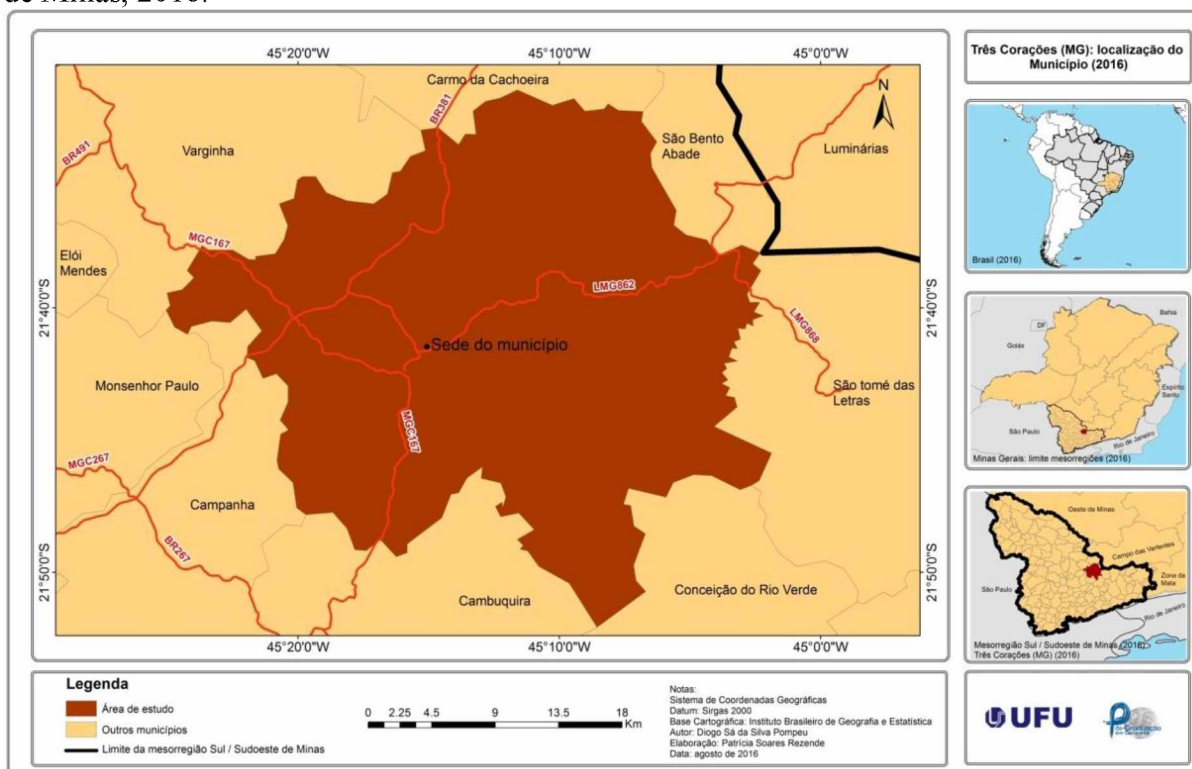
Segundo a FJP (2001), o Sul de Minas tem, no café e na pecuária leiteira, a base de sua economia, e a alta produtividade dos rebanhos viabiliza a instalação de indústrias de laticínios dispersas por toda a região. Na agricultura, além da importância do café para as microrregiões de São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Varginha e Lavras, a cana-de-açúcar vem ganhando destaque nas microrregiões de Passos e Varginha. A diversificação de culturas abrange alguns produtos como: alho, cebola, batata, tomate, cítricos, hortaliças e frutas.

Ainda conforme a FJP (2001), a atividade industrial atinge um grau de complexidade apenas superado pela Região Metropolitana. A industrialização do Sul de Minas está intrinsecamente ligada à sua localização em relação aos mercados consumidores, à densidade e qualidade da malha viária - bem conectada com a de São Paulo - ao processo de interiorização da indústria paulista e aos incentivos do governo mineiro. A diversificação atinge os ramos de metalurgia, material elétrico e de comunicação, mecânica, química, extração mineral e a indústria do turismo. A região ainda tem, ao seu favor, centros educacionais (Itajubá, Pouso Alegre, Alfenas, Poços de Caldas) e a reconhecida especialização em área de eletrônica em Santa Rita do Sapucaí (FJP, 2001).

Como visto anteriormente, o município de Três Corações está situado na Grande Região Sudeste, na Unidade da Federação de Minas Gerais, na Mesorregião Geográfica do

Sul/Sudoeste de Minas e na Microrregião Geográfica de Varginha. Sua população era de 72.765 habitantes em 2010, distribuída em uma área de 828,038 km² e gerando uma densidade demográfica de 87,88 hab./km² (IBGE, 2010). Como pode ser observado no mapa 04, o município está situado no limite, mais precisamente na porção nordeste da mesorregião. Faz divisa com oito municípios: Carmo da Cachoeira, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Conceição do Rio Verde, Cambuquira, Campanha, Monsenhor Paulo e Varginha.

Mapa 04: Localização do Município de Três Corações - Brasil - Minas Gerais - Sul/Sudoeste de Minas, 2016.

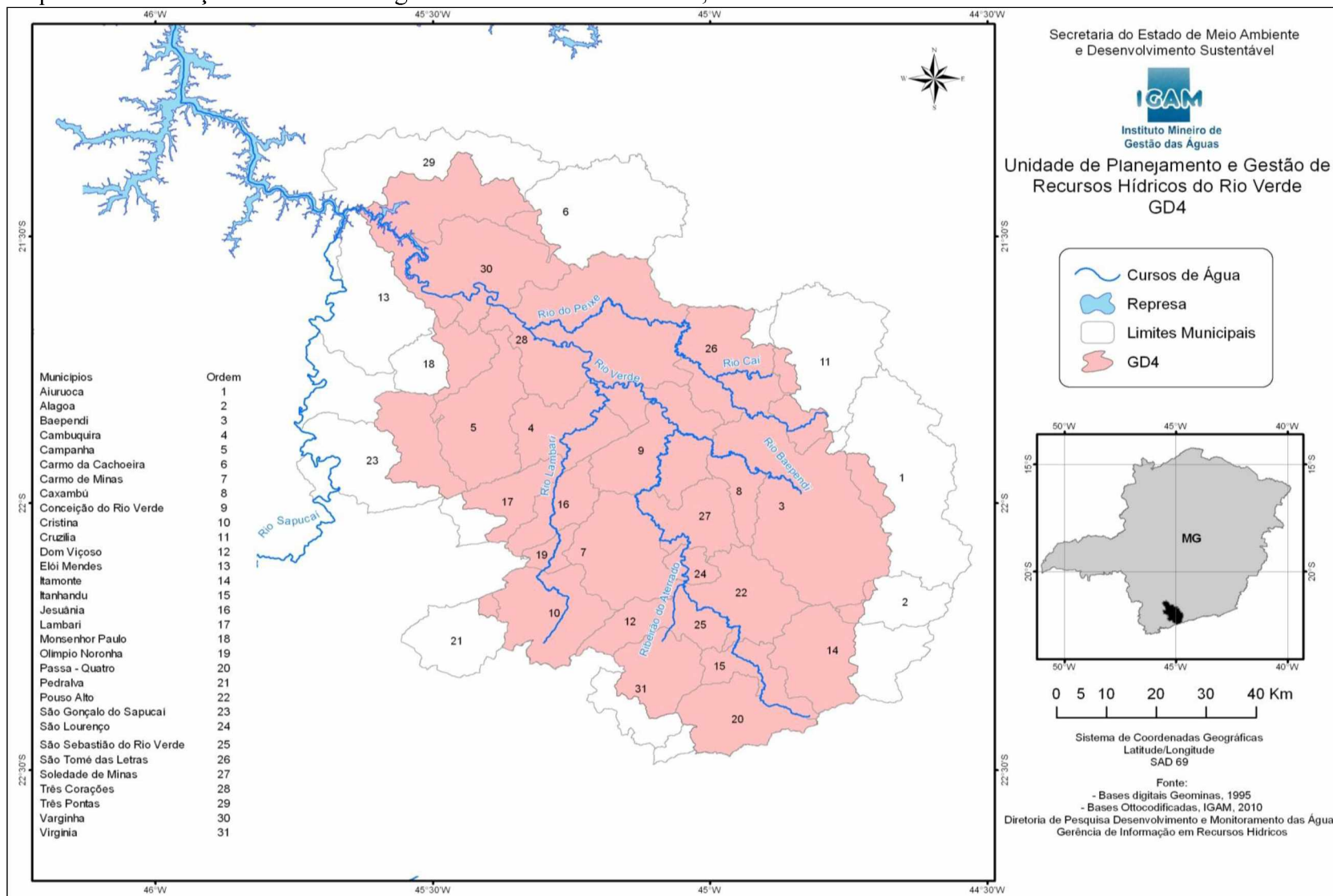


Fonte: IBGE, 2016. Organização: Autoria própria, 2016. Elaboração: SOARES, 2016.

O município é banhado pelos Rios Verde, do Peixe, Palmela e Lambari⁴ (mapa 05). O Rio Verde nasce na Serra da Mantiqueira e deságua no Rio Sapucaí, com extensão total de 219 km; o Rio do Peixe nasce próximo à cidade de Cruzília, passa por São Thomé das Letras e, posteriormente, Três Corações, desembocando no Rio Verde próximo ao distrito de Flora, em um curso de 90 km; o Rio Palmela nasce na Serra da Campanha tendo um curso de 42 km; o Rio Lambari nasce próximo a Cristina e atinge o município apenas quando deságua no Rio Verde, percorrendo 85 km (SOUSA, 1971).

⁴ Em relação a outros aspectos físicos o clima do município é Cwb conforme com a classificação Koppen, ou seja, mesotérmico com temperatura média do mês mais quente inferior a 22° C. Em relação à geologia, se encaixa na província da Mantiqueira representando o extremo sul da faixa Brasília Meridional (TAVEIRA, 2012).

Mapa 05: Delimitação e área de abrangência da Bacia do Rio Verde, 2010.



Fonte: IGAM, 2010.

Segundo a Prefeitura Municipal de Três Corações - PMTC (2013), no setor econômico destaca-se a produção de milho, café, leite, além de um consolidado distrito industrial que conta com um número considerável de empresas de médio e grande portes situado às margens da BR-381. A política de desenvolvimento industrial tem contribuído, de forma significativa, para a diversificação da produção. Como resultado da conjugação de potencialidades, recursos e sua estratégica posição geográfica, Três Corações oferece oportunidades de investimento.

O que se verifica é que o município não é exceção no processo de urbanização, pois nos últimos quarenta anos sua população total dobrou, sua população urbana quase triplicou e sua população rural diminuiu em três mil habitantes (tabela 03). Em porcentagem, no mesmo período, a população rural diminuiu em 27,4%, a urbana aumentou em 156,90% e a população total aumentou em 106,83%.

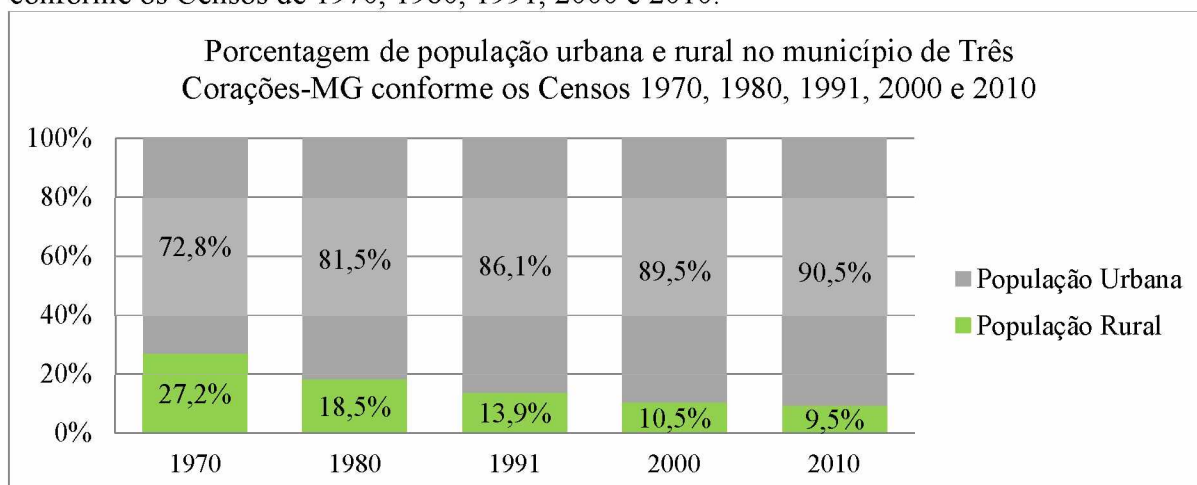
Tabela 03: População residente por situação de domicílio conforme os censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, no município de Três Corações-MG.

Situação do Domicílio	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	9.557	8.215	7.911	6.872	6.939
Urbana	25.623	36.167	49.134	58.419	65.826
Total	35.180	44.382	57.045	65.291	72.765

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados da Amostra. 2010.

As informações contidas na tabela 03 complementam as do gráfico 06, no qual se verifica o crescente aumento da população urbana ou da taxa de urbanização que atingiu mais 90% dos habitantes, passando de 72,8% para 90,5%, aumento de 17,7%.

Gráfico 06: Porcentagem de população urbana e rural no município de Três Corações-MG, conforme os Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados da Amostra. 2010.

Essa rápida transição da população do meio rural para o meio urbano, assim como a observada na maioria das cidades brasileiras, trouxe à cidade problemas estruturais, como: intenso tráfego de veículos e vias estreitas de circulação; mobilidade e acessibilidade reduzidas; transporte público não integrado; especulação imobiliária; política de preservação do patrimônio não associada às políticas de planejamento urbano; carência de espaços públicos destinados à convivência e ao lazer, infraestrutura precária nos novos conjuntos habitacionais, inundações nas áreas urbanas e outros.

Antes de adentrar nessas problemáticas é necessário reportar, a seguir, a um subitem contendo a história e o processo de desenvolvimento urbano de Três Corações - MG.

2.3. O desenvolvimento urbano de Três Corações - MG, na visão de memorialistas

Para efetivação deste subitem foram consultadas basicamente três referências bibliográficas que retratam a histórica tricordiana e que de certa forma se completam⁵. Em ordem cronológica, percebe-se que a primeira foi fonte de consulta para as duas posteriores, com algumas complementações.

A primeira obra, de Benefredo de Sousa, data de 1971, com o título “Dados e Fatos da Terra do Rio Verde”; é um guia almanaque da cidade, contendo resultados de vários anos de pesquisa. Seu conteúdo é apresentado na forma de calendário, abrangendo os acontecimentos da terra do Rio Verde, iniciando em 1797 e encerrando em 1971. Nele são registradas as primeiras bandeiras que passaram pela região; as obras e construções; os nascimentos e falecimentos de personalidades importantes para a cidade; alguns dados estatísticos; alterações político-administrativas, dentre outros.

A obra de João Garcia da Fonseca, intitulada “Três Corações e Sua História”, data de 1984 e relata a história da cidade de 1761 a 1970. Para sua efetivação, dividiu-se em três capítulos específicos; no primeiro é descrito a construção das primeiras igrejas, no segundo a construção da primeira instituição de ensino, e no terceiro o desenvolvimento econômico da cidade. Essa foi a forma com a qual o autor mais se identificou metodologicamente, concluindo suas próprias palavras que “os períodos iniciais da história tricordiana são de uma pobreza lamentável”; a obra se encerra nos anos de 1970, década de sua morte.

O último livro, de Vitor Cunha, tem como título “Três Corações... Um Pouco de Sua História” e se origina de uma matéria escrita em 2006 e publicada em 2012. Este contém

⁵ As obras foram escolhidas pela complementariedade e por se tratarem das únicas - e/ou poucas obras - que retratam o desenvolvimento urbano de Três Corações - MG de forma abrangente e com riqueza de detalhes.

todas as informações históricas descritas nas duas primeiras obras e acresce algo de uma riqueza indescritível, as fotografias da cidade. Como metodologia, em vinte e quatro capítulos o autor segue a ordem cronológica de todos os prefeitos que tomaram posse, e as contribuições de cada um deles durante seus mandatos.

Todas as obras possuem caráter essencialmente descritivo, e parte delas foi baseada nos relatórios elaborados pelos prefeitos ao final de seus mandatos.

Cabe destacar, também, que os próximos subitens, além de noções sobre produção do espaço urbano, centralidade/área central, também há uma forte inclinação à categoria de análise geográfica - paisagem. Além da descrição sobre o desenvolvimento urbano, há um conjunto de figuras ilustrando diversos aspectos e características desse processo. Há, ainda, algumas paisagens representativas do passado e do presente, possibilitando ao leitor uma interpretação e uma comparação acerca das transformações espaciais sucedidas na cidade. “Ao nos transferirmos no tempo, notamos que o mesmo recorte espacial dado pela visão se altera, isto é, a paisagem é dotada de uma dinâmica que nos permite estabelecer para a paisagem também a noção de escala temporal” (VERDUM; FONTOURA, 2009, p.10).

Consideram-se essenciais esses registros pelo fato de a produção do espaço ser resultado da ação do homem agindo sobre o próprio espaço. Cada tipo de paisagem representa a produção e/ou reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, exprimindo o acúmulo de tempo e as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza (SANTOS, 1997). Nesse sentido, é fundamental considerar a paisagem como uma mudança contínua de formas e de movimentos cíclicos e acíclicos, periódicos ou não, e em intervalos regulares ou desiguais, que conduzem a uma constante renovação de formas e funcionamentos (VERDUM; FONTOURA, 2009).

O homem, ao produzir e reproduzir espaço produz e reproduz paisagens multifacetadas em culturas diversas de acordo com o trabalho engendrado em sua construção. Essa construção se faz e se refaz no cotidiano de cidadãos comuns e cidadãos com alta tecnologia e alto grau de conhecimento técnico e científico [...] A produção desta ou daquela paisagem está diretamente relacionada às inovações tecnológicas ou não do cotidiano de quem a faz no laborar o espaço citadino e/ou outros tipos de espaço geográfico em questão (PEREIRA, 2013).

Portanto, a paisagem urbana pode ser entendida e condicionada em várias interações que remetem a um complexo formado de paisagens naturais e culturais, e também por diferentes formas de ver, perceber, vivenciar e sentir. As paisagens urbanas podem se tornar

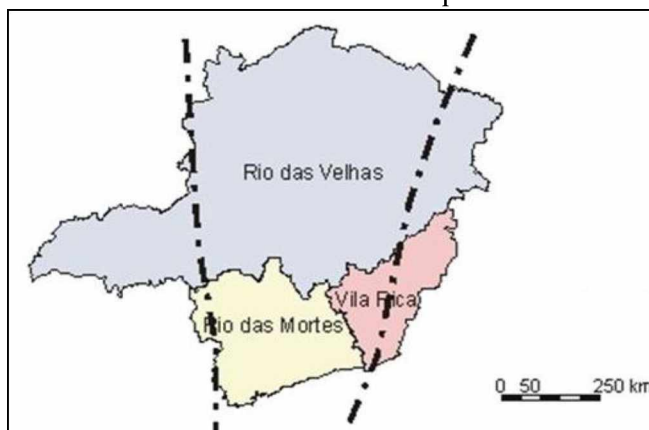
diferentes umas das outras, considerando, em seu planejamento, o tempo acumulado e todo o processo histórico de sua ocupação e transformação (ROCHA, 2008).

Espera-se que essas representações envolvam o domínio do visível, aguçando também a identificação e percepção das cores, das formas, dos movimentos, odores, sons, dentre outros em distintos períodos históricos da cidade.

2.3.1. As Bandeiras e o Início do Povoamento Tricordiano - 1764

A história do município de Três Corações está indiretamente vinculada à criação das Capitânicas de São Paulo e Minas do Ouro, em 1709. Em 1714 são datadas as primeiras divisões do território mineiro em comarcas (Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes) - figura 04.

Figura 04: Divisão Territorial das Comarcas da Capitania de Minas Gerais em 1714.



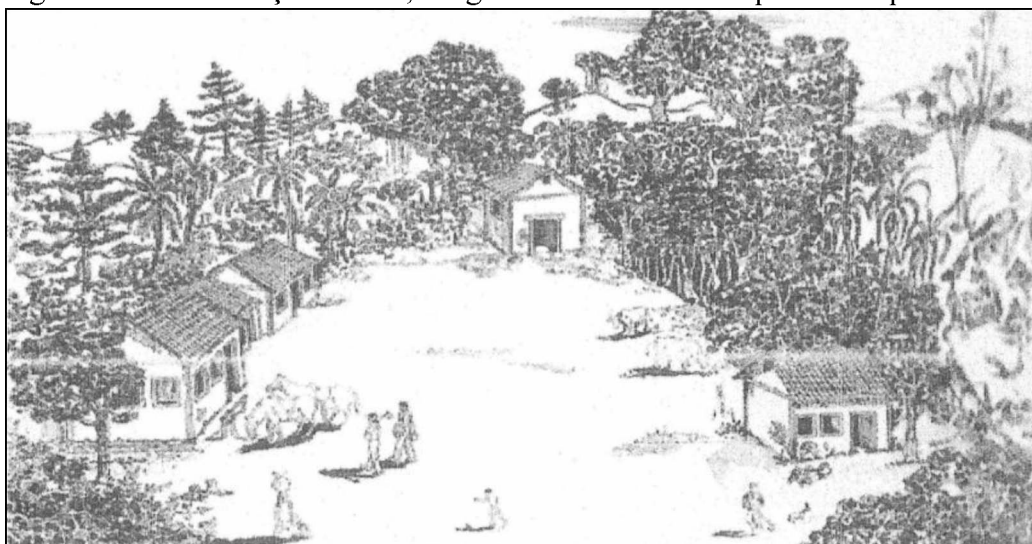
Fonte: MORAES, 2001 *apud* ARAÚJO, 2008.

Mas, segundo Fonseca (1984), é somente em 1764 que se inicia, verdadeiramente, a história tricordiana com o desbravamento do então governador da Capitania de Minas Gerais - Luiz Diogo Lobo da Silva. Durante sua viagem, o governador chegou a um pequeno centro habitado, denominado de Rio Verde, nome dado ao rio que margeava esse centro. A população que ali habitava era representada pelo capitão português Tomé Martins da Costa e originária das incursões bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas.

Originalmente, a zona aurífera mineira cobria grande extensão e abrangia as margens do Rio Verde. A disponibilidade de ouro na região não era tão volumosa como nas principais minas, mas há relatos de que elas duraram por cerca de trinta anos após intensa produção/exploração. As lavras de ouro do Rio Verde foram exploradas por volta de cinquenta anos, até 1814 (FONSECA, 1984).

O capitão Tomé destinou-se ao Brasil em busca de riquezas, e logo adquiriu quantidades satisfatórias de terrenos de lavras às margens do Rio Verde. Posteriormente suscitou a construção (no local onde atualmente se situa o Parque Infantil) da “Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria e José da Real Passagem do Rio Verde” (figura 05), esta última denominação foi conferida ao pequeno centro. Com sua morte em 1793, um novo personagem passa a fazer história: seu genro, capitão Domingos Dias de Barros (português vindo de Ribeirão Preto). Uma de suas ações foi a de construir uma nova capela (inaugurada em 1801) no lugar da antiga que havia sido demolida. Com o passar dos anos e com o crescimento populacional, a capela foi perdendo sua capacidade e seu valimento, passando a se chamar Nossa Senhora das Dores; esta foi desfeita em 1896 com aproximadamente um século de existência (FONSECA, 1984).

Figura 05: Três Corações - MG, Largo das Dores com a capela e seu povoado.



Fonte: CUNHA, 2012.

Anteriormente a 1760 a história da cidade carece de documentação; entretanto, em diversas obras que relatam as bandeiras constam que Três Corações e o Rio Verde estavam no fluxo dessas incursões, relatando a presença de povos indígenas Cataguás (combate) - 1646; o transporte de gado - 1709; catas de mineração e abundância de peixe - 1737; presença de quilombos - 1749. Fatos descrevidos, também, por uma narração transcrita na obra de Sousa (1971), dando conta de que os bandeirantes trafegavam de Campanha (Sul de Minas) à capital do estado, Vila Rica.

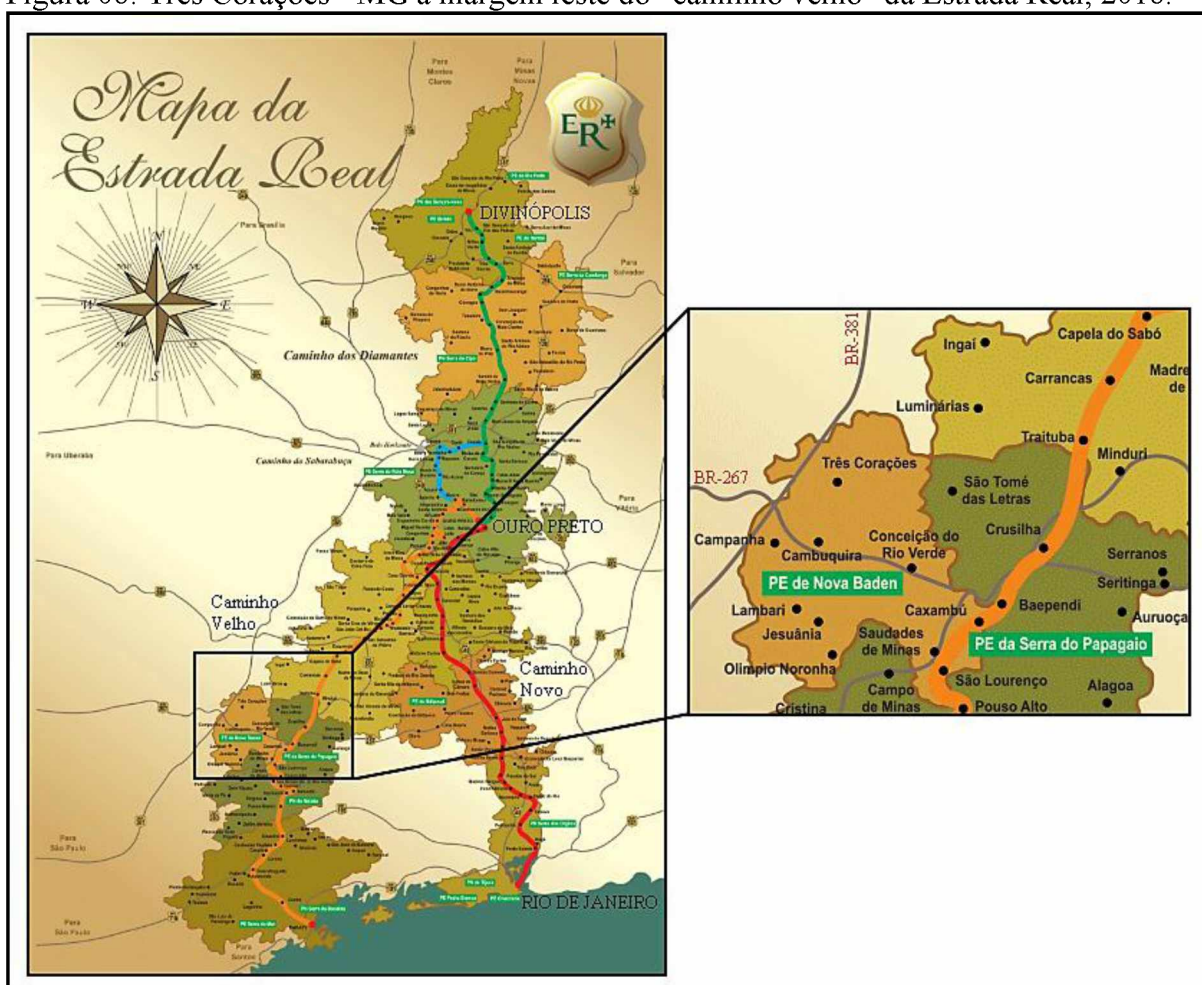
É mesmo um estirão do arraial da Campanha até o Rio Verde [...] transposto o São Bento, é só beirar o Rio Verde, no seu serpenteio caprichoso, e seguir

sempre à direita. Este, sim, é rio de verdade, e para vencê-lo precisa-se mesmo de ir ao Porto da Real Passagem [...] mais um dia vencido, trabalhadora que ficou para trás, lutas e esperanças que estarão à frente! Amanhã o Aqueça Sol, os rios do Peixe e Grande, Rio das Mortes, e, finalmente, o término dessas cinquenta e quatro léguas da Campanha à já famosa capital de Minas Gerais, a atraente Vila Rica (SOUSA, 1971, p.8).

Devido à sua posição estratégica, situado entre Ouro Preto/São João Del Rei e Rio de Janeiro, com o decorrer dos anos o sul de minas foi sendo dotado de infraestrutura básica como a criação de estradas, sendo muitas delas conducentes à Estrada Real (figura 06).

Assim, o até então povoado tornou-se passagem dos viajantes, principalmente para realizar a transposição do Rio Verde. Cada vez mais conhecido, o local passou a ser chamado de Porto Real do Rio Verde ou Real Passagem do Rio Verde. O termo Real, logicamente, remetia à Estrada Real (FONSECA, 1984).

Figura 06: Três Corações - MG à margem leste do “caminho velho” da Estrada Real, 2016.



Fonte: Instituto Estrada Real, 2015.

Com o andamento e a evolução dos processos de emancipação política no território mineiro, conforme Sousa (1971) e Fonseca (1984), em 1799, Campanha, com o nome Campanha da Princesa, torna-se Vila, e o arraial dos Três Corações passa a pertence-lhe, não estando mais sobre os domínios de São João Del Rei. Em 1832, o arraial foi elevado à categoria de distrito, passando a denominar-se Três Corações do Rio Verde.

Uma curiosidade a ser destaca é a presença de três versões quanto a denominação do município: a primeira seria de que as curvas realizadas pelo Rio Verde, durante sua passagem pela cidade, se assemelham à forma de três corações; a segunda, e mais aceita, faz referência à capela e, conseqüentemente, ao Sagrado Coração de Jesus, representado por Jesus, Maria e José; a terceira relata que três boiadeiros, a fim de reverem suas amadas, pernoitavam na localidade e assim a denominaram de três corações (CUNHA, 2012; FONSECA, 1984).

Devido à extensão territorial mineira, o que acarretava em dificuldades administrativas e de infraestrutura, houve a criação da comarca do Rio Verde, em 1839. Posteriormente, em 23 de setembro de 1884, houve a criação do município denominado Três Corações do Rio Verde.

Nesse período histórico, por mais de um século, Campanha desempenhou papel centralizador na região do sul de Minas; entretanto, os sucessivos desmembramentos - Baependi e Jacuí (1814); Lavras e Pouso Alegre (1831); São Gonçalo do Sapucaí (1878); Três Corações (1884); Lambari (1901) e Monsenhor Paulo (1948) - fizeram com que o município perdesse a função centralizadora regional. Dois anos após o desmembramento de Campanha (1986), a sede do município elevou-se à categoria de cidade e, em 1923, passou a denominar-se somente Três Corações. Assim, o adjetivo pátrio Rio Verdense passou a ser Tricordiano⁶.

A partir da segunda metade do século XVIII, adentrado no declínio da atividade mineradora, o arraial havia crescido e já demonstrava certa organização urbana. No caso tricordiano em específico, devido às poucas minas existentes e a quantidade de ouro limitada nas lavras, esse processo ocorreu primeiro em comparação com as grandes áreas produtoras. O cultivo das lavouras e da criação de gado, atividades econômicas incipientes até então, passaram por um processo de expansão (FONSECA, 1984)⁷.

Anteriormente ao início do século XX, os principais fatores indutores do desenvolvimento urbano foram as igrejas e as escolas. Com o início do século citado, outros fatores passaram a dinamizar o espaço urbano como a chegada da ferrovia, a instalação da feira de gado, a vinda da agência do Banco do Brasil e a construção do agrupamento militar. No decorrer do texto cada um desses elementos será tratado detalhadamente.

⁶ Para maiores informações sobre o brasão e a bandeira do município, consultar o APÊNDICE 02.

⁷ Para Sousa (1971), o café chegou em 1833; contudo, na época ainda prevalecia o cultivo da cana-de-açúcar.

Em relação às instituições de ensino, havia duas escolas primárias; uma para o gênero masculino e outra para o gênero feminino. O primeiro colégio de educação secundária (ensino médio) foi fundado em 1870 - o Colégio Rio Verdense - este foi o único ou um dos poucos colégios da época localizado na região no sul de Minas e foi tido como impulsor do desenvolvimento intelectual e moral de Três Corações (FONSECA, 1984; CUNHA, 2012).

Veiga (1884), em sua obra sobre o sul de Minas, relata os aspectos descritos acima presentes no pequeno centro urbano naquele período histórico.

Passa por aí a estrada que, da Campanha, Pouso Alegre, Jaguari e outros pontos segue para a capital da província [...]. A cultura da cana e a criação de gado vacum são os principais elementos da prosperidade que ela possui. Da entrada para a povoação, pelo lado do sul, uma elegante e sólida ponte sobre o Rio Verde [...]. Possui a freguesia três templos: a velha capela dos três corações, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, com duas torres, situada no mais aprazível lugar da povoação e a igreja matriz, edificada no ponto mais central da principal praça da freguesia [...]. Havia, neste instante, duas escolas públicas [...] e duas escolas particulares (VEIGA, 1884, p.32).

A fundação dessas instituições de ensino foi importante no campo cultural e na modernização da sociedade da época, principalmente com a chegada do primeiro médico com clínica, e o primeiro dentista da cidade.

Em 1909 foi criado o grupo escolar de ensino primário Bueno Brandão (figura 07), que funcionou na Avenida Getúlio Vargas/Direita até 1930, quando foi transferido para o atual prédio (figura 08), localizado na Rua Barão do Rio Branco (CUNHA, 2012). Assim, a principal praça da cidade (Odilon Rezende de Andrade) foi remodelada com o afastamento do Grupo Escolar Bueno Brandão para a sua nova sede.

Figura 07: Três Corações - MG, Grupo Escolar Bueno Brandão à esquerda, inaugurado em 1909, na Avenida Getúlio Vargas, 1910.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 08: Três Corações - MG, Grupo Escolar Bueno Brandão, inaugurado em 1930, na Rua Barão do Rio Branco, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

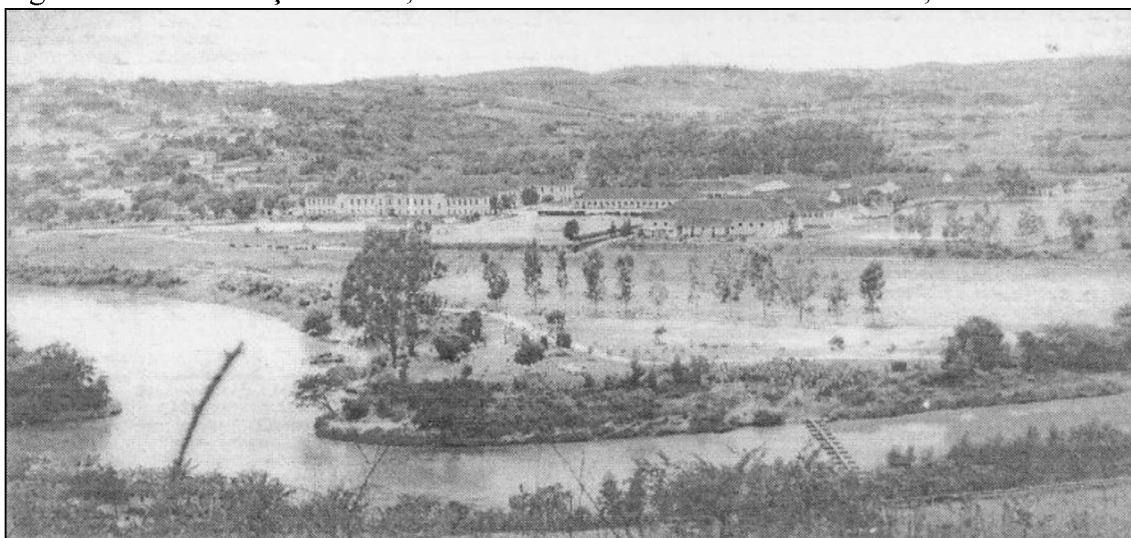
Outra importante instituição de ensino e formação militar, presente no município, é a Escola de Sargento das Armas. A história do agrupamento militar inicia-se em 1918 com a chegada do 14º Regimento de Cavalaria (figura 09) no mesmo local onde está situada a atual ESA. Em 1919, o regimento passou a denominar-se 4º Regimento de Cavalaria Divisória (RCD) - figura 10 - e em 1946, 19º Regimento de Cavalaria. Em 1950, o regimento foi substituído pela ESA, que estava localizada no Rio de Janeiro e foi transferida para Três Corações - figura 11 - (CUNHA, 2012).

Figura 09: Três Corações - MG, 14º Regimento de Cavalaria, 1918.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 10: Três Corações - MG, Rio Verde à Frente e 4º RCD ao Fundo, 1919.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 11: Três Corações - MG, portão principal da ESA, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Segunda Cunha (2012), a chegada do agrupamento militar trouxe desenvolvimento significativo à cidade, trazendo mais diversidade ao comércio, maior quantidade de construções, colégios, empregos e lazer, dada a chegada de militares e de suas respectivas famílias. Até então, a cidade vivia em função da Rede Mineira de Viação, do setor agropecuário e do setor financeiro com a chegada do Banco do Brasil.

Em 1945 foi criada a 13ª Circunscrição de Recrutamento (13ª CR), que em 1955 foi transferida para o prédio atual, e em 1966, passou a denominar-se 13ª Circunscrição de Serviço Militar (13ª CSM). A missão deste órgão é executar e fiscalizar o serviço militar em todo o território situado na região Sul/Sudoeste de Minas.

Segundo Cunha (2012, p. 108), “sempre houve uma boa relação entre os militares, a administração municipal e a população, pois eles atendem a cidade quando solicitados, socorrem em todos os setores e sempre são prestativos”. “Em seus mais de sessenta anos de existência, a ESA formou mais de 25.000 sargentos e aperfeiçoou cerca de 5.600 militares nas armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações” (ESA, 2017).

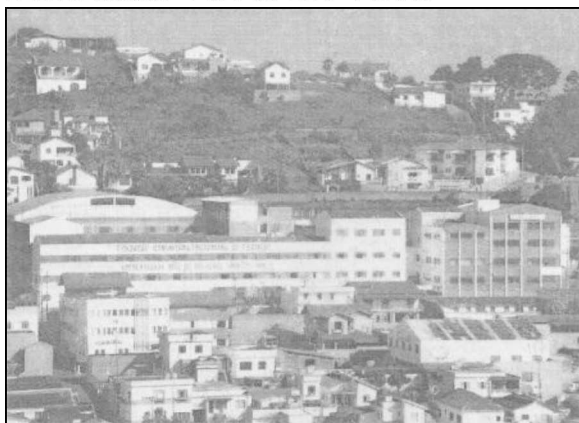
Dois aspectos históricos interessantes a serem destacados do regimento militar que ainda causam grande comoção ao povo tricordiano é o caso do Tenente Palestina (Joaquim Mathias Assumpção Palestina) e do Cabo Benedito Alves⁸.

Com o decorrer dos anos novas instituições de ensino foram sendo criadas conforme o desenvolvimento da cidade; dentre elas podem-se destacar: o colégio Estadual Américo Dias Pereira e a escola Clóvis Salgado (1955); escola Luiza Gomes (1956); escolas Olímpia de Brito e Franco da Rosa (1965) e criação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (1965).

Inicialmente, a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras possuía o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Anos depois, em 1971, foi criado o colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Em 1975 passou a denominar-se Instituto Superior de Ciências, Letras e artes de Três Corações e, finalmente, em 1998, transformou-se em Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR); nos anos seguintes a instituição foi reparada e ampliada, passando a atender a novos cursos (figura 12, 13 e 14). Atualmente, a Universidade vem passando por uma fase de reestruturação (após uma crise iniciada em 2008). Além da sede na cidade de Três Corações, a universidade possui os campi de Pará de Minas, Belo Horizonte e Betim, contando, em 2015, com 3.700 alunos matriculados (O TEMPO, 2015).

⁸ Joaquim Mathias Assumpção Palestina nasceu na cidade em 1840 e graduou-se como oficial no Rio de Janeiro. Em 1867 foi designado para comandar um batalhão na Guerra do Paraguai quando, em uma das batalhas, foi ferido no peito por uma lança paraguaia, falecendo no mesmo ano; seu corpo foi sepultado na cidade. Já Benedito Alves nasceu em 1922, estudou no grupo Escolar Bueno Brandão, alistou-se em 1940 no exército (unidade de Três Corações) e logo foi promovido a cabo. Em 1944 integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e embarcou para a Itália durante a 2ª Guerra Mundial. Foi morto no mesmo ano, acidentalmente, com um tiro do próprio armamento que havia deixado cair ao chão. Na cidade houve um grande movimento popular e da imprensa para trocar o nome da rua onde havia nascido, de Rua 1 para Rua Cabo Benedito Alves, e assim foi feito. A cerimônia contou com uma multidão, autoridades civis e militares, além de um desfile. O ocorrido gerou grande comoção na cidade e as homenagens perduraram por vários anos com o intuito de perpetuar “o nome daquele que levou, aos campos de batalha da Europa, o tributo do sangue tricordiano”. Outro episódio marcante foi na Revolução de 1930; o até então 4ºRCD foi atacado pela parte norte, leste e oeste da cidade, ocasionando a morte de um militar e deixando dezenas de feridos. O agrupamento era atacado pelo alto do cemitério municipal, pelas torres das Igrejas Matriz e do Rosário e pelo morro do bairro Cotia (CUNHA, 2012).

Figura 12: Três Corações - MG, Universidade Vale do Rio Verde.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 13: Três Corações - MG, entrada principal da Univ. Vale do Rio Verde, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 14: Três Corações - MG, Universidade Vale do Rio Verde, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

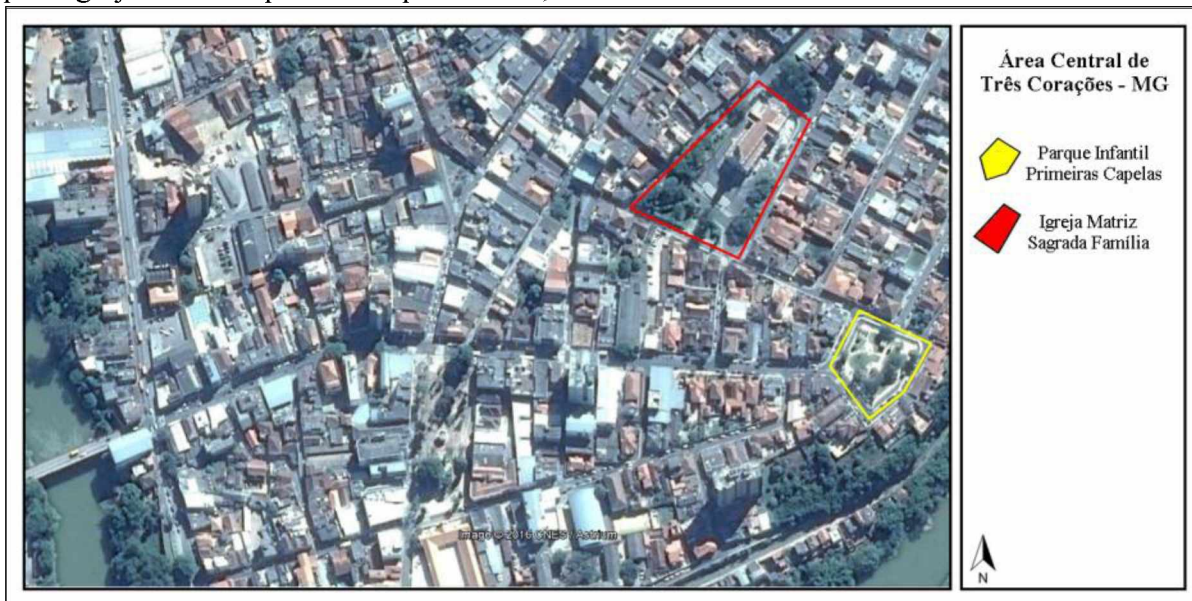
2.3.2. A Igreja Matriz Sagrada Família (1860) e a Igreja do Rosário/Cristo (1884/1893)

No período colonial, a presença da Igreja católica no Brasil perpassou, além do aspecto religioso, para os aspectos políticos, sociais e econômicos. Ela também influenciou diretamente na formação do espaço urbano e paisagístico, servindo como referência para fundação de várias cidades. As igrejas foram fundamentais no processo de desenvolvimento urbano pelo lugar que ocuparam nas estruturas urbanas, determinando a fixação dos equipamentos envolventes. Assim, elas foram, em grande parte, responsáveis pela organização de novos aglomerados no Brasil colonial (LOBO; SIMÕES JR., 2012).

Como se sabe, uma das características da herança portuguesa são as igrejas; elas desempenhavam e/ou desempenham papel central no desenvolvimento das cidades mineiras e brasileiras. A história das duas capelas erguidas, no até então pequeno centro, pelo Capitão Tomé e pelo Capitão Domingos foram importantes, pois ambas ocuparam posição singular na história e no progresso futuro da cidade, conforme apresentado por Fonseca (1984).

Em 1847 foi lançada a pedra fundamental da Igreja Matriz, para atender às exigências da época. Ela foi construída em um local diferente do das duas primeiras capelas (este local é o mesmo onde está situada nos dias atuais - figura 15) sua inauguração ocorreu em 1860. (SOUSA, 1971; FONSECA, 1984; CUNHA, 2012;).

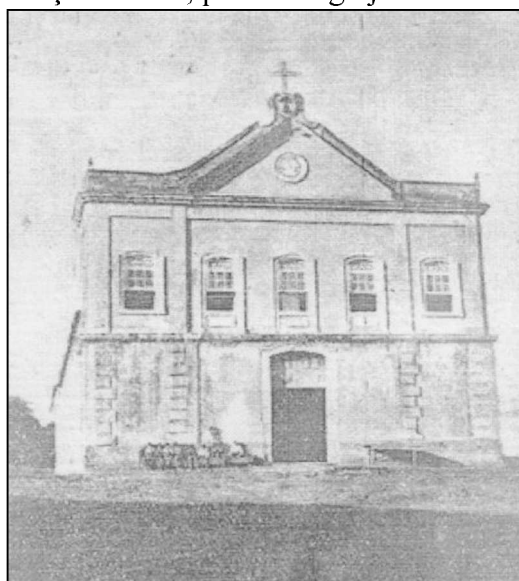
Figura 15: Três Corações - MG, vista parcial, por imagem de satélite, do centro, com destaque para Igreja Matriz e para o Parque Infantil, 2017.



Fonte: GOOGLE, 2017.

Em 1925, após sessenta e cinco anos de existência, a primeira Igreja Matriz (figura 16), considerada pequena e simples, foi demolida.

Figura 16: Três Corações - MG, primeira Igreja Matriz demolida, em 1925.

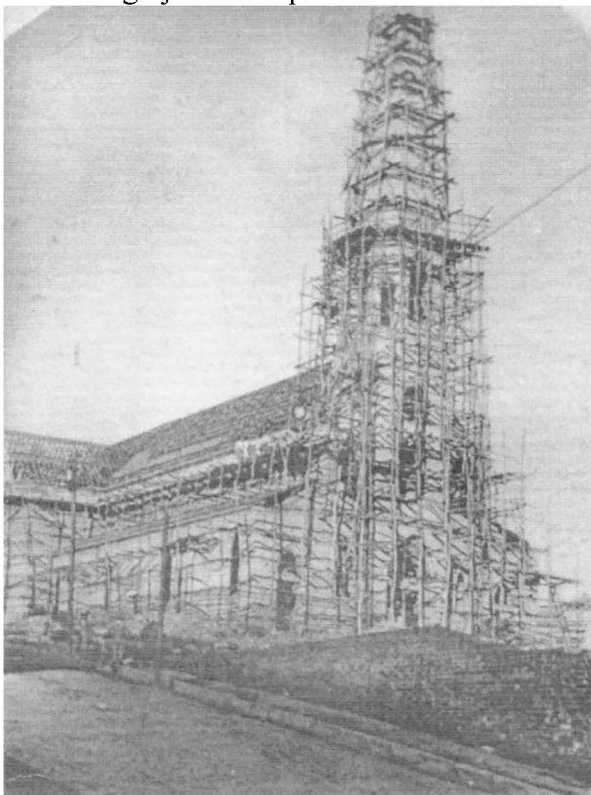


Fonte: CUNHA, 1999.

Inicialmente a ideia era de apenas reformá-la; no entanto, ao levantar-se o orçamento da obra, percebeu-se que os custos se aproximariam da construção de uma nova unidade. Assim, foram recolhidos donativos e realizadas diversas atividades com o intuito de arrecadar os valores necessários. A pedra fundamental foi lançada em 1925, e somente em 1928 a nova unidade foi inaugurada (figura 17), mas as pinturas internas foram terminadas somente em 1936 (FONSECA, 1984).

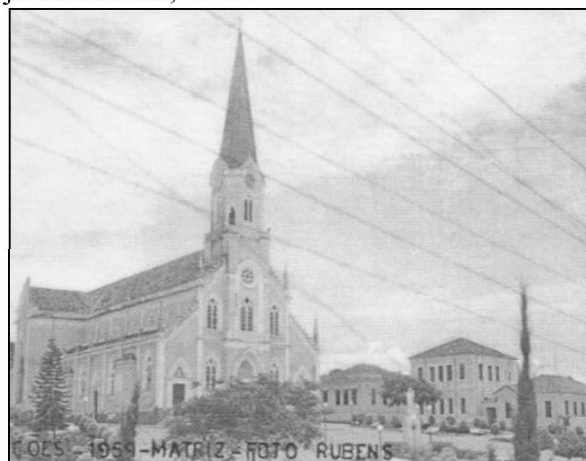
A atual edificação possui as seguintes proporções (56m comprimento, 20m largura, 17m altura e torre de 50m), com capacidade para duas mil pessoas. A Igreja segue o estilo neogótico e é considerada uma das mais suntuosas edificações do Sul de Minas (figuras 18, 19). Nas próprias palavras de Cunha (1912, p.46), a Igreja Matriz Sagrada Família é mencionada como “arrogante, majestosa, dominando toda a cidade com o badalar de seus sinos, em seu estilo gótico, com sua torre arrojada em contraste com o azul celeste”.

Figura 17: Três Corações - MG, construção da nova Igreja Matriz por volta de 1928.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 18: Três Corações - MG, Igreja Matriz já construída, 1959.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 19: Três Corações - MG, vista aérea da Igreja Matriz, 1959.

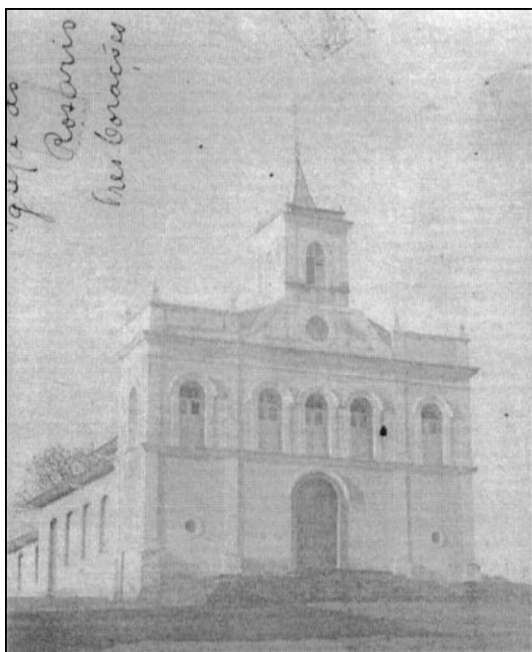


Fonte: CUNHA, 1999.

Juntamente com a Avenida Getúlio Vargas, a Igreja Matriz foi um fator importante na estruturação da área central da cidade, pois desempenhou e ainda desempenha certa centralidade no espaço intraurbano de Três Corações, principalmente por se configurar como elemento indutor da urbanização. Inicialmente, havia o predomínio do setor residencial nas suas imediações, e ainda hoje são encontradas muitas residências, principalmente com características arquitetônicas do passado; no entanto, sucessivamente, o setor comercial e de serviços passaram a suceder e ocupar esses espaços. Além disso, a praça onde a Igreja está situada configura-se como local estratégico no traçado da circulação urbana, sendo considerado um importante eixo de ligação centro/bairros e bairros/centro.

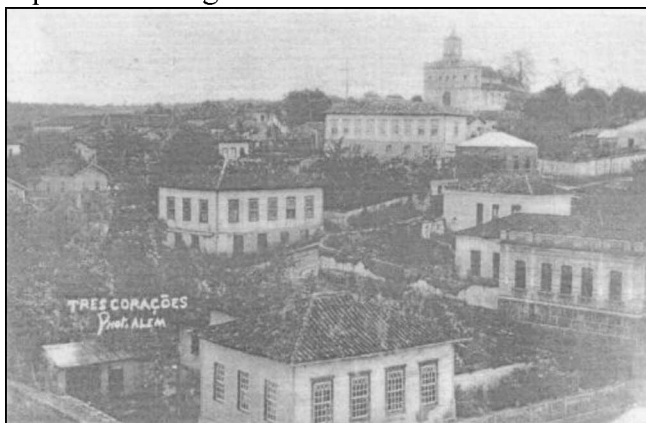
Já a obra Igreja do Rosário, Segundo Cunha (2012), teve início em 1868, sendo inaugurada entre 1884/1893. Ela representava uma aspiração da comunidade em erguer um templo religioso no local mais alto da cidade para celebrar as festas religiosas, dentre elas a congada. Entre 1898 e 1904 foram demolidas suas duas torres laterais e erguida apenas uma torre central. Mesmo com uma reforma em 1925, a Igreja encontrava-se em estado de conservação precário e por isso começou a ser demolida em 1940 (figura 20 e figura 21).

Figura 20: Três Corações - MG, primeira Igreja do Rosário, já com uma torre, demolida em 1940.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 21: Três Corações - MG, vista parcial da cidade e da primeira Igreja do Rosário na parte superior da imagem.



Fonte: CUNHA, 1999.

Novamente, com ajuda financeira da população, uma nova Igreja passou a ser construída no local em 1959 (figura 22, 23, 24 e 25), e em 1961 foi instalado na sua torre um Cristo Redentor com 9,5 metros de altura e quase 7 metros de extensão de braços abertos.

Figura 22: Três Corações - MG, primeira Igreja do Rosário, tendo como referência a Av. Julião Arbex, 1940.



Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 23: Três Corações - MG, segunda Igreja do Rosário, tendo como referência a Av. Julião Arbex, 2011.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 24: Três Corações - MG, construção da nova Igreja do Rosário, 1959.



Fonte: CUNHA, 1999.

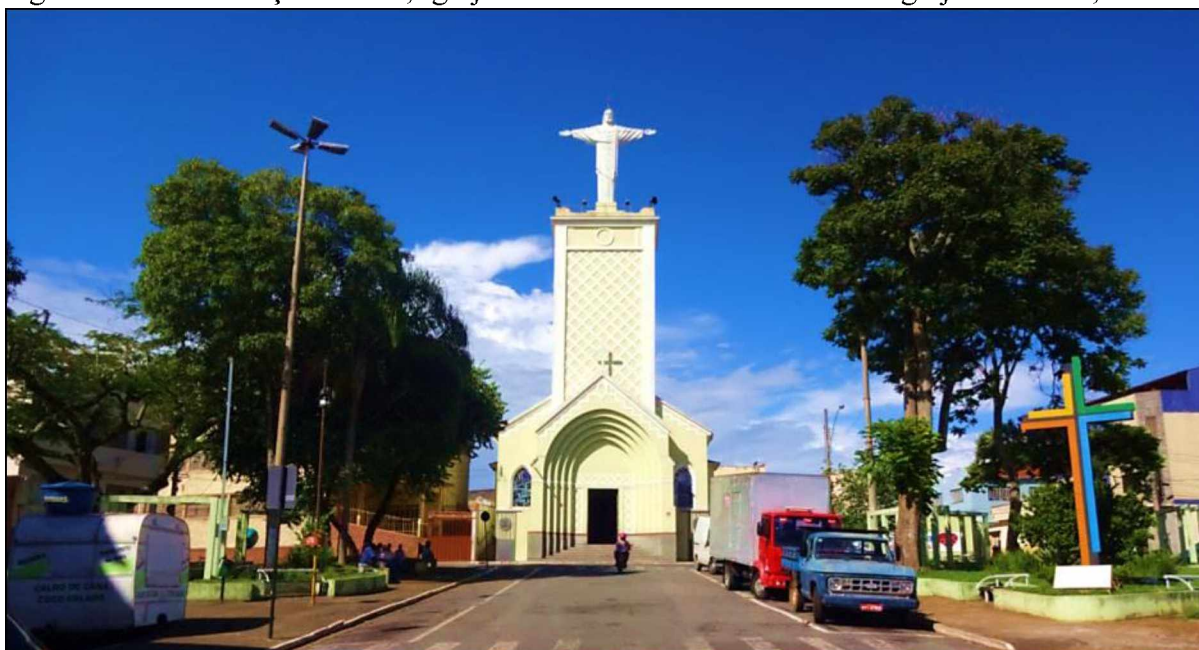
Figura 25: Três Corações - MG, instalação do Cristo Redentor na Igreja do Rosário, 1961.



Fonte: CUNHA, 1999.

Sua inauguração ocorreu em 1967, seguindo um estilo moderno com tendências neogóticas e românicas. Apesar de a Igreja denominar-se Nossa Senhora do Rosário, popularmente é chamada e/ou conhecida como Igreja do Cristo (figura 26).

Figura 26: Três Corações - MG, Igreja Nossa Senhora do Rosário ou Igreja do Cristo, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

2.3.3. O Impulso Ferroviário Tricordiano - 1884

De uma maneira geral, a chegada das ferrovias nas cidades brasileiras possibilitou um processo de dinamização dos meios de transportes, do comércio e serviços, dos sistemas de comunicação e da estrutura urbana (DINIZ, 2012). A cidade de Três Corações não foge à regra; a dotação do espaço urbano pela ferrovia favoreceu a implantação de políticas de promoção do desenvolvimento e maior integração com os centros consumidores.

Como a cidade possuía uma estação ferroviária, o fluxo de mercadorias e pessoas era constante; contudo, pouco a pouco, ela foi incorporando a dinâmica trazida por toda essa estrutura e meio de transporte. Segundo Diniz (2012, p. 11) as estações ferroviárias “agregavam a função, não somente como local de desembarque e embarque de mercadorias e pessoas, mas como catalisadora de urbanização e formação de cidades; centralizando a vida das povoações e proporcionando progresso e desenvolvimento”.

Com o decorrer dos anos, em diversos pontos da cidade, os trilhos foram incorporados pela malha urbana. Com a decadência do setor ferroviário, os trilhos, que um dia levaram e trouxeram progresso, não foram retirados e ainda permanecem e dividem espaço com a estrutura viária, principalmente da área central.

A cidade Três Corações foi beneficiada diretamente pelo impulso ferroviário brasileiro em meados e final do século XIX. A terceira ferrovia brasileira, denominada Estrada de Ferro Minas e Rio, tinha como finalidade unir essas duas províncias. Ela perpassava pelas cidades

sul-mineiras e tinha como terminal as terras tricordianas (ligava Cruzeiro - SP a Três Corações - MG). Sua construção iniciou-se em 1881, e sua inauguração ocorreu em 1884, com a presença de D. Pedro II e da família imperial - figura 27 (FONSECA, 1984).

Figura 27: Três Corações - MG, Família Imperial na Inauguração da Estrada de Ferro, 1884.



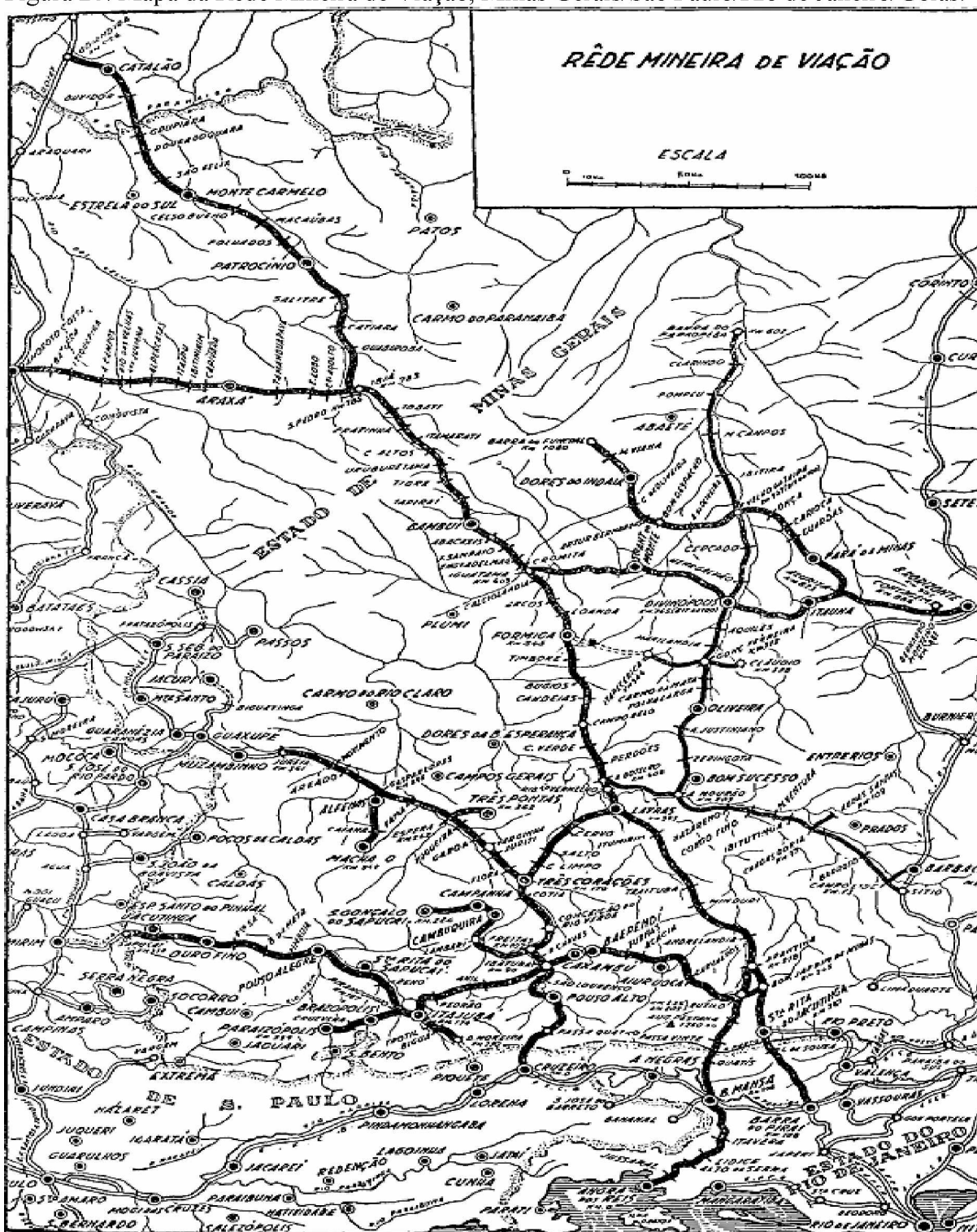
Fonte: CUNHA, 1999.

Descrevendo as características dessa linha, Noronha (19--) *apud* Cunha (2012) mencionou que a composição desta ferrovia era formada por sete carros, atravessando o túnel da Serra da Mantiqueira e cruzando todo o Sul de Minas, percorrendo 135 km (entre Passa Quatro e Três Corações) em duas horas e meia, com velocidade de 52 km/h.

Em 1903, devido a dificuldades financeiras, a concessionária passou a denominar-se Estrada de Ferro Oeste de Minas, de posse do governo federal. Com o decorrer dos anos, as vias férreas ramificaram-se por todo o território brasileiro; o sul de Minas foi, novamente, beneficiário de Estrada de Ferro Muzambinho - que se ligava à Estrada de Ferro Mogiana - dinamizando e trazendo progresso à cidade e à região.

Posteriormente, segundo o IBGE (1954), as três estradas de ferro presentes no estado de Minas Gerais (E.F. Oeste de Minas, E. F. Paracatu e E.F. Sul de Minas) foram agrupadas e passaram a denominar-se Rede Mineira de Viação (RMV - figura 28).

Figura 28: Mapa da Rede Mineira de Viação, Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro/Goiás.



Fonte: IBGE, 1954.

Nesse período, a ferrovia possuía quase 4.000 quilômetros, e dentro do sistema era a de maior extensão quilométrica do Brasil, abrangendo os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás (IBGE, 1954).

Em 1957 foi criada a Rede Ferroviária Federal (RFFS/A), que em 1965, incorporou a RMV, a estrada de ferro Bahia/Minas e a estrada de ferro Goiás, formando a Viação Férrea Centro Oeste (SOUSA, 1971). As figuras 29, 30 e 31 representam a estrutura física da RMV em Três Corações - MG, no ano de 1959.

A partir da década de 1970, o transporte de carga e passageiros ferroviários começou a entrar em declínio, principalmente pela chegada das indústrias automobilísticas e pela construção de rodovias; conseqüentemente, o transporte de passageiros em Três Corações foi encerrado em 1982 (CUNHA, 2012).

Figura 29: Três Corações - MG, área de Embarque e Desembarque da RMV, 1959.



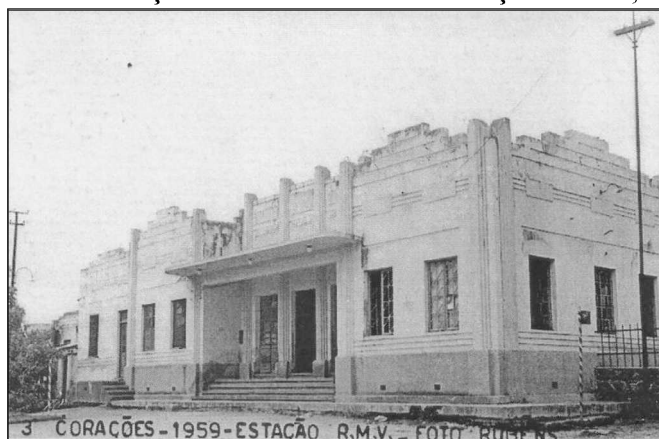
Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 30: Três Corações - MG, oficina da RMV, 1959.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 31: Estação da RMV em Três Corações - MG, 1959.



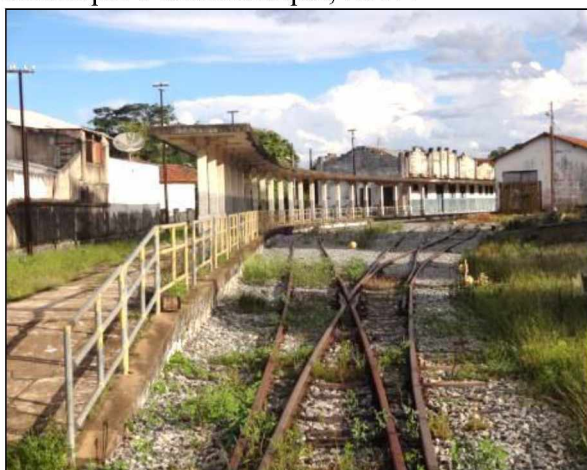
Fonte: CUNHA, 1999.

Recentemente, em 2014, noticiou-se a reativação do transporte de passageiros de trem entre Três Corações e Lavras (MG). O trecho ficaria sob a responsabilidade do Circuito Ferroviário Vale Verde (CFVV), em parceria com empresas privadas, que recuperaria todas

as estruturas abandonadas. A associação já conseguiu a sessão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para iniciar os trabalhos (G1 SUL DE MINAS, 2014).

Conforme CFVV (2013), os cerca de 90 km de distância serão vencidos com material rodante cedido pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA) - que assumiu a RFFS/A - em viagens, de caráter turístico, restringindo as sextas, sábados, domingos e feriados. A estação de Lavras foi reformada em 2002, se encontra em bom estado e necessita de poucas adequações para voltar a cumprir seu papel original. Já a Estação de Três Corações acha-se em estado mais precário, necessitando de uma reforma ampla (figura 32, 33 e 34) e de uma presença efetiva dos órgãos públicos, uma vez que, no local, moram andarilhos e tem-se constatada a presença de usuários de drogas ilícitas. Em relação aos trilhos foi avaliado que o complexo ferroviário está em boas condições e sem uso concorrente.

Figura 32: Três Corações - MG, área de embarque e desembarque, 2017.



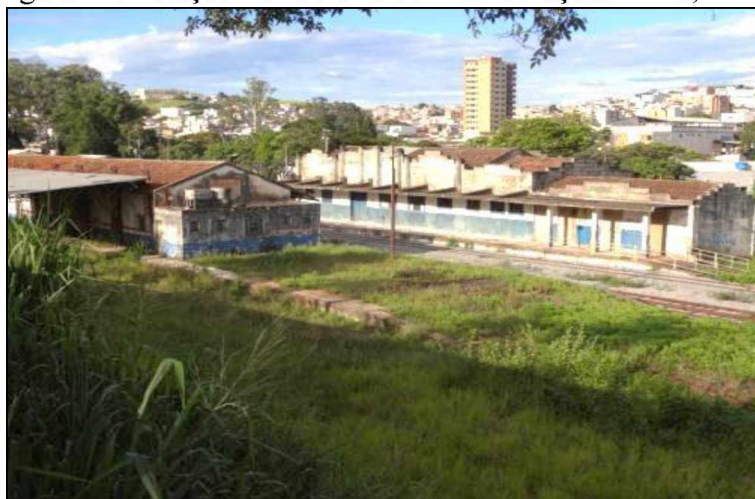
Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 33: Três Corações - MG, galpão da oficina, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 34: Estação Ferroviária de Três Corações - MG, 2017.

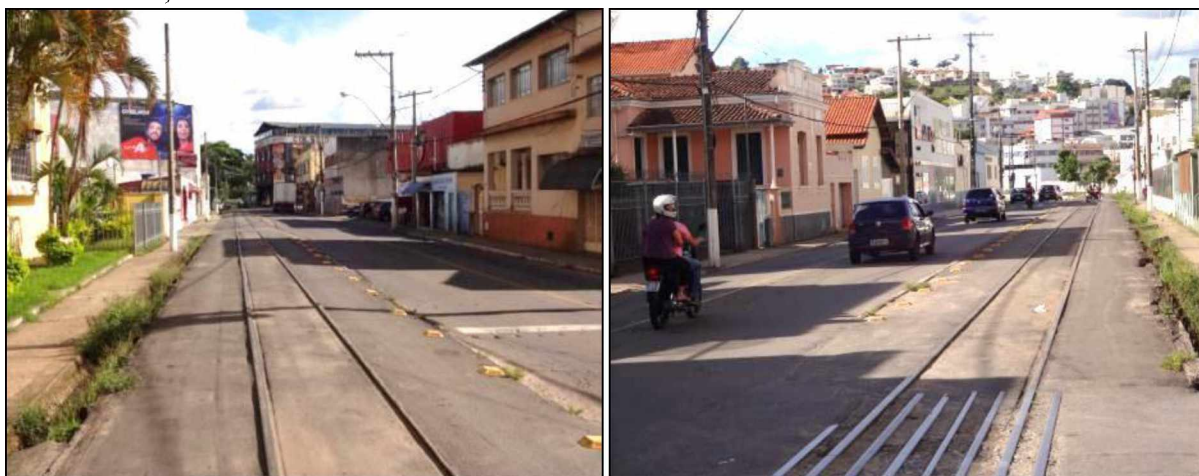


Fonte: CUNHA, 1999.

Segundo o portal G1 Sul de Minas (2015), um projeto da prefeitura de Três Corações parece contradizer com o do CFVV. Há mais de dois anos ela negocia com o DNIT e com a FCA um investimento financeiro de 2 a 3 milhões de reais para a pavimentação de todo o trecho urbano cortado pela linha férrea, e pela transformação dos antigos galpões em centros culturais. Segundo a prefeitura, o projeto tem como intuito melhorar o trânsito e também resgatar a história cultural da cidade. Os trilhos que um dia serviram de caminho para o desenvolvimento, nos dias de hoje, a população aproveita-os apenas para encurtar distâncias entre os bairros. Percebe-se, também, que, na antiga estação ferroviária, o abandono dos vagões e das estruturas como um todo é geral. Assim, o projeto possibilitaria a reutilização dos trilhos e do entorno das estações ferroviárias.

Em meados de 2016, por determinação da prefeitura, cerca de 500 metros da linha férrea, que compartilha o espaço com o fluxo de veículos na Avenida 7 de Setembro, foram cobertos por asfalto (figura 35 e 36). A prefeitura justificou-se informando que irá solicitar a posse do patrimônio, e que a pavimentação da linha férrea é uma medida sanitarista, pois o local está abandonado, servindo como local de depósito de lixos e entulhos. A decisão desagradou os moradores, e a FCA informou que a medida adotada pela prefeitura é ilegal, criminosa e que vai tentar suspender a obra. Os trilhos fazem parte de um complexo ferroviário inaugurado na região no final do século XIX e, com o decorrer dos anos, eles permaneceram e passaram a dividir espaço com o desenvolvimento do centro urbano (G1 SUL DE MINAS, 2016).

Figura 35 e 36: Três Corações - MG, cobertura asfáltica nos trilhos da área central, Avenida 7 de Setembro, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Dentre os patrimônios históricos tombados na cidade destaca-se a Maria Fumaça. Localizada no pátio da estação ferroviária (figura 37), é uma homenagem a todos os trabalhadores que exerceram suas funções nas linhas férreas que cortam o município tricordiano. Sua exposição ocorreu durante as comemorações do centenário da emancipação política de Três Corações e da própria ferrovia Minas e Rio (1984).

Figura 37: Três Corações - MG, Maria Fumaça.



Fonte: ACTC, 2014.

Em 1884, as estatísticas indicavam dois colégios preparatórios, duas escolas públicas primárias e duas escolas particulares. Em 1886, Três Corações foi elevada à categoria de cidade, assumindo certa independência e adquirindo a mais alta posição político-administrativa. Em 1888 foi inaugurada a primeira Câmara Municipal; em 1889 surge o primeiro jornal da cidade, e em 1892, é instalada a 1ª Comarca de Três Corações com um juiz e um promotor. Quatro anos mais tarde é inaugurado o primeiro serviço de abastecimento público de água da cidade (SOUSA, 1971; FOSENCA, 1984).

Estes últimos anos do século XIX também foram marcados pela chegada de imigrantes sírio-libaneses que vieram atraídos pela instalação da feira de gado e da ferrovia Minas e Rio. No início do século XX, com a vinda de outros imigrantes, acentuou-se a atividade no comércio de secos e molhados, tecidos, vestuário e cereais. Com o passar do tempo, a população residente tricordiana foi-se acostumando com a alimentação, as roupas, as danças e

com a cultura de uma forma geral. Com a dinamicidade adquirida pelo setor comercial, muitos imigrantes o abandonaram a partir de 1960 (CUNHA, 2012).

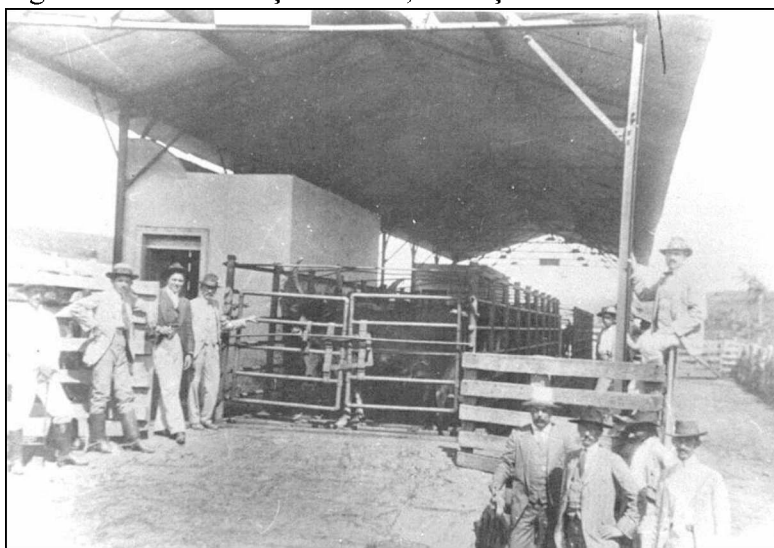
2.3.4. A Feira de Gado e a Fundação da Agência Banco do Brasil em Três Corações

A chegada da ferrovia foi um aspecto importante no processo decisório de instalação da feira de gado na cidade de Três Corações. A feira foi considerada como um dos primeiros empreendimentos comerciais que influenciou diretamente na economia local, primeiramente com a vinda do Banco do Brasil e, posteriormente, com a instalação de matadouros e frigoríficos.

Ao mesmo tempo em que a feira de gado significou progresso, também significou crise. Durante os períodos iniciais de sua existência, acreditava-se que ela se tornaria um dos maiores centros de distribuição de gado da América Latina, mas as expectativas foram frustradas. Com uma infraestrutura precária oferecida pela cidade, e devido à elevada concorrência no setor, sua duração foi de vinte e cinco anos.

A feira foi inaugurada em 1900 (figura 38), funcionando como um entreposto sistematizador entre os sertões de Goiás e Minas Gerais, e a cidade do Rio de Janeiro (CUNHA, 2012). Era destinada a proteger os interesses dos boiadeiros contra os monopólios formados para explorar o comércio vacum; contudo, não obteve sucesso nesse objetivo.

Figura 38: Três Corações - MG, balança da Feira de Gado.



Fonte: CUNHA, 1999.

Os boiadeiros que traziam os gados do sertão se hospedavam na pensão das Palmeiras (figura 39 e 40) e na pensão do Comércio, ambas às margens do Rio Verde (FONSECA,

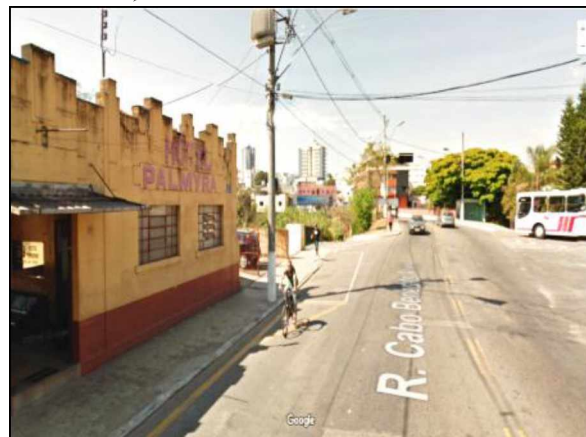
1984). A primeira ainda possui essa denominação (figura 41); já a segunda passou a denominar-se hotel Alvorada (figura 42).

Figura 39: Três Corações - MG, Pensão das Palmeiras, 1908.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 40: Três Corações - MG, Pensão das Palmeiras, 2011.



Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 41: Três Corações - MG, Pensão do Comércio, 19--.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 42: Três Corações - MG, Hotel Alvorada, 2011.



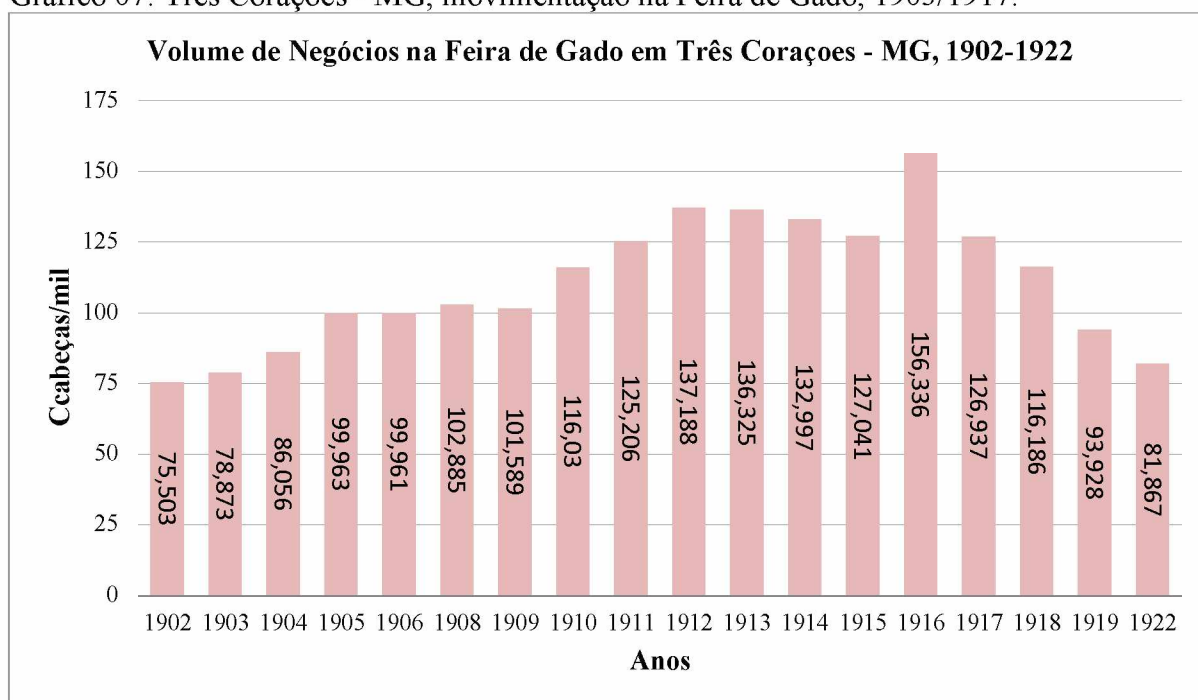
Fonte: GOOGLE, 2011.

Segundo Cunha (2012), a feira de gado incentivou a migração de pessoas e famílias inteiras para a cidade, trazendo riqueza, progresso e tradição aos solos tricórdianos; dentre elas destacam-se os imigrantes de Passos e de outras cidades do próprio Sul de Minas e de São Paulo.

Um incômodo gerado foi à circulação dos animais pelas principais vias da cidade, causando temor à população. Na época havia relatos de bois que se desprendiam da boiada e adentravam as casas e os pequenos centros comerciais (FONSECA, 1984).

O gráfico 07 apresenta os dados referentes à movimentação de cabeças de reses da maior parte dos anos do funcionamento da feira (1902 a 1922).

Gráfico 07: Três Corações - MG, movimentação na Feira de Gado, 1903/1917.



Fonte: SAES; ROSA, 2013.

O volume de negócios, embora tenha obtido relativos resultados, vinha de uma base produtiva irregular (epidemias), motivo da não realização da feira em 1920 e 1921. Independentemente dessa oscilação, ao longo dos primeiros anos do século XX as condições para o desenvolvimento da comercialização do gado em Três Corações pareciam favoráveis, principalmente por dois motivos: a valorização da moeda brasileira e a melhora das ligações ferroviárias. Independentemente dessa situação favorável, o fato é que o negócio não progredia, principalmente pela falta de infraestrutura, pelo modo arcaico de comercialização e pela forte concorrência no setor (SAES; ROSA, 2013). A partir deste contexto, a Feira de Gado entrou em declínio e fechou suas portas em 1928.

No ano de 1916, o Banco do Brasil inaugura sua agência em Três Corações, a primeira do estado e a décima segunda do país, segundo Cunha (2012), separar a história da vida da agência e da cidade seria impossível, pois uma está ligada à outra por tantos laços, numa reunião tão perfeita que suas histórias chegam a se confundir⁹.

A narrativa presente na citação a seguir descreve detalhadamente as necessidades da época, o motivo e a chegada da agência.

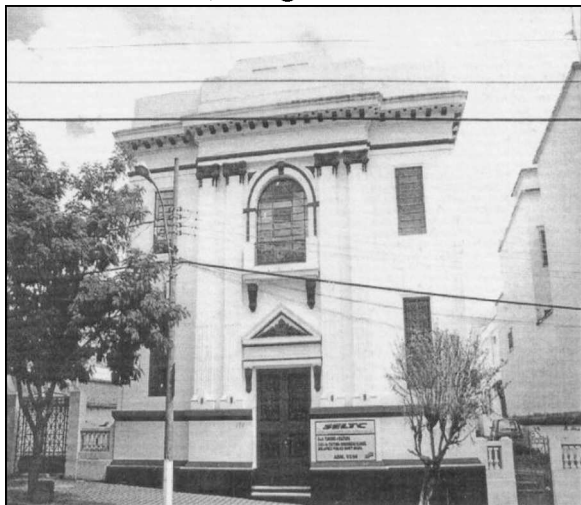
⁹ Cabe ressaltar que, no ano de 2016, por meio de uma solenidade e placa comemorativa, a agência do Banco do Brasil em Três Corações comemorou um século de serviços prestados a cidade.

Era uma cidade muito pequena de ruas estreitas, empoeiradas a todo instante pelo tropel das boiadas que pisavam aquele chão, tangidas pelos boiadeiros cansados de longas viagens. A cidade fervilhava, o pequeno hotel e as pensões viviam cheias de figuras bisonhas e tipos estranhos. Fortunas passavam de mãos em mãos, não só nas transações de gado, como também, nas mesas de jogos e nos *saloons* alegres e movimentados. Uma palavra mágica bailava nos lábios de quantos iam àquela cidade - Feira! A Feira de Gado - instalada em 23 de maio de 1900 - que tornava falada, famosa e conhecida em toda a região e nos estados vizinhos [...]. Com todo aquele ouro, com aquela dinheirama correndo, com aquele entra e sai de forasteiros, andar com muito dinheiro era uma temeridade e o portador tinha que correr o risco, uma vez que a cidade necessitava e não tinha um banco, um “cofre-forte”, onde se pudesse guardar com segurança o dinheiro e repousar com tranquilidade o corpo cansado com as lides diárias [...]. No dia 4 de junho de 1916, à noitinha, quando o chefe de trem anunciou a parada em Três Corações do Rio Verde, quatro figuras levantaram de suas poltronas com os ossos moídos pela viagem de quase 15 horas no agradável sacolejo da RMV. Um gerente, um contador, um caixa e um escriturário que acabavam de chegar para iniciarem no dia seguinte os trabalhos na nova agência: Banco do Brasil S/A - Três Corações do Rio Verde [...]. O povo recebeu aquele pessoal da corte com os braços abertos e com o sorriso amigo que prende todos quantos ali chegam, sem querer imaginar o quanto representaria na vida do município a instalação daquela pequena agência que também cresceria com o progresso daquele rincão (OLIVEIRA, 19-- *apud* CUNHA, 2012, p. 200-201).

Conforme Cunha (2012), coincidentemente, por desventura, bem pouco tempo depois de o banco iniciar suas atividades, a feira de gado entrou em declínio devido ao direcionamento da movimentação e das transações para o estado de São Paulo, promovendo, indiretamente, o empobrecimento da região. O banco passou por algumas crises, mas não cessou suas atividades, e em 1927 iniciou-se a construção de um novo prédio na principal via da cidade (Direita/Getúlio Vargas), sendo inaugurado em 1929 (figura 43).

Ainda segundo os relatos de Cunha (2012), o banco acompanhava, ainda com seu próprio sacrifício e passo a passo, o desenvolvimento de Três Corações. O incremento à agropecuária, à indústria, se fazia presente em todo o município que já começava a prosperar e a viver de recursos que o Banco do Brasil ajudava a encontrar. Com o decorrer dos anos, o antigo edifício já não suportava a mudança econômica e o constante fluxo de clientes e funcionários; assim, em 1979 foi construído um novo edifício (figura 44) com linhas modernas e arrojadas na praça principal da cidade (Odilon Rezende de Andrade).

Figura 43: Três Corações - MG, agência do Banco do Brasil, inaugurada em 1929.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 44: Três Corações - MG, atual agência do B. do Brasil, inaugurada em 1979.



Fonte: CUNHA, 1999.

2.3.5. Entraves Políticos e Problemas Urbanos

A cidade cresceu e se desenvolveu às margens das curvas do Rio Verde; portanto, constatam-se áreas de risco propensas a alagamentos. Nesse período histórico são registradas diversas enchentes, as primeiras datando de 1863 e 1906. A de 1863 destruiu a ponte de madeira existente sobre o Rio Verde, em seu lugar, em 1909, foi inaugurada uma ponte metálica belga, que ligava o bairro Cotia ao centro da cidade (ela foi demolida em 1950, para construção da ponte de concreto). A de 1906 foi considerada como uma das maiores já ocorridas (figuras 45). Há registros de novas enchentes em 1946 (figura 46 e 47), 1986, 2000 (figura 48) e 2011, caracterizando certa periodicidade.

Figura 45: Enchentes do Rio Verde, na cidade de Três Corações - MG, 1906.



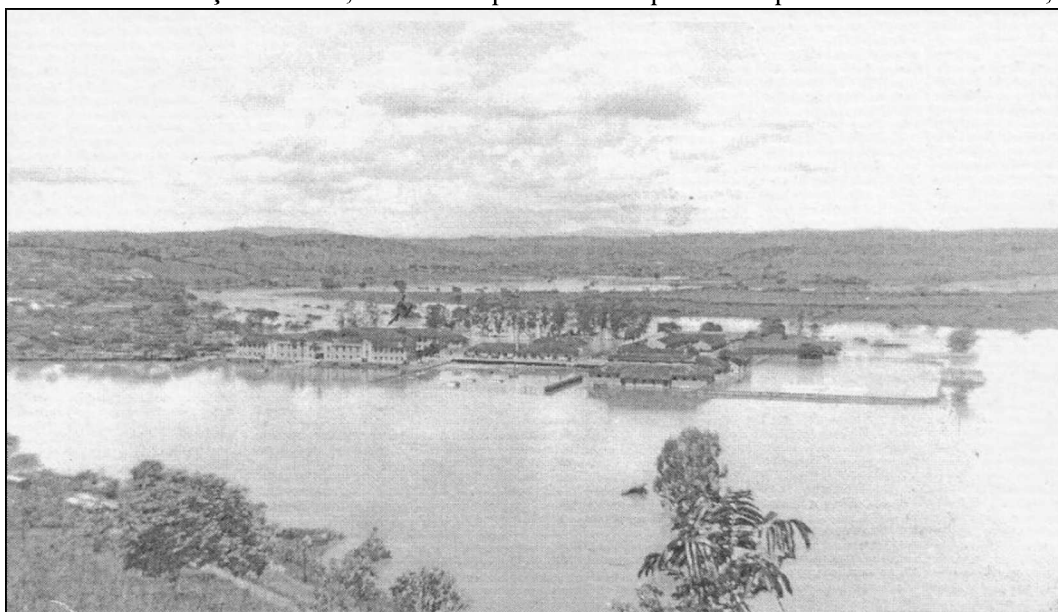
Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 46: Enchentes do Rio Verde, na cidade de Três Corações - MG, 1946.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 47: Três Corações - MG, enchente que inundou parte dos pavilhões do 4º RCD, 1946.



Fonte: CUNHA, 1999.

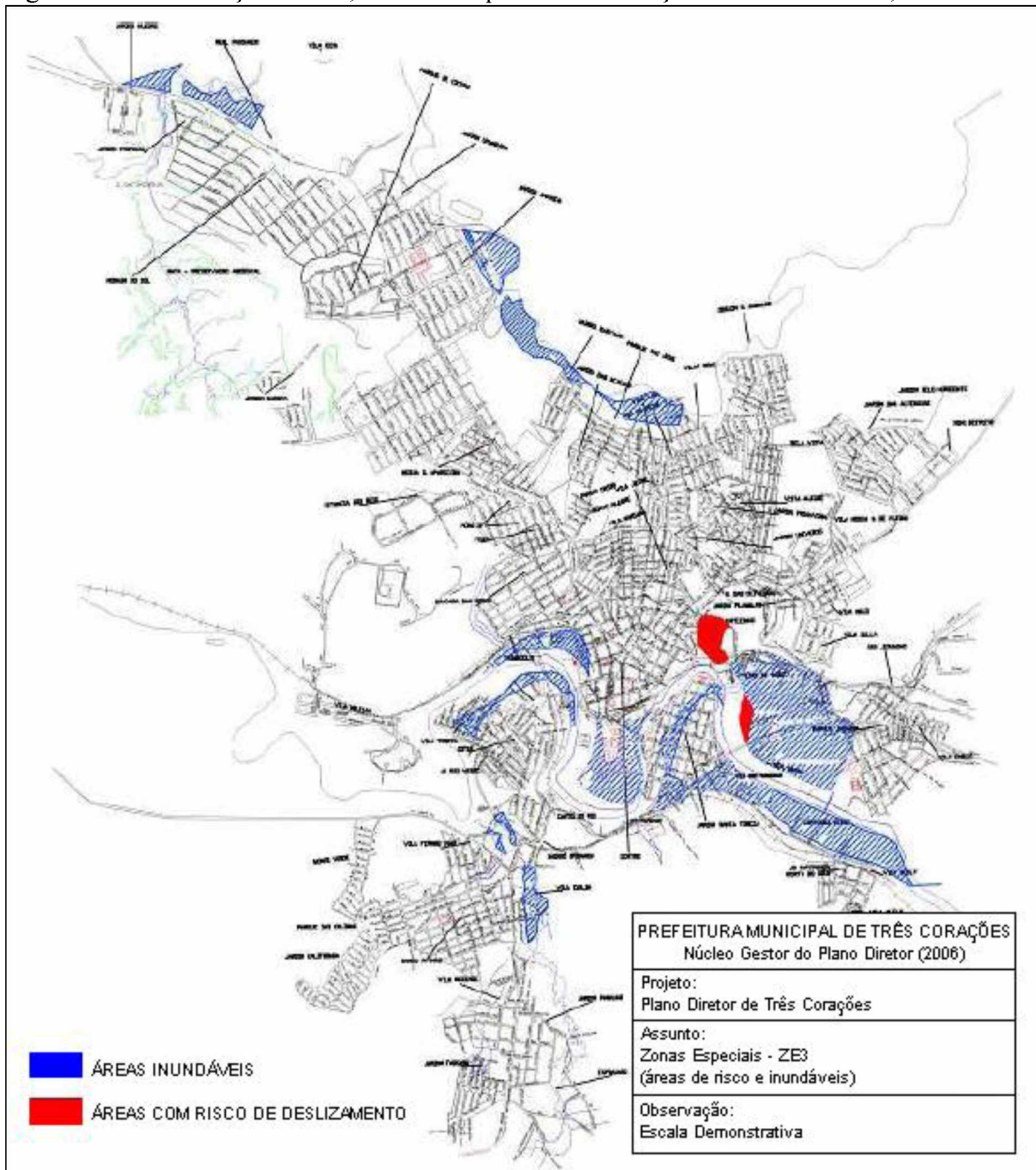
Figura 48: Três Corações - MG, enchente de 2000, vista da ESA e do centro da cidade, 2000.



Fonte: MEMÓRIAS DE TRÊS CORAÇÕES, 2016.

Segundo Barão (2011), dentre os municípios pertencentes à bacia do Rio Verde, os que mais sofrem com os problemas de enchentes são aqueles cortados pelo rio, e que possuem ocupação irregular nas áreas de preservação permanente ou ciliares (figura 49). As áreas ribeirinhas ou de várzea, utilizadas como área de transbordo em suas cheias, não deveriam ser ocupadas mas, no caso de Três Corações, elas o são.

Figura 49: Três Corações - MG, áreas susceptíveis a inundações e deslizamentos, 2006¹⁰.



Fonte: PMTC, 2006.

¹⁰ Figura disponibilizada pelo plano diretor de Três Corações - MG já com baixa qualidade de imagem e resolução. Foram realizados alguns melhoramentos na identificação da legenda e no quadro com informações disponíveis sobre sua elaboração.

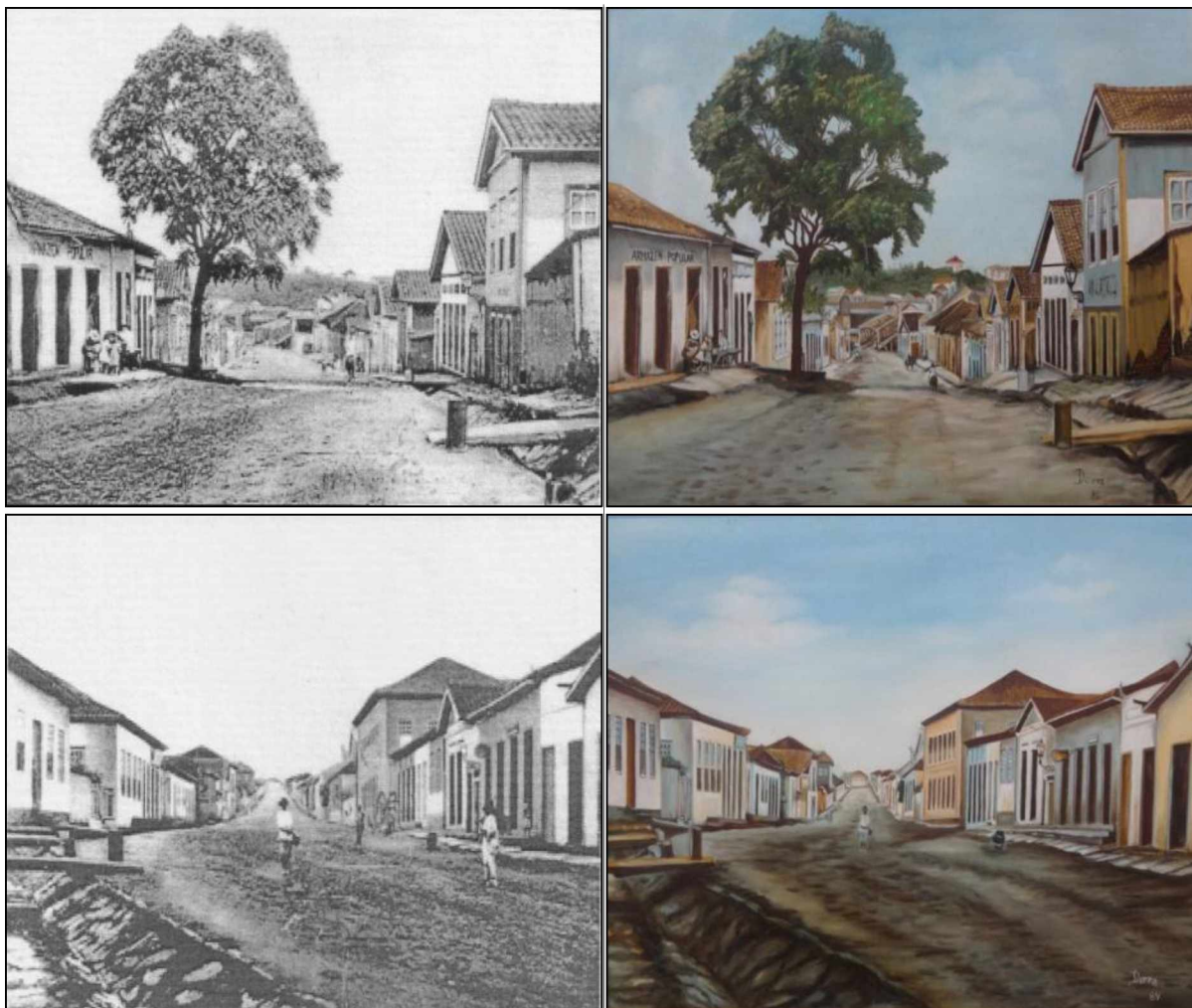
Segundo a PMTC (2013), a invasão de áreas protegidas, a ausência de planejamento e a precariedade das habitações, somadas à falta de estrutura em saneamento básico, torna o município vulnerável. Como antigamente não havia a preocupação com a estruturação da cidade, a ocupação do solo foi realizada de forma desordenada, sendo justificada, inicialmente, pela busca de fácil acesso aos recursos hídricos; posteriormente, reflete a ausência de planejamento da distribuição populacional, pois dos seus 826 km², apenas 18,43 km² são ocupados pela área urbana. Dentro deste contexto, o município de Três Corações, apresenta sérios problemas sendo atingido por enchentes e alagamentos pontuais ao longo dos anos.

Por volta de 1912, devido a disputas políticas, a cidade passou por um período de problemas administrativos e de gestão (SOUSA, 1971; FONSECA, 1984).

Causou-me a mais cruel decepção e a mais profunda tristeza penetrar no âmago de tão decadente cidade. Com vinte e uma ruas e seis becos estreitos sujos, imundos, sem calçamento, casas antigas e velhas e na sua quase totalidade danificadas pelo tempo; edifícios públicos verdadeiros pardieiros, sem iluminação, sem água potável, nem esgotos, é Três Corações uma cidade decadente que podia apresentar um aspecto muito outro se não fosse a incúria da municipalidade, confiada a indivíduos incapazes, desleixados e ineptos; que gastam a minguada renda da câmara com um pessoal preparado à feição para fins políticos (PINTO, 1989 *apud* FONSECA, 1984).

Somados a isso, na época chuvosa, as ruas esburacadas transformavam-se em grandes lamaceiros e, na época da seca havia densas nuvens de pó que encobriam a cidade trazendo transtornos aos lares e as pessoas. Posteriormente a esse imbróglie político, que tanto prejudicava as possibilidades de crescimento, aconteceu o verdadeiro desenvolvimento. Assim, a principal via da cidade (Rua Direita/Avenida Getúlio Vargas - figura 50, 51, 52 e 53) bem como outras vias foram reformadas para propiciar melhor trafegabilidade e conforto para as pessoas; houve também a construção do hipódromo Jockey Club; a fundação do Atlético Futebol Clube (no campo da ESA); firmou-se parceria com a Companhia Sul Mineira de Eletricidade para trazer e distribuir energia elétrica; construção de redes de águas pluviais, de um novo matadouro e do cemitério; fundação do asilo São Vicente; inauguração da primeira rede telefônica; construção da estrada ligando Três Corações a Cambuquira, entre outros (SOUSA, 1971; FONSECA, 1984; CUNHA, 2012).

Figura 50, 51, 52 e 53: Três Corações - MG, Avenida Getúlio Vargas com contraste de cores, 1914.



Fonte: CUNHA, 1999; CASA DA CULTURA, 2017.

Em 1919 foi elaborado um sistema de nomeação das vias da cidade por números; após a Era Vargas, as vias voltaram a ter nome de pessoas. Em 1931, a Rua Direita passa a denominar-se Avenida Getúlio Vargas.

De maneira geral, nas cidades sul mineiras, nesse período, é recorrente a presença de praças, cinemas, igrejas, hospitais, colégios, hotéis, calçamento, iluminação pública, abastecimento de água e outras infraestruturas urbanas. Apesar do caráter descritivo, elas são ilustrativas do processo de urbanização que estava em curso não somente em Três Corações, como também na região, combinado com o avanço da indústria, das ferrovias e dos bancos. Esse quadro é reflexo da existência de um projeto político mineiro que passava pela proposta de valorização do mundo urbano iniciado pelo estado, e que era seguido, à risca, pelas cidades da região (GAMBI el al, 2012). Alguns desses equipamentos urbanos poderão ser observados no subitem a seguir.

2.3.6. Equipamentos e Serviços Urbanos na Cidade de Três Corações - MG

Com a chegada da estrada de ferro (1884); da primeira câmara municipal (1888); da feira de gado (1900); da luz elétrica (1915); do Banco do Brasil - primeira agência de minas e 12ª do Brasil (1916); e exército do (1918), a cidade tomou amplo impulso rumo ao progresso e ao desenvolvimento da sua área central (CUNHA, 2012). É interessante destacar que essa menção se conecta à ideia organizada por Corrêa (2005). Segundo ele, é a partir do início do século XX que o processo de centralização e a área central adquiriram um novo significado para as cidades. Nesta última encontram-se as principais atividades do setor comercial, de serviços, da administração pública e privada e os terminais de transporte, destacando-se na paisagem da cidade pela sua verticalização.

O centro apresenta algumas características específicas de concentração, como é exemplificado na citação a seguir.

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPÓSITO, 1991, p.2).

A emergência da área central acontece simultaneamente à ampliação das relações entre a cidade e o que é externo a ela; isso pode ser exemplificado pelas ferrovias que passaram a desempenhar papel central nas relações interurbanas e inter-regionais, pois são próximos aos seus terminais que se localizam os comércios, os depósitos, os serviços gerais e as indústrias. “A emergente área central passou a desfrutar, assim, da máxima acessibilidade dentro do espaço urbano [...] sendo responsável pelos mais elevados valores da terra urbana, o que elevou uma competição pelo uso da terra” (CORRÊA, 2005, p.39).

Ainda segundo Spósito (1991), a análise do processo de produção, estruturação e crescimento das cidades passa, necessariamente, pelo entendimento da área central. Não é possível discutir a criação de loteamentos e periferização sem abordar a verticalização; ou mencionar a falta de equipamentos e infraestrutura urbana, sem falar de concentração destas melhorias no centro; ou citar o espaço de reprodução da força de trabalho, sem falar no espaço de circulação e de produção de serviços. Sob essa óptica, o centro é fruto da articulação de atividades econômicas e sociais que reflete toda a cidade (ALVES; RIBEIRO FILHO, 2009).

No caso da cidade de Três Corações constata-se que todos os equipamentos e serviços urbanos, citados anteriormente neste capítulo, contribuíram diretamente para o desenvolvimento da cidade e encontram-se localizados na área central ou próximos a ela.

De início, para atender às demandas da época, a estruturação do traçado viário dessa área foi irregular, bem como a estrutura das casas, que são muito antigas (PMTTC, 2013). Com o decorrer dos anos, o espaço urbano foi sendo dotado de uma embrionária verticalização (figura 54) e de outros equipamentos importantes para o progresso futuro, mas muitos deles ainda mantêm essa certa centralidade, o que poderá ser observado no decorrer do texto.

Figura 54: Vista aérea da área central da cidade de Três Corações - MG, 2012.



Fonte: SILVA, 2012.

O termo equipamentos urbanos remete a um conjunto de bens e serviços considerados essenciais para atender ao direito mínimo do cidadão em busca da satisfação de suas necessidades (ROSSINI, 2005).

Os equipamentos urbanos constituem os componentes físicos básicos para a existência de uma cidade. A existência destes componentes é considerada como um fator importante de bem estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, bem como de ordenação territorial e de estruturação urbana (MORAES; GOUDARD; OLIVEIRA, 2008, p.99).

Ainda o termo pode dizer respeito aos:

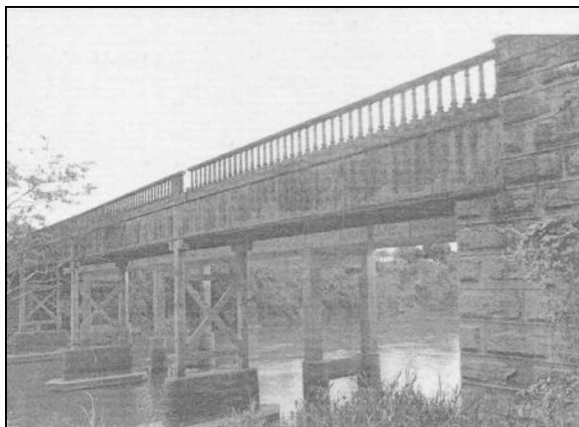
[...] bens públicos e privados destinados à prestação de serviços necessários para o funcionamento da cidade. Consideram-se, portanto, bens públicos: as praças, as escolas, os parques, rede de telefonia, entre outros. Além disso, os equipamentos urbanos podem ser: ruas, largos, praças, jardins, entre outros que representam a vida urbana e o lazer e embelezamento das cidades, pois favorecem a qualidade de vida (MANFIO, 2015, p. 5).

Ter acesso aos serviços e equipamentos urbanos resume-se a atender aos direitos mínimos dos cidadãos; assim, eles estão diretamente vinculados à promoção da qualidade de vida, sendo destacados: habitação, saúde, educação, segurança, saneamento básico, mobilidade e acessibilidade, energia elétrica, cultura, lazer e esportes, dentre outros. Sua localização e características dependem de fatores estratégicos; no entanto, nas cidades brasileiras, são comuns os relatos de que alguns destes se apresentam distantes, ausentes, ou por vezes precários e deficientes, comprometendo a qualidade de vida e obrigando da população a migrar para outras localidades.

Nas páginas a seguir são descritos alguns dos equipamentos e serviços urbanos presentes no espaço urbano tricordiano desde o início do século XX.

Por volta de 1930, novos feitos alavancaram o progresso da cidade: construção de estrada alternativa e da ponte dos boiadeiros para desviar o trânsito das boiadas (1924 - figuras 55 e 56); início dos serviços de remoção de lixo; abertura da Avenida 7 de setembro; inauguração do fórum (1931 - figuras 57 e 58); inauguração da Praça Tenente Palestina (1932 - figuras 59 e 60); demolição da primeira cadeia (1934 - figuras 61 e 62) e melhorias no sistema de abastecimento de água (1934) (SOUSA, 1971; FONSECA, 1984).

Figura 55: Três Corações - MG, Ponte dos Boiadeiros.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 56: Três Corações - MG, Ponte dos Boiadeiros, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 57: Três Corações - MG, Edifício do Fórum, inaugurado em 1931.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 58: Três Corações - MG, antigo Fórum, hoje Museu Terra do Rei, 2011.



Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 59: Três Corações - MG, primeira cadeia, demolida em 1934.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 60: Três Corações - MG, antiga cadeia, hoje Hospital São Sebastião, 2011.



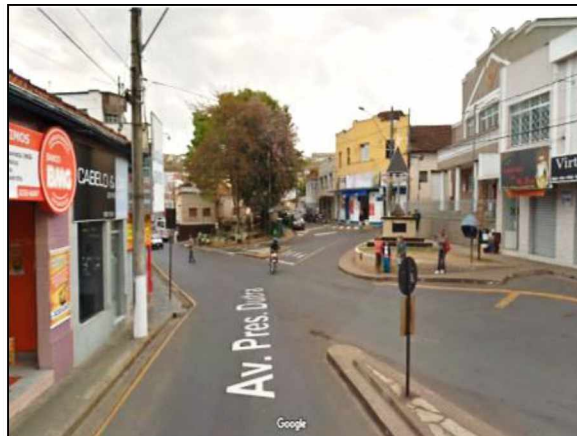
Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 61: Três Corações - MG, Praça Tenente Palestina, 1959.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 62: Três Corações - MG, Praça Tenente Palestina, 2011.



Fonte: GOOGLE, 2011.

O fórum foi inaugurado na Praça Coronel José Martins (Praça Pelé), com poder judiciário completo. O atual prédio (figura 63) foi inaugurado em 1998, na Avenida 7 de Setembro (FONSECA, 1984; CUNHA 2012).

Conforme Sousa (1971); Fonseca (1984); Cunha (2012), até 1950 foram edificadas as seguintes melhorias: construção de rede de esgoto na parte central e abastecimento de água; construção do Clube Três Corações (1935); primeiro serviço de calçamento e pavimentação das vias e disponibilização de iluminação (figura 64 - 1938); construção do sanatório e leprosário Santa Fé (1942); construção do hospital São Sebastião (figura 65 - 1943); interdição e demolição do matadouro municipal (1945) e implantação do Frigorífico Três Corações (1949); ampliação e reforma do cemitério municipal; aumento significativo de estabelecimentos de ensino municipais e estaduais; construção do campo de aviação situado entre Três Corações e Cambuquira; criação da rádio Clube Três Corações (1947); realizada a primeira eleição municipal (1947), e melhoramento da Praça Carlos Luz/Antônio Carlos/Odilon Rezende de Andrade (figura 66 - 1949).

Figura 63: Três Corações - MG, Fórum inaugurado em 1998, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017

Figura 64: Três Corações - MG, presença de infraestrutura básica, Av. Getúlio V., 1938.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 65: Três Corações - MG, Hospital São Sebastião inaugurado em 1928, 1958.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 66: Três Corações - MG, Praça Odilon Rezende de Andrade, 1952.



Fonte: CUNHA, 1999.

O primeiro registro de cinema na cidade foi em 1912 e nos anos que se seguiram, sucessivamente foram sendo criados outros. Um dos mais famosos foi o “Cine Rioverdense”, que posteriormente passou a se chamar “Cine São Miguel” (figura 67) e encerrou suas atividades em 1983. Em 1975 foi inaugurado o “Cine Rio Verde” (figura 68) na Praça Pelé, que encerrou suas atividades em 1992 (CUNHA, 2012).

De um modo geral, os cinemas foram paulatinamente sufocados pelo surgimento da televisão e pelas locadoras de filmes. O cinema retornou à cidade somente em 2002 (duas décadas depois do fechamento do único cine remanescente). Ele denomina-se CineArt (figura 69) e ainda encontra-se em funcionamento, com duas salas de exibição.

Figura 67: Três Corações - MG, Cine São Miguel.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 68: Três Corações - MG, Cine Rio Verde.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 69: Três Corações - MG, CineArt, 2011.



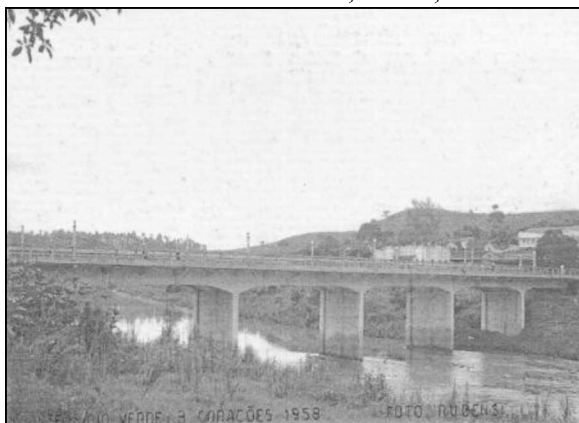
Fonte: GOOGLE, 2011.

Diante desse contexto, percebe-se que o final da primeira metade do século XX foi marcado por diversas melhorias em infraestrutura e pela disponibilização de equipamentos urbanos, além da criação de loteamentos caracterizando o período como uma era de expansão.

Já mais adiante, no início da segunda metade do século XX, foram edificadas os seguintes melhoramentos: inauguração da ponte de cimento da Cotia sobre o Rio Verde

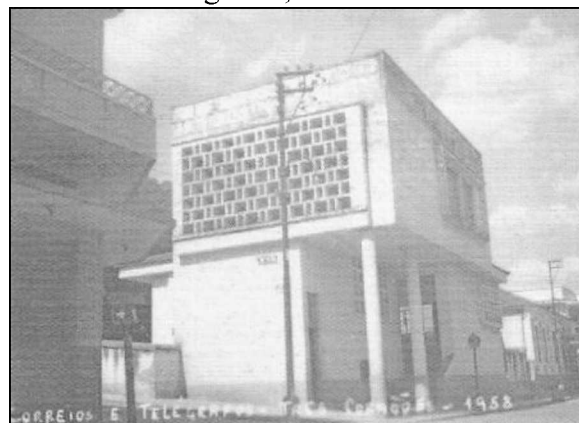
(figura 70); construção de galerias de água pluviais; inauguração do primeiro edifício próprio dos Correios e Telégrafos (figura 71 - 1951); funcionamento do aeroporto local e construção da Praça de Esportes (1952); primeiros indícios de recepção de sinal de televisão (1955); construção da ponte ligando o centro ao bairro Santa Tereza (figura 72 - 1957); instalação do grupo Nestle (1958) - considerado um marco progressista; construção do Parque Infantil (figura 73 - 1961); ligação asfáltica - Avenida Deputado Renato Azeredo - até à rodovia Fernão Dias (1962); construção do primeiro prédio próprio da prefeitura municipal (1963); asfaltamento da estrada Nestle/Santa Tereza (1963); início das obras de captação de água do Rio Verde (1963); posto de saúde (1965); instalação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); fundação do Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (figura 74 - 1966); construção de quatorze escolas rurais; criação da biblioteca municipal; inauguração da estação do tratamento de água (1968); inauguração do Estádio Elias Arbex (figura 75), e de casas populares no bairro Però em 1969 (SOUSA, 1971; FONSECA, 1984; CUNHA, 2012).

Figura 70: Três Corações - MG, Ponte de cimento sobre o Rio Verde, Cotia, 1958.



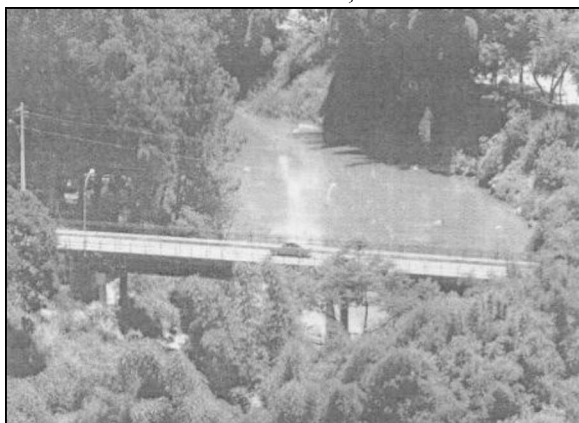
Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 71: Três Corações - MG, Agência dos Correios e Telégrafos, 1958.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 72: Três Corações - MG, Ponte de cimento sobre o Rio Verde, Santa Tereza.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 73: Três Corações - MG, Parque Infantil.



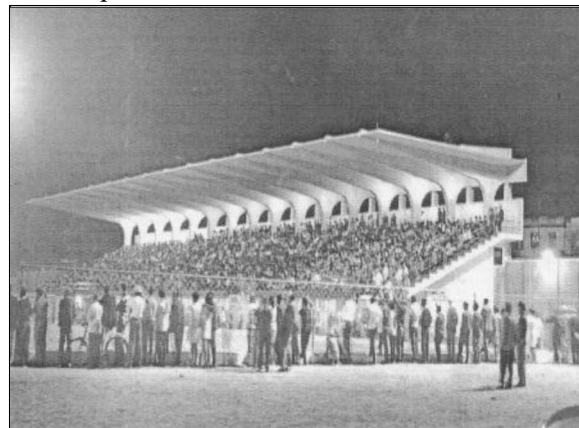
Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 74: Três Corações - MG, Parque de Exposições.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 75: Três Corações - MG, Estádio Municipal Elias Arbex.



Fonte: CUNHA, 1999.

2.3.7. Parque Infantil Rodrigo de Moraes Abdala - 1961

Como visto anteriormente, o local onde está situado o atual Parque Infantil é considerado o berço da cidade, pois foi ali que foram construídas as duas primas capelas.

Com a demolição da segunda pequena Igreja em 1886 surge, no local, a Praça da Liberdade. A historiadora Naves (2011, p.1) descreve um trecho do processo de transformação da praça em parque, lembrando que no passado, os mortos eram enterrados na própria capela ou nas suas imediações.

Em meados da década de 60 [...] começou a transformação do Parque infantil, durante as escavações que acomodariam as bases do parque foram encontrados despojos dos mortos ali sepultados, pasmem, eles não foram removidos e o parque surgiu sobre seus restos mortais por isso as árvores são tão importantes e as lendas também... (NAVES, 2011, p.1)

A partir de 1919, o local passa a denominar-se Praça 15 de Novembro e hoje é conhecida como Praça Benevenuto Barros, onde está situado o Parque Infantil (figura 76, 77, 78 e 79). Viana (2012, p.1) traz uma descrição detalhada do parque.

No desenho urbano da cidade, o parque se caracteriza como uma rotatória. Contando com uma paisagem de continuas fachadas que o circundam. O sistema viário ao seu entorno conta no acesso principal a Av. Pres. Getúlio Vargas que parte perpendicular, seguindo o contorno pela direita não existe vias de acesso; já do lado esquerdo parte tangencial a rua Antônio Gonçalves Pimentel, seguindo respectivamente o contorno do parque saem a Av. Virgílio de Melo Franco, perpendicular e paralela a Av. Pres. Getúlio Vargas, a rua Sagrado Coração de Jesus. As construções adjacentes se caracterizam pelo uso residencial e alguns serviços (dentista e estética

corporal). Três residências apresentam 2 pavimentos e as demais são térreas todas à partir do nível da rua. Algumas contam também com subsolo, devido à topografia irregular do terreno nos fundos (VIANA, 2012, p.1).

Figura 76: Três Corações - MG, Portão do Parque Infantil, 2016.



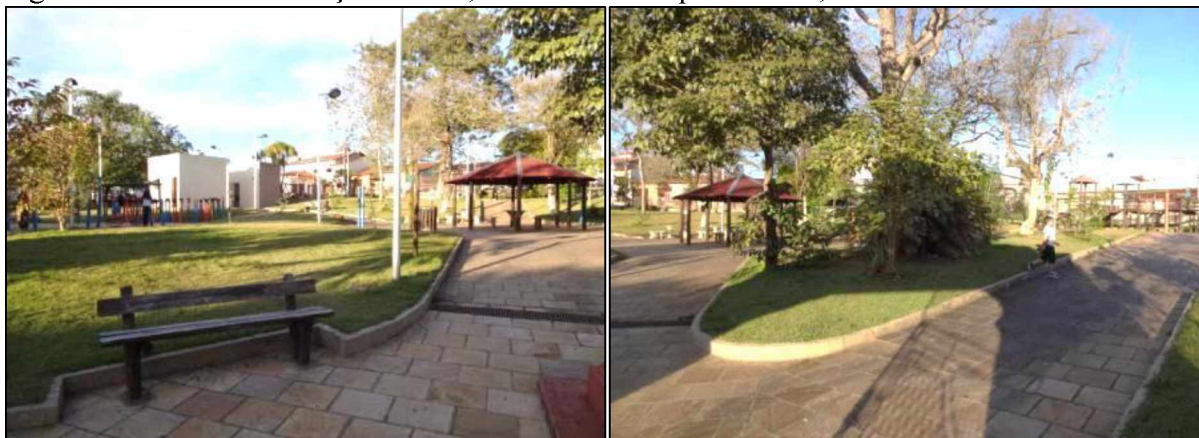
Fonte: Autoria própria, 2016.

Figura 77: Três Corações - MG, Av. Getúlio Vargas, vista do Parque Infantil, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2016.

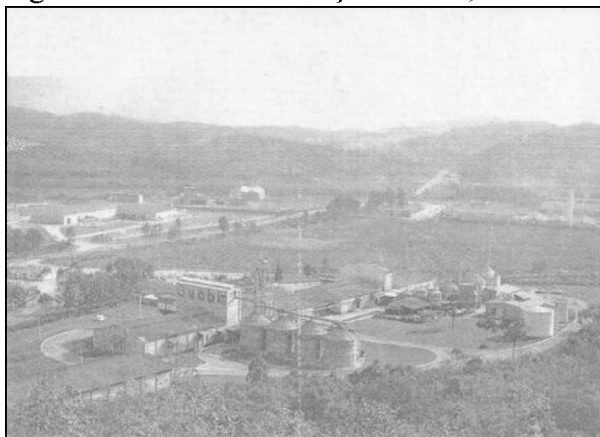
Figura 78 e 79: Três Corações - MG, Interior do Parque Infantil, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2016.

Aproximando da década de 1970 novos feitos foram registrados: inauguração da pavimentação da rodovia entre Três Corações e Cambuquira (1971); instalação do distrito industrial com a Mangels e Coca-Cola (figuras 80 e 81); construção do terminal e abrigo rodoviário; construção do mercado municipal; construção do monumento em homenagem ao tricampeonato e estátua “Rei Pelé” (figuras 82 e 83); construção da estação rodoviária (figura 84); reforma do aeroporto Melo Viana; arborização das vias centrais; instalação de sinalização semafórica; construção da escola Polivalente Godofredo Rangel; construção do Serviços de Obras Sociais (SOS); galerias pluviais; pavimentação e calçamento de diversas vias e ampliação do parque de exposições.

Figura 80 e 81: Três Corações - MG, Distrito Industrial.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 82: Três Corações - MG, Praça Pelé, antes da construção do monumento.



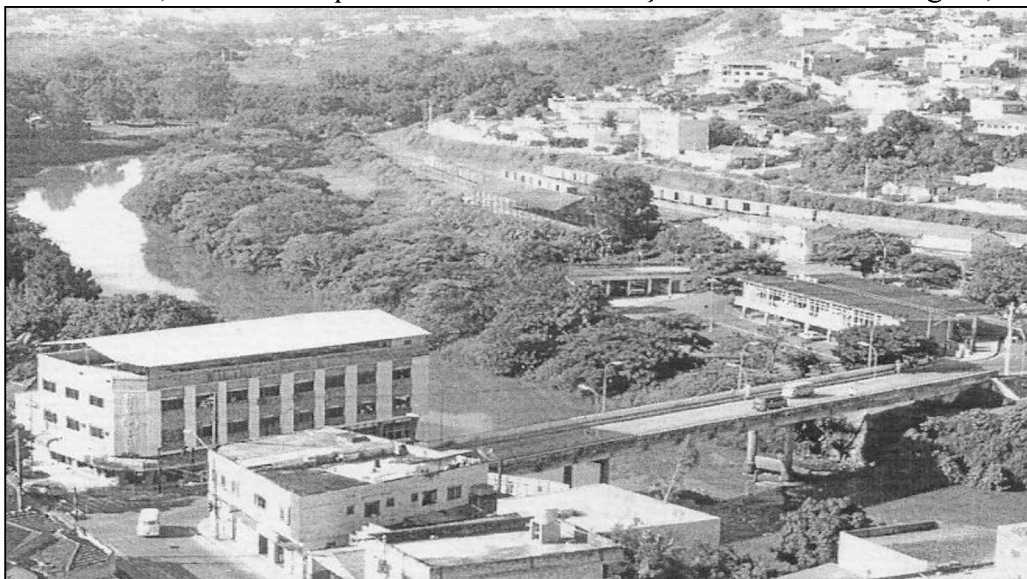
Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 83: Três Corações - MG, Praça Pelé, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 84: Três Corações - MG, Estação rodoviária na extremidade direita após a ponte sobre o Rio Verde; acima deste ponto encontra-se a estação ferroviária e os vagões, 1997.



Fonte: CUNHA, 1999.

Segundo Cunha (2012), primeiramente com a chegada de imigrantes sírio-libaneses, portugueses e italianos, no início do século XX, houve um incremento do setor comercial, fato que propiciou seu desenvolvimento. Posteriormente, vieram outros estabelecimentos do setor financeiro, devido à grande circulação de capital na cidade, caso exemplificado pelo Banco do Brasil. A partir da segunda metade do século XX, com a chegada da fábrica Nestlé, o desenvolvimento industrial passou a acrescentar e diversificar a atividade econômica; com o decorrer dos anos, outras indústrias fixaram-se no município, fazendo com que fosse criado o distrito industrial. Portanto, o conjunto desses fatores, aliados à chegada e duplicação da rodovia Fernão Dias (BR-381), propiciaram o crescimento econômico e desenvolvimento da atividade comercial.

O espaço intra-urbano passa, então, por significativas transformações, com a intensificação das disparidades em função da instalação seletiva de equipamentos públicos e ou de grandes empresas em determinados espaços da cidade. A instalação dos distritos industriais também se tornou um fator de atração de expansão urbana com a instalação de novos loteamentos nos arredores (BRANQUINHO, 2016, p.7).

Na década de 1980 destacam-se a criação de postos de saúde nos bairros periféricos; construção do estádio do América Futebol Clube; centro de convivência do idoso; construção de creches e escolas; quadras poliesportivas; casas populares; instalação da sede do corpo de bombeiros (o segundo pelotão foi criado em 1992); além de galerias pluviais e de esgoto. Durante muitos anos, o serviço de saneamento básico em Três Corações foi de responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE); a partir de 1980 passou a ser responsabilidade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Na década de 1990 houve a construção de quadras poliesportivas; escolas municipais; implantação de centro cirúrgico; duplicação da avenida deputado Renato Azeredo; construção da policlínica municipal; posto de saúde; construção da Praça da Igreja do Cristo; construção de rede pluvial e de esgoto; remodelação de praças; canalização do córrego do bairro Rio do Peixe; inauguração do Serviço Social da Indústria (SESI), onde atualmente funciona o colégio União; fundação do Centro de Assistência e Integração da Criança e do Adolescente (CAIC); construção do Centro de Convivência do Idoso “João Ângelo Cunha”; construção do Ginásio Poliesportivo Municipal (figura 85 - Pelezão).

O Pelezão está inserido na área pertencente ao Parque Dondinho, inaugurado em 2012, em homenagem ao pai de Pelé¹¹. O parque está situado em um local plano e às margens do Rio Verde, no Bairro Vila Melo. Possui um lago, aparelhos para ginástica, pista de caminhada, de skate e de kart e campos de futebol (figura 86, 87 e 88).

Figura 85: Três Corações - MG, Ginásio Poliesportivo Municipal - Pelezão, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 86: Três Corações - MG, Parque Dondinho e Pelezão, 2016.



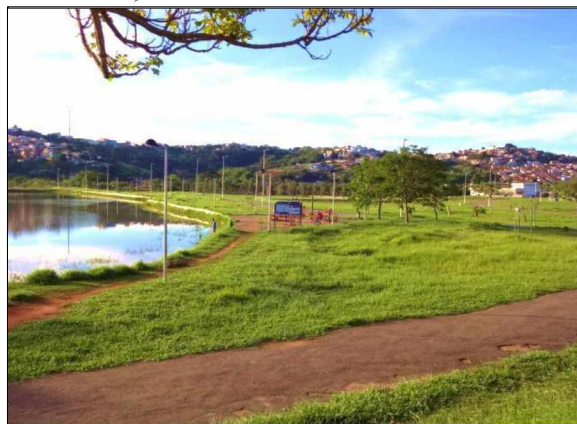
Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 87: Três Corações - MG, estátuas pedestres de Dondinho e Pelé, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 88: Três Corações - MG, Parque Dondinho, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No início do século XXI ocorreu a construção de redes de esgoto e galerias; plantio de árvores; manutenção e conservação de escolas municipais; pavimentação em diversos bairros; disponibilização de infraestrutura do aterro municipal; instalação do Instituto Médico Legal (IML); instalação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulta e neonatal; construção do centro vocacional tecnológico, e a reforma da Praça Odilon Rezende de Andrade.

Durante todo esse período histórico é notável reconhecer que grande parte dos feitos esteve vinculada à dotação do espaço urbano de infraestrutura básica, a fim de acompanhar o

¹¹ Para mais informações sobre Edson Arantes do Nascimento (Pelé), consultar o APÊNDICE 03.

processo de expansão urbana e de crescimento populacional, como pode ser constatado na tabela 04. Dentre elas destacam-se: ampliação da rede de abastecimento de água e da rede de esgoto; criação, arborização, alargamento, pavimentação e calçamento das vias; edificação de pontes; expansão e modernização da iluminação urbana; reforma e construção de escolas, igrejas e praças e a instalação de centros de saúde.

Tabela 04: Dados não oficiais referentes à quantidade de habitantes, edificações e veículos no município de Três Corações - MG, 1870/1970.

	1870	1884	1889	1900	1912	1931	1950	1960	1966	1970
Habitantes	1999 ¹	-	7244	9390	-	16294	22716	30402	-	35762
Edificações	194	300	-	463	600	-	4837	-	-	6400
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	728	1051

Fonte: SOUSA, 1971.

¹População abaixo de dois mil habitantes.

Estes dados foram retirados da obra de Sousa (1971) e, portanto, não são oficiais. Muitos deles não estão completos, mas é possível traçar um panorama geral sobre o crescimento populacional do município.

De 1870 a 1900, nesse período de trinta anos, aproximadamente, a população tricordiana quadruplicou e o número de edificações duplicou. Já de 1900 a 1950, as taxas de crescimento diminuíram moderadamente; nesse período de cinquenta anos, a população esteve próxima de triplicar. Em relação ao número de edificações houve um crescimento exponencial de 463 para 4837 (maior que dez vezes).

O espaço urbano em Três Corações foi produzido e organizado, durante todo esse período, conforme a incorporação de novas áreas, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, valorização de outras, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. Os principais agentes envolvidos são: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos e o estado (CORRÊA, 2005). Isso deixa claro que, de uma forma geral, “as cidades aparecem como um bem material consumido conforme as leis de reprodução do capital” (LUSTOZA, 2006, p.11).

O espaço urbano, em si, é um espaço ocupado pelo homem, adaptando-o e outras vezes transformando-o completamente. Essa transformação ocorre segundo suas possibilidades, suas necessidades ou mesmo sua ideologia; por outro lado, também foi obrigado a se adaptar a certas situações impostas pelo meio. O resultado dessa cadeia é o espaço urbano como o

percebemos atualmente. Não é mais o meio natural e, sim, um espaço que depende da ação humana, ou seja, é um espaço produzido (LUSTOZA, 2006).

Na sua forma de produzir, a cidade é, então, fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social e campo de lutas, onde a população vive e se reproduz. Isso envolve o passado, o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, os valores e os mitos criados, em parte, projetados nas formas espaciais, sejam elas: monumentos, lugares sagrados, bens tombados, uma rua, dentre outros. O espaço urbano assume, assim, uma dimensão simbólica variável segundo os grupos sociais, representando a própria sociedade materializada em formas espaciais (CORRÊA, 2005).

A produção do espaço urbano em Três Corações se deu, principalmente, devido às condições de reprodução do capital, inserida em um contexto regional e presente no território brasileiro, principalmente por meio da exploração do ouro, construção de ferrovias e a instalação da feira de gado. A partir do início do século XX a cidade foi sendo dotada de equipamentos e serviços urbanos básicos, em sua maioria localizados na área central, para manutenção e reprodução da vida urbana.

No próximo capítulo (III), a partir da presente contextualização, será feita uma análise do plano diretor por meio de questionários submetidos à apreciação da população.



CAPÍTULO III

ANÁLISE DO PLANO DIRETOR ANO 2006 E ACOMPANHAMENTO DO SEU PROCESSO DE REVISÃO EM 2016: DESDOBRAMENTOS E PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO

Três Corações - MG, fotografia aérea da Praça Odilon Rezende de Andrade.



Fonte: CIRCUITO DAS ÁGUAS, 2014.

Fotografia aérea da ESA e da cidade de Três Corações - MG, 2012.



Fonte: SILVA, 2012.



A partir da instituição do Estatuto da Cidade, os planos diretores passaram a oferecer maior descentralização administrativa aos municípios, por tentar garantir a função social e o direito à cidade. O município de Três Corações insere-se nesse contexto, pois seu primeiro plano diretor data de 2006, sendo considerado um marco na política urbana local.

Tendo em vista que o plano diretor municipal deve ser revisto, no máximo, a cada dez anos, a contar da data de sua aprovação, foi feito um acompanhamento do processo de elaboração do novo plano diretor municipal (ano 2016) e das audiências públicas. Também foi realizada, por meio da análise de questionários, uma avaliação do plano diretor 2006¹ e, posteriormente, a confecção da matriz FOFA/SWOT.

3.1. O Processo de Elaboração do Plano Diretor 2016

Inicialmente, a prefeitura municipal divulgou um decreto referente à comissão gestora do plano diretor, esta representada por três esferas: o Comitê Setorial de Acompanhamento (CSA) - composto por representantes da prefeitura, da câmara de vereadores e por agentes da sociedade civil; a Equipe Técnica Municipal (ETM) - composta por representantes das secretarias municipais e setores da prefeitura; e os Grupos de Trabalho (GT) que têm o objetivo de acompanhar, auxiliar e cooperar com os trabalhos de reelaboração do plano diretor, concentrando e disponibilizando dados e informações requeridos (PMTTC, 2015).

Como primeira etapa do processo de revisão e antecedendo a primeira audiência pública, a Prefeitura Municipal de Três Corações, divulgou em destaque, na página principal de seu endereço eletrônico (www.trescoracoes.mg.gov.br), uma chamada (figura 89), convocando a população tricordiana a participar do processo por meio de sugestões.

Figura 89: Três Corações - MG, chamada de divulgação para revisão do plano diretor, 2016.



Fonte: PMTTC, 2016.

¹ Por meio de sucessivos levantamentos não foi possível obter materiais referentes à elaboração do plano diretor 2006, como o registro em ata, acesso às discussões levantadas nas audiências públicas e a participação popular. Supõe-se que o município orientou-se por meio das recomendações do Ministério das Cidades.

Acessando o *link* da imagem, o usuário era redirecionado para um novo endereço eletrônico, o qual apresentava um formulário com algumas perguntas pessoais e um espaço destinado a sugestões (figura 90). Esse conteúdo ficou disponível por aproximadamente três meses e foi encerrado com a realização da primeira audiência pública no dia 25 de junho de 2016.

Figura 90: Formulário para sugestões inserido no processo de revisão do plano diretor em Três Corações - MG, 2016.

O formulário, intitulado "Plano Diretor Participativo", contém os seguintes campos obrigatórios:

- *Obrigatório**
- Nome *** (campo de texto com "Sua resposta" abaixo)
- Endereço *** (campo de texto com "Sua resposta" abaixo)
- Telefone *** (campo de texto com "Sua resposta" abaixo)
- E-mail *** (campo de texto com "Sua resposta" abaixo)
- Dúvidas/ Sugestões/Mensagem *** (campo de texto com "Sua resposta" abaixo)

Um botão azul com o texto "ENVIAR" está localizado na base esquerda do formulário.

Fonte: PMTC, 2016.

Essa metodologia, por associar o meio digital ao processo de revisão do plano diretor mostrou-se, de certa forma, inovadora, pois seria um modo de informatizar e de aproximar a população e a administração municipal. A população poderia explicar suas expectativas, críticas e sugestões, e a administração municipal poderia se informar dessas demandas levantadas pela comunidade para, conseqüentemente, abordá-las nas audiências públicas. Portanto, esse processo, poderia representar os primeiros indícios da participação popular nas tomadas de decisões.

A princípio, a primeira audiência pública, para apresentação dos trabalhos de revisão do plano diretor, foi marcada para o dia 9 de junho de 2016 (quinta-feira), às 18h30min na Câmara Municipal de Três Corações.

Na reunião seriam discutidos todos os problemas de planejamento e gestão urbana como: a saturação do sistema viário, significativas agressões ao meio ambiente, segregação social, violências, déficit habitacional, irregularidade fundiária e assentamentos em áreas de risco. Posteriormente, haveria um espaço aberto para sanar possíveis dúvidas e a apresentação das sugestões levantadas pela população (PMTTC, 2016). A primeira agenda da audiência pública pode ser observada no quadro 10 listado abaixo.

Quadro 10: Três Corações - MG, primeira agenda básica da audiência pública, 2016.

CRONOGRAMA	HORÁRIO
Recepção dos expositores	18:30
Abertura das atividades	19:00
Pronunciamento dos inscritos por ordem de inscrição	20:00
Encerramento	21:00

Fonte: PMTC, 2016.

Devido ao tempo disponibilizado para as exposições, apenas cinco expositores poderiam efetuar sua inscrição. Cada exposição deveria limitar-se em vinte minutos, tendo cinco minutos extras para as respostas. Para o pronunciamento e manifestação durante a audiência, os interessados deveriam realizar sua inscrição na Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), até dois dias antes da audiência. As inscrições posteriores ao prazo estabelecido poderiam ser consideradas caso houvesse tempo disponível conforme e dentro do cronograma previsto (PMTTC, 2016).

Contudo, segundo a própria PMTC (2016), a primeira audiência pública foi cancelada, atendendo à solitação de algumas entidades; assim, a data foi alterada para o dia 25 de junho de 2016 (sábado), às 08h:00min na Câmara Municipal, com a seguinte temática: Revisão do Plano Diretor Participativo de Três Corações - Plano de Trabalho Detalhado – Diagnóstico da Situação Atual e Prognóstico.

Teve, como objetivo geral, executar os trabalhos de Revisão do Plano de forma democrática e participativa, apresentando e discutindo o Plano de Trabalho Detalhado, trabalhos, dados, estudos e o levantamento de informações para as diretrizes básicas de revisão do Plano Diretor. Como diretriz geral, a audiência almejou assegurar a participação

social visando democratizar, conferir transparência e buscar o nivelamento de conhecimento sobre a cidade e seus instrumentos de planejamento, bem como favorecer o recebimento de sugestões, recomendações, críticas e proposições para o aprimoramento da discussão.

A agenda básica sofreu algumas alterações e passou a ser representada pelo quadro 11, exibido a seguir.

Quadro 11: Três Corações - MG, segunda agenda básica da audiência pública, 2016.

CRONOGRAMA	HORÁRIO
Inscrições para manifestações em Plenário	08:00
Abertura dos trabalhos	08:30
Apresentação temática - equipe técnica externa	08:45
Intervalo	10:00
Leitura das sugestões/dúvidas e esclarecimentos	10:15
Debates orais	11:00
Votação das deliberações e eleição dos membros da comissão de acompanhamento	12:00
Encerramento	13:00

Fonte: PMTC, 2016.

Após a abertura, a audiência foi conduzida por um representante do Poder Executivo, ordenadamente, com a apresentação dos trabalhos de pré-diagnóstico, levantamentos, estudos; apresentação do cronograma e metodologia de revisão do plano diretor; debates orais e, por último, o encerramento.

Resumidamente, a primeira palestra abordou as quatro etapas que envolvem a revisão do plano diretor de Três Corações, sendo elas: planejamento do processo de elaboração; diagnóstico da situação atual; reestruturação e acompanhamento.

Inicialmente, foram previstas formas de induzir a participação popular no processo de revisão por meio da capacitação de alguns cidadãos para conhecimento das estruturas sobre planejamento urbano e o que se deve revisar para que estes ajam incentivando a participação de outros membros. Quanto à formação da equipe de trabalho, ela poderia ser composta por profissionais efetivos, arquitetos, engenheiros, advogados, assistentes sociais, geógrafos, profissionais da saúde e da educação, profissionais ocupantes de cargos comissionados da prefeitura, consultores e especialistas, pessoas físicas ou jurídicas capazes de transmitir a sua experiência na elaboração de planos diretores, o poder legislativo na figura dos vereadores e técnicos que apoiam a casa do legislativo, e ainda contando com a participação dos conselhos de engenharia, arquitetura, OAB's, dentre outros.

A primeira etapa denominada “planejamento do processo de elaboração” contaria com: audiências públicas; convocação do conselho da cidade; oficina de capacitação dos multiplicadores; representação e capacitação das associações de bairros (rurais, urbanos, comerciais, industriais, religiosos, culturais e educacionais); oficina de capacitação dos multiplicadores inseridos no poder legislativo.

A segunda etapa, denominada “diagnóstico da situação atual”, teria como atributos fazer uma revisão/readequação das leis; caracterização geral e setorial do município (mapas e perímetros urbanos); rever o mapa de expansão urbana; audiências públicas; complementação da revisão; diagnóstico técnico e participativo; prognóstico – em nível de propostas, tendo como eixos de trabalho o levantamento de informações nos segmentos socioeconômicos, ambientais, uso e ocupação do solo (principalmente na área central), infraestrutura e mobilidade urbana.

Em relação à distribuição espacial da população, seriam identificados e classificados os bairros com áreas residenciais de alta densidade; setores urbanos de acordo com as suas características socioeconômicas e culturais; e áreas específicas com tendência à verticalização ou adensamento comercial/residencial, em áreas não apropriadas, que poderiam gerar o impacto de vizinhança. A incorporação do patrimônio histórico, dentro do contexto urbano, também é importante para a questão da memória da cidade.

Quanto à estrutura fundiária, o diagnóstico abrangeria as habitações irregulares, invasões nos vazios urbanos; áreas urbanizadas; poços de captação de água e respectivas bacias; áreas de solo inapropriado para urbanização; expansão urbana industrial; terrenos reservados para os conjuntos residenciais; loteamentos aprovados e não implantados; perímetro urbano legal e zona de expansão legal; expectativa da expansão urbana; estradas vicinais, destacando trechos com dificuldades de drenagem, etc. E na infraestrutura, o abastecimento hídrico, esgotamento sanitário, iluminação pública, pavimentação e manutenção, limpeza pública e, por último, drenagem.

Na terceira etapa, com a denominação de “reestruturação do plano diretor”, seriam realizados os seguintes procedimentos: revisão e elaboração da legislação complementar; leitura jurídica; elaboração dos instrumentos normativos; minuta da proposta final e projeto de lei; revisão e realização de nova audiência pública; projeto de lei; relatório final; aprovação da câmara; escolhas dos instrumentos a partir do Estatuto da Cidade (urbanístico, democrático, jurídico). Na quarta e última etapa seriam elaborados relatórios de acompanhamento da execução do plano diretor.

Na segunda palestra, as discussões abrangeram a temática “Mobilidade Urbana de Três Corações-MG”. Em um contexto geral, a principal causa da discussão sobre a mobilidade urbana não está relacionada apenas ao aumento dos transportes individuais em detrimento da utilização do transporte coletivo, mas deve-se aos seguintes fatores: a má qualidade do transporte público; aumento da renda média dos brasileiros nos últimos anos; acessibilidade; desenvolvimento sustentável, espaço democrático e outros. O objetivo da mobilidade urbana é proporcionar o acesso democrático ao espaço urbano, priorizando o uso de transportes coletivos e não motorizados de forma inclusiva e sustentável.

Em Três Corações, a prioridade na mobilidade urbana será para as pessoas, em segundo destaca-se o incentivo ao uso de bicicletas, em terceiro os veículos de cargas e de tração, em quarto o transporte público, em quinto os táxis, em sexto as motos e carros particulares. Essa hierarquização tem como objetivo atingir os princípios de acessibilidade; o desenvolvimento sustentável das dimensões socioeconômicas e ambientais; a garantia aos direitos básicos dos cidadãos; equidade no uso do transporte público coletivo; efetividade na prestação de serviços de transportes urbanos; gestão democrática no controle social do planejamento e avaliação; segurança nos deslocamentos e equidade no uso do espaço público.

Na terceira palestra, foram abordados os aspectos ambientais do plano diretor e algumas alterações que poderão ser incorporadas no seu processo de revisão, como: existência de áreas verdes, áreas de risco (desabamentos) e áreas de inundações que não estão representadas no plano diretor 2006; a não presença do Rio Verde e do Rio do Peixe nos mapas e a constatação do mapeamento de algumas ruas inexistentes e o não mapeamento de ruas existentes. Portanto, há a necessidade de refazer a base cartográfica, pois além de estar incompleta, também não possui um padrão técnico.

Alguns dados ambientais do município estão sendo revistos para constar no novo plano diretor são: várzeas inundáveis, declividades altas, contaminação do subsolo, áreas de erosão, de escorregamentos ou deslizamentos dos solos e encostas, áreas verdes, áreas de preservação e de proteção, depósitos de lixo clandestinos, pontos de lançamento de esgoto indevidos, pedreiras, depósitos de explosivos ou inflamáveis, indústrias poluentes, dados de recursos hídricos: rios, lagos e córregos e outros.

Na cidade de Três Corações foram identificados locais de lançamentos de lixo e entulhos clandestinos, inclusive alguns em Áreas de Preservação Permanente (APP); portanto, é imprescindível fazer um levantamento dessas áreas, assim como estabelecimento de parceria público-privada para reutilização dos resíduos de construção civil. Foram identificados, também, pontos de lançamento de esgotos no Rio Verde e Rio do Peixe, sendo necessário

impetrar, junto ao ministério público, uma ação contra a prestadora de serviços de saneamento para que seja realizado esse serviço, já que a taxa de esgoto é cobrada da população.

Identificaram-se também locais com potencial para poluição do solo, como, por exemplo: mecânicas, lava-jatos e indústrias. Portanto, urge-se mapear, realizar um levantamento cadastral dessas empresas, e a fiscalização dos órgãos competentes.

Quanto ao aterro sanitário há a necessidade de se pensar numa nova localização, tendo em vista que a sua vida útil se aproxima do limite e, dependendo das variáveis existentes (aumento das taxa de resíduos acima do previsto, inexistência da usina de reciclagem, entre outros), sua vida útil ainda pode ser reduzida. Na revisão do plano diretor, está cogitada também, a revisão da legislação ambiental municipal.

Na quarta e última palestra foi realizada uma votação com os presentes na audiência pública para eleger três pessoas para composição da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Três Corações/MG.

Para eleição do Conselho de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor havia sete (7) candidatos da sociedade civil, da qual três (3) foram eleitos, ficando, compulsoriamente obrigados, a participar de todos os processos de elaboração do novo plano.

O conselho é composto por representantes da prefeitura municipal, da câmara de vereadores e por agentes da sociedade civil, e representantes de organizações sociais e comunitárias, entidades e associações, setores empresariais e técnicos, e organizações não governamentais que atuam no município. Busca incentivar a participação da comunidade no processo da revisão do plano diretor através de pessoas que possam agregar experiências nas diversas áreas de interesse. Dentre os membros representantes do poder público municipal há quatro do poder executivo e três do poder legislativo e dentre os representantes da sociedade civil há doze membros de diversas entidades (associações médicas; associações culturais; associações comerciais; entidades filantrópicas; sindicatos e centros de formação).

Posteriormente à eleição, ocorreram as discussões em aberto para a população, onde os presentes receberam uma planilha de sugestão para preencherem e entregarem ao final da audiência. Nos debates orais foram tratados os seguintes pontos:

- Problemas de mobilidade urbana, trânsito e congestionamentos nos horários de pico;
- Inacessibilidade dos pedestres em algumas calçadas;
- Necessidade de obras de infraestruturas como: pontes, abertura de vias, etc.;
- Problemas com o escoamento de águas pluviais causando alagamentos na área central;
- Necessidade de uma estação de tratamento de esgoto;

- Implantação de uma usina de reciclagem de resíduos sólidos;
- Presença de habitações irregulares em Áreas de Preservação Permanente;
- Preservação do patrimônio histórico;
- Rever a legislação de parcelamento e zoneamento da cidade e a base cartográfica;
- Presença significativa de vazios urbanos nas áreas centrais, sendo necessário pensar em estratégias de compactação e de utilização de lotes que não cumprem sua função social;
- A Zona Especial de Interesse Social em Três Corações está situada em uma área periférica, distante da disponibilidade dos equipamentos e serviços urbanos;
- Necessidade de mobilização popular, inclusive nas áreas rurais, pois constata-se a ausência desse público nas audiências;
- Gestão econômica do município, com controle de gastos e despesas.

Em suma, a primeira audiência pública contou com uma baixa participação popular, estando presentes pouco mais trinta (30) pessoas. Foram dadas explicações sobre os temas que seriam discutidos nas próximas audiências, como: a metodologia do plano diretor, a história do planejamento urbano em Três Corações, a mobilidade urbana e a elaboração de base cartográfica. Em seguida houve a exposição de questionamentos/sugestões dos cidadãos.

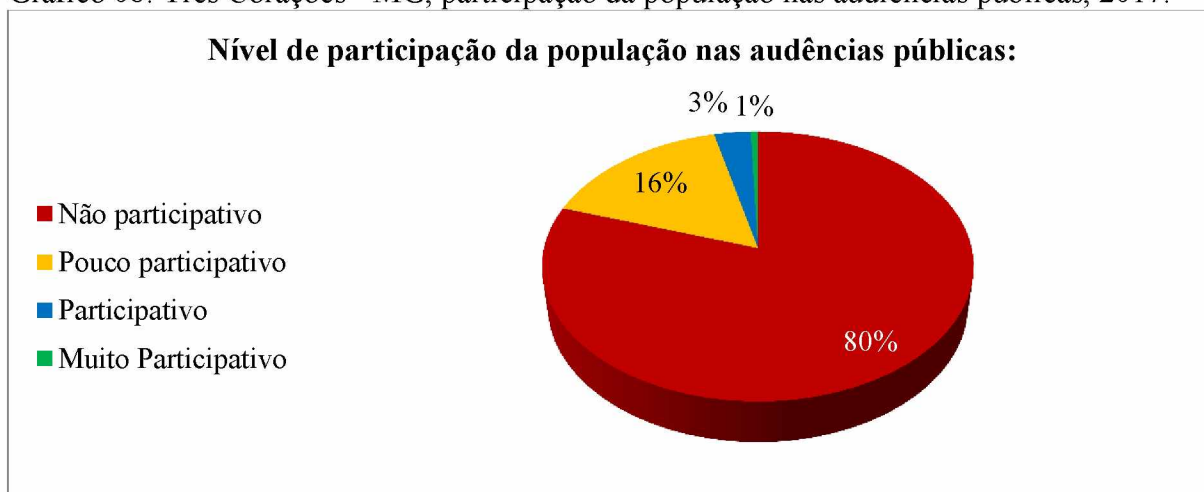
Antecipando as discussões sobre os dados levantados pelos questionários aplicados e agregando conteúdo ao tema - participação popular nas audiências públicas - os resultados revelaram que apenas 17% têm conhecimento e mais de 80% não têm conhecimento ou não são informados sobre a marcação ou realização dessas audiências.

Vinculado a esses resultados, o gráfico 08 aponta que 80% da população consideram-se como não participativa das audiências públicas, justamente por não terem ciência de sua realização. Dentre os participantes, 16% se consideraram pouco participativos, 3% como participativos e apenas 1% como muito participativos.

No plano diretor, mais especificadamente no Título VII - Dos Mecanismos de Participação na Gestão Democrática da Cidade, de Informação e de Avaliação - do qual faz parte o Capítulo III - Dos Debates, Audiências Públicas, da Gestão Orçamentária Participativa e do Sistema de Informação e Avaliação - são apresentadas algumas diretrizes:

Art. 74. Os Debates e Audiências Públicas deverão tratar de temas específicos e poderão ser convocados em qualquer época, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias: I – pelo Poder Executivo; II – pelo Poder Legislativo; III – pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano; IV – Através de requerimento ao Poder Executivo, por qualquer cidadão, entidade de classe ou Associação de Moradores do Município, através de requerimento ao Poder Público [...].

Gráfico 08: Três Corações - MG, participação da população nas audiências públicas, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Os resultados obtidos, portanto, revelaram-se preocupantes. O viés informativo, por parte da administração municipal, se mostrou frágil. Além da divulgação no endereço eletrônico da prefeitura, é necessário promover o acesso à informação nos principais meios de comunicação do município e nas redes sociais.

A primeira audiência pública do plano diretor revelou esse quadro. Somadas a uma divulgação deficitária, a alteração de data pode ter ocasionado uma perda de credibilidade por parte da população. Como aspectos positivos destacam-se o local de realização das audiências e os horários marcados (fora do horário comercial). Sabe-se que a participação popular é importante para a tomada de decisões, pois são atores sociais que conhecem as especificidades e as necessidades prioritárias de onde vivem.

Posteriormente à primeira audiência pública, no dia 30 de julho de 2016, foi divulgado no endereço eletrônico da prefeitura municipal um cronograma com as próximas reuniões e audiências necessárias para dar sequência à elaboração do plano diretor (figura 91).

Figura 91: Três Corações - MG, cronograma de reuniões do plano diretor, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES "Terra do Rei Pelé" SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO CALENDÁRIO DE REUNIOES/OFICINAS/CONFERÊNCIA/AUDIÊNCIA					
DATA	LOCAL	ENDEREÇO	HORÁRIO	TIPO	OBJETO
07/07/2016	Centro Administrativo	Av. Brasil, 225 - Jardim América	14:00	Reunião	Posse do Conselho de Acompanhamento do PDPTC16
07/07/2016	Centro de Ref. do Professor	Av. Dep. Renato Azaredo, 222	19:00	Reunião	Reunião/Oficina com representantes das Assoc. Bairros
12/07/2016	Centro de Ref. do Professor	Av. Dep. Renato Azaredo, 222	19:00	Reunião	Reunião/Oficina com produtores e proprietários rurais
13/07/2016	Centro de Ref. do Professor	Av. Dep. Renato Azaredo, 222	19:00	Reunião	Reunião/Oficina - Lei de Uso e Ocupação do Solo
19/07/2016	Centro de Ref. do Professor	Av. Dep. Renato Azaredo, 222	19:00	Reunião	Reunião/Oficina - Código de Obras do Município
21/07/2016	Centro Administrativo	Av. Brasil, 225 - Jardim América	14:00	Reunião	Reunião da Comissão de Acompanhamento do PDPTC16
26/07/2016	Centro de Ref. do Professor	Av. Dep. Renato Azaredo, 222	19:00	Reunião	Reunião/Oficina - Lei de Parcelamento do Solo
13/08/2016	Câmara Municipal de T.C.	Av. 5º Centenário, 1.010	09:00	Conferência	Conferência Política - Eleição dos membros do COMDUR
13/08/2016	Câmara Municipal de T.C.	Av. 5º Centenário, 1.010	13:30	Audiência	2ª Audiência Pública - Revisão do PDPTC16

Fonte: PMTC, 2016.

No entanto, no dia 18 de julho de 2016, novamente houve um comunicado informando a suspensão de todas as reuniões e audiências referentes ao plano diretor. Segundo a PMTC, um novo calendário seria divulgado em breve. A partir desse comunicado e por meio de acompanhamento do endereço eletrônico da prefeitura municipal, foi constatado que, até então, não houve mais divulgação de qualquer material referente à sua elaboração.

Segundo a SEPLAN, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais suspendeu o processo que estava em andamento e sugeriu a contratação de uma nova empresa, voltada ao setor público, para assessoramento dos trabalhos de revisão do plano diretor.

Para efetivação do próximo subitem foram analisadas todas as vinte e nove perguntas presentes no questionário, distribuídas em cinco aspectos (sociais, políticos, mobilidade e acessibilidade, ambientais, culturais e gerais); os resultados obtidos foram apresentados na forma de gráficos e em porcentagem, os quais foram analisados em consonância com as diretrizes presentes no plano diretor 2006². Inicialmente, suscitou-se inserir nas discussões o plano diretor 2016 e suas diretrizes; no entanto ele poderia não ser aprovado e publicado a tempo - o que de fato ocorreu.

Os resultados referentes aos indicadores analisados mostraram-se desfavoráveis, e, por consequência, permitiram que fosse traçado um panorama geral da atual situação em que se encontra o município.

3.2. Análise dos Questionários e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Três Corações 2006

O plano diretor foi aprovado pela lei complementar nº 192/2006, com a denominação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Três Corações, configurando-se como “instrumento básico de planejamento do desenvolvimento do município e de orientação da atuação dos agentes públicos e privados, na produção e gestão da cidade” (PMTC, 2006, pp.1). O plano tem como objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (PMTC, 2006, pp.1). Em relação à sua estrutura são 33 páginas dispostas, conforme exemplifica o quadro 09:

² Não foi possível analisar o seu conteúdo na íntegra, pois elaborar um questionário que o abrangesse como um todo inviabilizaria a pesquisa devido à vasta quantidade de questões que passariam a haver, tornando-se exaustivo e não despertando o interesse da população.

Quadro 09: Estruturação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Três Corações, Três Corações - MG, 2006.

TÍTULOS	CAPÍTULOS
I - Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento Sustentável	-
II - Do Ordenamento Espacial e do Macrozoneamento	I - Do Perímetro Urbano II - Da Zona Urbana ³ III - Da Zona Rural ⁴ IV - Da Zona Especial de Preservação Ecológica V - Das Unidades de Controle Ambiental
III - Da Política para o Saneamento	-
IV - Das Diretrizes Gerais	I - Da Política de Saúde II - Da Política Educacional III - Da Política de Assistência Social IV - Da Política Cultural V - Da Política do Esporte e do Lazer VI - Da Política para o Trânsito Urbano
V - Do Uso e Ocupação do Solo	-
VI - Dos Instrumentos da Política Urbana	I - Das Operações Urbanas Consorciadas II - Da Transferência do Direito de Construir III - Do Solo Criado e da Outorga Onerosa do Direito de Construir IV - Do Parcelamento e Edificação Compulsórios V - Do IPTU Progressivo no Tempo VI - Da Desapropriação com Pagamento de Títulos VII - Do Direito de Preempção VIII - Da Regularização Fundiária
VII - Dos Mecanismos de Participação na Gestão Democrática da Cidade, de Informação e de Avaliação	I - Das Conferências Políticas II - Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano III - Dos Debates, Audiências Públicas, da Gestão Orçamentária Participativa e do Sistema de Informação e Avaliação.
VIII - Das Disposições Gerais	-

Fonte: PMTC, 2006. Org.: Autoria própria, 2017.

³ Apresenta seções de: I - Do Zoneamento Urbano; II - Da Área Urbana; III - Da Área de Expansão Urbana.

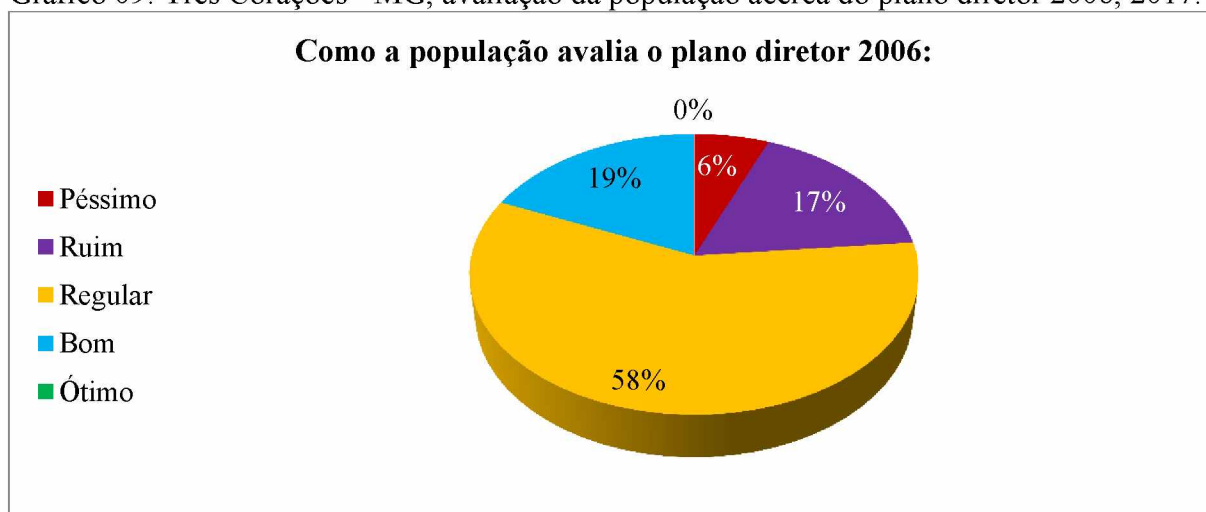
⁴ Apresenta seções de: I - Do Desenvolvimento Rural; II - Dos Princípios e das Diretrizes da Política de Desenvolvimento Rural; III - Do Sistema de Gestão do Desen. Rural.

Em seu conteúdo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Três Corações apresenta diversas passagens que remetem à sustentabilidade municipal em relação aos aspectos que combatem a poluição, as desigualdades, a exclusão, a especulação e que promovam a função social da cidade, o ordenamento territorial, à integração com a zona rural, a busca pelo lazer e pela promoção da qualidade de vida.

Para sua análise iniciam-se as discussões partindo dos aspectos políticos. Foi questionado à população tricordiana o conhecimento sobre o instrumento plano diretor. Os resultados apresentados revelaram-se preocupantes, pois somente 31% sabem o que é um plano diretor, e o restante, 69%, o desconhecem.

Os gráficos 09, 10 e 11 foram respondidos apenas pelos 31% dos questionados, que responderam “sim” na pergunta anterior. Dentre estes, na avaliação do plano diretor de Três Corações, quase 60% o avaliaram como regular, 23% como ruim e/ou péssimo, e 19% como bom. Registra-se que nenhum questionado o avaliou como ótimo.

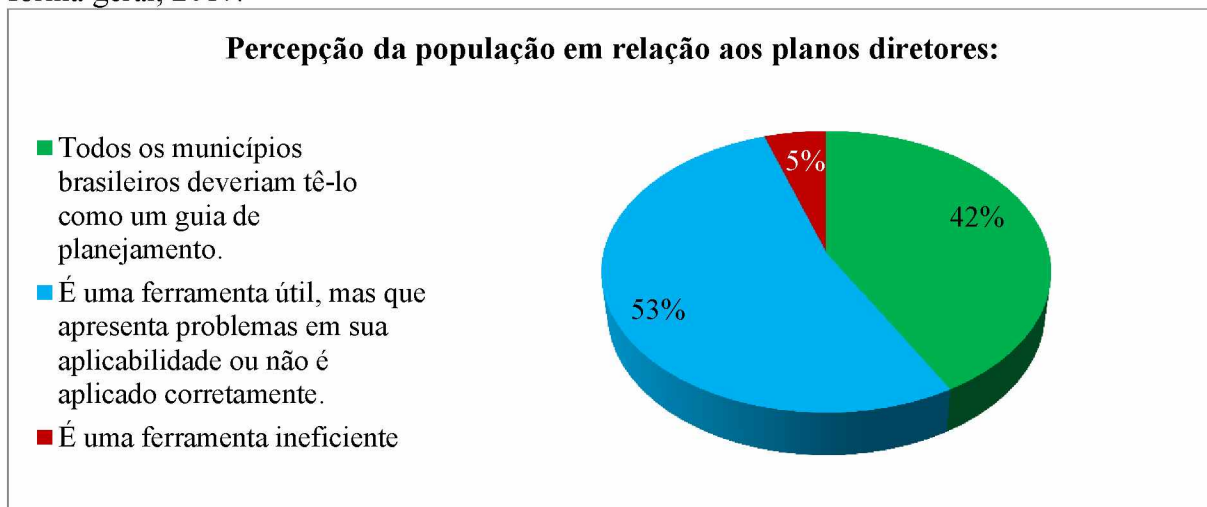
Gráfico 09: Três Corações - MG, avaliação da população acerca do plano diretor 2006, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Quanto à percepção da população em relação aos planos diretores de uma forma geral, mais da metade (53%) afirmaram que ele é uma ferramenta útil, mas que apresenta problemas em sua aplicabilidade, 42% dos questionados acreditam que todos os municípios brasileiros deveriam tê-lo como um guia de planejamento, e apenas 5% afirmaram que ele é uma ferramenta ineficiente.

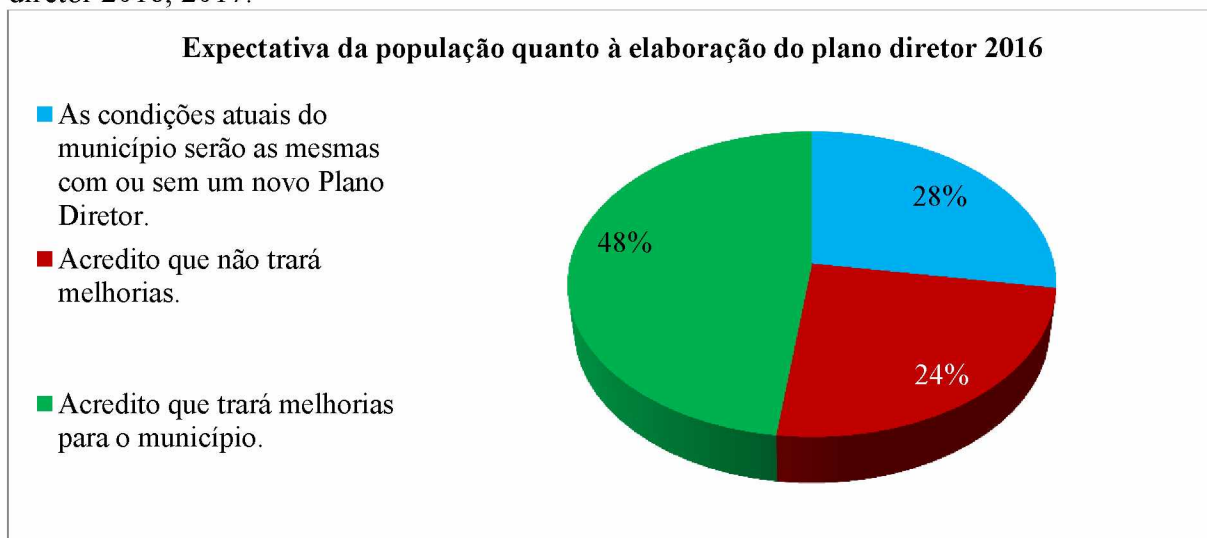
Gráfico 10: Três Corações - MG, percepção da população sobre os planos diretores de uma forma geral, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

A pergunta pertencente ao próximo gráfico questionava qual era a expectativa da população quanto à elaboração do plano diretor 2016. Quase a metade (48%) acreditam que este trará melhorias para o município, 28% que as condições do município serão as mesmas com ou sem um novo plano diretor, e 24% acreditam que não trará melhorias.

Gráfico 11: Três Corações - MG, expectativa da população quanto à elaboração do plano diretor 2016, 2017.



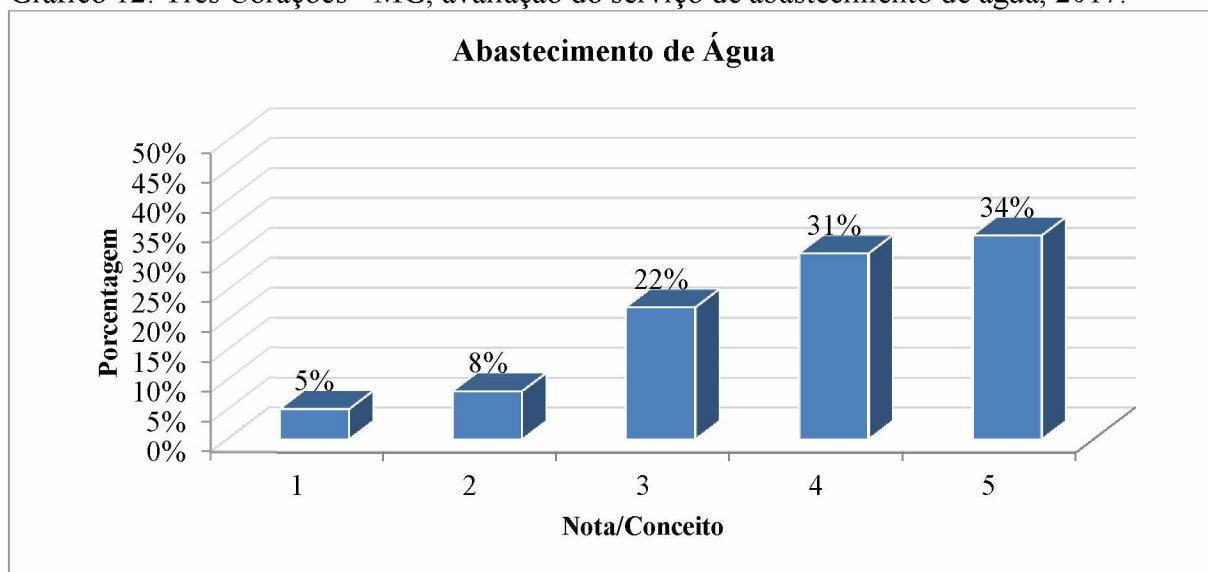
Fonte: Autoria própria, 2017.

A partir desses dois últimos resultados é possível aferir que, apesar de toda a problemática envolvendo os planos diretos, percebe-se que ainda há esperança nessa ferramenta, que poderia, em tese, diminuir as desigualdades sociais e proporcionar maior qualidade de vida aos habitantes do município.

Para análise dos gráficos 12 (abastecimento de água), 13 (esgoto), 14 (coleta de lixo), 15 (coleta seletiva) e 16 (energia elétrica) foi utilizada uma forma de apresentação diferenciada. Os questionados deveriam atribuir uma nota/conceito de avaliação para esses aspectos, de 1 a 5, onde 1 equivalia a péssimo e 5 equivalia a ótimo.

No abastecimento de água os resultados foram satisfatórios: 65% avaliaram o serviço como nota/conceito 4 e 5, 22% com nota/conceito 3 e apenas 13% com nota/conceito 1 e 2.

Gráfico 12: Três Corações - MG, avaliação do serviço de abastecimento de água, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No plano diretor, há algumas menções relacionadas ao abastecimento de água, elas estão inseridas no Título III - Da Política para o Saneamento.

Art. 20. A bacia hidrográfica localizada a montante da captação de água para abastecimento público deverá ser especialmente protegida:

I – Não serão permitidos usos que ameacem o assoreamento do curso d'água, especialmente a extração de areia e outros usos que impliquem grandes movimentos de terra dentro do perímetro urbano;

II – Não será permitido o uso do solo industrial para atividades potencialmente poluidoras, sem que haja a previa aprovação pelos órgãos competentes em relação ao destino dos resíduos produzidos nas etapas do processo de industrialização;

III – Não será permitido o armazenamento de substâncias tóxicas que coloque em risco o abastecimento de água e a saúde da população;

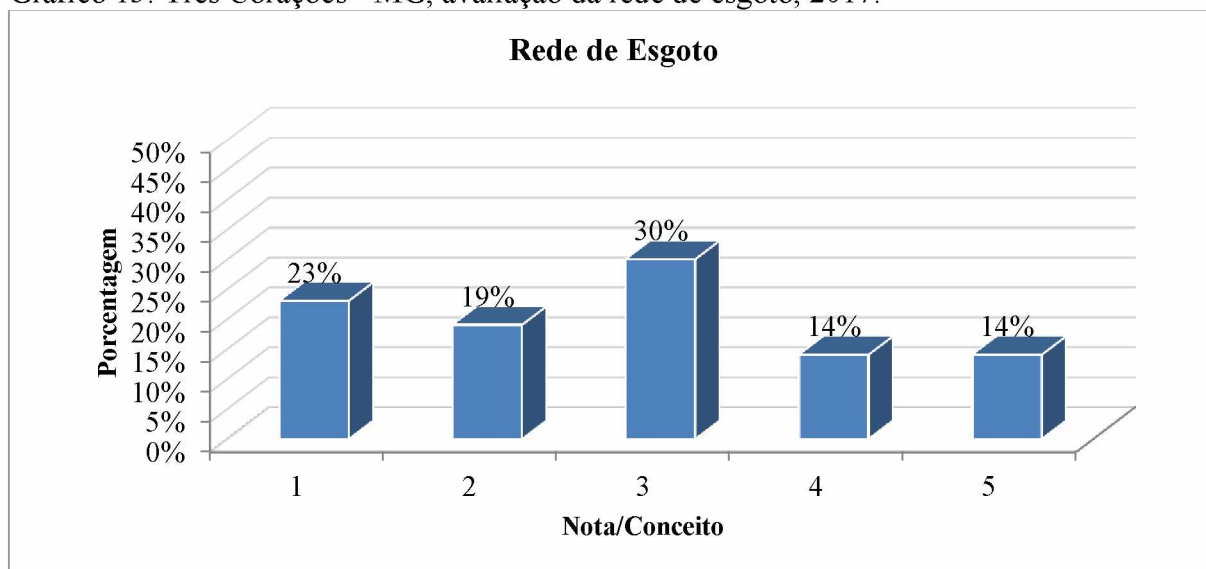
§ 1º. A administração municipal deverá comunicar, através de edital publicado em jornal local, ou, em sua falta, em jornal regional de ampla circulação a todos os proprietários de estabelecimentos comerciais e industriais da região as deliberações desta Lei, a importância do manancial, formas pelas quais os proprietários podem colaborar na preservação da qualidade da água e a necessidade de comunicar imediatamente à concessionária de abastecimento de água e esgoto.

§ 2º A Administração Municipal deverá propor aos municípios vizinhos, que integram a bacia hidrográfica referida, a elaboração e execução de políticas comuns para preservação da qualidade da água do manancial, e procurar inserir esta proposta nas ações prioritárias a serem desenvolvidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde (PMTIC, 2006, p. 7-8).

O fator preocupante é que não são feitas menções específicas aos serviços de saneamento prestados. O artigo, seus incisos e os parágrafos respondem, principalmente, às questões relacionadas à preservação e à manutenção da qualidade de água disponibilizada à população, não que esse último item seja menos importante; no entanto, as diretrizes poderiam ser mais abrangentes.

Quanto à rede de esgoto, os resultados foram piores em comparação com os serviços de abastecimento de água, sendo que 42% da população atribuíram a nota/conceito 1 e 2, 30% a nota/conceito 3 e 28% a nota conceito 4 e 5.

Gráfico 13: Três Corações - MG, avaliação da rede de esgoto, 2017.

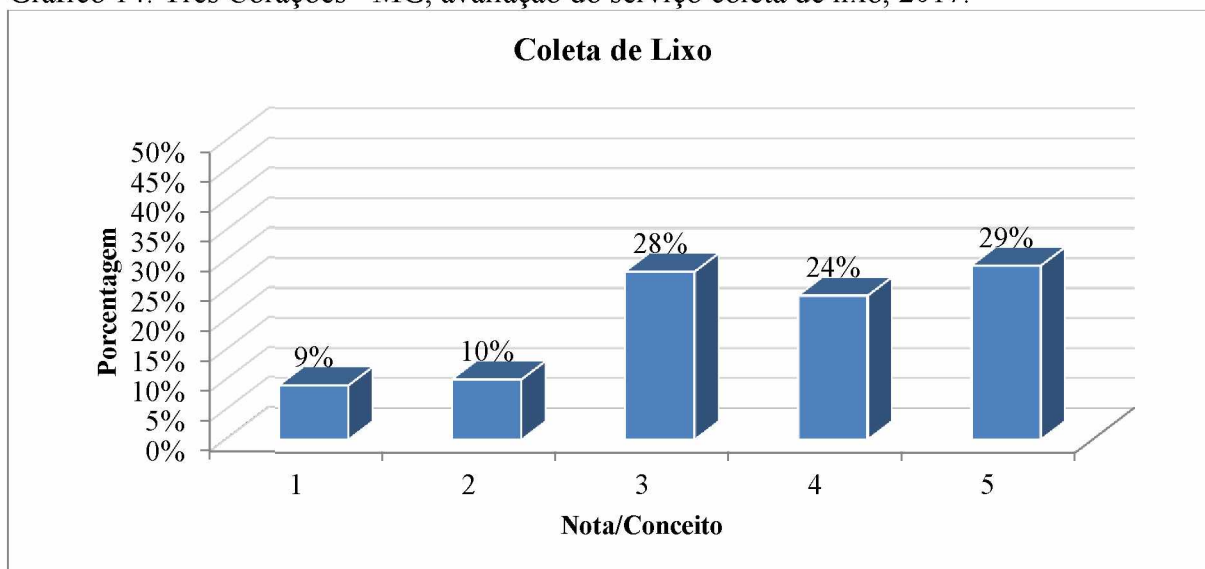


Fonte: Autoria própria, 2017.

Os dados disponibilizados pelo IBGE, em 2010, revelam que 88,25% dos domicílios no município são atendidos pela rede geral de esgoto ou fossa séptica. Esses números são satisfatórios, quando comparados à realidade das cidades brasileiras. Todavia a avaliação da população foi baixa, influenciada, possivelmente, pela estrutura precária e pela ausência de estações de tratamento de esgoto.

Nos serviços de coleta de lixo, os resultados voltaram a ser satisfatórios, mais da metade da população (53%) atribuíram nota/conceito 4 e 5, 28% o conceito/nota 3 e 19% a nota/conceito 1 e 2.

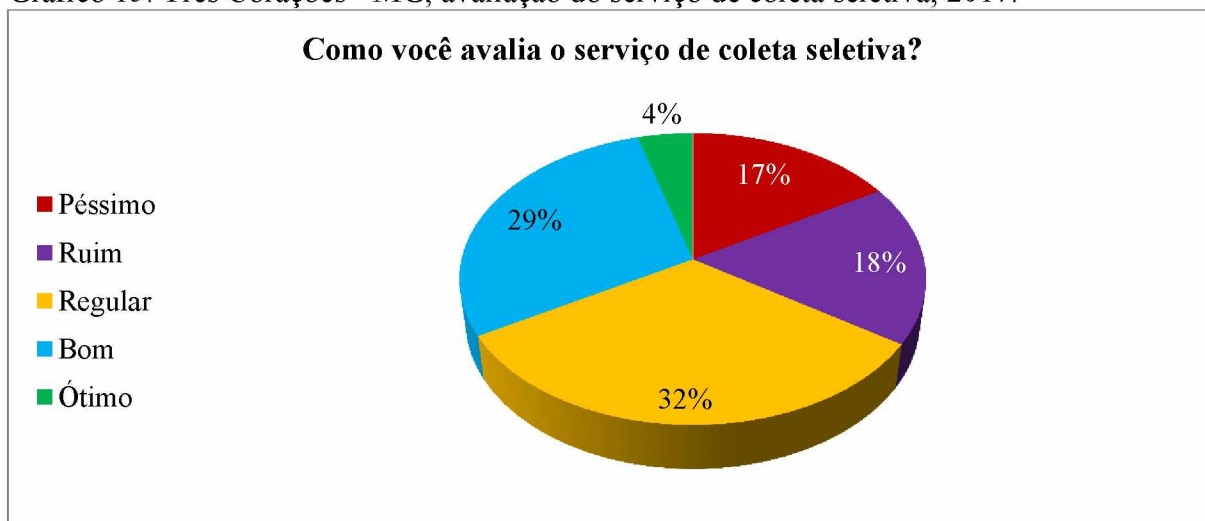
Gráfico 14: Três Corações - MG, avaliação do serviço coleta de lixo, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Em relação à coleta seletiva, os resultados foram equilibrados nos três níveis de análise, onde 35% avaliaram o serviço como péssimo ou ruim, 32% como regular e 33% como ótimo ou bom. Percebe-se que melhores resultados poderiam ser obtidos a partir da expansão do projeto para o atendimento de mais bairros da cidade, da aquisição de equipamentos, da disponibilização de infraestrutura básica e a partir da sensibilização da população por meio de projetos voltados à educação ambiental.

Gráfico 15: Três Corações - MG, avaliação do serviço de coleta seletiva, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No anexo VI do plano diretor está prevista a implantação de programas de reciclagem e coleta seletiva de lixo, fato que ocorre atualmente. Segundo a PMTC (2015), Três Corações

conta com um projeto denominado “TC Recicla”, que foi implantado em 2011, para coleta e destinação correta do lixo seco e molhado, recolhido atualmente em 30 bairros da cidade.

A coleta é efetuada por meio da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Três Corações (ACAMTC) - existente desde 2007 com sede no aterro sanitário - que conta com 12 membros que dependentes do trabalho. O apoio da prefeitura é concretizado por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) - responsável pela assessoria administrativa e gestão participativa - em parceria com o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA) - organização não governamental de âmbito nacional - que auxilia no desenvolvimento de modelos de gestão sustentáveis e a encontrar bons parceiros para a venda do material.

No entanto, no Plano Municipal de Saneamento Básico consta a necessidade de estruturação física da unidade de triagem existente no aterro sanitário e compra de um caminhão para a realização da coleta seletiva. Além da implantação de uma estação, no Bairro Santa Tereza, para recebimento de alguns resíduos de construção civil e outros recicláveis, e posteriormente elaboração do plano de gerenciamento destes resíduos.

No anexo VI do plano diretor são propostas algumas ações a serem desenvolvidas no âmbito do saneamento e meio ambiente sob os seguintes aspectos:

- Implantação de programas de reciclagem e coleta seletiva de lixo;
- Estudo técnico e jurídico para viabilidade do serviço de água e tratamento de esgoto ser feito pelo Poder Público;
- ações de saneamento e manejo de resíduos sólidos no meio rural;
- criação de mecanismos para recomposição da mata ciliar em toda a bacia hidrográfica do Rio Verde dentro dos limites do Município;
- Preservação das minas e nascentes;
- Programas de conscientização em regiões que utilizam alta concentração de agentes químicos no meio rural (PMTC, 2006, p.31).

O Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado em 2013 “compreenderá o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais” (PMTC, 2013, p.26). Dentre seus objetivos, destacam-se:

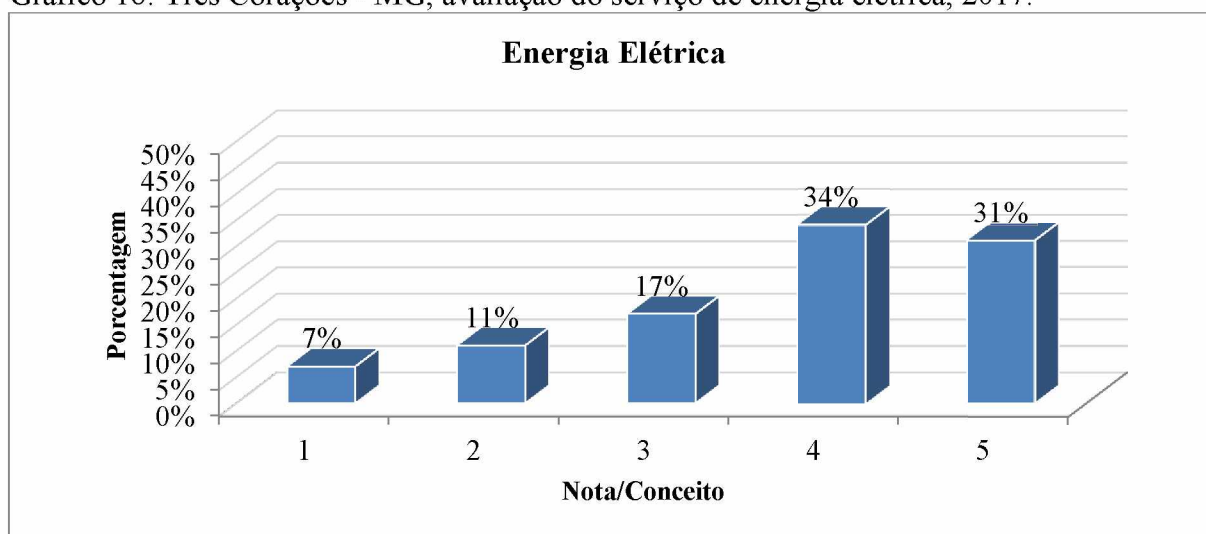
- Garantir o acesso aos serviços com universalidade, qualidade, integralidade, segurança, sustentabilidade (ambiental, social e econômica), regularidade e continuidade;
- Definir critérios para a priorização dos investimentos, em especial para o atendimento à população de baixa renda;
- Fixar metas físicas baseadas no perfil do déficit de saneamento básico e nas características locais;

- Avaliar os impactos financeiros com base na capacidade de pagamento da população;
- Estabelecer estratégias e ações para promover a saúde ambiental, salubridade ambiental, a qualidade de vida e a educação ambiental nos aspectos relacionados ao saneamento básico;
- Estabelecer condições técnicas e institucionais para a garantia da qualidade e segurança da água para consumo humano e os instrumentos para a informação da qualidade da água à população;
- Definir requisitos e ações para promover a redução na geração de resíduos sólidos, estabelecendo práticas de reutilização e soluções de reciclagem;
- Deve-se, ainda, definir ações para promover a coleta seletiva e a inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis;
- Definir as ações para o manejo sustentável das águas pluviais urbanas conforme as normas de ocupação do solo incluindo: a minimização de áreas impermeáveis; o controle do desmatamento e dos processos de erosão e assoreamento; a criação de alternativas de infiltração das águas no solo; a recomposição da vegetação ciliar de rios urbanos e a captação de águas de chuva para detenção e/ou reaproveitamento (PMTC, 2013, p.25-26).

O plano traçou um panorama geral do município, incluindo as zonas urbana e rural. Foi feito um diagnóstico com os principais problemas identificados em todos os bairros, foram realizados trabalhos de campo, registro de relatos dos moradores, além de estipulação de metas e prazos para resolução desses problemas.

Os resultados do serviço de energia elétrica disponibilizado no município revelam uma boa avaliação: 65% dos questionados atribuíram nota/conceito 4 e 5, 17% atribuíram 3 e 18% 1 e 2 (gráfico 16).

Gráfico 16: Três Corações - MG, avaliação do serviço de energia elétrica, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Inserido nos aspectos de mobilidade e acessibilidade, o sistema de transporte público foi avaliado como regular para 45% dos tricordianos, bom e/ou ótimo para 32% e ruim e/ou

péssimo para 23% (gráfico 17). Os resultados foram satisfatórios, mas muitas melhorias poderiam ser implementadas como a integração do sistema.

O transporte é citado inúmeras vezes no plano diretor; destaque-se o Capítulo VI - Da Política para o Trânsito Urbano - inserido no Título IV - Das Diretrizes Gerais.

Art. 26. São diretrizes para a política de trânsito no Município de Três Corações:

I – ações de controle e fiscalização do trânsito na região urbana do município, conforme previsto na Lei Municipal 3.047/2002;

II – a adoção de alternativas para o transporte, pela construção de pistas exclusivas para bicicletas, transporte coletivo e veículos de tração animal, adaptadas às características do local e garantida a compatibilidade de uso das diversas alternativas;

III – a construção de vias alternativas ao uso das rodovias que atravessam nos limites do Município, para o transporte urbano;

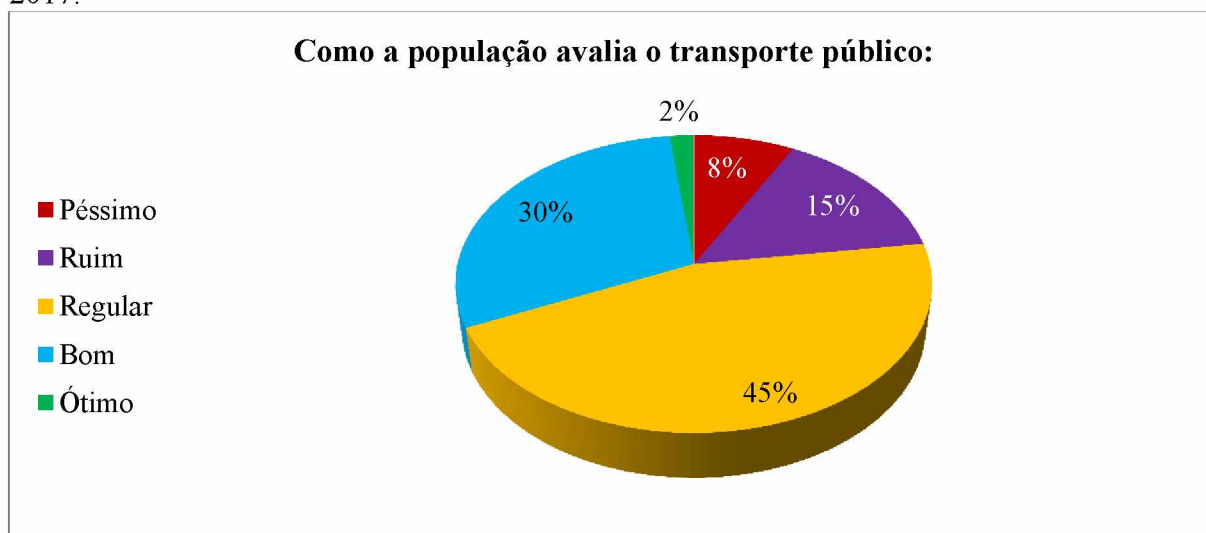
IV – a melhoria do sistema viário, com a construção de via de acesso que comporte o trânsito de veículos pesados;

V – a hierarquização das vias, pela definição de vias de trânsito rápido, arterial, coletora e local;

VI – a sinalização das vias, a partir das diretrizes definidas no item anterior;

VII – Implementação de uma política de educação no trânsito, especialmente nas escolas públicas municipais (PMTTC, 2006, p.11).

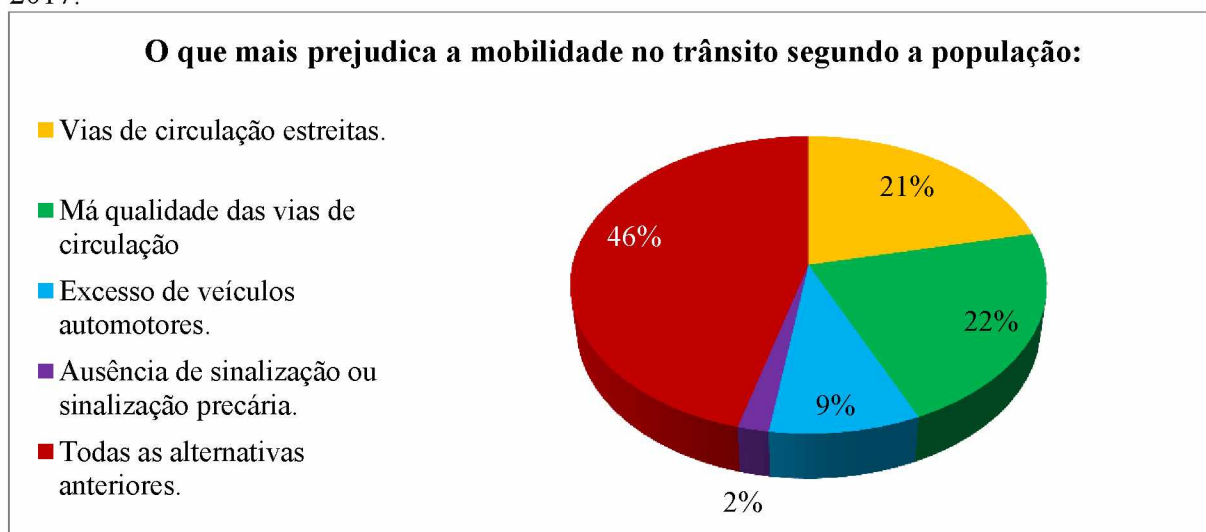
Gráfico 17: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao transporte público, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Em relação à mobilidade e trânsito, um conjunto de fatores, somados entre si, contribuem para o detrimento no setor (46%); dentre eles destacam-se: má qualidade das vias de circulação (22%); vias de circulação estreitas (21%); excesso de veículos automotores (9%), e ausência de sinalização ou sinalização precária (2%) - gráfico 18.

Gráfico 18: Três Corações - MG, os fatores que mais prejudicam a mobilidade no trânsito, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

O plano diretor, no anexo VI - Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano Ambiental - traz algumas diretrizes que poderiam melhorar ou amenizar o quadro atual.

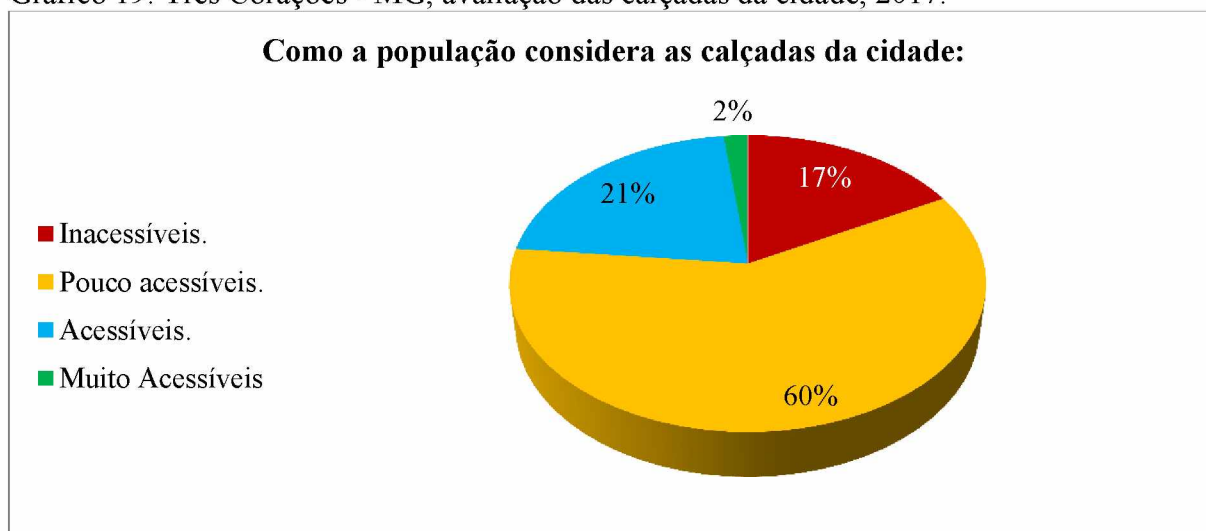
- Implantação na confluência da BR 381 e próximo à junção das vias de contorno, terminais de carga com o objetivo de evitar o trânsito pesado no centro da cidade;
- transformação do atual terminal rodoviário em terminal de integração de linhas urbanas;
- implantação de um novo terminal rodoviário próximo à BR 381 ou da Rodovia MG 167, visando com isso diminuir o tráfego no centro da cidade, e levar o desenvolvimento às áreas lindeiras;
- a médio e longo prazo, construção de uma Rodovia contornando a área urbana, objetivando a reestruturação da malha viária, como também a ordenação do fluxo de veículos pesados que passam pela área central;
- otimização da linha férrea que cruza o Município para o transporte coletivo;
- democratização do uso de vagas na área central criando políticas que regulamentem o estacionamento de veículos e distribuição de cargas;
- planejamento do Sistema Viário, com novos corredores estruturais, visando a mobilidade, a segurança e a qualidade.
- Estudo técnico de transferência do atual Parque de Exposições para local a ser definido e reaproveitamento do espaço para fins sociais (PMTTC, 2006, p. 31-32).

Tendo transcorrido dez anos, praticamente nenhuma dessas diretrizes, tanto a do capítulo VI, como a do anexo VI, foram integralizadas ou colocadas em prática pelas gestões municipais que passaram por esse período. Essa realidade pode ser vivenciada não somente em Três Corações, como também em outros municípios brasileiros, devido à descontinuidade das gestões, à falta de parcerias nas demais esferas de governo, dentre outros.

Pode-se consentir com a ideia de Villaça (2005), o qual afirma que os planos diretores apresentam uma enxurrada de propostas sem que se saiba quem vai executá-las, nem quando, nem como e nem com que recursos. Sem mencionar o fato de que uma determinada diretriz proposta pode perder o sentido com o passar dos anos (PIRES, 2013). Assim, uma alternativa viável para coibir essa problemática seria colocar em prática sanções para o descumprimento das diretrizes presentes no plano, além de incentivar a participação popular para que não haja propostas desconexas da realidade.

Na avaliação das calçadas, os resultados foram insatisfatórios (gráfico 19). Uma porcentagem de 77% dos questionados afirmaram que os calçamentos da cidade são inacessíveis ou pouco acessíveis, 21% consideraram como acessíveis e apenas 2% como muito acessíveis.

Gráfico 19: Três Corações - MG, avaliação das calçadas da cidade, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

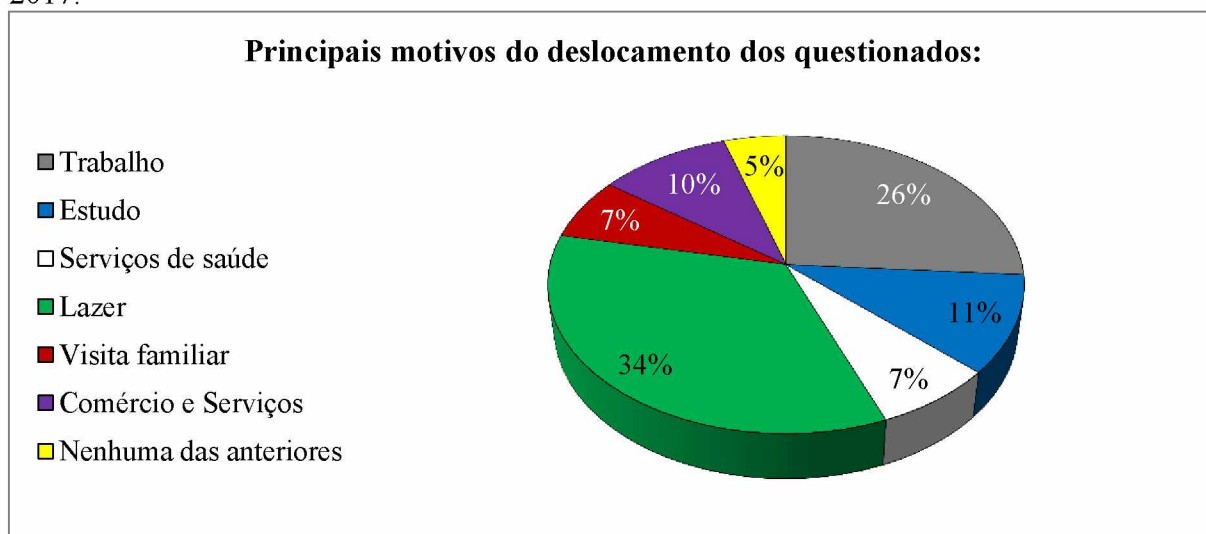
Há somente uma menção às calçadas, que está presente no Anexo IV e inserida na política urbana fazendo a seguinte declaração: “padronização das calçadas, dando maior segurança aos usuários” (PMTC, 2006, p. 32).

Também há algumas diretrizes referentes à acessibilidade de uma forma geral, tais como: garantia, por meio do sistema de transporte urbano, condições de acessibilidade às áreas onde estejam localizados os equipamentos de saúde e às ações da Assistência Social, e promover a acessibilidade aos equipamentos e às formas de esporte e lazer, mediante oferta de rede física adequada, inclusive às pessoas portadoras de necessidades especiais (PMTC, 2006).

Quanto aos deslocamentos, mais da metade de população (54%) afirmam que se deslocam para outra cidade com frequência e 46% responderam não se deslocarem.

Dentre o universo dos 54% que afirmam se deslocar com frequência, 34% declararam que se deslocam por motivo de lazer, 26% se deslocam a trabalho, 11% aos estudos, 10% devido a atividades do setor de comércio e serviços (consumo); 7% por serviços de saúde ofertados, 7% para visita familiar e 5% deram outras respostas (gráfico 20).

Gráfico 20: Três Corações - MG, principais motivos do deslocamento para outras cidades, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Sobre as áreas verdes e de preservação há dois capítulos específicos que as abordam, o IV e o V, sendo:

CAPÍTULO IV - Da Zona Especial de Preservação Ecológica

Art. 17. Zona Especial de Preservação Ecológica é o conjunto das áreas do território municipal, localizadas na área urbana, não parceláveis definidas no Artigo 10, inciso III desta Lei.

CAPÍTULO V - Das Unidades de Controle Ambiental

Art. 18. As unidades de controle ambiental são espaços localizados na zona urbana ou rural, cujas características físico-territoriais exijam controles de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Art. 19. São áreas de controle ambiental:

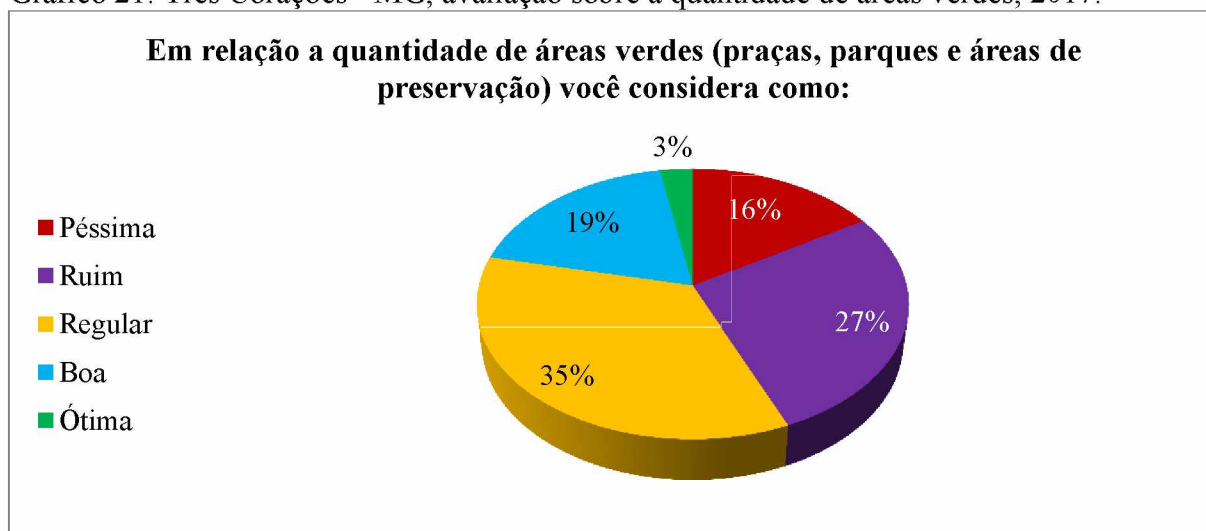
I – as bacias cujos recursos hídricos sejam utilizados para abastecimento público;

II - as áreas que, em função das suas características geotécnicas e geodinâmicas, requeiram controles especiais para ocupação e uso;

III - a faixa *non aedificandi* ao longo dos cursos d'água do Município de acordo com Lei Federal (PMTTC, 2006, p.)

Analisando o gráfico 21 o qual avalia a qualidade de áreas verdes no município, 43% da população tricordiana consideram como péssima ou ruim, 22% como ótima ou boa, e 35% regular.

Gráfico 21: Três Corações - MG, avaliação sobre a quantidade de áreas verdes, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Resultado preocupante, principalmente quando cotejado com o gráfico 22. Neste último, os números negativos ascendem um pouco mais, sendo 48% da população considerando a arborização como péssima ou ruim, 28% como regular e 24% como ótima ou boa. Portanto, uma considerável parcela da população considerou como insuficientes a arborização de seus bairros.

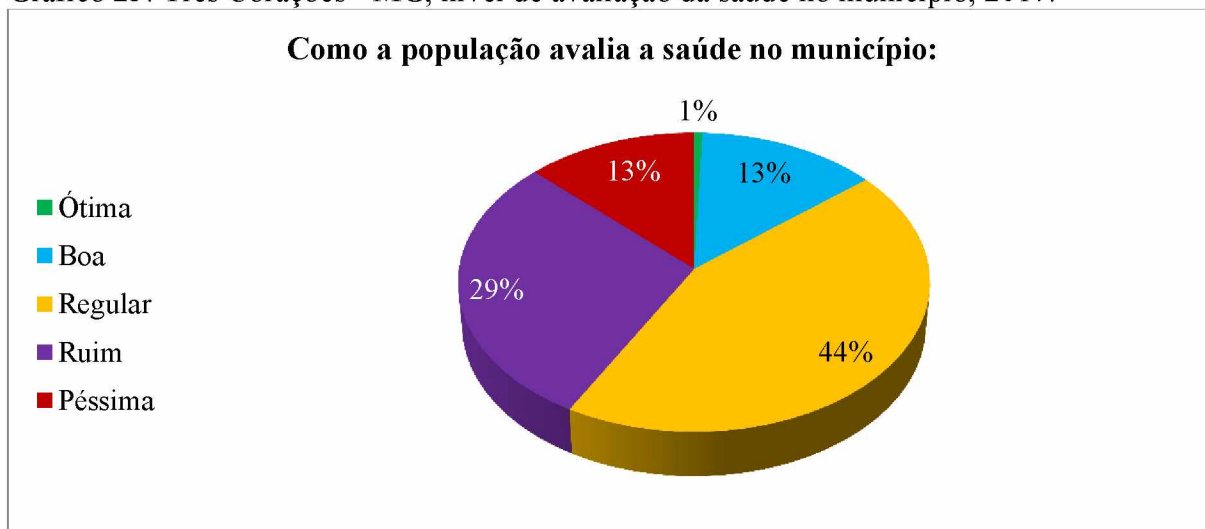
Gráfico 22: Três Corações - MG, avaliação sobre a arborização do bairro do questionado, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Quanto à avaliação dos níveis de saúde, os resultados funcionam como alerta. Apesar de 44% dos questionados considerarem como regular, 42% avaliaram como sendo péssima ou ruim, e apenas 14% como ótima ou boa (gráfico 23).

Gráfico 23: Três Corações - MG, nível de avaliação da saúde no município, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No Título I - Diretrizes Gerais - no Art. 5º, o Inciso I já traz alguns apontamentos, como: “manutenção dos níveis de poluição dentro de padrões que garantam a saúde e o bem estar da população, o equilíbrio ecológico do meio ambiente, e a harmonia da paisagem (PMTTC, 2016, p.4). Além disso há, inserido no Título IV - Das Diretrizes Gerais - um capítulo sobre a política de saúde, o Capítulo I - Da Política de Saúde. O Art. 21 traz as seguintes diretrizes:

- I - assegurar a efetivação dos Pilares do SUS, garantindo a universalidade do acesso em todos os níveis de assistência, a integralidade, igualdade e descentralização dos serviços, assim como a regionalização, hierarquização, resolutividade e humanização da atenção aos usuários;
- II - organizar a oferta pública de serviços de saúde, fortalecendo e qualificando a Atenção Básica, garantindo a melhoria da qualidade dos Serviços prestados e estendendo-os a todo o Município, compreendendo área urbana e rural;
- III - garantir a participação da população na gestão do SUS, incentivando a sociedade a exercer o efetivo controle social;
- IV - assegurar a valorização da promoção da Saúde e da prevenção de doenças, fortalecendo a Vigilância em Saúde através das ações de Vigilância Sanitária, epidemiológica e zoonoses;
- V - garantir, por meio do sistema de transporte urbano, condições de acessibilidade às áreas onde estejam localizados os equipamentos de saúde (PMTTC, 2006, p. 8-9).

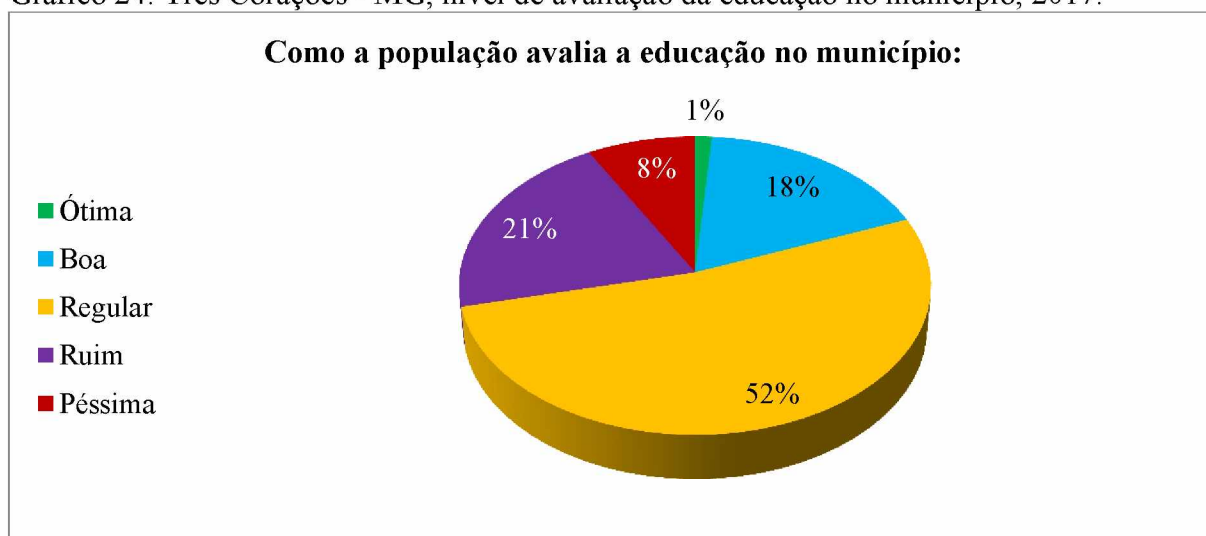
No anexo IV - Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano Ambiental - do plano diretor, também são apresentadas algumas propostas de melhorias na saúde tais como:

- regionalização do Hospital da FHEMIG, com atendimento de emergência;
- criação de programas de prevenção, combate e reabilitação do alcoolismo e farmacodependência;
- implantação de ambulatório volante e Programa Saúde da Família (PSF) para a população residente no meio rural;
- criação de serviços na área de Terapia Ocupacional e fonoaudiologia;
- criação do Setor de Saúde do Trabalhador (PMTTC, 2006, p.32).

Os resultados mostram que é necessário o município reforçar as diretrizes para que os padrões vigentes de saúde não declinem, e propor novas políticas públicas com o fim de melhorar e aperfeiçoar o atendimento e as demandas da população.

A avaliação do setor educacional foi, pontualmente, superior à avaliação do setor de saúde, sendo que 29% dos questionados avaliaram a educação como péssima ou ruim, 52% como regular, e 19% como ótima ou boa (gráfico 24).

Gráfico 24: Três Corações - MG, nível de avaliação da educação no município, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Segundo o Inciso VI, do Art. 15, do plano diretor, no setor rural em específico é preciso “ampliar a rede física dos equipamentos de educação, bem como criar programas educacionais adequados à demanda do setor rural, em especial os voltados para a qualificação da mão-de-obra e para a educação ambiental e sanitária” (PMTTC, 2006, p.6).

Já no Capítulo II - Da Política Educacional - inserido no Título IV - todas as diretrizes foram direcionadas para o Plano Municipal Decenal de Educação:

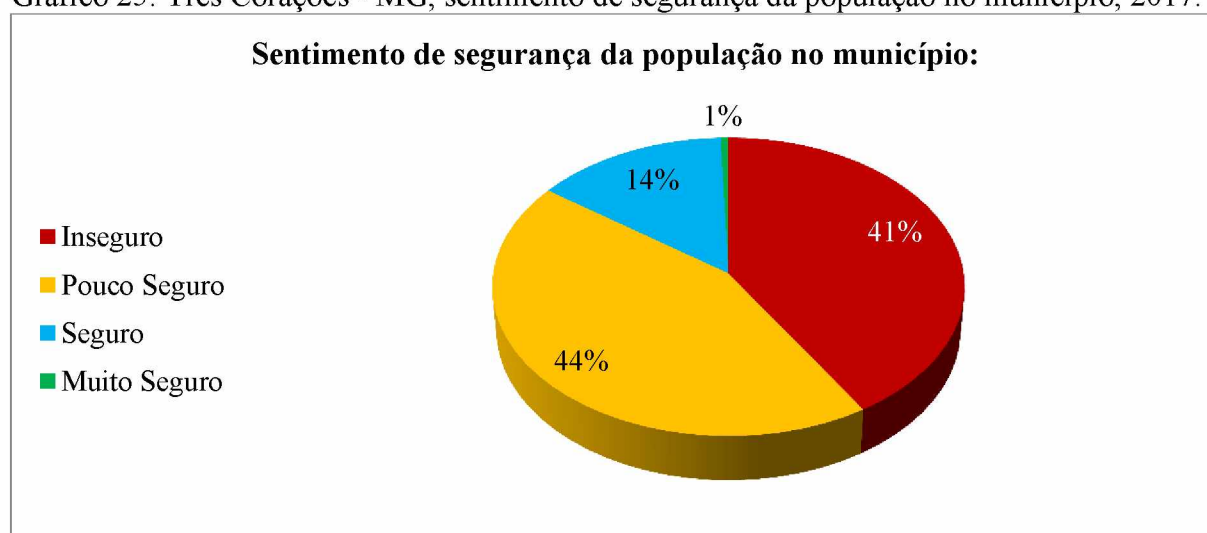
Art. 22. As diretrizes da política Educacional, as metas a serem alcançadas e as ações a serem desenvolvidas deverão ser as previstas no Plano Municipal Decenal de Educação, aprovado pela Lei Municipal nº 3.298/06 de 17/05/2006 (PMTTC, 2006, p.9).

O plano 2005/2014 é um documento detalhado que diagnostica e planeja ações futuras para a melhoria do setor educacional tricordiano. São estipuladas diversas metas relacionadas à universalização da educação, ao firmamento de parcerias escola/família/comunidade, à construção, à reforma e ampliação dos centros educacionais municipais, à infraestrutura e equipamentos, à valorização e capacitação dos profissionais envolvidos, e assegurar a permanência dos alunos nas escolas, dentre outros.

Apesar da qualidade do documento, é necessário concentrar esforços para que a população do município de Três Corações seja beneficiada com essas melhorias na gestão, na infraestrutura e capacitação.

Em relação à segurança pública, um dos resultados mais preocupantes foi relacionado ao sentimento de insegurança da população. Na sua análise, 41% dos questionados se sentiam inseguros, 44% pouco seguros, ou seja, a somatória desses dois níveis de análise atinge uma porcentagem alarmante de 85%. Apenas 15% se sentiam seguros ou muito seguros (gráfico 25).

Gráfico 25: Três Corações - MG, sentimento de segurança da população no município, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Os resultados são incitados pela expansão dos índices de violência que atinge o município. São recorrentes os casos de homicídio, roubos e furtos, agressão à mulher, e disputa de facções por pontos de venda e tráfico de drogas;

Novamente, no anexo VI - Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano Ambiental - nos itens desenvolvimento econômico e segurança pública, são apresentadas algumas propostas como:

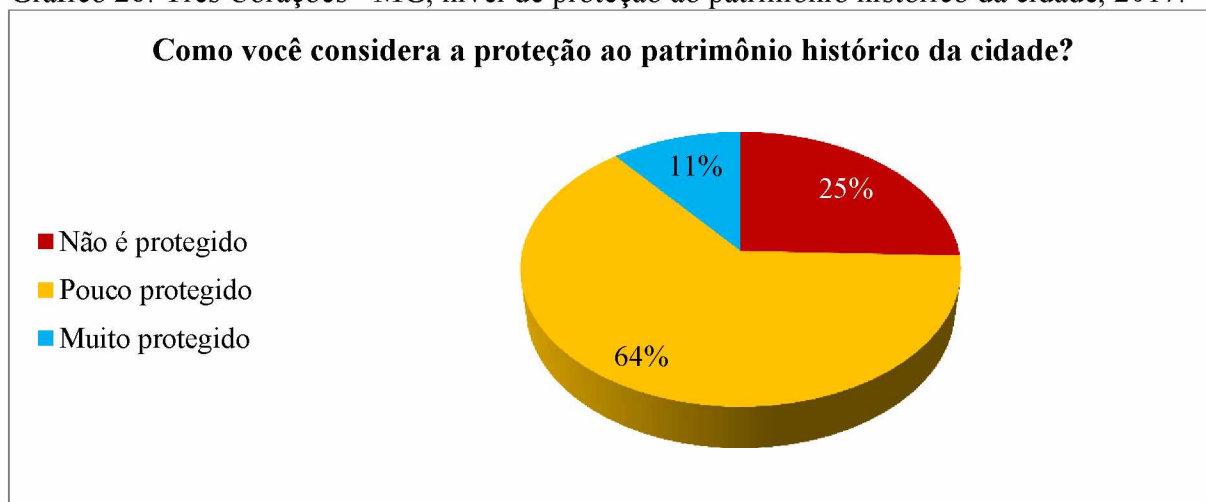
POLÍTICA URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA

- Implementação da Guarda Municipal integrado com as policias.
- Criação da guarda municipal regida por Lei específica;
- Criação de portais nas principais entradas da cidade visando a receptividade ao visitante e o monitoramento da população flutuante;
- Criação do monitoramento nas áreas de grande concentração populacional - áreas comerciais e eventos e nos portais, através de filmadoras.

O melhoramento e a associação dessas diretrizes com outras políticas públicas podem somar esforços para que o sentimento de segurança da população evolua paulatinamente.

Quanto à proteção ao patrimônio histórico natural da cidade, os resultados foram preocupantes, 11% da população consideraram como muito protegido, 64% como pouco protegido e 25% como não protegido (gráfico 26).

Gráfico 26: Três Corações - MG, nível de proteção ao patrimônio histórico da cidade, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No plano diretor municipal há três passagens que remetem à proteção do patrimônio histórico, duas presentes no Título I - Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento Sustentável e uma no Título IV - Título IV - Das Diretrizes Gerais, as três podem ser analisadas a seguir:

- Título I; Art. 2; Inciso XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Título I, Art. 3, Inciso V – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora.

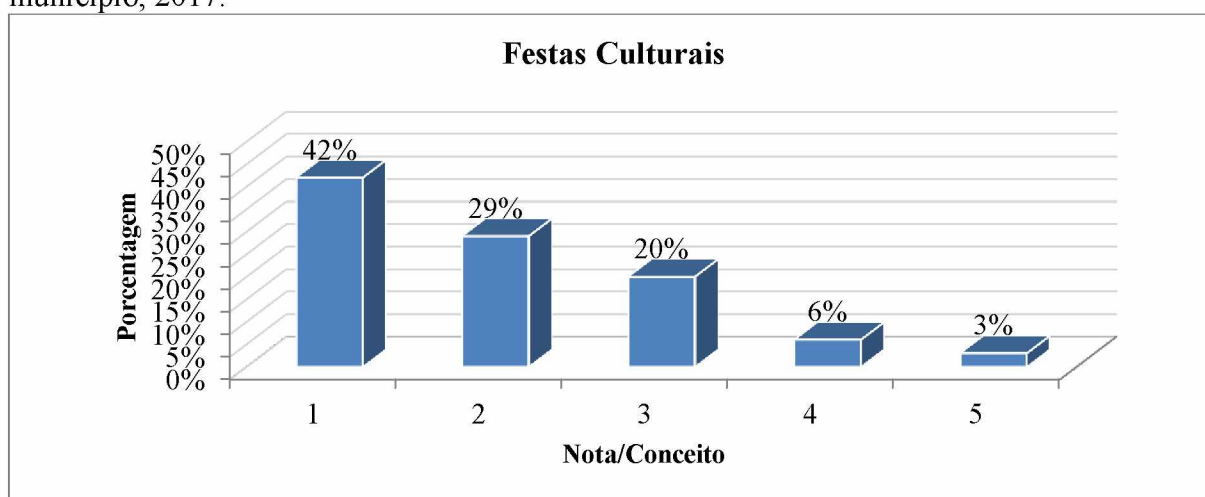
Título IV; Capítulo IV - Da Política Cultural; Art. 24; Inciso V - promover e apoiar iniciativas destinadas a suprir o mercado de trabalho dos recursos humanos necessários à preservação e à difusão do patrimônio cultural (PMTTC, 2006, p. 3;10).

Em Três Corações há 13 bens tombados, ou seja, bens móveis ou imóveis de interesse público, sob a guarda do estado ou município, com o intuito de conservar e proteger esses bens. São eles: Antigo Banco do Brasil; Antigo Fórum; Caixa d' água da Rede Ferroviária; Cruzeiro da Praça da Saudade; Maria Fumaça; Matriz Sagrada Família; Monumento a Djalma Dutra; Parque Infantil Rodrigo Morais Abdalla; Ponte de Ferro; Ponte dos Boiadeiros; Portão do Cemitério São João Batista; Praça Pelé e Rede Ferroviária RFFSA.

Apesar de o plano diretor averbar a proteção, alguns bens que não são tombados, principalmente, as casas históricas com arquitetura que remetem ao período colonial, sofrem com o processo de especulação imobiliária. Na área central é comum a substituição desses imóveis por estacionamentos⁵ e centros comerciais⁶ (figuras 92-103). Como constata-se no gráfico anterior (26), essa problemática também é percebida pela população.

Em relação às festas culturais e às exposições artísticas, os números apresentados também foram ruins (gráficos 27 e 28). Respectivamente 71% e 82% atribuíram nota/conceito 1 e 2, e somente 7% e 6% atribuíram nota/conceito 4 e 5⁷. Esses aspectos podem ser considerados frágeis, reclamando maior atenção por parte da administração pública.

Gráfico 27: Três Corações - MG, avaliação da população em relação às festas culturais no município, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

⁵ Mencionando o caso específico da Igreja Matriz Sagrada Família, por meio de autorização do Ministério Público Estadual, durante o dia, o estacionamento local torna-se estacionamento rotativo.

⁶ Considerando um curto espaço de tempo (de 2011 a 2017 - seis anos). Acredita-se que quanto maior o intervalo de tempo, mais perceptível ficaria a identificação desse processo.

⁷ Lembrando que, em ordem crescente, 1 seria péssimo e 5 seria ótimo.

Figura 92: Três Corações - MG, estacionamento, R. Joaquim Bento de Carvalho, esquina com a Av. Getúlio Vargas, 2011.



Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 93: Três Corações - MG, estabelecimento comercial, R. Joaquim Bento de Carvalho, esquina com a Av. Getúlio Vargas 2017.



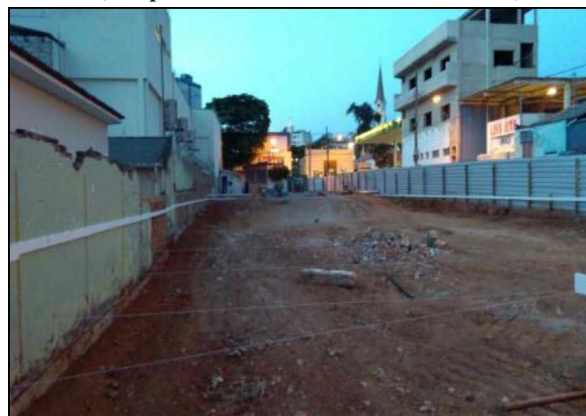
Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 94: Três Corações - MG, casarão antigo na R. Nelsom Rezende Fonseca, esquina com a R. Isidro M. Nelsom, 2011.



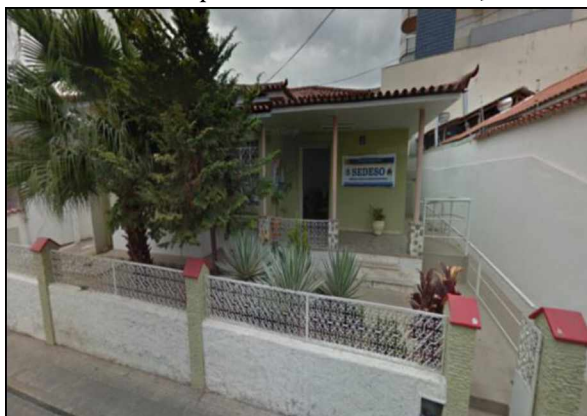
Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 95: Três Corações - MG, instalação de novo empreendimento na R. Nelsom Rezende Fonseca, esquina com R. Isidro M. Nelsom, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 96: Três Corações - MG, imóvel onde funcionava a Secret. Munic. de Desenvolvimento Social na R. Joaquim Bento de Carvalho, 2011.



Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 97: Três Corações - MG, substituição do imóvel por estacionamento na R. Joaquim Bento de Carvalho, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 98: Três Corações - MG, Cooperativa Agropecuária demolida em 1985, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Isidro M. Nelsom.



Fonte: CUNHA, 1999.

Figura 99: Três Corações - MG, posto de combustível, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Isidro M. Nelsom.



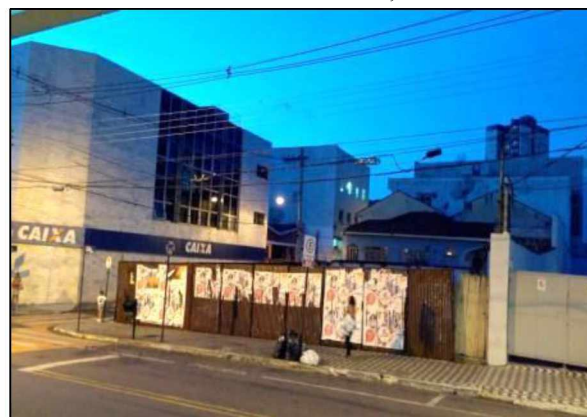
Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 100: Três Corações - MG, casarão antigo já com alguns empreendimentos comerciais, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Casemiro Avelar Filho, 2011.



Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 101: Três Corações - MG, instalação de novo empreendimento, Av. Getúlio Vargas, esquina com a R. Casemiro Avelar Filho, 2011.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 102: Três Corações - MG, casarão antigo já com alguns empreendimentos comerciais, R. Sagrado Coração de Jesus, 2011.



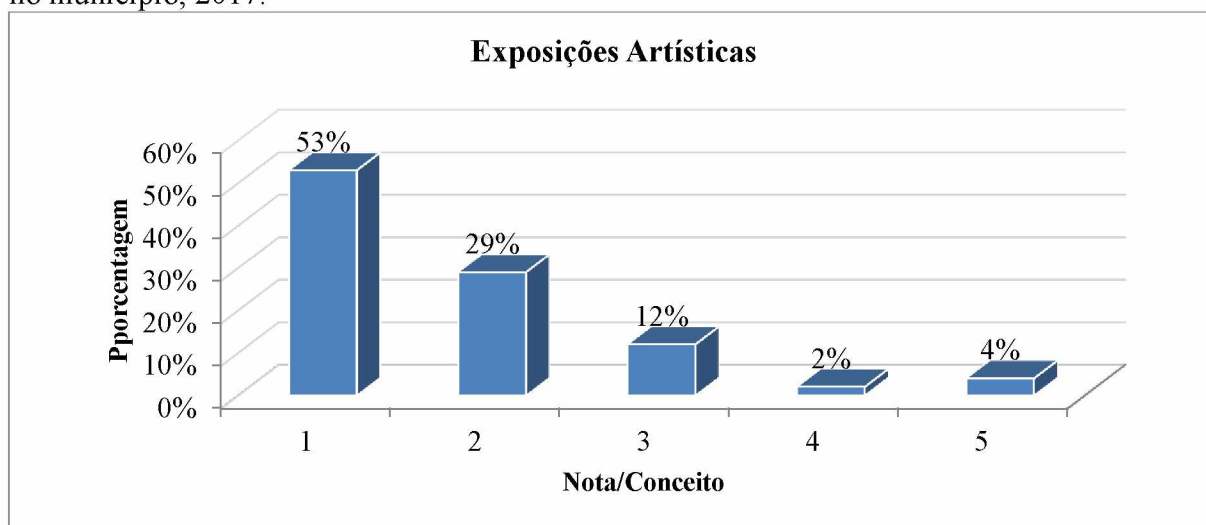
Fonte: GOOGLE, 2011.

Figura 103: Três Corações - MG, substituição do casarão antigo por estacionamento e açai, R. Sagrado Coração de Jesus, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Gráfico 28: Três Corações - MG, avaliação da população em relação às exposições artísticas no município, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No Título IV - Das Diretrizes Gerais - no Capítulo IV, há algumas menções ao setor cultural; não há referências específicas sobre festas culturais ou artísticas, mas acredita-se que elas se enquadrariam nesse capítulo.

DA POLÍTICA CULTURAL

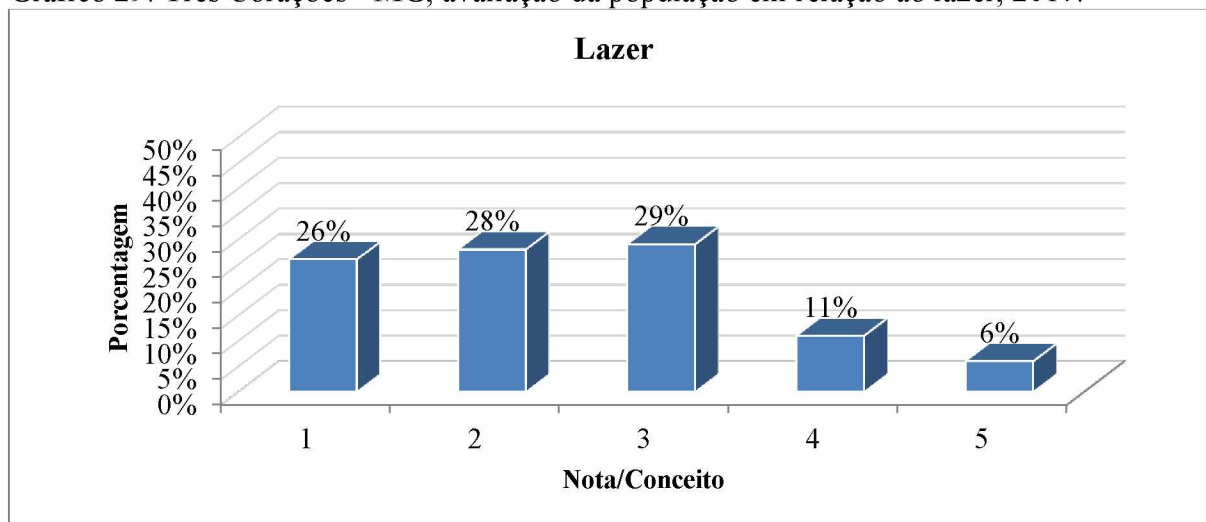
Art. 24. São diretrizes da política cultural:

- I - promover o acesso aos bens da cultura e incentivar a produção cultural;
- II - coibir, por meio da utilização de instrumentos previstos em lei, a destruição dos bens classificados como de interesse de preservação;
- III - fazer levantamento da produção cultural, detectando suas carências;
- IV - estabelecer programas de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas, visando estimular as iniciativas culturais;
- V - promover e apoiar iniciativas destinadas a suprir o mercado de trabalho dos recursos humanos necessários à preservação e à difusão do patrimônio cultural;
- VI - apoiar as iniciativas artísticas e culturais das escolas municipais, creches, centros de apoio comunitário e projetos sociais;
- VII - promover programação cultural, possibilitando a oferta de empregos e o desenvolvimento econômico do Município;
- VIII - estabelecer programa de divulgação e conhecimento das culturas tradicionais e populares.

O município de Três Corações apresenta uma vasta diversidade cultural, por vez pouco explorada. São muitos os bens materiais (já citados anteriormente) e imateriais (como os grupos de capoeira, congada, folias de reis, grupo de tradições gaúchas, além de festas tradicionais como é o caso do carnaval e da Expotrês). A falta de um teatro municipal, de outros espaços em geral e de incentivo podem ter sido considerados como uma fragilidade no processo de avaliação da população.

Na área de esporte e lazer, os resultados também foram preocupantes. No lazer em específico, mais da metade da população tricordiana (54%) atribuíram notas/conceitos 1 e 2, 29% a nota/conceito 3 e apenas 17% as notas/conceitos 4 e 5 (gráfico 29);

Gráfico 29: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao lazer, 2017.

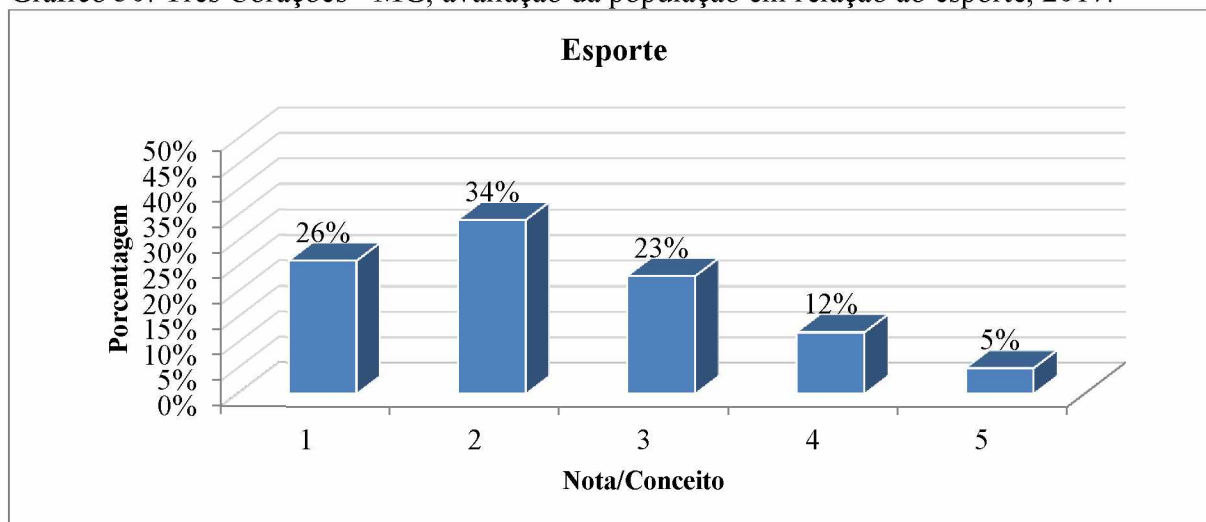


Fonte: Autoria própria, 2017.

A partir dos dados obtidos é possível demonstrar a insatisfação da população tricordiana com esse aspecto. Relacionando com o gráfico 23, apresentado anteriormente, pode-se afirmar que essa problemática reflete diretamente no deslocamento da população, a qual recorre a cidades vizinhas para realização de atividades de lazer.

Nos esportes, os resultados foram um pouco piores, 60% da população atribuíram a nota/conceito 1 e 2, 23% a nota/conceito 3 e 17% as notas/conceitos 4 e 5 (gráfico 30).

Gráfico 30: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao esporte, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Logo de início, mais especificadamente no Título I, Art. 2º, o Inciso I menciona a “garantia do direito a cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (PMTC, 2006, p.2).

Esse inciso ainda é reforçado pelo Capítulo V - Da Política do Esporte e do Lazer presente o Título IV - Diretrizes Gerais. Seu conteúdo na íntegra é apresentado a seguir:

Art. 25. São diretrizes da política do esporte e do lazer:

I - incentivar a prática esportiva e recreativa, propiciando aos munícipes condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social;

II - promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, segundo critérios de contingente populacional, objetivando a implantação de estádios municipais e de áreas multifuncionais para esporte e lazer;

III - promover a acessibilidade aos equipamentos e às formas de esporte e lazer, mediante oferta de rede física adequada, inclusive às pessoas portadoras de necessidades especiais;

IV – Incentivar a população para a prática de atividades em áreas destinadas ao esporte e lazer;

V - estimular a prática de esportes de criação nacional e de identidade cultural;

VI – promover adequado aproveitamento das áreas de lazer e recreação;

VII – diversificar o esporte amador valorizando e apoiando as diversas modalidades esportivas e suas manifestações;

VIII – buscar parcerias com entidades governamentais, não governamentais e privadas para efetivação das ações programadas;

IX – integrar e articular o planejamento Municipal do Esporte e Lazer às demais políticas públicas municipais;

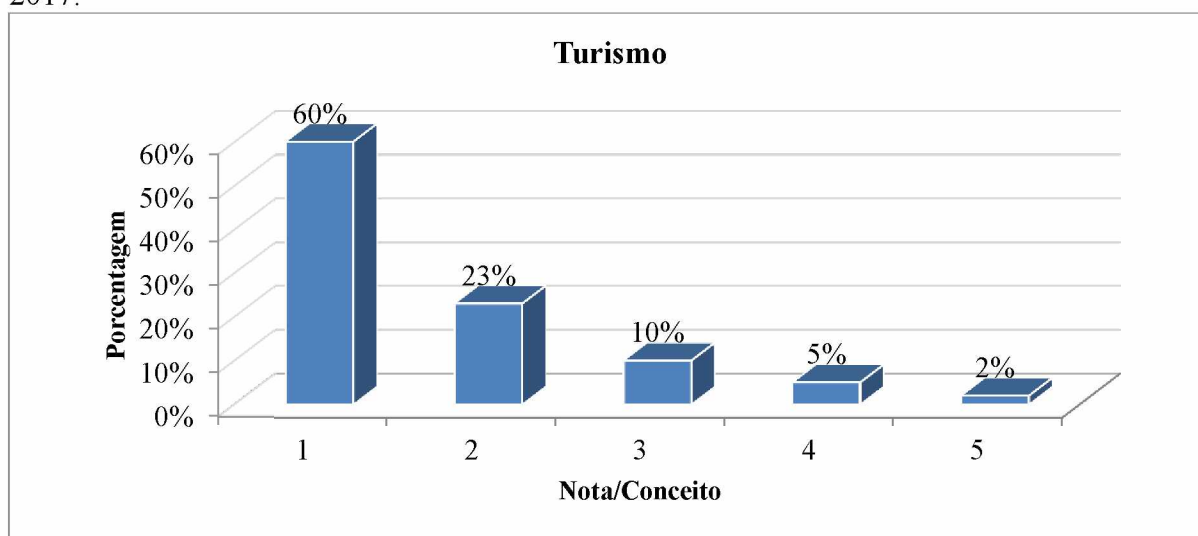
X – Estimular a interseção do Esporte com o Turismo, favorecendo a introdução de programas e eventos esportivos nos calendários e promoções turísticas (PMTC, 2006, p. 10-11).

Apesar do conteúdo estruturado percebe-se, que na prática, os resultados não são percebidos pela população. Duas áreas com potencial que poderiam ser melhor aproveitadas são a Praça de Esportes e o Parque Dondinho, ambos públicos. Este último apresenta uma infraestrutura considerável; no entanto, são verificados problemas quanto à segurança na área de entorno e no próprio local. Na primeira há um projeto em andamento, em parceria com a UninCor, o qual pretendendo-se transformá-la em área de lazer e centro de referência esportivo, não só para Três Corações, como também para a região, com a promoção de cursos, programas de treinamento e extensão universitária. Está previsto um prazo de seis (6) anos para a conclusão total da reforma (PMTC, 2015).

Além disso, é necessário descentralizar essas atividades para os bairros mais periféricos, firmar parceria com ONGS, com os municípios vizinhos e aproveitar o potencial do município no setor futebolístico.

Quanto aos aspectos turísticos, os resultados foram alarmantes; 83% da população atribuíram nota/conceito 1 e 2 e apenas 7% nota/conceito 4 e 5 (gráfico 31). No plano diretor há poucas alusões relacionadas ao setor de turismo; no entanto, o potencial do município é amplo, dado que ele integra o circuito das águas de Minas Gerais, além, e principalmente, de ter sido o local de nascimento do futebolista Édson Arantes do Nascimento (Pelé). Também teve o privilégio de ser uma das primeiras cidades a receber estação ferroviária na região (como visto no capítulo II há projetos de reativação da linha Lavras/Três Corações) e por possuir equipamentos urbanos e arquitetônicos importantes, como a Igreja Matriz e a primeira agência do Banco do Brasil de Minas Gerais.

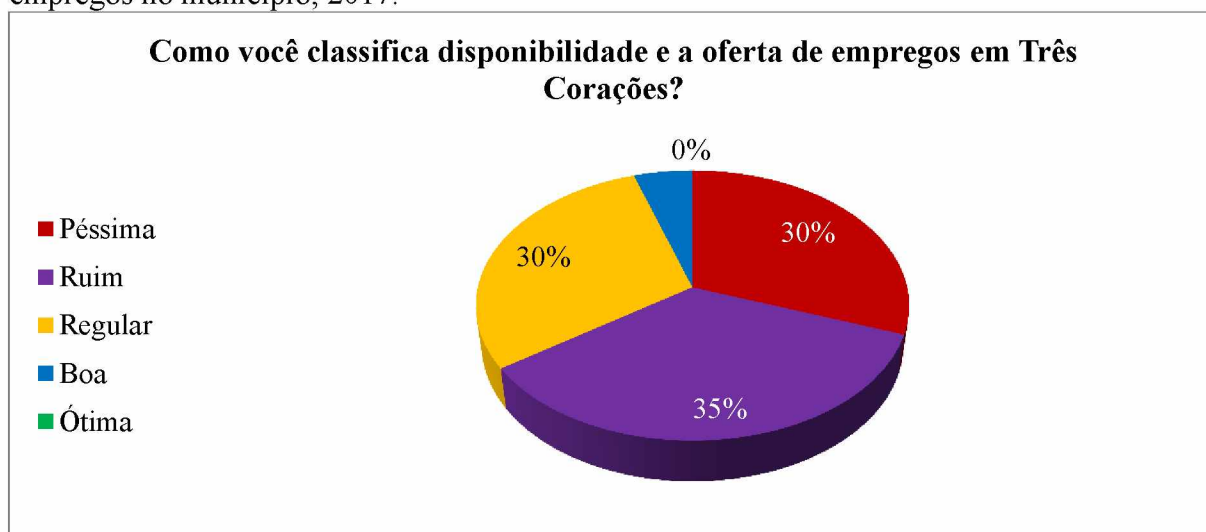
Gráfico 31: Três Corações - MG, avaliação da população em relação ao turismo no município, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No aspecto de disponibilidade e oferta de empregos, os resultados também se revelaram preocupantes; 65% da população classificaram como péssimo ou ruim, 30% regular e 5% boa, não havendo registros de avaliações no conceito ótimo (gráfico 32). Parte das respostas pode ter sido influenciada pela recessão econômica enfrentada pelo país.

Gráfico 32: Três Corações - MG, como a população classifica a disponibilidade e a oferta de empregos no município, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No plano diretor não há menções específicas relacionadas à oferta de empregos, sendo necessário promover políticas públicas que beneficiem o desenvolvimento econômico municipal, como as presentes no anexo VI - Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

- Implementação de estrutura para funcionamento pleno do “Aeroporto Mello Viana”;
- Programas de incentivo ao agronegócio, ecoturismo e agroindústria;
- ampliação do mini distrito para pequenas empresas;
- ações voltadas para a valorização do homem do campo, por meio de fomento às cooperativas (PMTTC, 2006, p.31).

Ainda no plano diretor, são encontradas diretrizes referentes à gestão democrática por meio da participação popular, parcerias entre a administração municipal e a iniciativa privada, definição do perímetro urbano, zoneamento urbano; políticas de assistência social; políticas de uso e ocupação do solo; instrumentos das políticas urbanas; operações urbanas consorciadas; transferência do direito de construir; solo criado e da outorga onerosa do direito de construir; parcelamento e edificação compulsórios; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento de títulos, e direito de preempção.

A figura 105 representa o zoneamento da cidade de Três Corações, que não foi considerada como um mapa por não apresentar escala, coordenadas geográficas e ano de elaboração. Ressalta-se que há também problemas de correspondência de cores na legenda,

que poderão ser revistos pela administração municipal, além de uma enumeração que dificulta a interpretação.

No Título II - Do Ordenamento Espacial e do Macrozoneamento - presente no plano diretor, há um primeiro zoneamento denominado de macrozoneamento, sendo composto pelas zonas rural e urbana (figura 104)⁸.

Ainda inserida nesse título, a seção I - do zoneamento urbano - afirma que o “zoneamento urbano é formado por subdivisões setoriais com características peculiares quanto aos aspectos geográficos [...] sendo composto por zonas residenciais e zonas especiais” (PMTTC, 2006, p.5) - figura 105⁹.

As Zonas Especiais são: ZEIS I; ZE-2; poligonais de contorno ZE-2; e ZE-3, subdividindo-se em: ZEIS1 - Zona Especial de interesse social destinada à regularização de loteamentos (Feira de Gado, Cinturão Verde, Vila Emilio, Prolongamento da Avenida Valter Borges), ZE2 - Zona Especial de Preservação Ecológica e ZE3 – Zona Especial sujeita a inundações e deslizamentos (PMTTC, 2006).

⁸ Figura 104: Três Corações - MG, Zonas rural e urbana. Fonte: PMTC, sem ano.

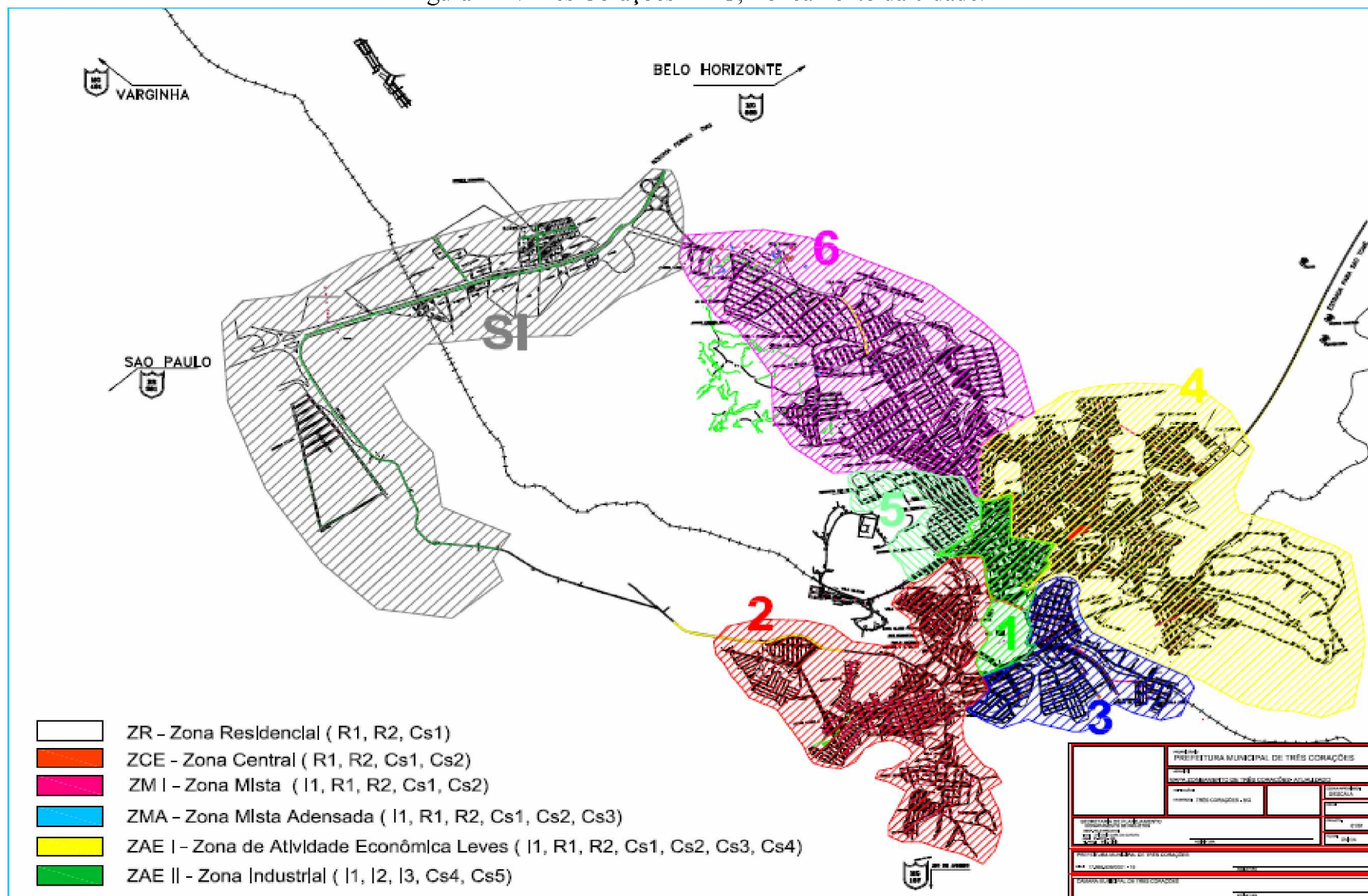
⁹ Figura 105: Três Corações - MG, Zoneamento da cidade. Fonte: PMTC, sem ano.

Figura 104: Três Corações - MG, Zonas rural e urbana.



Fonte: PMTC, sem ano.

Figura 105: Três Corações - MG, Zoneamento da cidade.



Fonte: PMTC, sem ano.

No subitem a seguir, os resultados foram sistematizados por meio da confecção da matriz FOFA/SWOT.

3.3. Elaboração da Matriz FOFA/SWOT

A partir dos resultados obtidos pela aplicação dos questionários junto à população tricordiana, e com o intuito de complementar as discussões, as informações obtidas foram organizadas por meio da confecção da matriz FOFA/SWOT (quadro 12). Também foram levados em consideração os apontamentos elencados pelos palestrantes e pela população durante a realização da primeira audiência pública.

Como apresentado anteriormente, a matriz considera: as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças. As forças são os aspectos positivos que o município apresenta, sendo necessária sua manutenção para promover o desenvolvimento; as fraquezas são os pontos negativos que exigem monitoramento visando à sua eliminação; as ameaças são fatores negativos atrelados às fraquezas, devendo ser acompanhadas de perto; já as oportunidades são os aspectos positivos que podem ser transformados, no futuro, em forças. Em geral, a matriz FOFA/SWOT apresenta quatro elementos fundamentais, os quais podem ser organizados em pares, nos quais os aspectos positivos são agregados pelas forças e oportunidades, e os negativos pelas fragilidades e ameaças.

Quadro 12: Três Corações - MG, confecção da Matriz FOFA/SWOT, 2017.

FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de abastecimento de água e disponibilidade de energia elétrica; • Presença da Escola Sargento das Armas (ESA); • Localização estratégica; • Patrimônio histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir da aplicação das diretrizes contidas na política educacional o município tende a garantir educação de qualidade para a população; • Com a adoção de medidas eficientes o serviço de coleta de lixo aproxima-se de uma força; • O plano diretor 2006, por meio do processo de revisão, poderá corrigir suas limitações tendendo a contribuir para o desenvolvimento do município; • Conforme a percepção da população, o plano diretor, quando bem elaborado e aplicado, poderá torna-se um guia de gestão e planejamento urbano; • Com investimentos no transporte público e o cumprimento das diretrizes previstas no plano diretor as necessidades da população poderão ser atendidas; • Um sistema eficiente de coleta seletiva e a instalação da usina de reciclagem podem trazer contribuições para o meio ambiente e para aumento da vida útil do aterro sanitário municipal.
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Precariedade nos serviços de saúde ofertados; • Insegurança; • Ausência de estações de tratamento de esgoto; • Elevado número de cidadãos que não tem conhecimentos e não participam das audiências públicas; • Ausência de conhecimento da população sobre os planos diretores; • Mobilidade urbana deficitária; • Inacessibilidade das calçadas; • Deslocamentos frequentes para outras cidades demonstram que o município não está atendendo as necessidades da população; • Extensão deficiente de áreas verdes e arborização nos bairros; • Não proteção ao patrimônio histórico da cidade; • Falta de áreas e atividades de lazer e esporte; • Festas culturais e exposições artísticas insatisfatórias; • Carecimento de incentivos e investimento no setor de turismo; • Ausência ou pouca disponibilidade de empregos; • Alagamentos e inundações da área central e bairros periféricos; • Base cartográfica incompleta; • Descarte irregular de resíduos domiciliares e da construção civil; • Presença de vazios urbanos nas áreas centrais. 	<ul style="list-style-type: none"> • A precariedade nos serviços de saúde propicia uma ineficiência na prevenção e promoção da saúde, além do aumento das notificações de mortalidade; • Aumento das taxas de crimes violentos, furtos e roubos ameaçam a segurança pública; • A ausência de tratamento de esgoto ameaça a saúde pública e o meio ambiente; • A não participação nas audiências públicas propicia a não inserção da população no processo de gestão do município; • A falta de conhecimento sobre a ferramenta plano diretor torna a população suscetível, permitindo ao poder público adotar soluções desconectadas das reais problemáticas, assumindo valores e prioridades que não correspondem às necessidades da população; • A ineficiência da mobilidade urbana e a inacessibilidade das calçadas ameaçam a segurança nos deslocamentos dos motoristas e pedestres; • O não atendimento das necessidades da população pelo município pode gerar movimentos fixos de imigração para cidades vizinhas; • A pouca quantidade de áreas verdes pode comprometer a qualidade de vida dos habitantes; • A não proteção ao patrimônio histórico pode acarretar na perda de identidade da população; • A ausência de áreas e atividades de lazer e esporte é uma iminência à qualidade de vida; • A carência de incentivos ao setor de turismo prejudica a geração de renda em diversos setores econômicos e o investimento em infraestrutura; • A falta de empregos compromete o desenvolvimento econômico, a circulação de capital e podendo gerar um aumento nos níveis de pobreza do município; • Os alagamentos e inundações ameaçam a vida da população e prejudicam o comércio e o trânsito da cidade. • A ausência de base cartográfica prejudica o fornecimento de subsídios para o planejamento e evolução dos estudos em diversas áreas do conhecimento; • O descarte irregular de resíduos gera problemas ambientais e de saúde pública; • A presença de vazios urbanos ajuda a promover a expansão horizontal da cidade onerando a disponibilização de serviços urbanos.

Traçando um panorama da confecção da matriz SWOT/FOFA, foram identificadas apenas quatro forças, seis oportunidades, dezesseis ameaças e dezoito fraquezas. Os resultados não foram satisfatórios, revelando um cenário preocupante, havendo por parte da população, uma criticidade envolvendo diversos aspectos que podem estar relacionadas às reais condições em que o município se encontra.

Para análise da matriz, em relação aos aspectos negativos, vincularam-se as fraquezas juntamente com as ameaças, pois ambas estão intimamente interligadas. Em relação aos aspectos positivos, nas forças, apenas quatro elementos obtiveram destaque; já nas oportunidades, foi dada ênfase aos que se aproximaram do conceito força.

É necessária maior atenção por parte da administração municipal na quantidade de fraquezas e ameaças existentes. Algumas são pontuais e, na teoria, mais fácil de serem resolvidas, como é o caso da criação de uma base cartográfica abrangente, maior divulgação das audiências públicas, etc. Outras, no entanto, exigem medidas de médio e longo prazo, como é o caso da violência, do tratamento de esgoto, proteção do patrimônio histórico, taxa de desemprego, mobilidade, dentre outros. Um fato que chama atenção é o desconhecimento da população acerca da ferramenta denominada plano diretor.

Apesar de serem apenas quatro, as forças representam importantes aspectos atrelados ao saneamento básico, à presença de rico patrimônio histórico, à localização estratégica e à presença de centros de formação. Já nas oportunidades destacam-se, a educação, o transporte público, o sistema de coleta de lixo e de coleta seletiva, e dentre os cientes do plano diretor, a expectativa ou esperança da população nessa ferramenta.

Um aspecto que merece destaque é a aproximação dos resultados obtidos nos questionários com os resultados obtidos pela matriz. É evidente que a própria matriz foi confeccionada por meio dos questionários; contudo, não houve contradições, pois as duas formas de organização dos dados e informações se confirmaram e se complementaram.

Como última etapa, foram confeccionadas duas nuvens de palavras, contendo os principais aspectos positivos e negativos levantados pela população durante a aplicação dos questionários, cabendo ressaltar que quanto maior a fonte, mais vezes a palavra foi citada (figura 106 e 107).

Figura 106: Três Corações - MG, pontos negativos destacados pela população, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Nos aspectos negativos destacaram-se a violência, a saúde, a administração pública, o desemprego e a penitenciária.

Figura 107: Três Corações - MG, pontos positivos destacados pela população, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Nos aspectos positivos elencaram-se, em maior volume, a Escola Sargento das Armas, a Localização Estratégica, Educação, Hospitalidade e a Saúde. Houve diversas menções a “nenhum” ou “nada”, mas estes não foram contabilizados na nuvem.

A última pergunta do questionário referia-se a alguma sugestão de obra ou melhoria que poderia ajudar o município em algum aspecto, os resultados mais relevantes são assinalados a seguir: criação de centros culturais, construção de creches, instalação de indústrias; incentivo às políticas de emprego; melhorias no setor da saúde e construção de hospital; investimento em lazer; melhorias na praça central e melhorias no tráfego e vias de circulação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da escolha do objeto de estudo - o município de Três Corações - foi possível traçar toda a composição estrutural da pesquisa, como referencial teórico, metodologia e pesquisa empírica. Diante do conteúdo exposto nos três capítulos foi possível arquitetar algumas considerações.

A reforma urbana e, conseqüentemente, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana surgiram a partir de um contexto de desigualdade social, segregação espacial e exclusão presente nas cidades brasileiras no século XX, cenário agravado pela forma como ocorreu a urbanização no Brasil. Durante muitos anos, o movimento lutou ativamente - e ainda luta - na mobilização social em busca por cidades mais justas que promovam sua função social, o direito à cidade, qualidade de vida e a inserção da participação popular na gestão da cidade. Parte dessa luta teve como resultado os capítulos 182 e 183 da política urbana presentes na Constituição Federal de 1988.

O Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, é embrionário da Constituição de 1988, pois o próprio texto constitucional requeria uma lei complementar específica que regulamentasse os instrumentos e obrigasse a construção de planos diretores, por parte dos municípios que incorporassem seus princípios.

As inovações trazidas pelo Estatuto, permearam por diversos campos e áreas de atuação, envolvendo desde o planejamento urbano à gestão popular, visando à inclusão territorial e social. Tendo transcorrido quinze anos de sua vigência, assiste-se a um “boom” de municípios que passaram a ter seus planos diretores. Se, pelo número de municípios brasileiros, o Estatuto excluiu a maioria, por outro lado (populacionalmente), incorpora a maioria da população brasileira. Contudo, os ganhos reais foram poucos, e a exclusão social tratada por essa legislação ainda persiste.

Como visto anteriormente, a aproximação das diretrizes do Estatuto das Cidades aos municípios brasileiros se efetiva por meio dos planos diretores, os quais há desde a década de 1930, preservando características estritamente técnicas. A partir da Constituição (1988) e do Estatuto da Cidade (2001), a abrangência dos planos diretores foi ampliada e seu sentido alterado, passando a vincular-se à definição da função social da cidade e ao plano de desenvolvimento urbano municipal.

Mesmo com todas as problemáticas elencadas, desde a sua elaboração até a sua aplicação, os novos planos diretores, ainda sim, podem ser considerados como uma

ferramenta que, ao menos, consegue entrar em conflito com os interesses dominantes. Para isso se materializar de uma forma mais ampla, além do planejamento, é necessário incentivar, paulatinamente, uma gestão democrática e participativa - a população precisa se sentir parte integrante desse processo - somente assim será possível garantir cidades mais justas.

O município de Três Corações está inserto em toda transformação do território e do espaço urbano brasileiros, o que, de certa forma, também inclui o desenvolvimento regional do Sul de Minas. A princípio, esperava-se certa dificuldade em encontrar referências bibliográficas que abordassem a história de Três Corações; no entanto, esta foi suprida a partir da descoberta e identificação de três obras memorialistas e complementares entre si. Nesse capítulo, a dissertação assumiu fortemente um caráter descritivo, por vezes incluindo nas discussões, as temáticas: paisagem, espaço urbano e centro/centralidade.

O início da história de Três Corações está intimamente relacionado às bandeiras ocorridas no século XVIII e à presença do Rio Verde (local de passagem e por conter lavras). Aos poucos, o pequeno centro se desenvolve até a fundação das primeiras igrejas e das primeiras instituições de ensino. No final do século XIX e início do século XX, com a chegada da ferrovia, construção da feira de gado e instalação da agência do Banco do Brasil, o espaço urbano assume uma nova dinâmica; portanto, a produção deste último, localmente, advém das condições de reprodução do capital, inserida em um contexto regional e nacional. Adentrando em meados do século XX, a cidade foi sendo dotada de equipamentos e serviços urbanos básicos responsáveis pela manutenção das relações sociais.

Atualmente, o município de Três Corações tem como base econômica o setor de serviços e o setor agropecuário, apesar do consolidado distrito industrial, situado às margens da Rodovia Fernão Dias, a participação desse setor na economia local é pequena. No contexto regional destaca-se pela população (7º) e PIB (5º) dentre 146 municípios; todavia, sofre com forte concorrência de cidades como Varginha (33 km), Pouso Alegre (114 km) e Poços de Caldas (183 km).

De uma maneira geral, os resultados dos questionários aplicados revelaram-se preocupantes, principalmente os relacionados à segurança/violência, à rede de esgoto, ao conhecimento das audiências públicas, à proteção ao patrimônio histórico, ao lazer, ao esporte, à cultura, ao turismo e ao emprego. Fazendo-se a análise em concordância com as diretrizes previstas no plano diretor 2006, infere-se que elas não são utópicas, mas reais, e se aproximam das condições reais do município, carecendo de uma efetiva aplicabilidade. Outro aspecto que merece destaque é a indiferença das gestões que passaram pelos dez anos de vigência do plano diretor em relação as suas diretrizes.

Assim, é possível afirmar que paira uma possível sensação de descrédito, por parte das administrações municipais, no plano diretor. Até mesmo durante a campanha eleitoral pouco se debateu sobre a temática. Foram poucas as candidaturas que, durante o período de propaganda, ou até mesmo em seu plano de governo, inseriram-no como item na pauta de discussões.

No acompanhamento da elaboração do novo plano diretor, obteve-se outro resultado preocupante. A princípio, por meio de seu endereço eletrônico, a prefeitura municipal de Três Corações parecia organizar e cumprir todos os requisitos para sua elaboração; no entanto, em todo o ano de 2016, apenas uma audiência pública foi realizada, ainda tendo como agravante a baixa participação popular. Posteriormente à audiência, todo o cronograma estabelecido foi cancelado, e até então não se têm mais notícias sobre seu andamento e sua organização.

A matriz SWOT/FOFA mostrou-se como uma ferramenta metodológica essencial de identificação e de síntese das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças presentes no município por meio da análise de seu plano diretor, principalmente por possibilitar o cruzamento de informações. A partir de sua confecção espera-se que os gestores municipais assimilem e compreendam os principais aspectos positivos e negativos levantados pela população, visando à sua neutralização para que se propicie melhor qualidade de vida ao povo tricordiano.

A pesquisa contou com alguns entraves, mas o primeiro a ser mencionado não pode ser considerado essencialmente como um entrave, consubstanciando mais uma constatação referente à ausência de pesquisas de caráter geográfico que abordem temáticas importantes como a reforma urbana e o Estatuto da Cidade. Na elaboração do referencial teórico, em sua maioria, foram utilizadas obras pertencentes às grandes áreas do conhecimento como a do direito e da arquitetura.

A aplicação dos questionários também não ocorreu conforme o esperado. Apesar do elevado número de amostras, estimou-se que a divulgação no formato *online* seria suficiente para que se atingisse o objetivo. Contudo, após um mês de divulgação, o número de questionários respondidos era um pouco maior que a metade da quantidade de amostras exigidas. Assim, optou-se por colher essas informações presencialmente com o auxílio de um *tablet* e de questionários impressos que posteriormente eram registrados eletronicamente.

Outro fator limitante relaciona-se à descontinuidade das audiências públicas referentes à elaboração do novo plano diretor. Era de se esperarem algumas problemáticas que interfeririam no seu desenvolvimento como: as eleições no mês de outubro, a crise financeira e fiscal dos municípios, dentre outros. Mas chegou a margear o descaso, por parte da

administração municipal, a realização de apenas uma audiência pública, fato que prejudica diretamente a população e um estudo mais detalhado e crítico sobre a temática. Outro fator agravante é o não pronunciamento da prefeitura sobre o assunto, posto que, desde o cancelamento de todo o cronograma previsto, não há quaisquer notícias sobre a revisão do plano diretor do município.

A carência de uma base cartográfica também dificultou o entendimento de diversos aspectos, incluindo: o processo de expansão urbana de Três Corações, a divisão da cidade em bairros, a delimitação do perímetro urbano, o uso e ocupação do solo, a área central, além dos aspectos físicos como clima, relevo, hidrografia, vegetação, dentre outros.

Para trabalhos futuros recomenda-se pensar em metodologias inovadoras para avaliação e apreciação do plano diretor. Não que a aplicação dos questionários ou a confecção da matriz SWOT/FOFA sejam insuficientes, embora, como são poucos os estudos que fazem referências a esse tipo de análise, seriam prementes novas propostas metodológicas. Como exemplo, a análise poderá se efetuar por meio de estudos comparativos entre cidades do mesmo porte demográfico, pertencentes a uma mesma região, dentre outras características comparativas.

Outras complementações poderiam advir de como se deu detalhadamente a urbanização de Três Corações, verificando o papel desempenhado pelas elites locais, a influência do capital estrangeiro, contando com a presença de mapas antigos, dos eixos indutores do desenvolvimento, da evolução populacional antes da segunda metade do século XX, a importância dos imigrantes, a relevância da ESA e do distrito industrial, a dinâmica trazida à cidade pela rodovia Fernão Dias (BR-381), a relação campo/cidade e demais temáticas. Temas complementares a esta pesquisa e que, por si só, seriam capazes de gerar diversos trabalhos acadêmicos. Também pode-se constar, nas discussões sobre planejamento urbano, o papel desempenhado por outras ferramentas e não somente o plano diretor, como o parcelamento do solo, o código de obras, o uso ocupação do solo urbano, etc.

Ainda espera-se que este estudo estimule novas e futuras pesquisas, não somente no âmbito acadêmico, servindo como material de embasamento e de auxílio ao setor público municipal e ao setor privado, à comunidade acadêmica e à sociedade que se interesse pela temática. Expecta-se, também, que ele fomente o conhecimento e suscite novas investigações que objetivem atenuar os problemas urbanos verificados no território nacional e, principalmente, na cidade de Três Corações-MG.



REFERÊNCIAS

- ALVES, L. A.; RIBEIRO FILHO, V. A (Re) Estruturação do Espaço Urbano de Uberlândia-MG: uma análise a partir dos processos de centralização e descentralização. **Observatorium**, Uberlândia - MG, v.1, n.1, p.170-184, jan. 2009.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro**. Coleção Texto para Discussão, n. 554. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0554.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- ARAÚJO, P. V. L. **Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840**. Campinas - SP, 2008.334 p. Tese (Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- AVERITZER L., O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 91, 2010, 205-221.
- BARÃO, P. **A Problemática das Enchentes na Bacia do Rio Verde**. Cidadão Caxambuense, Caxambu - MG, 2011.
- BARROS, A. M. F. B.; CARVALHO, C. S.; MONTANDON, D. T. O Estatuto da Cidade comentado. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. Aliança das Cidades, São Paulo-SP, 2010.
- BASSUL, J. R. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, Santiago - Chile, v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 18 de ago. de 2016.
- _____. Estatuto da Cidade: a construção de uma lei. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. Aliança das Cidades, São Paulo-SP, 2010. p.71-90.
- BERNARDES, J. A. Mudança Técnica e Espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2^o. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BIRKHOLZ, L. B. Evolução do Conceito de Planejamento Territorial. In: BRUNA, G. C. (Org.). **Questões de Organização do Espaço Regional**. São Paulo: Nobel, 1983.
- BORGES, M. V. **O Zoneamento na Cidade do Rio De Janeiro: gênese, evolução e aplicação**. 223 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, 2007.

BRANQUINHO, E.S. A Reestruturação das Cidades Médias no Sul de Minas Gerais. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** São Luiz - MA: Associação Brasileira dos Geógrafos, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001)**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. **Plano Diretor Participativo**. Brasília-DF: Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2005. 92 p.

_____. **Regularização Fundiária Urbana**: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009. Brasília-DF: Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação, 2013.56p.

_____. **Ministério das Cidades**: o ministério. Brasília-DF: Ministério das Cidades, 2015. Disponível em: www.cidades.gov.br. Acesso em: 27 de out. 2016.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. de L. A Urbanização Recente no Brasil e as Aglomerações Metropolitanas. XXIV General Population Conference. **Anais...** Salvador - BA: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2001.

CALCAGNOTTO, A. C. P. **Planejamento Estratégico**: as estratégias competitivas e sua aplicação em empresas de varejo da região de Caxias do Sul.177 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas - SP, 1995.

CARDOSO, P. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social à Luz Do Novo Marco Legal Urbanístico**: subsídios para implementação nos estados e municípios. São Paulo-SP: Instituto Pólis,2008.64p.

CANO, W. Concentração e Desconcentração Econômica no Brasil: 1970/95. **Revista Econômica e Sociedade**, Campinas-SP, n.8. jun. 1997, p.101-141.

CARDOSO, A. L. Reforma Urbana e Planos Diretores: avaliação da experiência recente. **Cadernos IPPUR**, ano XI, nº 1 e 2. Rio de Janeiro: IPPUR, 1997, pp. 79-112.

CFVV (CIRCUITO FERROVIÁRIO VALE VERDE). **Três Corações, um Deles, com Certeza, Ferroviário**. 2013. Disponível em: <http://cfvv.blogspot.com.br/2013/01/tres-coracoes-um-deles-com-certeza.html>. Acesso em: 26 de jan. 2017.

COELHO, A. **Gestão de Negócios Turísticos**. Rio de Janeiro - RJ: FGV, 2014, p.80.

CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.;GOMES, P. C.C.; CORRÊA. R. L. **Geografia**: conceitos e temas, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 1995.

_____. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo - SP: Ática, 2005.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, M. A.; FAVARÃO, C. B. Institucionalidade e Governança na Trajetória Recente da Política Urbana Brasileira: legislação e governança urbanas. In: COSTA, M. A. (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. Brasília-DF: IPEA, 2016. 361 p.

CUNHA, V. **Álbum de Fotografias Históricas de Três Corações**. 1999.

_____. **Três Corações...** Um Pouco de sua História. Três Corações-MG: Editorun, 2012.

CYMBALISTA, R. A Trajetória Recente do Planejamento Territorial no Brasil: Apostas e Pontos a Observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba-PR, n.111, jul./dez. 2007, p.29-45.

CYMBALISTA, R.; SANTORO, P. F. O Plano Diretor na luta pelo direito à cidade. In: CYMBALISTA, R.; SANTORO, P. F. (Orgs.). **Planos Diretores**: processos e aprendizados. São Paulo-SP: Instituto Pólis, 2009. 158p.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E.; GOMES. P.C da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 2º. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DINIZ, I. F. **Contribuição da ferrovia para a urbanização**: 1908-1950. Alguns apontamentos sobre o Norte de Minas. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros - MG, 2012.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, I.E.; GOMES. P.C da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 2º. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ESCOLA SARGENTOS DAS ARMAS (ESA). **Resumo Histórico**. 2017. Disponível em: <http://www.esa.ensino.eb.br/index.php/historia/resumo-historico>. Acesso em: 26 de jan. 2017.

FELDMAN, S. O Arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva. In: **XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 2005, Salvador. Planejamento, Soberania, Solidariedade, 2005. v. 01. p. 01-16.

FELDMAN, S. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). In: **I ENANPARQ** - Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. v. 01. p. 01-20.

FERNANDES, E. Estatuto da Cidade, Mais de 10 Anos Depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? **Revista UFMG**, Belo Horizonte-MG, v.20, n.1, 2010, p. 212-233.

FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo-SP: Disal, 2004.

FERREIRA, M. Rede de Cidades em Minas Gerais a partir da Realocação da Indústria Paulista. **Nova Economia**, Belo Horizonte - MG, nº especial, 1996. p. 09-69.

FERREIRA, M. **Planejamento Urbano nos Tempos do SERFHAU**: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca. São Carlos-SP, 2007. 218 p. Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

FERREIRA, M.C. **Iniciação à Análise Geoespacial**: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento. Editora Unesp, 1 ed. São Paulo, 2014.

FERREIRA, N.S. **Economia e Sociedade de Uma Cidade do Sul de Minas Gerais**: Varginha na passagem do século XIX para o XX. 2014. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alfenas., Varginha - MG, 2014.

FONSECA, J. G. **Três Corações e sua História**. Belo Horizonte - MG: Imprensa Oficial, 1984.

FREDERICO, S. Formação Territorial de Minas Gerais. **II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. São Paulo - SP: USP, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Estudo Sobre Regionalização do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2001. p. 38. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=73097>. Acesso em: 01 fev. 2015.

GAMBI, T. F. R.; SAES, A.M.; CONSENTINO, D. V.; MARSON, M. D. O processo de Urbanização no Sul de Minas em Transição. **XV Seminário Sobre Economia Mineira**. Diamantina - MG: UFMG/Cedeplar, 2012.

GALINDO, E. MONTEIRO, R. A. **Nova Agenda Urbana no Brasil à luz da Habitat III**. Repositório do Conhecimento do IPEA. Rio de Janeiro: Boletim Regional, Urbano e Ambiental. 2016.

GIL, A. C.. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GOOGLE. **Google Earth**. Versão 7.1.8.3036 (32-bit). 2017. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/download/ge/agree.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Google Street View**. 2011. Disponível em: <https://www.google.com/streetview/>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GOVERNO ESTADUAL DE MINAS GERAIS. **Caderno Regional do Sul de Minas**. Alfenas - MG: UNIFAL, 2014. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/icn/system/files/anexos/Caderno%20Regional%20Sul%20de%20Minas.pdf>. Acesso em: 19 de dez. 2016.

GRAÇA FILHO, A. A. As Flutuações dos Preços e as Fazendas Escravistas de São João del Rei no Século XIX. **IX Seminário Sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte - MG: UFMG/Cedeplar, 2000. v.1. p.147-178.

G1 SUL DE MINAS. **Pelé vai Inaugurar Réplica de Casa Onde Viveu em Três Corações, MG**. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2012/09/casa-de-pele-e-reconstruida-e-idolo-participa-de-inauguracao.html>. Acesso em: 07 de jan. 2017.

_____. **Transporte de Trem Entre Lavras e Três Corações Pode Ser Reativado**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/11/transporte-de-trem-entre-lavras-e-tres-coracoes-pode-ser-reativado.html>. Acesso em: 26 de jan. 2017.

_____. **Prefeituras Criam Projetos para Reutilizar Linhas Férreas no Sul de MG**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2015/08/prefeituras-criam-projetos-para-reutilizar-linhas-ferreas-no-sul-de-mg.html>. Acesso em: 26 de jan. 2017.

_____. **Moradores Criticam Asfaltamento de Trilhos de Trem em Três Corações, MG**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/moradores-criticam-asfaltamento-de-trilhos-de-trem-em-tres-coracoes-mg.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **I Centenário das Ferrovias Brasileiras**. Serviço Gráfico do IBGE: Rio de Janeiro, 1954.

_____. **Regiões de Influências das Cidades 2007 - REGIC**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 2008.

_____. **Sistema de Recuperação Automática - SIDRA**. 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2016**. Rio de Janeiro-RJ: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. p. 6. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **A Estrada Real**. 2015. Disponível em: <http://www.institutoestrada-real.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Mapas**. 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/mapas>. Acesso em 20 out. 2016.

JUSTINO, A. S. **A Produção do Espaço Urbano e os Planos Diretores de Uberlândia (MG): um estudo do bairro Fundinho na ótica do planejamento estratégico Uberlândia-MG**, 2016. 276 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

LOBO, M. L. C; SIMÕES JR. J. G. **Urbanismo de Colina: uma tradição luso-brasileira**. São Paulo - SP: Editora Mackenzie, 2012. 456 p.

LOPES, A. F. A. **O Programa Cidade Sustentável, seus Indicadores e Metas**: Instrumentos Metodológicos para a Avaliação da Sustentabilidade no Município de Prata/MG. 203 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2016.

LUSTOZA, R. E. **Produção do Espaço Urbano e Questão Ambiental**: a urbanização entre mar e montanha na Cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói: Universidade Federal Fluminense: Instituto de Geociência, 2006.

MANFIO, V. A Cidade e os Equipamentos Urbanos: uma análise sobre nova Palma/RS. **InterEspaço**, Grajaú - MA v. 1, n. 2, 2015. p. 137-151.

MANZATO, J. A.; SANTOS, A. B. **A Elaboração de Questionários na Pesquisa Quantitativa**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.234-251.

MARGUTI, B. O. COSTA, M. A.; GALINDO, E. P. A Trajetória Brasileira em Busca do Direito à Cidade: os quinze anos de estatuto da cidade e as novas perspectivas à luz da nova agenda urbana. In: COSTA, M. A. (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. Brasília-DF: IPEA, 2016. 361 p.

MARICATO, E. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A (Orgs.). **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo-SP: Aliança das Cidades, 2010. 120 p.

_____. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades Uma Trajetória Incompleta. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 309 – 310.

MARTINS, H.E.P; BERTOLUCCI JR. L; OLIVEIRA, P.L. Urbanização, Migração e Emprego: uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18. n. 2, p. 283-305, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/viewFile/11776/8500>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MELO, N. A. de. **Pequenas Cidades da Microrregião Geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

MEMÓRIA DE TRÊS CORAÇÕES. **Facebook**. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/Mem%C3%B3rias-de-Tr%C3%AAs-Coras-Cora%C3%A7%C3%B5es-1585319145015763/>. Acesso em: 20 de out. 2016.

MERRILL, W. C.; FOX, K. A. **Estatística Econômica**: Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 1977. 738 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, G. Fundamentos de sistema de gestão integrada de SMSQRS. In: MORAES, G. **Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS**. v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: QVC, 2010. p. 413-502.

MORAES, A. F.; GOUDARD, B.; OLIVEIRA, R. Reflexões sobre Cidade, seus Equipamentos Urbanos e a Influência destes na Qualidade de Vida da População. **Interthesis**, Florianópolis - SC, v. 5, n. 2. 93-103 p. 2008.

MOTA S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro-RJ: ABES, 1999.

NAVES, N. R. **Memórias de um Parque Infantil**. 2011. Disponível em: <http://otricordiano.blogspot.com.br/2011/11/memorias-de-um-parque-infantil.html>. Acesso em: 29 jan. 2017.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO (NEDRU). **Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Social da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Seu Colar de Influência Regional com Vistas à Implantação da Região Metropolitana**. Uberlândia - MG, 2013. 301 p. Disponível em: http://www.amvale.org.br/site/assets/arquivos/relatorio_rmtm_v2.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016.

NUNES, V. G. A. **Plano Diretor: uma metodologia de elaboração para municípios de pequeno porte**. 2005. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia - MG, 2005.

OCHOA, C. **Qual é o Tamanho da Amostra que eu Preciso?** Netquest. 2013. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>. Acesso em: 04 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **About Habitat III**. New York: ONU, 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/about>. Acesso em: 01 nov. 2016.

O TEMPO. **UninCor Investe na Educação para Retomar Crescimento**. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/unincor-investe-na-educacao-pa>. Acesso em: 26 de jan. 2017.

PASCOAL, I. Economia e Trabalho no Sul de Minas no Século XIX. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 259-287, ago. 2007.

PEREIRA, A. J. **Leituras de Paisagens Urbanas: um estudo de Araguaína - TO**. 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

PIRES, T. **Quando o Plano Diretor Não é a Salvação**. Rede Brasil Atual. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/desafiosurbanos/2013/08/quando-o-plano-diretor-nao-e-a-salvacao-4483.html>. Acesso em: 30 de jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES (PMTc). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Três Corações**. Três Corações - MG, 2006.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Três Corações-MG: Comitê de Coordenação e Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, Decreto: 2607/2013, 2013.

_____. **Arquivo de Notícias**. 2015. Disponível em: <http://www.trescoracoes.mg.gov.br/index.php/noticias> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. **Arquivo de Notícias**. 2016. Disponível em: <http://www.trescoracoes.mg.gov.br/index.php/noticias> Acesso em: 17 jan. 2017.

REZENDE, V. F. O Plano Diretor como Processo e a Atuação Metropolitana ou Regional? In: ERCULANO, S. **Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé (RJ)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011.

RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, A. G. BRASILEIRO, A.; ALCANTRA, D.; QUEIROZ, M. **Observando a Qualidade do Lugar: Procedimentos para a Avaliação Pós-Ocupação**. Coleção ProArq. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo-SP: Atlas, 1999.

ROCHA, Y. T. Teoria Geográfica da Paisagem na Análise de Fragmentos de Paisagens Urbanas de Brasília, São Paulo e Rio De Janeiro. **Revista Formação**, Presidente Prudente - SP, n.15 v. 1. 2008. p.19-35

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo-SP, n.12, 2004, pp. 9-25.

RODRIGUES, E. BARBOSA, B. R. **Movimentos populares e o Estatuto da Cidade**. São Paulo: Aliança das Cidades. 2010.

RODRIGUES, L. L. **Estatuto da Cidade: quinze anos se passaram, mas o Brasil urbano continua desigual e excludente**. ArchDaily Brasil, 2016. Acessado 31 Jan 2017. <http://www.archdaily.com.br/br/785520/>.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE Jr., N.; ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo: Pólis, 2001. p. 5-9.

ROSSINI, C. C. **A Segregação na Distribuição dos Equipamentos de Infra-Estrutura Urbana, na Cidade de Santa Maria/RS**. 2005. 135 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2005.

SAES, A. M.; COSENTINO, D. V.; GAMBI, T. F. R.; SILVA, M. P. Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o XX. In: **XIV Seminário de Economia Mineira**, 2010, Diamantina-MG. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar>. Acesso em: 09 jan. 2014.

SAES, A. M.; ROSA, E. R. Mercado pontual: atuação estatal na formação da feira de gado de Três Corações (1900-1920). In: **Estudos Econômicos**, São Paulo - SP: Universidade de São Paulo, v. 43, nº 4. 2013. p. 745 - 772.

SANTORO, P. F.; CYMBALISTA, R. Plano diretor: participar é um direito! São Paulo: Instituto Póllis, 2005.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo Amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SANTOS Jr., O. A.; SILVA, R. H.; SANT'ANA, M. C. Introdução. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (Orgs.). **Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade**: balanço crítico e perspectivas. Letra Capital: Rio de Janeiro-RJ. Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**, São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo - razão e emoção. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: **Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. O sistema de gestão e participação democrática nos planos diretores brasileiros. In: SANTOS Jr., O; MONTANDON, D. **Os Planos Diretores Municipais Pós Estatuto da Cidade**: Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ.

SAULE JR., N. Estatuto da Cidade Instrumento de Reforma Urbana. In: SAULE Jr., N.; ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade**: novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo-SP: Póllis, 2001. p. 10-36.

_____. O Direito à Cidade Como Centro da Nova Agenda Urbana. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Rio de Janeiro-RJ: IPEA. nº 15. jul.-dez. 2016. p.73-76.

SAULE JR, N; UZZO, K. **A Trajetória da Reforma Urbana no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: 16 out. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG). **Caderno Regional do Sul de Minas**. Belo Horizonte, 2014. 235f

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2000.

SILVA, J. P. G. **A Influência da Atividade Industrial Sobre o Espaço Urbano Acabou por Gerar um Amplo Movimento com Pretensões Científicas**. 2014. 161 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2014.

SILVA, A. A. **Reforma Urbana e o direito à Cidade**. São Paulo: Polis, 1991, 59 p.

SILVA, L.R. **Panoramio**. 2012. Disponível em: www.panoramio.com. Acesso em: 16 de out. de 2016.

SOSA, M. R. SEGRE, R. O Plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro (1927-1930): diálogos com a escola francesa de urbanismo no final da década 1920. In: PEREIRA, E. M. **Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó-SC: Argos, 2013.

SOUSA, B. **Dados e Fatos da Terra do Rio Verde**. Pouso Alegre - MG: Escola Profissional, 1971.

SOUZA, D. N. Z.; SILVA, E. M.; OLIVEIRA, M.C. Análise de Ambiente por Meio da Metodologia SWOT: uma aplicação no setor automobilístico. **Revista Espacios**, Caracas - Venezuela. vol. 34 (10). 2013. p. 17

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2º. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2010.

SPOSITO, M. E. B. Estruturação Urbana e Centralidade. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 3, 1991. **Anais...** Toluca - México, v. 1. p. 44-55.

TAVEIRA, M. M. V. **Impactos de Aterros Sanitários de Três Municípios de Minas Gerais na Qualidade da Água**. 2012. 111 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos em Sistemas Agrícolas). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

TAVARES, M. G. C. Planos Diretores como Instrumento de Reforma Urbana: potencialidades e limites. In: Encontro Nacional da ANPUR. **Anais...**, Recife-PE: ANPUR, v.7, 1997. p. 294-320.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 4a.edição. São Paulo-SP: Livraria Editora Polis Ltda, 1985.

TOPALOV, C. Savoirsetprojetsurlaville et larégion: untamps de crise? In: IV Encontro Nacional da Anpur. **Anais...**, Salvador - BA, UFBA: MAU/FA, 1991, p. 13-27.

VEIGA, B. S. **Almanak Sul-Mineiro para 1884**. Campanha - MG: Monitor Sul-Mineiro, 1884. Disponível em: <http://historiasuldeminas.blogspot.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2017.

VERDUM, R. FONTOURA, L. F. M. **Temáticas rurais: do local ao regional**. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2009.

VIANA, C. **Bens Tombados de Três Corações - Parque Infantil**. 2012. Disponível em: <http://tempodevoradordascoisas.blogspot.com.br/2012/12/bens-tombados-de-tres-coracoes-parque.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

VILLAÇA, F. A Crise do Planejamento Urbano. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo-SP, v.9, n.2, 1995, p. 45-51.

_____. **Dilemas do Plano Diretor**. São Paulo-SP, 1998. Disponível em: www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cepam2.pdf. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo-SP, 2005. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf. Acesso em: 10 abr. 2016.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre - RS: Bookman, 2001.

APÊNDICE 01

Ilustrações da Capa

Três Corações - MG, portão principal da ESA, 2017.



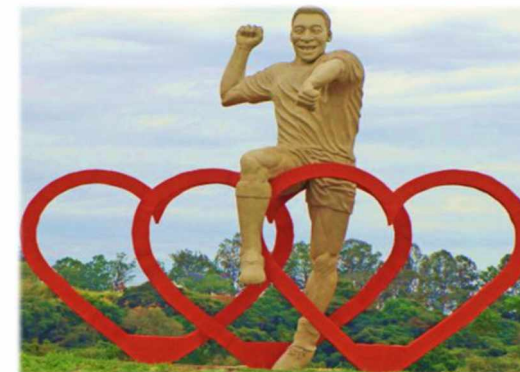
Fonte: Autoria própria, 2017.

Três Corações - MG, Igreja Matriz Sagrada Família, 2012.



Fonte: Frascoli, 2012.

Três Corações - MG, estátua pedestre em homenagem a Pelé as margens da BR-381, 2017.



Fonte: Posto Trevo, 2017.

Três Corações - MG, fonte da Praça Odilon R. de Andrade, ao fundo E. E. Bueno Brandão, 2017.



Fonte: Associação Comercial e Empresarial de Três Corações, 2017.

Vista aérea parcial da cidade de Três Corações - MG, 2012.



Fonte: Silva, 2012.

Vista parcial da área central da cidade de Três Corações - MG, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2017.

QUESTIONÁRIO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE TRÊS CORAÇÕES - MG

INFORME SUA IDADE: _____

INFORME SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

- () FUNDAMENTAL INCOMPLETO
- () FUNDAMENTAL COMPLETO
- () MÉDIO INCOMPLETO
- () MÉDIO COMPLETO
- () SUPERIOR INCOMPLETO
- () SUPERIOR COMPLETO

----- **ASPECTOS SOCIAIS** -----

01) COMO VOCÊ AVALIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO?

- () ÓTIMA () BOA () REGULAR () RUIM () PÉSSIMA

02) COMO VOCÊ AVALIA A EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO?

- () ÓTIMA () BOA () REGULAR () RUIM () PÉSSIMA

03) EM RELAÇÃO À SEGURANÇA NO MUNICÍPIO, COMO VOCÊ SE SENTE?

- () MUITO SEGURO () SEGURO () POUCO SEGURO () INSEGURO

04) EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 A 5 (ONDE 1 É PÉSSIMO E 5 ÓTIMO).A - () ABASTECIMENTO DE ÁGUA

B - () REDE DE ESGOTO

C - () COLETA DE LIXO

D - () ENERGIA ELÉTRICA

----- **ASPECTOS POLÍTICOS** -----

05) VOCÊ TEM CONHECIMENTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL?

SIM NÃO

06) EM RELAÇÃO À SUA PARTICIPAÇÃO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DECISÕES POLÍTICAS DO MUNICÍPIO, VOCÊ SE CONSIDERA:

MUITO PARTICIPATIVO POUCO PARTICIPATIVO

PARTICIPATIVO NÃO PARTICIPATIVO

07) VOCÊ SABE O QUE É PLANO DIRETOR?

SIM NÃO

ATENÇÃO! RESPONDER AS QUESTÕES A, B, C SOMENTE SE A RESPOSTA DA QUESTÃO 07 FOR “SIM”. SE FOR “NÃO”, PULAR PARA 08.

07-A) COMO VOCÊ AVALIA O PLANO DIRETOR ANO 2006 DE TRÊS CORAÇÕES?

ÓTIMO BOM REGULAR RUIM PÉSSIMO

07-B) QUAL SUA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AOS PLANOS DIRETORES DE UMA FORMA GERAL?

TODOS OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DEVERIAM TÊ-LO COMO UM GUIA DE PLANEJAMENTO.

É UMA FERRAMENTA ÚTIL, MAS QUE APRESENTA PROBLEMAS EM SUA APLICABILIDADE OU NÃO É APLICADO CORRETAMENTE.

É UMA FERRAMENTA INEFICIENTE.

07-C) QUAIS SÃO SUAS EXPECTATIVAS QUANTO À ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR ANO 2016?

ACREDITO QUE TRARÁ MELHORIAS PARA O MUNICÍPIO.

ACREDITO QUE NÃO TRARÁ MELHORIAS.

AS CONDIÇÕES ATUAIS DO MUNICÍPIO SERÃO AS MESMAS COM OU SEM UM NOVO PLANO DIRETOR.

----- ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE -----

08) COMO VOCÊ AVALIA O TRANSPORTE PÚBLICO DA CIDADE?

ÓTIMO BOM REGULAR RUIM PÉSSIMO

09) EM SUA OPINIÃO, O QUE PREJUDICA A MOBILIDADE URBANA DE TRÊS CORAÇÕES?

VIAS DE CIRCULAÇÃO ESTREITAS

EXCESSO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

FALTA DE SINALIZAÇÃO OU SINALIZAÇÃO PRECÁRIA

MÁ QUALIDADE DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO (BURACOS, AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO E ETC.)

TODAS AS ALTERNATIVAS ANTERIORES

10) COMO VOCÊ CONSIDERA AS CALÇADAS DA CIDADE?

MUITO ACESSÍVEIS POUCO ACESSÍVEIS

ACESSÍVEIS INACESSÍVEIS

11) VOCÊ SE DESLOCA PARA OUTRA CIDADE COM FREQUÊNCIA?

SIM

NÃO

11-A) EM CASO AFIRMATIVO, QUAL O PRINCIPAL MOTIVO DO DESLOCAMENTO? _____

----- ASPECTOS AMBIENTAIS -----

12) EM RELAÇÃO À QUANTIDADE DE ÁREAS VERDES (PRAÇAS, PARQUES E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO) VOCÊ CONSIDERA COMO?

ÓTIMA BOA REGULAR RUIM PÉSSIMA

13) COMO VOCÊ AVALIA A ARBORIZAÇÃO DO SEU BAIRRO?

ÓTIMA BOA REGULAR RUIM PÉSSIMA

14) COMO VOCÊ AVALIA O SERVIÇO DE COLETA SELETIVA DO MUNICÍPIO?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

----- ASPECTOS CULTURAIS -----

15) COMO VOCÊ CONSIDERA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CIDADE?

() MUITO PROTEGIDO () POUCO PROTEGIDO () NÃO É PROTEGIDO

16) ATRIBUA UMA NOTA DE 1 A 5 ÀS SEGUINTE QUESTÕES (ATENTANDO QUE 1 É PÉSSIMO E 5 ÓTIMO)

A - () LAZER (BARES, RESTAURANTES, TEATRO, CINEMAS E OUTROS)

B - () ESPORTE

C - () FESTAS CULTURAIS (CARNAVAL, FESTA JUNINA, EXPOTRÊS, ETC)

D - () EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS (FOTOGRAFIAS, PINTURAS E ETC.)

E - () TURISMO

----- ASPECTOS GERAIS -----

17) COMO VOCÊ CLASSIFICA A DISPONIBILIDADE E A OFERTA DE EMPREGOS EM TRÊS CORAÇÕES?

() ÓTIMA () BOA () REGULAR () RUIM () PÉSSIMA

18) EM SUA OPINIÃO, QUAL ASPECTO POSITIVO SE DESTACA NO MUNICÍPIO?

19) E QUAL ASPECTO NEGATIVO SE DESTACA?

20) SUGIRA UMA OBRA OU ALGUMA MELHORIA EM GERAL QUE PODERIA AJUDAR O MUNICÍPIO EM ALGUM ASPECTO.

APÊNDICE 03

A Bandeira e o Brasão de Três Corações - MG

A bandeira e o brasão de Três Corações (figura 01 e 02) foram criados pela Lei 837, de 20 de Abril de 1970 e são oficialmente considerados símbolos da cidade; foram projetados pelo heraldista professor Arcinoé Antônio Peixoto de Faria (CUNHA, 2012).

Segundo Sousa (1971, p.11), “a bandeira é esquartelada em cruz, ostenta as cores azul, amarela e vermelha, é listrada e tem ao centro o brasão municipal”. A interpretação simbólica do Brasão é descrita a seguir:

- 1) a coroa mural, com cinco torresmidas que lhes sobrepõe, é o símbolo universal dos brasões;
- 2) a cor azul do campo do escudo é o símbolo heráldico da justiça, da nobreza e lealdade;
- 3) no centro do escudo, é reproduzido o escudo da família Tomé Martins da Costa, homenageando o fundador da cidade;
- 4) na parte superior do escudo, os três corações lembram a toponímia da cidade, ou seja, os Sacratíssimos Corações de Jesus Maria e José;
- 5) Na parte inferior do escudo, o terrado de ouro representa a riqueza do solo;
- 6) A faixa ondulada, em cor verde, representa o Rio Verde e suas três voltas;
- 7) os galhos de café frutificados, lembram uma de nossas principais atividades econômicas;
- 8) abaixo do escudo, o listel em vermelho, onde aparece o nome da cidade, sugere a garra e a pujança da população tricordiana;
- 9) sobre o listel, encontra-se desenhado um berrante, lembrando a importância do gado em nossa economia e nossa história (CUNHA, 2012, p.10).

Figura 01: Brasão de Três Corações - MG.



Fonte: PMTC, 2016

Figura 02: Bandeira de Três Corações - MG



Fonte: PMTC, 2016.

APÊNDICE 04

Edson Arantes do Nascimento - O Rei Pelé

Edson Arantes do Nascimento (Pelé) nasceu em Três Corações, no dia 23 de outubro de 1940. Em 1942 deixou a cidade e iniciou sua carreira futebolística em Bauru-SP, e em 1956 direcionou-se para Santos-SP.

Como já demonstrado no Capítulo II, em 1971, ocorreu a inauguração da Estátua Rei Pelé, situada na praça Coronel José Martins e localizada no centro da cidade. O monumento é uma homenagem à conquista dos três campeonatos mundiais.

Em 2012, após um longo período de ausência, Pelé retornou à cidade para inaugurar a casa onde nasceu, pois a original fora construída em 1910 e demolida na década de 1970. A construção da réplica teve parceria do Ministério do Turismo juntamente com a prefeitura local e para ficar semelhante à original foi preciso obter os depoimentos dos familiares e do apoio de cenógrafos da Rede Globo. A obra custou R\$ 200 mil aos cofres públicos e contou com a colaboração de detentos da penitenciária da cidade (figura 01 e 02).

Figura 01: Casa Pelé, Rua Edson Arantes do Nascimento, Três Corações - MG, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 02: Casa Pelé, Rua Edson Arantes do Nascimento, Três Corações - MG, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Pelé também visitou o monumento construído em homenagem a ele e ao seu pai, João Ramos do Nascimento, o Dondinho. O monumento está situado no parque Dondinho, ao lado do Ginásio Poliesportivo Municipal Pelezão.

A passagem de Pelé pelas ruas de Três Corações literalmente parou a cidade, e em todo o percurso a população o recebia calorosamente e de braços abertos o “Rei do Futebol” (figura 03 e figura 04).

A cidade de Três Corações estava cheia. Milhares se aglomeraram por onde o rei iria passar. Faixas indicavam o caminho: “Seja bem vindo, Rei Pelé”. Bandeiras do Brasil, crianças com camisetas do craque. Todos em alvoroço, afinal: “É o Pelé que está chegando, uai”, grita uma mulher no meio do povo. Para os milhares de pessoas que se reuniram na cidade sul mineira, não importava o tempo. O rei estava finalmente em casa. Havia gente de todos os lados e em todos os cantos à espera do rei (G1 SUL DE MINAS, 2012).

Figura 03: Visita de Pelé ao parque Dondinho, Av. Nestlé, Três Corações - MG, 2012.



Fonte: Página oficial do Facebook de Pelé (<https://www.facebook.com/Pele/>).

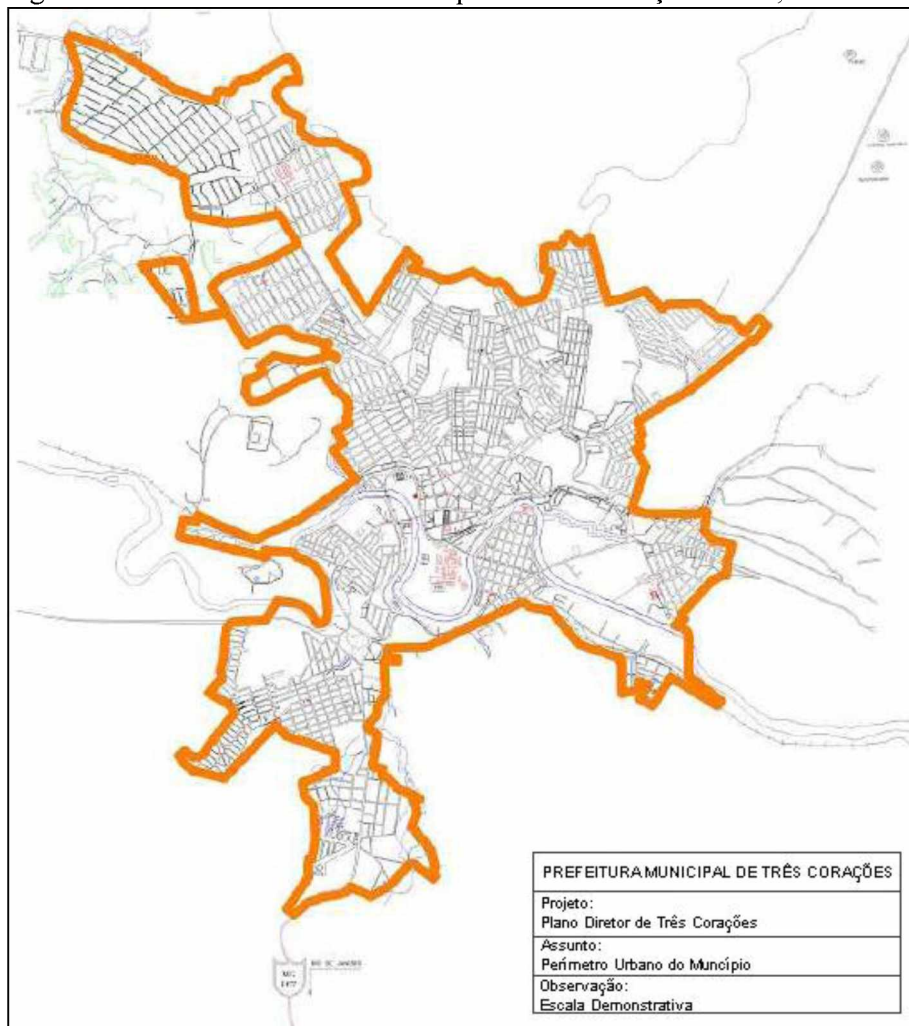
Figura 04: Visita de Pelé à réplica de sua casa, Rua Édson Arantes do Nascimento, Três Corações - MG, 2012.



Fonte: Página oficial do Facebook de Pelé (<https://www.facebook.com/Pele/>).

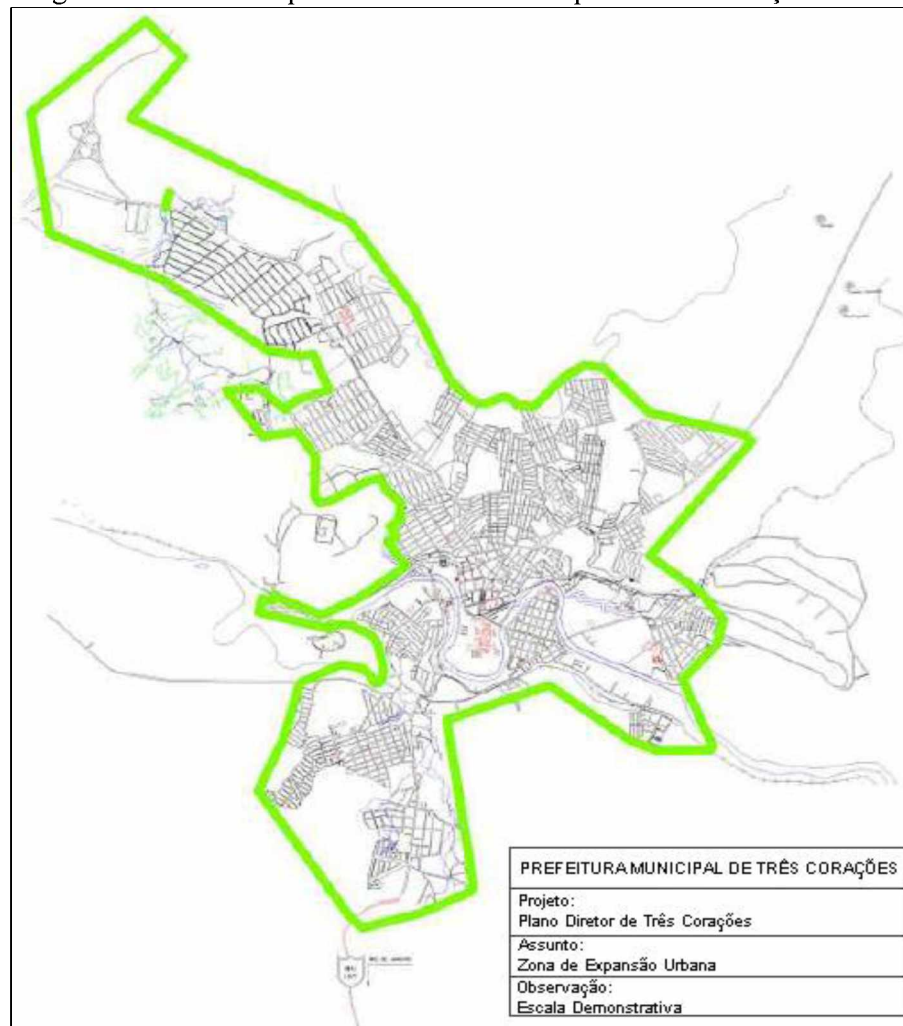
ANEXO 01

Figura 01: Perímetro urbano do município de Três Corações - MG, 2006.



Fonte: PMTC, 2006.

Figura 02: Zona de expansão urbana do município de Três Corações - MG.



Fonte: PMTC, 2006.